

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DITADURA MILITAR E AMAZÔNIA

**Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo
nas décadas de 1960 e 1970**

CAMILA BARBOSA MONÇÃO MIRANDA

**MANAUS
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAMILA BARBOSA MONÇÃO MIRANDA

DITADURA MILITAR E AMAZÔNIA

**Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo
nas décadas de 1960 e 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Políticas, Instituições e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. James Roberto Silva

**MANAUS
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M672d Miranda, Camila Barbosa Monção
Ditadura Militar e Amazônia : Desenvolvimentismo,
representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de
1960 e 1970 / Camila Barbosa Monção Miranda. 2018
258 f.: il.; 31 cm.

Orientador: James Roberto Silva
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Amazônia. 2. Ditadura militar brasileira. 3. desenvolvimentismo.
4. representações. 5. discurso. I. Silva, James Roberto II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CAMILA BARBOSA MONÇÃO MIRANDA

DITADURA MILITAR E AMAZÔNIA

**Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas
de 1960 e 1970**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. James Roberto Silva (UFAM – Presidente)

Prof. Dr. Eric Brasil Nepomuceno (UNILAB)

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós (DH-UFAM)

Prof. Dr. Julio Claudio da Silva (CESP-UEA – Suplente)

Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa (DH-UFAM – Suplente)

A Deus, meu marido, meus pais e toda minha família e amigos que estiveram comigo ao longo de minha formação, dividindo minhas angústias e alegrias, sendo sempre pacientes com esse processo tão custoso e gratificante que é a pesquisa histórica e a escrita da dissertação.

AGRADECIMENTOS

Quando comecei o mestrado, no início de 2016, nunca pensei que o processo de escrita da dissertação envolveria tantos sentimentos, desafios e aprendizados. O início da pesquisa coincidiu com o começo de uma vida diferente para mim em Manaus. Mergulhei em uma nova pesquisa, nova cidade, nova universidade... O estudo da ditadura militar já me acompanhava desde a graduação em história na UFMG. Mas, na compreensão da Amazônia, eu estava dando apenas os primeiros passos. Um mundo novo e incrível se abriu para mim em Manaus com a historiografia regional, as pessoas e os espaços. Por isso, eu começo meus agradecimentos com uma profunda gratidão a Deus por toda a experiência que pude viver no Amazonas. Ter este estado gravado em minha trajetória de vida é uma alegria.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa ao longo dos dois anos de mestrado. Agradeço também imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. James Roberto Silva, por ter me recebido tão bem no Programa de Pós-Graduação de História da UFAM, estando sempre disponível para contribuir com o andamento de minha pesquisa, sendo compreensível quanto aos imprevistos encontrados e oferecendo grande ajuda no processo de reflexão e escrita da dissertação. Obrigada a todos os professores da UFAM com os quais pude ter contato e um agradecimento mais que especial ao Jailson Mota, por ter oferecido uma ajuda sem medida com toda a burocracia que envolve o mestrado (Jailson, você salva vidas, meu caro!).

Aproveito para agradecer aos meus colegas da linha de pesquisa “Políticas, Instituições e Práticas Sociais”, Roberta e Maycon. Nossos debates foram muito ricos para o desenvolvimento da dissertação e nossas conversas e compartilhamentos de angústias tornou o andamento do mestrado mais leve. Aos demais colegas que tive o prazer de conhecer e conviver na UFAM, muito obrigada!

O mais profundo agradecimento ao meu marido, Fernando, que lidou com toda a paciência do mundo (e mais um pouco) com esse longo e custoso processo de conclusão do mestrado. Obrigada pelo apoio, força, companheirismo e amor diários; por ouvir minhas ideias mirabolantes e ajudar a colocá-las no lugar; por fazer com que eu mantivesse a fé mesmo quando as coisas estavam difíceis.

Obrigada a toda minha família, especialmente meus pais e minha irmã, por acreditarem em mim e fazerem sempre o possível para ajudar; obrigada ao meu tio Lucas, minha primeira referência para que eu buscasse ingressar em um mestrado. Agradeço a cada um dos meus familiares pelo amor, carinho, apoio e exemplo. Vocês são minha base!

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos, dos quais senti uma saudade imensa quando estava morando em Manaus. Aos casais que se tornaram irmãos em minha vida: Priscila e Arthur, Jéssica e Marcelo. Vocês são um constante sopro de alegria e força para mim. Obrigada por existirem! Aos amigos que fiz na UFMG, que compartilharam comigo os percalços de ser professor e historiador, mesmo à distância: Gabriel, João, Matheus Pimenta, Lorena, Nathália e Ludmila. Aos demais amigos que ganhei durante a vida, por continuarmos juntos mesmo tendo tomado caminhos às vezes tão diferentes.

Por fim, preciso agradecer aos professores Rodrigo Patto Sá Motta e Miriam Hermeto que, ainda na graduação, introduziram o estudo da ditadura militar em minha formação, orientaram meus primeiros passos na pesquisa historiográfica e se tornaram grandes inspirações e referências para mim.

RESUMO

Estudos sobre a ditadura militar brasileira, iniciada em 1964, têm crescido em número e diversidade. São muitos os aspectos sobre este período autoritário que podem ser abordados pela História e pelas demais ciências humanas e sociais. Assim, buscando contribuir para essa gama de pesquisas que têm sido realizadas nos últimos anos, este trabalho objetiva compreender as relações entre a ditadura e a Amazônia, partindo da análise da abordagem discursiva sobre as ações desenvolvimentistas empreendidas pelo governo na região. Um estudo que perpassa essas grandes obras e projetos idealizados e, em alguns momentos, concretizados pelos militares, torna possível compreendê-los dentro dos ideais de desenvolvimentismo e modernização conservadora. Outrossim, será exposto como se torna notória a relação dessas iniciativas com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com uma cultura política nacional-estatista, como propõe Daniel Aarão Reis, ou com uma cultura política brasileira, conforme compreende Rodrigo Patto Sá Motta.

Dessa forma, serão investigados discursos do próprio governo sobre essas empreitadas, além de manifestações da imprensa e da literatura acadêmica sobre o assunto, tanto de maneira local quanto de expressões vindas de fora do território amazônico. Espera-se entender como as diferentes representações sobre a Amazônia foram mobilizadas de forma endógena (de dentro) e exógena (de fora) a fim de legitimar ou questionar os projetos ditatoriais nessa vasta porção do Brasil.

Pretende-se perceber de que maneira a imprensa transmitiu e opinou sobre os impactos dos projetos desenvolvimentistas da ditadura militar na Amazônia, compreendendo a execução e planejamento dessas empreitadas como uma forma de exercício de controle e poder da ditadura na região. Ademais, procurando entrelaçar este trabalho à história amazônica de uma forma mais ampla, serão estudadas a formação e as transformações das representações sobre a Amazônia ao longo do tempo, ligando-as às apropriações feitas pela ditadura, pela imprensa e pela literatura.

Também serão mapeadas as concepções de desenvolvimento e desenvolvimentismo presentes nos discursos governamentais, na imprensa e em produções intelectuais publicadas nas décadas de 1960 e 1970, entendendo que este conceito e suas tentativas de aplicação são anteriores ao período da ditadura militar.

Além disso, este trabalho buscou inserir esse momento da história amazônica a alguns eventos nacionais ligados à ditadura e ao crescimento dos ideais desenvolvimentistas que floresceram no Brasil antes mesmo de 1964.

Palavras-chave: Amazônia; ditadura militar brasileira; desenvolvimentismo; representações; discurso.

ABSTRACT

Researches about the Brazilian Military Dictatorship have grown in number and diversity. There are many aspects about this authoritarian period that can be studied by History and the others human and social sciences. Thus, seeking to contribute for those researches, that have been carried out in recent years, this work aims to understand the relations between Brazilian Military Dictatorship and the Amazon, starting from the analysis of the developmentalism actions performed by the government in the region. Studies that approach discourses about these great idealized projects that, sometimes, made concrete by the military, makes possible to understand them inside the ideals of developmentalism and conservative modernization. In addition, the relationship between these initiatives and the National Security Doctrine, a national-statist political culture, as Daniel Aarão Reis proposes, or a Brazilian political culture, as Rodrigo Patto Sá Motta suggests, will be exposed.

In this way, the government's own discourses about these works, besides press and academic literature about the subject, will be investigated, bringing local and outside expressions. It aims to understand how the different representations about the Amazon were mobilized endogenously (from inside) and exogenous (from outside) in order to legitimize or question the dictatorial projects in this vast portion of Brazil.

It is intended to figure out how the press opined and transmitted the impacts of the development projects of the military dictatorship in the Amazon, interpreting the execution and planning of these works as a form that the dictatorship exercises control and power in the region. In addition, seeking to interweave this work to Amazonian history in a broader way, the formation and transformations of the representations about the Amazon over time will be studied, linking them to the appropriations made by the dictatorship, the press and the literature.

Also, the concepts of development and developmentalism present in the governmental discourses, in the press and in the intellectual productions published in the 1960s and 1970s will be mapped, understanding that this concept and its attempts to apply it predate the period of the military dictatorship.

Besides that, this thesis tried to insert that moment of Amazon history into some national events connected to military dictatorship and also to the increase of developmentalism ideas, that emerge before 1964.

Keywords: Amazon; Brazilian Military Dictatorship; developmentalism; representations; discourses.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

AI – Ato Institucional

BASA – Banco da Amazônia S/A

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNT – Confederação Nacional de Transportes

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CODAM – Conselho de Desenvolvimento da Amazônia

CPDOC FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

FAB – Força Aérea Brasileira

FBC – Fundação Brasil Central

FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FIDAM - Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GPE – Grupo de Publicações/Editorial

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JC – Jornal do Commercio de Manaus

MECOR – Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA - Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SNI – Serviço Nacional de Informações

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I: O QUE É AMAZÔNIA? - Multiplicidade, diversidade e contrassensos.....	35
I.1 A Amazônia e suas representações.....	37
I.2 Imprensa, ditadura, capitalismo e Amazônia.....	72
CAPÍTULO II: AMAZÔNIA PARA QUEM? - Projetos nacionais, desenvolvimentismo e ditadura militar.....	93
II.1 Desenvolvimentismo e Amazônia.....	100
II.2 “Ser brasileiro” na ditadura: Obras faraônicas, nacionalismo e estratégia geopolítica.....	134
CAPÍTULO III: BATALHAS NA AMAZÔNIA - Contradições e conflitos da ditadura militar.....	163
III.1 Modernização conflituosa na ditadura: investimento, ocupação e domínio na Amazônia.....	165
III.2 Legados contraditórios da ditadura na Amazônia.....	197
CONCLUSÃO.....	217
REFERÊNCIAS.....	221
Fontes primárias:.....	221
Discursos lidos e citados:.....	221
Periódicos citados:.....	228
Outras fontes citadas:.....	233
Bibliografia:.....	235
APÊNDICES.....	246
Apêndice 1: Roteiro final elaborado para coleta de jornais por amostragem.....	246
Apêndice 2: Ficha de observação e análise – Periódicos (conteúdo e propagandas).....	253
Apêndice 3: Ficha de observação e análise - Discursos políticos.....	257

APRESENTAÇÃO

A oportunidade de desenvolver a pesquisa de mestrado em Manaus foi, de fato, fantástica. Um novo mundo se abriu para mim tanto no campo pessoal quanto acadêmico e profissional. Novas fontes, bibliografia, possibilidades de análise, aspectos culturais, memórias e formas de ver o mundo alargaram meu olhar sobre o que entendo como Brasil.

Na verdade, compreender a multiplicidade brasileira é, de fato, um desafio grandioso. Estar disposto a aventurar-se nessa empreitada é gratificante e ao mesmo tempo provocante.

Sair de Minas Gerais e vir para o Amazonas, mergulhar em um novo objeto de pesquisa e arriscar na tentativa de assimilar parte da complexa história da Amazônia foi uma experiência única e muito enriquecedora. Espero, com este trabalho, contribuir para a compreensão do que é a região amazônica e qual seu significado dentro do que concebemos como Brasil. Almejo, também, colaborar para as discussões acadêmicas e entre a sociedade sobre como a ditadura militar brasileira de 1964 significou um período de traumas e paradoxos que estão presentes nos dias atuais, entre heranças e disputas de memórias.

Ademais, diante da conjuntura brasileira na atualidade, é fundamental voltarmos nossos esforços para o estudo da imprensa e sua relação com as dinâmicas político-sociais, compreendendo-a como uma instância de poder que contribui para a formação das visões de mundo que permeiam a sociedade. E, pensando ainda nas questões ligadas ao nosso tempo presente, é inevitável ressaltar a relevância dos estudos sobre a ditadura militar de 1964.

Visto isso, essa dissertação visa analisar as concepções de desenvolvimentismo e suas aplicações, além de seu entrelaçamento com as representações sobre a Amazônia e as empreitadas da ditadura militar na região. Dessa forma, busca-se apreender o significado dos grandes planos dos militares para o território amazônico dentro de um projeto político e

econômico autoritário. Espera-se, ainda, identificar de que forma representações e imaginários sobre a Amazônia foram mobilizados como artifícios de legitimação política da ditadura pelo próprio Estado, pela imprensa e pelas produções intelectuais do período.

Para viabilizar este estudo, foi fundamental perceber o papel autodeclarado do governo brasileiro como provedor do progresso econômico e social e dos ideais desenvolvimentistas propagados especialmente a partir dos anos 1930. Da mesma forma, mostrou-se imprescindível aprofundar a pesquisa sobre a formação, ao longo do tempo, das representações que circundam a Amazônia. Portanto, este trabalho caminhará por percepções de passado, presente e futuro que envolveram e ainda envolvem, em parte, a região amazônica e o Brasil.

INTRODUÇÃO

O estudo da ditadura militar brasileira e das ditaduras do Cone Sul tem atraído a atenção dos historiadores e demais pesquisadores da área de ciências humanas com mais frequência nos últimos anos. Para além do crescimento das discussões acadêmicas sobre os regimes autoritários, especialmente o brasileiro, percebe-se também a existência de debates sobre o tema entre a população em geral. Isso se deu principalmente após a efeméride dos cinquenta anos do golpe, em 2014, e das investigações e entrega de relatórios das Comissões da Verdade (Nacional¹ e regionais²). A conjuntura política brasileira atual também tem contribuído para a recorrência de assuntos afins a temática.

Além disso, não podemos perder de vista as passeatas de 2013, comumente chamadas de "Jornadas de Junho", e os protestos "anticorrupção" contra o governo da presidente Dilma Rousseff ocorridos entre os anos de 2015-2016³. Desde essas ocasiões, pedidos de retorno da ditadura e manifestações de nacionalismo exacerbado reaqueceram discursos

1 "A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988". Texto retirado do site oficial da CNV: <<http://www.cnv.gov.br>>. Acesso em 11 de abril de 2017. Neste site também estão disponíveis mais informações e todos os relatórios que resultaram das investigações.

2 Além das investigações da CNV, foram fundadas também comissões e comitês regionais e municipais, de modo a aprofundar as investigações. Alguns exemplos são a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (site oficial: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/>>), Comissão da Verdade em Minas Gerais (site oficial: <<http://www.comissaoдавerdade.mg.gov.br/>>) e Comitê da Verdade do Amazonas (site oficial: <<http://comitedавerdade.blogspot.com.br/>>). Todas as investigações regionais também contam com seus relatórios específicos. O último acesso feito em cada um dos sites foi no dia 11 de abril de 2017.

3 Em junho 2013, ocorreram passeatas em todo o Brasil. Estes protestos começaram como uma forma de questionar o aumento no preço do transporte público. Porém, à medida que os movimentos alcançavam um número cada vez maior de pessoas, as pautas também se multiplicaram, fazendo com que o movimento não tivesse uma identidade definida. Em 2015 e 2016, várias pessoas foram às ruas novamente. Nessa segunda ocasião, os protestos foram marcados pela presença de setores de classes média e alta, por críticas aos anos de gestão do PT na presidência da República e pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Importante ressaltar que nas passeatas de 2013 a variedade de participantes era enorme, com grupos de direita conservadora e liberal, grupos de esquerda partidária e apartidária e os chamados *black blocs*, que iam para as manifestações com o rosto coberto e depredavam o patrimônio público e privado. Já nas passeatas de 2015-16, as manifestações ganharam tom mais elitista. O uso de símbolos que representam o nacionalismo era visível, como a bandeira do Brasil, as cores verde e amarelo, as camisas da seleção brasileira de futebol, etc. Além disso, uma onda anticomunista e antipetista esteve marcante. Isso foi retomado com grande força pelos eleitores de Jair Bolsonaro no pleito de outubro de 2018.

antidemocráticos e acarretaram na saída forçada da governante legitimamente eleita⁴. Posteriormente, vivenciamos a vitória de Jair Bolsonaro⁵ nos pleitos de 2018, candidato que responde aos anseios de vários dos grupos sociais que clamaram nos protestos pelo retorno da ditadura.

A existência de pedidos como estes em um momento de crise da democracia mostra a necessidade de discutir e analisar o que foi a ditadura militar para os diversos meios sociais e nas diferentes regiões do Brasil. Assim, poderemos entender a propagação de uma memória saudosista de um período de exceção e contrária a um regime democrático. Especialmente nesse contexto de radicalização política e possível censura dos docentes, no qual o ensino tem também sofrido ataques com propostas como o "Escola sem partido"⁶, cabe aos historiadores e professores de história fomentar novas questões sobre o período ditatorial brasileiro.

Visto isso, este trabalho buscará compreender o impacto dos projetos estabelecidos pela ditadura militar de 1964 para a região amazônica nos discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais. A motivação para trazer à luz as questões que serão levantadas a seguir está na lacuna existente na historiografia sobre o assunto, visto que o olhar dos estudos sobre a ditadura, normalmente, tem como foco a região sudeste e temáticas ligadas às práticas políticas e sociais. Isso tem um reflexo aparente na memória local sobre os anos de domínio militar no Brasil. Aqui, buscarei destacar que o modelo econômico desenvolvimentista também contribuiu para o aparato repressor e autoritário da ditadura.

4 Um grupo de historiadores tentou fazer uma leitura dos acontecimentos recentes que ocasionaram na saída forçada de Dilma Rousseff no livro "Historiadores pela Democracia" (2016).

5 Jair Bolsonaro tem um discurso bastante conservador e muitas vezes autoritário. Sua vitória nas eleições presidenciais de 2018 demonstra uma tendência de radicalização à direita do pensamento político no meio social.

6 O "Escola sem Partido" é uma organização fundada em 2004 que tem por objetivo impedir o que eles chamam de "doutrinação" nas escolas. Segundo o site da instituição, <<http://www.programaescolasempartido.org/>>, muitos professores utilizam a sala de aula em prol de seus interesses particulares, disseminando suas próprias ideologias político-partidárias e religiosas. Dessa forma, o "Escola sem Partido" propõe que os professores sejam vigiados e denunciados caso os alunos ou pais verifiquem essa situação. Em 2014, o deputado estadual (Tio de Janeiro) Flávio Bolsonaro (PP 2003-2016; PSC 2016-2018; PSL 2018-atual) propôs um projeto de lei baseado no "Escola sem Partido". Para compreender melhor as problemáticas envolvidas nessa proposta, o texto de Henrique Estrada Rodrigues (2016), "Escola sem partido: a escola do nosso tempo?" é muito esclarecedor.

Como foi abordado por Elisângela Martins, em "A Memória do Regime Militar em Roraima" (2010), é evidente a predominância de um sentimento positivo e saudosista em relação à ditadura na capital do então território roraimense, Boa Vista. Apesar de não ser o tema central deste estudo, no tempo que passei em Manaus, a percepção que tive foi de uma certa ausência de debates e problematizações sobre os impactos do regime ditatorial na região entre a população geral. Muito se fala sobre a Transamazônica, a SUFRAMA, a SUDAM e o BASA, por exemplo, mas pouco se discute sobre a ligação desses empreendimentos com o projeto político autoritário que foi estabelecido no Brasil após 1964. Normalmente, estes são associados a noções de desenvolvimento, investimento e progresso da Amazônia. Além disso, é usual que sejam propagadas no senso comum ideias de que a repressão ditatorial não chegou ao Amazonas ou à região amazônica, como um todo (o que não é verossímil). No meio acadêmico, pesquisas sobre a temática têm ganhado cada vez mais espaço⁷, o que pode contribuir significativamente para que essa memória propagada no senso comum possa ser questionada.

Dessa maneira, espera-se aqui demonstrar a correlação desses projetos desenvolvimentistas com o autoritarismo da ditadura militar. Estes empreendimentos serão entendidos como um exercício de poder, uma das formas encontradas pela ditadura para se fazer presente na Amazônia, ocupando e controlando a região.

Buscarei desnudar quais as concepções de desenvolvimento latentes nos anos 1960-1970 e de que forma as representações e imaginários sobre a Amazônia foram mobilizados pela imprensa, por intelectuais e pelo governo para expressar as justificativas e críticas às empreitadas no território. Para isso, serão analisados, principalmente, discursos oficiais, obras de estudiosos publicadas no período e a imprensa. Evidente que, em certos momentos e de maneira pontual, lançarei mão de outras fontes, como alguns documentos oficiais, por

⁷ Nos programas de Pós-Graduação em História da UFAM e da UFPA foram defendidas recentemente dissertações sobre o tema da ditadura militar na região amazônica.

exemplo. Deste modo, poderá ser examinado como estas fontes selecionadas contribuíram ou não para a formação de uma opinião pública positiva sobre a ditadura e suas ações.

As representações e imaginários sobre a Amazônia serão analisados por um viés duplo. De um lado, buscaremos compreendê-los por um olhar endógeno⁸, ou seja, "de dentro". Para isso, as fontes selecionadas foram edições dos anos 1960-70 do *Jornal do Commercio* (JC), de Manaus; também serão estudadas obras publicadas nos anos 1960-70 de intelectuais amazônidas, como Djalma Batista, Arthur César Ferreira Reis e Armando Dias Mendes.

Por outro lado, as representações e imaginários sobre a Amazônia serão analisados pelo olhar exógeno, "de fora", mediante o exame de discursos presidenciais proferidos entre os anos 1940-80 e publicações e anúncios do jornal *O Globo*⁹.

A escolha dos periódicos utilizados para pesquisa não foi feita de forma aleatória. O primeiro, JC, foi um dos principais jornais amazonenses durante o período estudado. *O Globo*, de origem carioca, é tido como um dos jornais mais lidos no Brasil nos dias de hoje¹⁰ e teve papel fundamental para a consolidação da ditadura militar e para a formação de uma representação positiva sobre ela especialmente na região Sudeste. *O Globo* vivenciou um expressivo crescimento durante os anos 1970, enquanto o JC, de Manaus, foi perdendo espaço

8 Referência à classificação usada por Magali Franco Bueno (2002, p. 2): "Existem dois principais níveis de construção da representação sobre a Amazônia: o exógeno, estruturado pelos discursos enunciados externamente, e o endógeno, elaborado pelos protagonistas que vivem na região".

9 A escolha do jornal *O Globo* como representante da imprensa do Sudeste não foi por mero acaso. Durante a graduação, desenvolvi uma pesquisa voltada para este periódico no contexto da ditadura militar brasileira. Portanto, este trabalho apresenta também, de certa maneira, uma continuidade do que vinha sendo pesquisado ao longo da graduação em História. Ademais, *O Globo*, diferente de outros jornais da grande imprensa da região, mostrou-se favorável à grande maioria das empreitadas do governo ditatorial durante toda sua duração, sendo uma espécie de "braço da ditadura" na mídia.

10 De acordo com o Instituto Verificador de Circulação, em pesquisa realizada em 2015, o jornal *O Globo* é o segundo maior em circulação no Brasil. Ver lista completa em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 27 de abril de 2017.

progressivamente entre o público leitor manauara¹¹. Mas, foi o jornal de maior relevância em Manaus durante a ditadura.

Ademais, a relevância e o poder das empresas Globo na atualidade é também motivação para estudar um de seus veículos de comunicação, *O Globo*. Já o *JC*, além de estar em circulação há mais de 110 anos, sendo um dos periódicos mais antigos do Brasil, foi parte dos Diários Associados entre 1943 e 1984, o maior conglomerado da mídia brasileira nos anos 1960. Em síntese, como coloca Eduardo Z. Chammas (2012, p. 14), a imprensa no século XX torna-se um órgão de poder, configurando importante campo de pesquisa para compreender as nuances e disputas políticas. Portanto, o estudo da trajetória desses impressos nos auxilia a entender seu papel na sociedade brasileira contemporânea.

Pesquisas que envolvem esses meios de comunicação impressos contribuem para a compreensão da relação entre a grande mídia, a população e a política, uma vez que eles funcionam como (re)produtores de valores, tradições, imaginários e práticas, assegurando a perpetuação e consolidação de dada(s) cultura(s) política(s) juntamente de outras instâncias sociais, como a família, as religiões, a educação formal, etc. Assim, entender a história da imprensa, de forma geral, fornece ferramentas para uma melhor assimilação da história política, cultural e social de uma localidade.

O conceito de cultura política mostrou-se útil para esta pesquisa. Em primeiro lugar, porque articula, na compreensão do político, fatores culturais como valores, crenças, normas, representações e imaginários (MOTTA, 2009). Em segundo lugar, porque permite a ligação do objeto específico de estudo com um todo maior. Isto é, pensar a ditadura militar na

11 Atualmente, o jornal *A Crítica* é um dos mais lidos de Manaus. Em 1973, o periódico lançou seu maior projeto de marketing, o “Peladão” (DUARTE, 2015), campeonato de peladas que acontece até os dias atuais. Enquanto *A Crítica* foi ganhando espaço entre o público leitor manauara, com suas impressões à cores, o *JC* foi perdendo seu espaço. De acordo com pesquisa de 2016, *A Crítica* é o jornal mais premiado do Norte, enquanto o *JC* sequer entra na lista (ver relação completa dos jornais premiados em: <<https://www.maxpress.com.br/e/Jornalistacia/BHSK06/jornalistasecia1035mr27.pdf>>. Acesso em 03 de jul. de 2018).

Amazônia pelo espectro das culturas políticas, possibilita inserir estas reflexões nos debates sobre a história do Brasil na longa duração. Assim, os resultados alcançados não se limitam aos interesses daqueles que estudam apenas a região amazônica ou a ditadura de 1964. Pelo contrário, atinge a todos que se intrigam pelos emaranhados das conjunturas históricas brasileiras.

Trata-se de inscrever a Ditadura na duração, procurando percebê-la como fruto do encontro entre fatores conjunturais e estruturais. Nessa direção, a mobilização do conceito *cultura política* pode oferecer contribuição significativa, lançando luz sobre a influência de comportamentos arraigados nas tradições políticas do país (ABREU; MOTTA, 2013, p. 9).

Por fim, apesar de não ser uma "chave universal que abre todas as portas" aos historiadores, a cultura política, por ser um fenômeno de múltiplos parâmetros, auxilia na compreensão da complexidade dos comportamentos humanos (BERSTEIN, 1998, p. 350).

De forma sucinta, Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) define cultura política por:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

Em um mesmo momento histórico podem coexistir diversas culturas políticas, com diferentes concepções de poder, de projetos para a sociedade, com valores antagônicos e raízes históricas e filosóficas distintas (DUTRA, 2002, p. 25). Contudo, dada cultura política pode se tornar preponderante em relação às demais, sem que as outras sejam anuladas (DUTRA, 2002, p. 26). Isso configura as disputas de poder, tanto no campo das práticas quanto das representações. Logo, quando a grande imprensa, por exemplo, assume e perpetua valores de uma cultura política liberal-conservadora, ela utiliza seu lugar de influência e autoridade agindo ativamente no meio social. Ou seja, as culturas políticas "mobilizam e

determinam as ações políticas concretas, à luz das representações que ela propõe" (DUTRA, 2002, p. 26).

Em relação ao tema do trabalho, é possível levantar questionamentos sobre a cultura política nacional-estatista, sobre a qual fala Daniel Aarão Reis (2014), e sobre a cultura política brasileira, proposta por Rodrigo Patto Sá Motta (2013; 2014). A primeira, de acordo com Aarão Reis (2014), teria surgido durante o Estado Novo, com Getúlio Vargas, e vigoraria no Brasil até os dias atuais – o que não significa que ela deixou de sofrer modificações ao longo do tempo. A cultura política nacional-estatista, ainda segundo o autor, tem como elementos um Estado centralizador e integrador, um ideário nacionalista e unificador, o apoio das Forças Armadas, alianças sociais com a classe trabalhadora (sempre sob vigilância e tutela do Estado), concepções de modernização e industrialização e uma política externa de afirmação nacional.

Rodrigo Patto Sá Motta (2013; 2014), por sua vez, afirma que questões como a conciliação e acomodação nos jogos de poder, além da ideia de modernização conservadora, estão presentes em vários momentos da história do país, aparecendo também na ditadura militar. O historiador, inclusive, aponta que, não sendo estática, a cultura política brasileira sofre influências e interage com outras culturas políticas presentes em vários contextos, como a cultura política liberal-conservadora e a própria cultura política nacional-estatista. Ademais, traços culturais identificados no Brasil podem também estar presentes em outros espaços e contextos. Outra questão que deve ser ressaltada quanto à tentativa de se elencar padrões e valores gerais da cultura política brasileira, é o fato de que, não necessariamente, essas orientações abarquem todo sujeito ou grupo de pessoas que vivem no Brasil; trata-se apenas de reconhecer traços culturais marcantes.

Considerando que uma cultura política constitui-se de imaginários e representações que instituem um grupo como comunidade, além da existência de heróis, vilões, eventos marcantes, práticas, comportamentos e valores políticos (ABREU; MOTTA, 2013, p. 15), é preciso identificar como esses elementos se expressam no âmbito nacional. Isto posto, de acordo com Rodrigo P. Sá Motta (ABREU; MOTTA, 2013, p. 15-19), são traços típicos da cultura política brasileira: o patrimonialismo; o personalismo ou privatismo; o clientelismo; o elitismo; a frágil identificação dos cidadãos com os partidos; o pouco apreço e a escassa participação popular nos espaços públicos; a tendência à flexibilidade, à conciliação e à negociação de conflitos; o caráter modernizador e, ao mesmo tempo, conservador assumido pelo Estado.

O objetivo em apontar essas duas propostas de leitura das vivências históricas brasileiras pensadas pelos historiadores acima citados é inserir o debate proposto aqui, ou seja, as relações da ditadura com a região amazônica, dentro de um contexto mais amplo. Pois, assim, poderemos traçar uma rota que permita identificar se o uso de representações corriqueiras sobre a Amazônia são ou não frequentemente utilizadas para justificar atuações diretas do governo federal na região, como as empreitadas desenvolvimentistas ocorridas ao longo do século XX. Também, será possível analisar a presença ou não das características citadas pelos historiadores nos eventos que envolvem a presença do governo brasileiro na Amazônia ao longo dos anos.

Compreender os ideais desenvolvimentistas propagados a partir dos anos 1930 e durante a ditadura militar auxiliará na percepção das visões de mundo, de passado, de presente e de futuro partilhadas por determinados grupos sociais. Essas concepções se expressam e se estabelecem na mobilização de imaginários e representações. E a escolha desses elementos representativos constitui um ato político. De acordo com Serge Bernstein (BERSTEIN, 1997;1999 *apud* DUTRA, 2002, p. 24), "[...] o ato político enquanto fenômeno

complexo que ele é, se explica frequentemente por referência a um conjunto de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo no seio de uma sociedade". E esse sistema de representações é denominado pelo autor como cultura política. Chartier, por sua vez, atenta para esta questão ao dizer que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Logo, a escolha no uso das representações é um ato político, um jogo de poder, uma busca por disseminar certa visão de mundo com objetivos definidos. No caso estudado neste trabalho, há uma intenção visível por parte do governo e da imprensa, em muitos momentos, de legitimar as reformas propostas pelos governantes. Da mesma forma, as representações sobre a Amazônia estão, em todo tempo, inseridas em um contexto de disputas pelo poder simbólico, visto que a disseminação de cada representação discursiva tem impacto direto no real.

De maneira complementar, como colocado por René Rémond (2013, p. 444), o político não se reduz ao Estado e não tem fronteiras fixas no meio social. Ele perpassa a sociedade, as representações e práticas que a constituem. O político é "[...] o local onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo" (ROSANVALLON, 1996, p. 30). Assim, estudar as representações e imaginários não significa limitar-se ao campo das ideias. Estes elementos participam reflexivamente da construção do próprio social e, por isso, podem dizer muito sobre ele, uma vez que

[...] a vida social envolve não apenas estruturas e recursos materiais, como também imateriais - culturais, simbólicos e políticos -, é preciso agora avançar no conhecimento de como estes últimos, em interação histórica contingente com os primeiros, podem ou não influenciar a ordem social de que fazem parte e também serem elementos relevantes para as possibilidades de ação coletiva e mudança social (SCHWARTZ; BOTELHO, 2011, p. 13).

A noção de representação trabalhada será aquela proposta por Chartier (1990; 1991; 2002; 2011) em diversos momentos. O autor apresenta uma dupla significação para o conceito de representação: por um lado, representação pode ser entendida como dar a ver uma coisa ausente, tornar presente uma ausência com o uso de uma imagem que permita a lembrança do que é desejado representar. Ou seja, representação e representado são elementos distintos, por exemplo: uma estátua de cera representa, em um museu, uma personagem histórica.

Por outro lado, representação pode ser compreendida como a apresentação de uma presença. Neste sentido, representação e representado são os mesmos. Contudo, há uma aparência que deseja ser transmitida, uma função simbólica construída com a intenção de formar imagens de algo ou alguém.

Esta segunda categorização proposta por Chartier nos interessa de forma particular, uma vez que ela, muitas vezes, constitui-se com o objetivo de se confundir com o real. A representação como apresentação pública, então, não deve ser tida por quem vê apenas como pública, mas como a única possível. Dessa forma, a representação pode e é instrumentalizada com vistas ao poder.

Nesse sentido, pode-se pensar nas maneiras como a ditadura representa a si mesma, ou seja, a transmissão de concepções positivas sobre o governo por representantes dele próprio. Isso está muito presente nos discursos presidenciais, especialmente em relação à Amazônia, nos quais o “governo revolucionário” de 1964 é colocado como aquele capaz de promover o desenvolvimento da região amazônica, integrando o Brasil; aquele que faz uma gestão

eficiente e segura do país, longe de corrupção e subversão; um governo do futuro, do progresso, da tecnologia¹². Associada a essas representações, há outra, também recorrente, de qualificar os militares como tutores, aqueles que determinarão uma orientação segura para o Brasil.

A associação de características e ações tidas como positivas do governo por ele próprio é um processo contínuo de busca por legitimidade e popularidade. O uso dessas representações tem objetivos definidos de fazer com que os resultados almejados possam ser alcançados, solidificando o poder dos golpistas.

Inclusive, a oportuna maneira de denominar o golpe como revolução é um meio de disseminar a concepção de que o governo que se inicia a partir de abril de 1964 transformaria as bases políticas, econômicas, sociais e culturais do país. Até porque, como se sabe, o conceito de revolução foi construído historicamente, apresentando, portando, diversos significados. Ao apropriar-se do termo “revolução” para definir a tomada do poder pelas Forças Armadas em 1964, a ditadura pretendeu perpetuar uma memória sobre o regime como uma nova era, tentando romper com as práticas político-econômicas anteriores, tidas como desmoralizadas, desorganizadas, ineficientes, corruptas, dentre outras¹³. Da mesma forma, afastar a narrativa do golpe, distancia o governo de noções como inconstitucionalidade, autoritarismo e violência.

As representações, contudo, não são apropriadas de maneira passiva. Por isso, "[...] é o crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo" (CHARTIER, 2002, p. 172). Diante disso, quando o golpe ganha a simpatia de diversos

12 A identificação dessas representações do governo dos militares sobre si mesmo se deu na análise de diversos discursos presidenciais proferidos ao longo dos mais de vinte anos do regime. As ocorrências citadas apareceram mais de uma vez, em vários dos discursos selecionados para esta pesquisa.

13 Caracterizações pejorativas dos governos anteriores ao golpe de 1964, especialmente do governo de João Goulart, são constantemente citadas nos jornais analisados e nos discursos presidenciais selecionados.

periódicos, sua efetivação ganha um ar de autenticidade. Da mesma forma, ao dar credibilidade aos militares como governantes legítimos, a imprensa contribui para a perpetuação do regime ditatorial por tantos anos. A busca dos militares por aprovação relaciona-se diretamente com a imposição da censura, uma vez que, ao impedir a divulgação de críticas à ditadura, as Forças Armadas zelam pela disseminação de representações positivas sobre o governo.

Ademais, analisar as representações sobre a região amazônica propagadas pelo governo, pela imprensa e pela literatura nos aproxima da compreensão das intenções desses sujeitos e organizações e das relações de poder que constituem o mundo social. É a partir dessas relações de força entre representações propostas e suas possíveis apropriações que se constituem as diferentes culturas e identidades, inclusive as culturas políticas. Estas são formadas historicamente, são fluidas e estão em constante mutação.

Inserida nesse processo de construção de sentidos e formação de culturas e identidades através das práticas e representações, está a imprensa, entendida como

[...] linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ, 2013, p. 12).

Daí a importância de conceber a imprensa como parte do social, algo que auxilia na construção de vivências concretas. Portanto, ao estudar a imprensa como fonte histórica, é fundamental abandonar a crença de que os discursos, representações e críticas ali postas estão presas na esfera das ideias. Pelo contrário, o conteúdo midiático, em todas as suas formas, concorre na fabricação e perpetuação de visões de mundo que constituem a existência humana.

A imprensa tem, progressivamente, ganhado espaço na produção historiográfica. O avanço da História Cultural e a abertura para novas possibilidades de fontes e de métodos de análise fizeram com que os periódicos chamassem a atenção dos historiadores por configurarem-se como lugar de poder e campo fértil para estudo das culturas políticas, dos imaginários, das representações, dos costumes, das diversas perspectivas do social, dentre outros.

Além de ser utilizada como fonte, a imprensa tem sido explorada também como objeto de pesquisa. A compreensão da trajetória e dos papéis político e social de certas empresas e meios de comunicação são de grande importância para melhor entender as disputas políticas e a formação cultural de dada sociedade.

Assim, as possibilidades de pesquisa que se abrem a partir de um jornal ou revista são múltiplas, não sendo raro que a grande variedade de abordagens faça com que o historiador se perca em seus objetivos. Reportagens, editoriais, charges, propagandas, colunas de opinião, fotografias... são muitas as informações contidas em um periódico, logo, também são vastos os olhares sobre essas informações, que não devem ser tratadas apenas como dados, mas sim problematizadas.

Em vista disso, ao optar pelo uso de jornais como fonte/objeto de pesquisa, é fundamental que critérios de análise sejam previamente estabelecidos, assim como formas claras de filtrar e selecionar informações. Neste trabalho, a coleta de dados na imprensa teve como foco principal as reportagens de caráter político-econômico, editoriais, notas e anúncios relacionados ao tema da pesquisa, ou seja, as relações entre a ditadura e a Amazônia.

Como já foi dito, *O Globo* e *Jornal do Commercio*, de Manaus, serão os dois principais veículos de comunicação utilizados como fonte. Ambos estão disponíveis *online*. Devido à grande quantidade de material, a coleta das reportagens e editoriais foi feita por

amostragem. Contudo, é preciso esclarecer que isso não foi feito de forma aleatória. Antes da ida aos arquivos, elaborei um roteiro¹⁴ que contém, por data, os principais eventos que desejava estudar ocorridos entre 1964-1985. A maioria deles está ligado às relações entre a ditadura e a Amazônia e outros são acontecimentos marcantes do período ditatorial que dialogam com o objetivo da pesquisa. Além disso, incluí datas próximas aos discursos presidenciais sobre a região amazônica ocorridos antes e durante o período ditatorial. Assim, a data inicial do roteiro é o ano de 1940, visto que o primeiro discurso analisado, a fim de perceber a (re)construção das representações sobre a Amazônia, é de Getúlio Vargas¹⁵.

De forma alguma o roteiro elaborado tem o objetivo de traçar uma linha do tempo definitiva e/ou absoluta sobre toda a história da ditadura militar brasileira, ou mesmo sobre todos os eventos que relacionam os governos militares com a Amazônia. O propósito do roteiro para a pesquisa dos periódicos é orientar a análise, torná-la menos exaustiva, mais eficiente, mais adequada ao tempo disponível para sua realização e mais próxima dos resultados que se espera alcançar.

A partir desse roteiro, verifiquei as edições publicadas em datas próximas a essas ocasiões anteriormente destacadas. Porém, como já esperava, algumas circunstâncias interessantes foram encontradas durante a leitura dos jornais. Por isso, o roteiro elaborado foi fundamental como um guia, algo que não permitisse uma desorientação no processo de pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, abrir espaço para *insights* e achados imprevistos foi o que trouxe singularidade às reflexões propostas.

14 O roteiro utilizado está disponível ao fim do trabalho no Apêndice 1.

15 Como será discutido em mais de uma ocasião ao longo do trabalho, os ideais de “desenvolver, integrar e ocupar” a Amazônia surgem com força antes mesmo da ditadura, durante a Era Vargas. Por isso o recuo no recorte temporal, pois será necessário demonstrar que, mesmo tentando se desconectar da herança varguista, muitas características dos projetos da ditadura de 1964 têm grande semelhança com propostas do Estado Novo para a região amazônica. Assim, mesmo que o foco desse trabalho seja as relações da ditadura militar de 1964 com a Amazônia, os recuos temporais se mostraram necessários de modo que permanências e rupturas quanto ao tratamento desenvolvimentista dado à região amazônica sejam percebidos. Por outro lado, como será visto no capítulo III, algumas permanências são visíveis ainda no tempo presente.

Concomitante à coleta dos jornais, precisei desenvolver uma metodologia de análise que permitisse o encontro fácil e objetivo das informações que seriam utilizadas no processo de escrita da dissertação. Dois artigos foram cruciais na definição de um método adequado: "História dos, nos e por meio dos periódicos", de Tânia Regina de Luca (2005), e "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa", de Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007).

De forma complementar, ambos os textos atentam para a materialidade dos jornais e revistas (suas mudanças de *layout* ao longo do tempo, o projeto gráfico, o título), a forma como esses impressos chegavam aos leitores (a periodicidade, o local e o tempo de circulação, o preço, a tiragem), seu conteúdo (o projeto editorial, a iconografia, os elementos que compõem a capa, os cadernos, as seções, as colunas e colunistas etc.), sua relação com o mercado, a publicidade nele veiculada, o público leitor do jornal, o motivo do destaque dado a este ou aquele assunto, a temática do jornal, a linguagem utilizada e seu lugar social (os grupos produtores e as condições de produção e circulação). Por isso a importância de pesquisar não apenas o conteúdo dos jornais, mas compreender todo o seu processo produtivo e de divulgação; além de considerá-los como elementos ativos na sociedade, produtores e divulgadores de ideias, concepções e visões de mundo.¹⁶

A partir desses artigos e dos critérios de análise da imprensa por eles destacados, elaborei quadros de análise. A inspiração para utilização desses quadros se deu após a leitura do artigo "O Poder, a Palavra e a Ação: os discursos políticos como fonte histórica. Proposta metodológica de análise", de Angela Malheiro (2015). Neste texto, Malheiro apresenta tabelas que podem ser utilizadas para o exame de discursos políticos como fontes históricas. Baseado

¹⁶ Por não ser o objetivo principal deste trabalho, não serão explicitados neste texto todos os itens de análise destacados. Contudo, é importante frisar que, no processo de pesquisa, esses critérios foram observados e auxiliarão para a construção das reflexões aqui propostas.

na sugestão da autora, fiz adaptações para os quadros que utilizei no diagnóstico crítico dos discursos e também dos periódicos.

São, ao todo, quatro fichas de observação e análise dos periódicos. A primeira ficha é dedicada ao enquadramento histórico. Nela, estarão esquematizados o contexto regional, nacional e internacional do período estudado em seus diversos aspectos: social, econômico, político e cultural. Certamente, as informações colocadas nesta ficha serão aquelas relevantes para o tema da pesquisa. Além disso, foram preenchidas mais de uma ficha de enquadramento histórico, uma vez que entre 1964 e 1985 ocorreram mudanças significativas.

A segunda ficha se destina à caracterização do periódico, em seus elementos mais gerais, como: título/subtítulo, local de publicação e circulação, periodicidade, proprietários, diretores, datas limites de publicação, edições analisadas, tiragem estimada e disponibilidade no acervo. Também são colocadas informações sobre projeto gráfico e editorial e marcas ideológicas verificadas.

A terceira ficha de análise tem caráter mais específico, voltada para compilação de dados sobre um texto, reportagem/editorial, selecionado. Assim, além de indicações básicas, como data, local do artigo dentro do jornal (página, caderno, etc.), título e autor, são escolhidas palavras-chave que possam sintetizar o assunto tratado. Em seguida, há espaço para colocar as percepções de presente, passado e futuro expressadas naquele texto; críticas, elogios e propostas lançadas ao governo, a um empreendimento ou a uma situação; mobilização de memórias e imaginários; representações sobre a Amazônia; presença ou não de imagens e suas respectivas descrições; referências a outras publicações, como discursos, literatura e legislação.

A última ficha é dedicada aos anúncios que foram encontrados ao longo da pesquisa nos periódicos e que se mostraram interessantes para incorporação no trabalho. São

observadas nas propagandas as imagens utilizadas, a temática, o texto e frases de impacto. A partir dessas informações, busca-se perceber as representações divulgadas sobre a Amazônia e a ditadura militar.

Os quadros utilizados para análise dos discursos têm algumas semelhanças com os utilizados para os periódicos. Contudo, no exame dos discursos, certas especificidades devem ser observadas, tais como: quem é o sujeito que fala; quem são os interlocutores; qual o suporte (escrito ou falado); onde o discurso foi pronunciado; qual o objetivo almejado por aquele que fala (ou quem/o que ele representa); quais os artifícios de argumentação, persuasão e manipulação foram utilizados; quais identidades, memórias e imaginários foram mobilizados. Ademais, busca-se identificar alguns efeitos do discurso, por exemplo: quais medidas políticas foram tomadas após o discurso (o que foi, de fato, colocado em prática?) e quais foram as reações da mídia, da oposição e da sociedade em relação ao discurso.

A utilização desses quadros de análise foi de grande ajuda para localização das observações feitas ao longo do estudo. Eles amenizaram as dificuldades em se trabalhar com uma grande quantidade de material, permitindo que as reflexões e conexões não se perdessem, podendo integrar o resultado final da pesquisa¹⁷.

Finalmente, compreendo o conceito de imaginário, que será vez ou outra mobilizado, como um conjunto de representações que operam em relação de influência mútua com o real e pode ser utilizado como elemento de legitimação e práticas de poder. Sendo, ademais, uma forma de apreensão do real que também o constitui¹⁸. Sobre isso, Sandra J. Pesavento (1995, p. 15-16) diz que

O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma

17 Todas as fichas de análise utilizadas estão ao final do trabalho, nos apêndices 2 (periódicos e propagandas) e 3 (discursos políticos).

18 Para saber mais sobre, o texto de Márcia Janete Espig (2003), "O conceito de Imaginário: reflexões acerca de sua utilização", é bastante esclarecedor.

definição de realidade. Mas imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real [...]. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Esse processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica.

Em suma, a escolha por analisar representações e imaginários sobre a Amazônia mobilizados nos discursos, sejam eles pronunciados pela mídia, pelo Estado ou pela academia, justifica-se pela sua importância como produto e parte formadora das relações políticas e sociais. Os imaginários e as representações são como distorções interpretativas que simbolizam as formas de ver o mundo próprias do sujeito ou órgão que discursa. Eles, são, portanto, maneiras de ler o social. Alguns de seus possíveis efeitos ou, ao menos, suas intenções, poderão ser melhor compreendidos nos capítulos que virão a seguir.

O primeiro capítulo, "O que é Amazônia? Multiplicidades, diversidades e contrassensos", tem como objetivo pensar a construção do que entendemos como Amazônia e como se deu a formação, atualização e apropriação de representações sobre a região. Aqui, serão questionados os diversos olhares sobre o território amazônico, buscando compreender como se deu a construção de estereótipos e concepções que pairam sobre a Amazônia. Ademais, a relação entre a imprensa e a ditadura será abordada, tendo como foco os possíveis vínculos entre os jornais selecionados para pesquisa e o regime ditatorial. Nesta parte do primeiro capítulo, busca-se compreender por que a imprensa tem papel tão significativo para a legitimação dos projetos governamentais voltados para a Amazônia e da própria ditadura em si.

O capítulo dois, "Amazônia para quem? Projeto nacionais, desenvolvimentismo e ditadura militar", irá explorar as relações entre os militares e a região amazônica, buscando responder qual foi o interesse do governo na região, de que forma a implantação de grandes projetos de infraestrutura podem ser caracterizados como exercício de poder, quais foram os

programas de desenvolvimento propostos para a Amazônia e como o sentimento nacionalista se relaciona com os ideais de “ocupar, integrar e desenvolver”. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimentismo também será explorado, trazendo, especialmente, sua utilização dentro do contexto amazônico. Será abordado o início das empreitadas desenvolvimentistas e “integradoras”, desde a Era Vargas, passando por Juscelino Kubitschek e chegando aos anos de ditadura militar.

O último capítulo, "Batalhas na Amazônia: contradições e conflitos da ditadura militar", questionará as controvérsias que envolveram a imposição externa das propostas de desenvolvimento face às demandas internas, pois, como poderá ser verificado, a tão desejada integração não pôde ser consolidada. Ademais, serão discutidos os contrassensos da modernização econômica imposta pela ditadura, alguns de seus efeitos para as populações locais e suas ressonâncias no meio nacional e internacional divulgados pela imprensa. Por fim, os legados e as memórias desses anos de ditadura na Amazônia serão analisados, evidenciando algumas de suas contradições, silêncios e apagamentos. Mostrando também que a repressão na Amazônia ocorreu através desses projetos desenvolvimentistas, que impuseram controle e um modelo econômico-social desejado pelos militares. Mas, a repressão também chegou à região amazônica pela violência política e ideológica.

Perpassando a discussão, serão feitas reflexões sobre o desenvolvimentismo e a modernização conservadora como partes de uma cultura política brasileira, como já proposto por Rodrigo Patto Sá Motta (2013; 2014), e/ou uma cultura política nacional-estatista, como sugerido por Daniel Aarão Reis (2014). Pelo espectro da cultura política, tentarei compreender as relações da ditadura com a Amazônia, percebendo as diversas facetas desse período da história do Brasil.

CAPÍTULO I

O QUE É AMAZÔNIA?

Multiplicidade, diversidade e contrassensos

Desde o período da chegada dos europeus em solo americano e o encontro destes estrangeiros com a grandiosidade da floresta, as representações sobre a Amazônia percorrem o mundo e as várias regiões do Brasil. A variedade de imaginários e (pré)conceitos sobre esta vasta porção do território sul-americano se transformam conforme o tempo, os objetivos daqueles que discursam e os planos que pretendem implantar por ali.

Euclides da Cunha (2003) chama a Amazônia de terra sem história, local que desperta um “espanto quase religioso”. Algo incompleto, desordenado, revolto, mas que “sempre teve o dom de impressionar a civilização distante” (CUNHA, 2003, p. 45): “Ao desenhar uma região sem história, Euclides incorpora o ritmo vital da natureza às coisas dos homens [...]. É a ficção da terra sem pátria” (HARDMAN, 2005, p. 121-122).

Mas, seria mesmo a Amazônia um lugar sem história? Apenas um território tomado pela força da natureza, que exerce fascínio nos homens, mas os repele de seu interior? Refletir sobre essas questões é fundamental para delimitar o que pensamos que sabemos sobre a Amazônia, como esses conhecimentos foram construídos e por que eles se fixaram.

Muitos de nós, brasileiros, temos o mau hábito de pensar que a Amazônia está restrita ao Brasil, colocando rótulos em uma região que ultrapassa as fronteiras nacionais, indo até Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Ao longo da história do país, especialmente nos tempos da ditadura militar brasileira que serão muito abordados nesse trabalho, a Amazônia é alvo de várias e impactantes empreitadas e,

junto delas, os discursos que insistem em caracterizar, de maneira homogênea, um conjunto de espaços, culturas e grupos sociais tão distintos entre si.

Pode-se dizer que a Amazônia é atingida pelo que Durval Muniz de Albuquerque (2011) chama de estratégia de estereotipização:

O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. [...] O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta [...]” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 30).

Como, então, evitar a reprodução e reconstrução desses estereótipos, elevando a presença dessas diferenças individuais? Seria um melhor caminho pensar em *Amazônias*? Ou, pelo menos, reconhecer e não permitir que seja esquecida a multiplicidade que forma o que chamamos de Amazônia? Segundo Neide Gondim (2007, p. 158),

A Amazônia é um mistério inventado pelos europeus. A expectativa que antecedia a chegada à região era alternada por momentos de puro êxtase e por ocasiões de extremo desânimo. À notória constatação da homogeneidade do cenário seguia-se a descoberta da diversificação [...].

Mas, teria mesmo sido a noção una de Amazônia algo idealizado pelos europeus? Ou é possível perceber, ao longo de toda história do Brasil, a reconstrução de imaginários, reinvenção de representações e reafirmação de conceitos que planificam, descomplexificam e homogeneízam a região amazônica? A partir dessas indagações, será feita uma busca por compreender as representações sobre a Amazônia, entendendo que cada escolha no ato de representar é um fazer político, um jogo de poder, uma busca por disseminar certa visão de mundo. Nesse sentido, a análise dos discursos sobre a Amazônia é extremamente importante, não porque eles são documentos que transmitem uma suposta verdade sobre a região, mas porque são monumentos de sua construção (ALBUQUERQUE, 2011, p. 35).

A disseminação de dada representação tem efeitos que vão muito além do campo das ideias, agindo diretamente nas práticas concretas do “mundo real”. Por isso, conjugar as representações sobre a Amazônia com o lugar de fala, as intenções de quem as promove e com o contexto de sua reprodução é fundamental para o entendimento das vivências sociais ali praticadas ao longo do tempo. À medida que essas representações são mapeadas, mais claro fica a percepção de como as empreitadas desenvolvimentistas em território amazônico eram legitimadas durante a ditadura e mesmo antes dela.

I.1 A Amazônia e suas representações

Ao pensar sobre o mundo e as representações que o constituem, sempre me recorro de uma citação do livro “As cidades invisíveis”, de Ítalo Calvino (1990, p. 17): “O olho não vê coisas, mas imagens de coisas que significam outras coisas”. Como já foi dito, essa atribuição de significado ao que os olhos veem, é sempre um ato político. Algo que diz respeito a intenções, memórias, princípios, vivências, escolhas, conhecimentos prévios, enfim, bagagens individuais e/ou coletivas. Como disse Rubem Alves (2004), “O ato de ver não é coisa natural”, portanto, o resultado dos olhares depositados sobre a Amazônia, no tempo, não é algo dado, mas construído.

Neide Gondim (2007, p. 13) vai ainda além ao dizer que “Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer construída”, ela foi inventada. Ou seja, as imagens e adjetivos que perpassam a mente quando pensamos em “Amazônia”, fazem parte de um conceito forjado, edificado ao longo dos anos, formando um bloco uniforme que esconde as especificidades que perpassam o todo. De maneira complementar, como já observado por Durval Muniz de Albuquerque, “Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 35). A ideia, então, é desnaturalizar a

Amazônia, entendendo sua concepção para além de seus limites geográficos e características físicas naturais.

Ao partirmos de olhares amazônicos sobre a própria Amazônia, identificamos multiplicidades que, talvez obviamente, variam tanto quanto as vivências existentes dentro deste território. Por isso, é essencial identificar o lugar de cada fala. Dessa forma, poderemos perceber, por exemplo, por que um periódico como o *Jornal do Commercio*, um dos mais tradicionais de Manaus, dissemina visões que muitas vezes se alinham a discursos próximos aos do jornal *O Globo*, de origem carioca; mas, em outros momentos, traz questões muito mais marcantes do olhar local, endógeno, pertencente à região. Hipóteses que justifiquem tais variações podem ser levantadas ao sabermos que o *JC* foi parte dos Diários Associados por muitos anos, o que certamente influenciou na escolha das publicações; ou que o *JC*, apesar de estar na Amazônia, fala apenas de uma das capitais da região. Logo, as vivências de seus jornalistas e editores são diferentes daqueles que residem nos interiores ou em outras capitais do vasto território amazônico (o que não é exclusivo da equipe do *JC*, uma vez que todas as vivências individuais são singulares e influenciam no fazer jornalístico de cada profissional). Em contrapartida, o *JC* não deixa de ser parte do que chamamos de Amazônia. Assim, certamente encontraremos em seu conteúdo visões de mundo que partem da vivência amazônica, mesmo que isso represente apenas uma pequena parcela da multiplicidade existente.

Portanto, ao discutirmos sobre representações endógenas e exógenas sobre a Amazônia, ou seja, concepções que partem daqueles que vivem dentro ou fora de região, respectivamente, não será possível abranger todas as visões que contemplam esses olhares. Por isso, os variados discursos e as representações que eles carregam sobre a Amazônia serão devidamente colocados em seus lugares de fala, buscando evitar os equívocos da superficialidade da argumentação e do encobrimento das alteridades.

Visto isso, desde já deve ser esclarecido que o olhar endógeno trazido à tona por este trabalho é restrito. Ou seja, seus lugares de fala são duas das capitais amazônicas, Belém e, principalmente, Manaus. É imprescindível que este recorte fique explícito, pois mesmo que o objeto de estudo refira-se a Amazônia e aos impactos da ditadura nela, os olhares endógenos provém, em sua maioria, de intelectuais que vivem nessas capitais e do JC, de Manaus.

Portanto, as perspectivas endógenas e exógenas que serão tratadas neste trabalho não devem ser entendidas como as únicas possíveis, ou como as mais verdadeiras. Ao contrário disto, elas fazem parte de um complexo campo de representações sobre a região amazônica. As análises aqui propostas esperam poder contribuir para o entendimento de uma porção das diversas formas que a Amazônia pode assumir nos discursos, ao longo do tempo. Outrossim, é pretendido compreender os impactos visíveis desses discursos divulgados na imprensa¹⁹ e sua relação com o contexto vivido, sem abrir mão da certeza de que representações são mais do que analogias do real, pois elas ultrapassam a esfera do pensamento, sendo produtoras de sentidos e de realidades (ALBUQUERQUE, 2011, p. 44).

Como expoentes do olhar endógeno amazônico (dentre vários outros possíveis, é preciso salientar), serão abordadas concepções de alguns intelectuais, além de manifestações da imprensa local, representada pelo *Jornal do Commercio*, de Manaus.

A escolha em partir do olhar dos amazônicos sobre a Amazônia tem como objetivo perceber a construção das representações sobre a região por um parâmetro que não seja cronológico, mas que dê voz, primeiro, aos mais interessados e afetados pela dinâmica social da localidade, ou seja, seus próprios moradores. Ênfase: os expoentes selecionados como representantes dessa voz endógena não simbolizam toda a população amazônica, que é múltipla em vivências, costumes, culturas e princípios.

¹⁹ Não serão abordados aqui impactos sociais tangíveis verificados em outras fontes fora da imprensa.

Ao trazer figuras políticas, acadêmicos e membros da imprensa, estamos tratando de pessoas letradas, que vivem, majoritariamente, em centros urbanos de maior ou menor porte e têm a possibilidade de frequentar ambientes voltados para as elites políticas, econômicas ou intelectuais. Por outro lado, o lugar de poder ocupado por estes sujeitos lhes dá privilégio na disseminação, (re)produção e perpetuação de certas representações sobre a Amazônia. Assim, muitas das concepções desses indivíduos sobre a região perduram até os dias atuais e contribuem para a construção da Amazônia brasileira, seja em seus aspectos culturais, seja nas práticas sociais.

Arthur César Ferreira Reis é tido como um dos maiores intelectuais amazônidas. Como bem colocado por Lademe Sousa, o autor, “[...] apesar de não figurar entre os grandes nomes nos livros de historiografia brasileira, fez parte de uma geração de intelectuais que estava preocupada [...] em construir uma identidade para o Brasil” (SOUSA, 2009, p. 17). De maneira complementar, Hélio Dantas (2011, p. 38) afirma que “A obra de Arthur Reis está inserida no processo de luta de representações pela definição da identidade regional [...] que a partir do século XX passou a construir discursivamente a Amazônia enquanto região”. Com Reis, várias das representações atribuídas à Amazônia ganharam fôlego, se perpetuaram e se naturalizaram, definindo seus ancestrais fundadores, seus heróis, seus monumentos culturais e históricos.

Nascido em Manaus, no ano de 1906, filho de jornalista, publicou seu primeiro livro, “História do Amazonas”, em 1931²⁰. Após este, muitas outras obras foram escritas, dentre elas, “Amazônia e a integridade do Brasil”, de 1966, que será abordada com maiores detalhes neste trabalho.

20 A dissertação de Lademe Correia de Sousa (2009) traz várias informações sobre a primeira obra de Arthur Reis, sua importância para a história do Amazonas e da Amazônia e sua inserção e recepção pela historiografia regional e nacional.

Reis é, certamente, um dos autores de maior importância para compreender a construção das representações sobre a Amazônia. Sua relevância acadêmica, além de muitíssimo estimada localmente, é também reconhecida nacionalmente. Um exemplo disso é a presença de sua obra, “Amazônia e a integridade do Brasil”, entre os livros da “Coleção Brasil 500 anos”, organizada pelo Senado Federal e publicada em 2001. Nesta coleção, ao lado de Arthur Reis, estão autores como Padre Antônio Vieira e Euclides da Cunha. De acordo com Lademe Sousa, já em 1940, é perceptível a influência da obra de Reis entre seus conterrâneos (SOUSA, 2009, p. 88,95).

Arthur César Ferreira Reis teve sua formação em Manaus, Belém e Rio de Janeiro, tendo frequentado reconhecidas instituições de ensino durante o ensino básico e superior. Graduou-se em direito, mas lecionou História do Brasil em Manaus. Foi membro do IGHA e do IHGB e esteve inserido nas conjunturas político-econômicas brasileiras, ocupando diversos cargos políticos, desde a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930. Dentre estes cargos, podemos destacar a chefia da SPVEA, entre 1953 e 1955, a direção do INPA, entre 1956 e 1958, e o governo do Amazonas, entre 1964 e 1967, tendo sido indicado por Castello Branco para assumir a função.

A produção historiográfica de Arthur Reis sofreu grande influência do IHGB. Em sua primeira obra, “História do Amazonas”, o autor traz o elemento civilizador como temática central, sendo o indígena um dificultador para a ação colonizadora do colono, da mesma forma que o clima e a geografia locais (SOUSA, 2009, p. 44). O entendimento do indígena na Amazônia como um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso da região é parte de um discurso recorrente. A ideia de “civilizar” a Amazônia perpassa tanto a percepção endógena quanto exógena, especialmente quando o sujeito que discursa traz consigo o ideal de que urbanizar e aculturar o indígena está diretamente relacionado ao objetivo maior de desenvolver o território em moldes ocidentais.

Em “Amazônia e a integridade do Brasil”, Reis inicia o primeiro capítulo com a seguinte afirmação: “[...] não há uma Amazônia. Consequentemente, não haverá um conceito de Amazônia. E não será, assim, possível definir a Amazônia como um todo homogêneo, harmônico, global” (REIS, 2001, p. 15). Ao dizer isso, o autor parte de uma desconstrução do conceito de Amazônia, para poder formar sua própria definição da região.

Em seguida, continua expressando as grandes generalizações que perpassam a formação representativa desta porção territorial: Amazônia como um grande espaço físico brasileiro, com quantidades gigantescas de água e coberta por uma “floresta de alto porte de coloração verde-forte”; região de muitas chuvas, clima quente e úmido, economia predatória, solo pobre, população escassa de maioria nordestina, baixos padrões de vida e grandes riscos devido às endemias (REIS, 2001, p. 15).

Após elencar essas características genéricas, Reis as confronta, mostrando o quanto são superficiais, uma vez que

Nem toda a Amazônia é só floresta, nem essa floresta é sempre verde-forte, permanente úmida e frequentada pela pluviosidade mais intensa. Nem toda Amazônia é fruto de economia predatória sobre a floresta, nem, tampouco, a sua população está toda dispersa, sem a constância das aglomerações mais ou menos densas. Também a Amazônia não é apenas uma parte integrante do território brasileiro, nem é fruto exclusivo da ação dos bravos sertanejos nordestinos [...]. Porque, evidentemente, não há apenas uma Amazônia, mas várias (REIS, 2001, p.15-17).

Este trecho destacado entra em grande confronto com boa parte dos discursos presidenciais analisados, sejam os do período ditatorial pós 1964, sejam os anteriores a esta data. Pois, nos discursos presidenciais há a constante tentativa de inserir a Amazônia no todo brasileiro, tratando-a como um problema que deve ser resolvido no âmbito nacional e pelo bem da nação. Ademais, ao falar de Amazônia, os presidentes normalmente menosprezam as especificidades de cada porção do território amazônico, considerando que a região é uma, logo, os projetos elaborados pelo governo e impostos ao território serviriam também a todos.

Certamente, isso não é verdadeiro, uma vez que grande parte dos projetos desenvolvimentistas prezam pela industrialização, ocupação e colonização, o que acarreta, por exemplo, na aculturação de indígenas e povos tradicionais, ou na total eliminação de alguns grupos sociais.

É interessante perceber quais as intenções de Arthur César Ferreira Reis com essa grande desconstrução do que ele chama de “conceito clássico” da Amazônia. Um dos intuitos do intelectual pode ser identificado na parte introdutória do livro, na qual ele aponta para a necessidade, cada vez maior, de se estudar profundamente as características da região Amazônica. A viabilização da integração efetiva da Amazônia só seria possível, segundo Reis, a partir da “participação dos órgãos de pesquisa que a inventariem com rigor científico” (REIS, 2001, p. 12). Dessa forma, o autor busca aproximar as definições de Amazônia do estudo científico e afastar as representações propostas pelos viajantes europeus do século XVI, pois estas seriam formadas pela imaginação, trabalhadas pelo sensacionalismo de literaturas exóticas, infíeis, nocivas e que teriam sido criadas “sem qualquer obediência ao real” (REIS, 2001, p. 16).

Segundo Hélio Dantas (2011, p. 73), Arthur Reis fez grande esforço para buscar uma maior atuação do governo federal na Amazônia, a partir de demonstrações embasadas cientificamente de que a região era profícua para implantação de projetos de desenvolvimento e habitação. “O problema encontrava-se não na natureza, mas na forma como a região era administrada e estudada” (DANTAS, 2011, p. 73).

Apesar do objetivo de Reis de valorização científica e racional da Amazônia ser facilmente identificado, é preciso questionar se essas representações de viajantes não são ligadas ao real como afirma o autor. Afinal, todo relato produzido tem direta ligação com seu contexto de produção. Não seria diferente com os registros dos europeus sobre a região

Amazônica, que estavam “infectados” pelas noções culturais e sociais europeias do período. Ou seja, as “bagagens” individuais, como já citado anteriormente, têm estrita relação com o modo de ver de cada sujeito. Logo, não é possível afirmar que esses relatos de viajantes não tinham “qualquer obediência ao real”, como disse Reis. Essas representações, assim como qualquer outra que será analisada, estão amparadas no real, mas são traduzidas a partir do olhar do sujeito que vê. Isto é, o discurso transmite o entendimento de seu produtor sobre o que o olho vê, baseado no vocabulário, nos costumes, nas vivências e nos conhecimentos prévios do produtor, que precisa tornar inteligível o novo, que era até então desconhecido.

Pensando nisso, cabe também destrinchar a representação de Amazônia colocada por Reis. Apesar de exaltar a ideia de uma Amazônia múltipla, o autor, que no período de publicação deste livro atuava como governador do Amazonas, coloca a necessidade desse rigor científico como condição para a execução vitoriosa dos planos de integração nacional que foram propostos pelo governo federal, ou seja, pela ditadura. Portanto, da mesma forma que os viajantes faziam uso, na construção de suas representações sobre a Amazônia, de uma lente distorcida por sua bagagem sociocultural, assim também fez Arthur César Ferreira Reis e todos os outros que se propuseram e se propõe a definir algo ou alguém.

Importante ressaltar que são as múltiplas “distorções” representativas do real que constituem a multiplicidade da própria realidade em si, e das práticas sociais que a constituem. Afinal, da mesma forma que as representações são formadas a partir do real, o real é também fundamentado nos inúmeros discursos que o definem.

Outro grande intelectual amazônica que propôs reflexões sobre a Amazônia, é Djalma Batista. Ele nasceu em Tarauacá, interior do Acre, em 1916. Formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia, em 1939. Entre as décadas de 1950 e 1970 foi diretor do INPA, conselheiro e vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura, presidente da Academia

Amazonense de Letras e professor da Universidade Federal do Amazonas. Estes dados não são para simples sondagem biográfica do autor, mas para compreendê-lo dentro de seu lugar social: intelectual de grande relevância na região amazônica, tendo viajado dentro e fora do país para várias localidades e sendo porta-voz de diversas instituições acadêmicas. Não é fora do comum ver notícias sobre ele em jornais de Manaus, inclusive o *Jornal do Commercio*, o que o torna também uma referência e uma personalidade pública numa das principais capitais amazônicas.

Segundo Renan Freitas Pinto, responsável pela apresentação à 2ª edição de "O Complexo da Amazônia", publicada em 2007, a obra pode ser considerada a síntese de Djalma Batista em torno do tema de subdesenvolvimento e caminho para o "desenvolvimento autossustentado" da Amazônia. Publicado originalmente em 1976, este foi o livro selecionado para compreender as visões do autor sobre a região.

Esta obra de Djalma Batista é, ainda hoje, muito lida entre os pesquisadores da Amazônia, mas é também um documento que manifesta os pensamentos de determinada época, uma vez que

[...] reflete, por exemplo, pontos de vista que eram dominantes na década de 70, segundo os quais o desenvolvimento da Amazônia e sua integração nacional ocorreria de forma mais acelerada e efetiva através da ação do Estado Nacional, expresso nos programas e projetos do governo federal e estadual. (PINTO, 2007 *apud* BATISTA, 2007, p. 10)

Portanto, da mesma forma que Arthur César Ferreira Reis, Djalma Batista também expressa suas visões sobre a Amazônia a partir de seu lugar de fala e de sua bagagem sociocultural.

Apesar de reivindicar com frequência, ao longo da obra, a intensificação de pesquisas sobre a região feitas por sujeitos que a conhecem, Batista reproduz também o mito do "mistério" e da "floresta selvagem" que circunda a Amazônia. O trecho a seguir exemplifica,

de forma sumária, esse paradoxo: "O enquadramento da Amazônia na vida econômica e política do Brasil se transformou [...] numa verdadeira esfinge: ou a deciframos ou ela nos devora" (BATISTA, 2007, p. 125).

Em "O complexo da Amazônia", o autor cita o descompasso entre a terra e o homem na região. Este descompasso, que pode ser exemplificado pelos conflitos dos europeus ou do governo com gentios e pela escassez alimentícia, teria aprofundado as desigualdades entre a Amazônia e o Centro-Sul do Brasil. Djalma Batista traz um ideal da região amazônica como um território que ainda precisa "vir a ser" algo, um lugar voltado para as expectativas futuras, para um progresso que ainda irá se concretizar.

Soma-se a isso, a preocupação do autor em relação ao passado ligado à borracha. Pois, tendo sido um período de grande prosperidade, seguido por repentino e violento declínio, Batista teme que a Amazônia fique eternamente estagnada e presa a este momento anterior. Isso impediria que o desenvolvimento autossustentado, que ele tanto almejava, se tornasse possível: "Na verdade, em todo o vale amazônico ficou o mesmo travo amargo de desesperança e amargura, uma vez que a borracha tem sido um marco em nossa história e em nossa psicologia, em torno do qual temos vivido uma verdadeira neurose obsessiva" (BATISTA, 2007, p. 34).

Da mesma forma que Arthur Reis, Djalma Batista acredita que a Amazônia ainda não é suficientemente conhecida. Assim, na obra do autor, a ideia de mistério sobre a grande floresta caminha ao lado da necessidade de explorar e estudar a natureza amazônica a partir de pesquisas científicas e tecnológicas. Ademais, seria preciso superar a fase extrativa considerada arcaica pelo intelectual, adotando medidas que permitissem um "aproveitamento racional das terras amazônicas" (BATISTA, 2007, p. 36).

Essa ideia de “aproveitamento racional” aparece com muita frequência nos discursos presidenciais analisados. Contudo, enquanto em “O Complexo da Amazônia” a concepção é de defender a ecologia amazônica e permitir uma produção alimentícia satisfatória, mantendo o equilíbrio, nos discursos, é exaltada uma técnica de produção sistemática que permita maiores lucros para a produção nacional.

Em discurso de 1940, Getúlio Vargas fala sobre a exploração de novos recursos naturais, “ainda em estado nativo”, a partir de “cultivo técnico e aproveitamento racional” (VARGAS, 06 de outubro de 1940). Figueiredo também fala sobre a execução de projetos na Amazônia para a “exploração racional” de seus recursos naturais (FIGUEIREDO, 26 de julho de 1979), assim como Castello Branco, em 1966 (BRANCO, 01 de setembro de 1966).

Outra representação sobre a Amazônia, comum na obra de Batista e nos discursos militares, é a preocupação com o “vazio amazônico”²¹:

Apesar da aparente homogeneidade geográfica, caracterizada pela presença de rios caudalosos e de uma floresta sempre verde [...], toda essa terra imensa, além de ter pouca gente, possui diversidades étnica e cultural, embora a economia não divirja muito. Cada Amazônia tem, entretanto, as suas características próprias. [...] o espaço amazônico, apesar de grande, tem uma distribuição demográfica irregular, de que resulta, apesar de tudo, no final, um mínimo da presença do homem (BATISTA, 2007, p. 43).

Esta visão da Amazônia como local a ser ocupado e colonizado, vem acompanhada da necessidade de civilizar. Afinal, para Batista, o desenvolvimento seria alcançado através do uso da ciência e da técnica acadêmicos e formais, sendo a região amazônica, “a última fronteira da civilização”, um enigma a ser decifrado. Com isso, mesmo que o autor reconheça a diversidade cultural e étnica do território amazônico, ele espera que essa multiplicidade possa abrir espaço para ser estudada e alterada de acordo com as medidas consideradas adequadas para alcançar o autossustento. Até porque, Batista acredita que a diversidade

21 A preocupação com o “vazio amazônico” a ser ocupado e colonizado também aparece com frequência na imprensa.

cultural não corresponde à diversidade econômica e, além disso, ele teme que certas características do caboclo amazônico possam prejudicar o tão desejado desenvolvimento²²:

Restaram na Amazônia, ainda, apreciáveis mostras de herança ameríndia no comportamento do povo. Uma delas, das mais típicas, é uma dose visível de preguiça reinante entre os habitantes do vale, uma indisposição para o trabalho sistemático, um conformismo com os resultados dos modestos esforços realizados e uma permanente despreocupação com o dia de amanhã (BATISTA, 2007, p. 63).

O indígena e seus descendentes são representados, então, de forma pejorativa, sendo considerados um dos motivos para o “atraso amazônico” em relação ao Centro-Sul brasileiro.

Djalma Batista tinha convicção de que o atraso da Amazônia vinha da falta de uma herança cultural forte e extensa por parte dos povos amazônicos. Para ele, só um grande investimento governamental em educação e cultura seriam capazes de criar uma base sólida para o desenvolvimento das mentes e do homem da região (RENHA, 2017, p. 43).

O modelo de educação e cultura almejado por Batista para o povo amazônida tinha bases culturais ocidentais civilizatórias, visto que as práticas culturais indígenas eram consideradas primitivas e arcaicas, sendo legado a elas a razão para o suposto subdesenvolvimento amazônico.

Essa concepção de que o caboclo é improdutivo e “pobre” em cultura e educação contribui para um tratamento negligente por parte do governo aos nativos amazônidas. Isso é questionado por Armando Mendes (2006, p. 119-123), ao dizer que o homem amazônida deve ser visto como um sujeito, e não como um meio para a execução de um serviço temporário. Por isso, seria preciso dedicação para que sua qualidade existencial seja aprimorada e, assim, ele poderia contribuir com o desenvolvimento da região.

22 Este modelo de desenvolvimento desejado pelos intelectuais e pelo próprio governo perpassa a visão ocidental e capitalista de industrialização, uso de tecnologia, lucro, produção em larga escala, etc. Porém, seria esta modernização ideal para todo o território amazônico? Essa é uma das questões que este trabalho tenta refletir.

Isso quer dizer que o homem amazônida deve ser capacitado para assumir, efetivamente, seu papel na sociedade. Armando Mendes vai além e defende que antes de “[...] aumentar o estoque populacional da região via imigração, [...] de agregar às populações existentes novos contingentes humanos, é preciso pensar [...] em como salvar aquelas [já existentes]” (MENDES, 2006, p. 120). Entre os três intelectuais, Reis, Batista e Mendes, este último é o único que defende o ponto de vista da valorização do nativo como primeira opção e coloca a imigração em segundo plano no quesito do povoamento da região amazônica.

Por fim, Djalma Batista diz que é um dos muitos que ainda desconhece a Amazônia (BATISTA, 2007, p. 379) e acredita que os problemas locais devem ser enfrentados pelo Brasil, ultrapassando os limites regionais. É um enigma que precisa ser decifrado, um celeiro de incógnitas, um vazio que precisa ser ocupado e colonizado, um povo que precisa ser educado e civilizado:

Ou o Brasil se decide a enfrentar o deserto da floresta amazônica, ou não o incorporamos à civilização. O importante é sabermos poupar a sua natureza, usando, pra isso, a boa técnica e a indicação da ciência. Ou tudo isso é apenas uma tentativa dantemão [sic] frustrada de enfrentar a esfinge amazônica? (BATISTA, 2007, p. 334).

Essa visão da região amazônica como um enigma a ser decifrado aparece também na obra de Armando Dias Mendes, "A invenção da Amazônia: Alinhavos para uma história de futuro", cuja primeira edição foi publicada em 1974. Armando Mendes foi um grande pesquisador paraense dedicado ao estudo da região amazônica. Dentre os cargos que ocupou, destacam-se: professor e pró-reitor da UFPA, presidente do Banco da Amazônia, integrante da SPVEA, deputado e vereador.

Apesar de Mendes compartilhar da noção de “enigma amazônico” com Djalma Batista, as concepções sobre a região propostas por ele são, em vários aspectos, bastante diferentes das de Batista e Reis. É certo que as representações de Amazônia desses três

autores conversam entre si, em argumentos que vezes se encontram, vezes divergem. Porém, ao ler “A Invenção da Amazônia” (2006), é inevitável perceber a clareza com que o pensador identifica as representações que limitam este vasto território. Ao mesmo tempo, ele tenta, de forma extremamente lúcida, fazer o leitor enxergar a região amazônica além dos estereótipos, propondo planos de ação que conjugam o regional e o nacional na solução do dito enigma.

Visto isso, Armando Mendes coloca na apresentação da obra que seu objetivo é superar a esfinge amazônica, sendo uma “Contribuição à formulação de uma estratégia para o desenvolvimento regional” (MENDES, 2006, p. 89). Portanto, como já enuncia o subtítulo, pretende-se alinhavar uma história para o futuro da Amazônia.

A concepção de que as terras amazônicas são promessas de prosperidade, algo que ainda não é, mas pode se tornar, está presente em vários dos discursos proferidos nos anos da ditadura militar, sejam eles oriundos do governo, da imprensa ou da academia, como no caso das obras de Arthur Reis e Djalma Batista, analisadas anteriormente, e do próprio Armando Mendes. Em todos esses casos em que transparece a crença em um futuro promissor para a Amazônia, o passado da região é trazido à tona, desnudando seus efeitos no presente e trazendo soluções para o futuro numa perspectiva teleológica.

Armando Mendes não abre mão de dizer que a Amazônia tem, sim, uma função nacional. Ou seja, ao mesmo tempo que o autor vê a região em suas especificidades, ele faz um esforço para inseri-la no todo da nação. Diz, também, que o território amazônico, além de enigmático, é imenso, tem rumos indefinidos e uma riqueza que ainda precisa ser descoberta²³.

Entretanto, Armando Mendes demonstra certa inquietude em relação às reações que a Amazônia provoca em seus “colonizadores e descobridores”. Segundo o intelectual, estas

23 Novamente o autor retoma a ideia do futuro de pujança e desenvolvimento citado acima a partir da descoberta das riquezas “escondidas” na Amazônia.

variam da fascinação à total descrença, de “celeiro do mundo” a “inferno verde” (MENDES, 2006, p. 98):

O padrão de idealização da Amazônia, pelos seus descobridores, colonizadores e divulgadores mais exaltados não tem fugido aos habituais da etapa da revelação do Novo Mundo [...]. O que chama a atenção, no caso amazônico, é o caráter cíclico dessa idealização. Parece que a própria grandeza natural da região somente pode suscitar atitudes extremas, que oscilam entre o deslumbramento e a decepção mais profundos [...] (MENDES, 2006, p.108).

Mendes coloca que essas definições de Amazônia são pré-científicas ou resultados de uma ciência incipiente (ou inconsequente, como ele diz). Por isso, o autor as denomina “deformações”, que caminham pela dicotomia “mato e mito” (MENDES, 2006, p. 109). Nessa linha, as leituras que os viajantes fizeram sobre a Amazônia seriam como um “impressionismo amazônico”, que simboliza o entusiasmo e incompreensões desses sujeitos ao se depararem com o novo da floresta. Por outro lado, há as “generalizações apressadas” que tentaram descrever a imensidão amazônica a partir do estudo de pequenas áreas, ocasionando em resultados limitados e vulgares.

Decifrar o enigma amazônico perpassa, então, para Armando Mendes, pelo entendimento da região a partir de suas individualidades e singularidades, de sua função nacional e da filosofia social que define essa função (MENDES, 2006, p. 98). É preciso entender o que é a Amazônia para, só assim, planejar o que ela pode vir a ser. E, ao estudar a região, evitar os extremismos do “mato e mito” é de extrema importância, assim como enxergar a Amazônia em sua profundidade.

Uma das diferenças fundamentais do olhar de Armando Mendes, em relação aos outros dois autores analisados, é a atenção dada ao homem amazônico, sobre a qual já falamos brevemente. O autor ressalta que a população na região, além de ser escassa, como vários outros dizem, é também desperdiçada, pois pouca importância é dada a ela. Daí a necessidade

de fazer o homem amazônico ser visto como um sujeito de sua história, e não apenas como um utensílio temporário ao desenvolvimento nacional (MENDES, 2006, p. 101).

Por fim, Mendes questiona como a Amazônia, que é motivo de cobiça internacional, continua sendo parte integrante do Brasil, uma vez que permanece isolada e largada à inércia do passado. Para que isso seja solucionado, a região precisaria ser reconhecida como um grande trunfo a ser trabalhado (MENDES, 2006, p. 105), não sendo “uma simples extensão do Brasil, mas uma intenção deste” (MENDES, 2006, p. 106). Este esforço do qual a Amazônia carece não deveria ser feito por um tratamento paternalista da região, como se ela estivesse em “uma condição infantil no seio da família nacional” (MENDES, 2006, p. 131). Ao contrário, é imperativo um empenho conjunto entre os representantes locais e a administração federal, pois, assim, o conhecimento e os interesses regionais poderão ser conciliados aos benefícios para todo o país.

Visto isso, “[...] modelos ortodoxos não se aplicam à Amazônia e qualquer nova tentativa nesse sentido será somente o acréscimo de mais uma frustração a tantas já sofridas pela região” (MENDES, 2006, p. 198). O desafio é, portanto, proporcionar soluções amazônicas para problemas amazônicos, pensadas e executadas com participação efetiva de nativos da região, fazendo com que a Amazônia deixe de ser um “fantástico enigma” para se tornar um “bom investimento” (MENDES, 2006, p. 202).

Em diálogo com o discurso intelectual amazônida, está o discurso jornalístico. Ambos os lugares de fala têm papel privilegiado na solidificação de determinadas representações, pois suas posições configuram instâncias de poder no meio social. Essas representações têm notável influência na formação de culturas políticas. Entender as representações sobre a Amazônia e o tratamento dado à região pelo governo federal, implica em inserir essas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais no seio de uma possível cultura política brasileira. A

recorrência nos modos de ver e tratar a Amazônia ao longo do tempo, no Brasil, tem características assíduas no percurso histórico brasileiro republicano. Com isso em mente, mostra-se pertinente compreender o papel da imprensa, de dentro e de fora da Amazônia, na construção ou invenção dessa vasta região.

Como já foi mencionado, o *Jornal do Commercio* de Manaus, além de um dos mais antigos do Brasil, fundado em 1904, era um dos jornais de maior circulação no Amazonas nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, as suas percepções sobre a região amazônica têm função elementar na construção do que entendemos como Amazônia, dando voz à parte da população manauara e amazônida. Ademais, por ter sido parte dos Diários Associados durante a ditadura militar, será possível perceber se a visão do *JC* está mais próxima das concepções endógenas dos intelectuais amazônidas analisados ou se são análogas aos discursos exógenos do jornal carioca *O Globo*.

Em edições do *JC* dos dias 02 e 04 de abril de 1964, pouco depois da ocorrência do golpe civil-militar, o colunista Nelson Moreira descreve a região amazônica como um “colosso” abandonado pelos “homens que não a olham com carinho e patriotismo”; o local que abriga a maior bacia hidrográfica do mundo e, por isso, toda sua vida existe em função dos rios; uma floresta exuberante, de flores exóticas; um quadro “inesquecivelmente majestoso”; uma reserva econômica em potencial; o lugar do extraordinário, em que o homem precisa sempre lutar pela sua sobrevivência contra a natureza; uma região que carece de educação, alimento, saúde e boas condições de trabalho para seus moradores, que são “um povo uno, sem privilégios, sem preconceitos, sem tradições de rancor, sem diferenças de fortuna, sem preconceito racial ou religioso” (*JC*, 02/04/64, p. 2; 04/04/64, p. 8). Por estas visões do autor sobre a Amazônia, algumas observações podem ser feitas.

Em primeiro lugar, Moreira ressalta a grandiosidade da Amazônia por suas águas abundantes, por seu visual colossal e extraordinário, pela sua natureza forte, viva e exótica. Há, aqui, uma intenção de engrandecer a região, valorizá-la, mostrar seu poder e capacidade em gerar deslumbramento. O autor não nega os efeitos envolventes que podem bestificar quem se depara com a Amazônia.

Em seguida, o colunista reforça a ideia, já encontrada nas análises dos intelectuais amazônidas, de que a região amazônica tem *potencial* econômico. Ou seja, se o tempo presente não é satisfatório, há perspectivas de um futuro rico e próspero ali. O autor chega a dizer que existe uma passagem bíblica que simboliza as enormes possibilidades do Amazonas para a vida brasileira. Tal passagem seria sobre a importância de manter a fé em momentos de turbulência, pois a esperança e as bênçãos sempre vêm.

A escolha em utilizar o discurso bíblico, cristão, para legitimar seu ponto de vista, tem muito significado. Entre eles, a tentativa de inserir a Amazônia em um cósmico divino. Além disso, manipular a Bíblia para justificar as dificuldades pelas quais a região passa, faz com que seja criada uma ideia de que haverá recompensa pelo sofrimento dos amazônidas e que há um destino a ser cumprido pela região nos planos de Deus.

O autor também evidencia que é preciso melhorar as condições de vida do sujeito local, pois o futuro só apresentará bonança caso o presente seja modificado. Percebe-se, então, que Moreira reivindica do governo maior atenção à Amazônia brasileira, considerando o cuidado com ela um ato patriótico:

Mostro assim, o quadro triste da Amazônia, para que os seus representantes nos diversos legislativos, possam gritar, possam reivindicar algo melhor para esta gente extraordinária e dinâmica. [...] Os brasileiros devem lutar juntos pela gente da Amazônia, para que todos possam ficar honrados e orgulhosos da pátria” (JC, 02/04/64, p. 2).

Identificamos nessas colunas do *JC* a visão do homem amazônida como parte fundamental para o desenvolvimento, assim como defende Armando Mendes. Contudo, também percebemos a importância dada para inserção da região no ideal de progresso e orgulho nacional.

Como é verificado no trecho acima destacado, convoca-se todos os brasileiros a lutarem pela Amazônia, pois ela é parte da pátria. Este sentimento patriótico pode estar relacionado com a ocorrência então recente do golpe de 1964, visto que os próprios militares utilizaram do discurso de “salvadores da pátria” como argumento para legitimar a tomada de poder. Por outro lado, este enquadramento da Amazônia como problema de escalão nacional já tinha sido um artifício utilizado nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, anos antes, como uma forma de autenticar e intensificar a atenção destinada ao território.

Por fim, no trecho destacado sobre a população local, tida como “um povo uno, sem privilégios, sem preconceitos, sem tradições de rancor, sem diferenças de fortuna, sem preconceito racial ou religioso” (*JC*, 04/04/64, p. 8), identificamos a presença do mito da democracia racial. A análise desse excerto leva a crer que todo povo amazônida, supostamente, viveria em respeito mútuo uns com os outros e em condições de vida semelhantes. Há aqui a tentativa de transmitir uma visão da população da região amazônica como sujeitos justos, passivos e tranquilos. Essa visão encobre problemas gravíssimos existentes na Amazônia como as disputas de terra e os conflitos com os indígenas.

Em edição do ano de 1966 do *JC*, a coluna de Luiz Soares, “Amazônia: ficção ou realidade?” (*JC*, 04/12/66, p. 9), tenta definir o que é “verdadeiro e real” na região amazônica, afastando o “mítico e o fabuloso”. Dessa forma, o colunista inicia sua reflexão a partir da afirmação de que a Amazônia tem um caráter dúbio: de um lado, há a Amazônia que “se vê com olhos da fantasia”; de outro, aquela “vista de maneira objetiva e prática”. Advindo desse

pressuposto, o autor recorre ao erro de afirmar ser possível olhar e definir algo de maneira totalmente objetiva e imparcial, o que não é verdadeiro. Como verificaremos em seguida, ele mesmo, partindo de seu lugar de fala como amazônida desejoso de melhoras para sua terra e seu povo, guiará sua análise buscando mostrar uma Amazônia virtuosa, habitável e capaz de crescer.

Na mesma linha dos intelectuais amazônidas analisados, Soares defende a necessidade de entender a Amazônia a partir de estudos científicos rigorosos. Sem as pesquisas guiadas pela razão, a região continuaria a ser “caluniada, exaltada, sendo considerada um mundo à parte, coisa apenas para o futuro, vista em termos de amanhã e não de hoje”. Há, então, por parte do colunista, o apetite por mudanças imediatas, baseadas em planejamentos sólidos, voltados para o presente, não para o futuro.

A Amazônia “real”, para Luiz Soares, é definida por ser a vigésima parte da superfície terrestre, por obter um quinto da disponibilidade mundial de água doce, compor quatro décimos da América do Sul e três quintos do Brasil, sendo um terço de todas as reservas naturais do mundo. Apesar de sua extensão territorial, extremamente valorizada pelo autor, ele expressa sua preocupação com a baixa densidade demográfica da região, que não teria sido resolvida por conta das tentativas de povoamento terem sido feitas “ao sabor das circunstâncias ocasionais de uma exploração econômica de aventura e sem cogitar a fixação definitiva na terra”.

Essa inquietude com a necessidade de ocupação do território amazônico é uma tônica muito presente em todos os discursos analisados, sendo eles endógenos ou exógenos. A diferença está na forma como o povoamento é proposto. Os governos ditatoriais tentarão incentivar a migração, enquanto os representantes locais buscarão refletir sobre a melhoria das

condições de vida nas diversas localidades da Amazônia, de forma que os próprios amazônidas se reproduzam e habitem o território.

Em seguida, o autor diz que a economia na Amazônia tem características primitivas, uma agricultura bastante rudimentar voltada para a subsistência e o extrativismo. Porém, afirma que é preciso valorizar o trabalho do “*hinterlandino*”, pois esse sujeito, que é “escarnecido de indolente, de preguiçoso e de tolo”, é apenas um homem humilde que foi deixado à margem, sem acesso a novos conhecimentos e instrumentos tecnológicos que pudessem melhorar suas condições de trabalho. Este homem, para Luiz Soares, “é uma vítima do descaso e do abandono em que tem sido deixado”. Isto posto, o colunista afirma a necessidade de civilizar esse povo, pois apenas assim a Amazônia alcançaria seu desenvolvimento.

Esta última proposição do autor diz muito sobre seu lugar de fala. Como jornalista de um grande jornal da capital amazonense, sua concepção de “civilização” se assemelha aos modos de vida ocidentais, cristãos e tradicionalistas. Logo, o homem do interior que não segue estes hábitos urbanos, é considerado selvagem, assim como a floresta. Por isso, ele precisaria ser civilizado, ocidentalizado. Por outro lado, essa “selvageria” não seria culpa dos sujeitos, mas sim do governo, que os largou ao descaso.

Nesta mesma edição de 1966, há uma grande reportagem, “O despertar de uma nova era: Esperanças e Ilusões de uma região sofrida” (*JC*, 04/12/1966, p. 20), assinada por Síval Gonçalves. Toda uma página é dedicada às considerações do jornalista sobre o futuro e o passado dos investimentos governamentais na região amazônica. Visivelmente, o objetivo da reportagem é afirmar as boas condições daquele período para contribuir e se dedicar ao desenvolvimento da Amazônia. Assim, Gonçalves faz um panorama dos problemas que envolveram os investimentos anteriores na região, mostrando que as conjunturas impostas

pelos militares após o golpe de 1964 são melhores e mais bem planejadas. Isso significaria maior segurança quanto ao futuro próspero que se almeja para a Amazônia e, claro, maiores lucros para aqueles que se dispuserem a investir ali.

Logo no início da reportagem, Síval Gonçalves diz que a Amazônia é uma região subdesenvolvida, sofrida, e, pela dificuldade em solucionar as adversidades encontradas, ficou conhecida como “área problema”. Segundo a matéria, a Amazônia precisa ser dominada, conquistada e transformada de um “modo humanizado”. Novamente aparece a ideia de que o suposto subdesenvolvimento está ligado a um modo de vida selvagem, não civilizado e até animalesco. Pois, se é necessário humanizar a Amazônia, subentende-se que, para o autor, no momento de sua escrita, a região ainda não é digna da vivência humana, racional. Logo, a realidade que ele vê ali é um mundo de selvageria e irracionalidade.

O autor diz que os interesses estatais no território amazônico começaram ainda no período colonial, pelo governo português. Porém, o primeiro investimento de maior folego teria sido a SPVEA. Várias críticas são feitas a atuação da Superintendência ao longo do texto, entretanto, Gonçalves ressalta que

[...] após a SPVEA surgiu uma nova literatura sobre a Amazônia, mais realista, sem o sensacionalismo exagerado das obras produzidas pela imaginação fantasiosa de cientistas e escritores, o que muito contribuiu para deformar a verdadeira imagem da Amazônia, para alguns Inferno Verde, para outros, Paraíso ou celeiro do mundo (*JC*, 04/12/1966, p. 20).

Este trecho traz várias das problematizações envolvendo as representações sobre a Amazônia que foram discutidas. Uma delas, a dicotomia entre a Amazônia fantástica, exuberante, e a Amazônia real. Como já foi dito, é errôneo afirmar que as concepções tidas pelo repórter como “sensacionalistas” não estão ligadas a um mundo verdadeiro existente, pois elas estão. Outrossim, a busca por uma Amazônia essencialmente objetiva, concreta e autêntica, é inatingível, uma vez que todas as leituras que feitas da região passam,

inevitavelmente, pela tradução entre o que é visto e o que é registrado. Ou seja, aquele que vê a Amazônia, mesmo que com lentes ávidas por neutralidade, não conseguirá isentar-se de sua bagagem sociocultural na transmissão de suas impressões.

Portanto, as “deformações” divulgadas sobre a Amazônia são, de certa maneira, parte desse todo extremamente complexo que é a região. O que se pode esperar é que esses estereótipos que homogeneizam o todo sejam desfeitos, assumindo, assim, a multiplicidade de facetas desse imenso território.

A Amazônia não é essencialmente um “Inferno Verde”, nem é simplesmente o “celeiro do mundo”. A categorização dela, desta ou daquela forma, está diretamente ligada ao lugar de fala do enunciador. Por exemplo, no *JC* é possível encontrar diversas reportagens nas quais a concepção de “Inferno Verde” é colocada como algo pertencente ao passado ou algo a ser superado, pois isso demonstraria a capacidade positiva da Amazônia. Na capa da edição de 23 de junho de 1965, lê-se “Vencendo o Inferno Verde”. Junto da manchete, vemos imagens de tratores derrubando a floresta com a legenda: “A floresta sendo desbravada pelo homem [...] um marco de pujança” (*JC*, 23/06/65, capa). Já em publicação de 1970, o “Inferno verde” é tido como um capítulo no passado da Amazônia, uma vez que o empresariado responderia aos incentivos do governo, investindo na região e fazendo com que a Amazônia tivesse olhos para um futuro colonizado (*JC*, 01/05/1970, p. 13).

Já a concepção de Amazônia como “celeiro do mundo”, normalmente aparece no *JC* como um objetivo a ser alcançado pela região valorizando-a. Em coluna de Idelfonso Pinheiro, por exemplo, ele afirma: “A Amazônia é a parte do globo que Deus preservara para o celeiro do mundo” (*JC*, 08/01/67, p. 2). A expressão “celeiro do mundo” foi aplicada à Amazônia por Humboldt, um geógrafo, naturalista e explorador que veio à América Latina no

século XIX. Sua retomada tem o objetivo de demonstrar a capacidade da Amazônia perante o contexto nacional e internacional, como local de fartura e riqueza.

Finalmente, a visão da Amazônia como “Paraíso”, aparece em oposição à concepção da região como “Inferno”. Enquanto alguns consideraram aquela grande massa florestal, com sua imensa diversidade na fauna e na flora, algo sufocante, outros consideraram esse cenário algo próximo do Éden, um paraíso natural moldado por Deus.

O que chama atenção no uso dessas expressões para designar a Amazônia é que, mesmo partindo de um olhar endógeno que critique seus usos, elas ainda são reconhecidas e utilizadas em substituição ao conceito de Amazônia. Isto posto, a tentativa de descrever a região amazônica sempre estará atrelada àquilo que cada sujeito experimenta dela em dado tempo.

Isso pode ser exemplificado pela própria concepção de Amazônia do jornalista Síval Gonçalves, que concorda com as investidas do governo federal na região e compartilha do sentimento nacionalista que insere a Amazônia em um *loop* de projetos nacionais: “A integração econômica e social da Amazônia nos quadros da civilização brasileira, pelo aproveitamento racional e produtivo de suas imensas reservas, através da técnica e do capital, é uma exigência nacional a que nenhum brasileiro pode ficar indiferente” (*JC*, 04/12/1966, p. 20).

Por mais que as representações sobre a região amazônica, mapeadas no *JC* e nos textos de intelectuais amazônidas, transpareçam concepções próprias do meio urbano – arraigado com as noções de “civilizar, colonizar e desenvolver” a Amazônia e passando por cima das alteridades dos povos tradicionais e indígenas em vários momentos –, no discurso exógeno de *O Globo*, a estereotipização aparece ainda com mais força. Nesse sentido, um

conjunto de reportagens publicadas n’*O Globo* entre os dias 17 e 23 de outubro de 1964 chama muito a atenção.

O quadro especial que veiculou essas reportagens n’*O Globo* recebeu o nome de “Catalina, o Missionário Alado”²⁴. Em todas as edições em que foram publicadas, essas matérias apareceram na primeira página do segundo caderno do jornal, que prioriza o entretenimento, notícias locais, pequenas notas, anúncios e classificados. O quadro foi posto em uma seção que traz coberturas especiais, produzidas por vários jornalistas e sobre diversos assuntos. A cada novo quadro, com novos temas, um título diferente é dado à seção.

“Catalina, o Missionário Alado” foi formado por seis reportagens: “I – Deus e o Diabo moram na Amazônia” (*O Globo*, 17/10/64, 2ª seção, p. 1); “II – Cruzeiro do Sul, a cidade maldita” (*O Globo*, 19/10/64, 2ª seção, p. 1); “III – Fé, o Gigante da Amazônia” (*O Globo*, 20/10/64, 2ª seção, p. 1); “IV – O Contrabando da Sobrevivência” (*O Globo*, 21/10/64, 2ª seção, p. 1); “V – O Brasil escondido” (*O Globo*, 22/10/64, 2ª seção, p. 1); “VI – O voo do Arco e Flecha” (*O Globo*, 23/10/64, 2ª seção, p. 1). Todas elas foram feitas com base na imersão dos jornalistas Antônio Praxedes e José Madeira por vinte e três dias junto à FAB, na Amazônia.

O título da primeira reportagem já é bastante problemático. A dicotomia “paraíso” e “inferno” aparece personificada nas figuras de Deus e do Diabo. Ou seja, ao mesmo tempo em que os jornalistas tentam transmitir a ideia de que a Amazônia é lugar do belo e do extraordinário, eles colocam que é também local de sobrevivência impossível: “A euforia da imensidão é logo substituída pela depressão da monotonia” (*O Globo*, 17/10/64, 2ª seção, p.

24 Mas, o que seria Catalina? Os Catalinas são hidroaviões que foram utilizados no Brasil após 1958 como cargueiros. Por serem híbridos, fizeram diversos serviços na Amazônia, dentre eles a assistência às populações ribeirinhas e o correio aéreo. Os rios eram utilizados como pistas de pouso. Em 1965, os serviços dos Catalinas na Amazônia foram interrompidos pela ditadura. Contudo, em 1964, período em que as reportagens foram feitas, os Catalinas estavam atuando com bastante potência, especialmente nas regiões fronteiriças da Amazônia. E foram os pilotos da FAB, responsáveis pelos serviços dos Catalinas, denominados de “Missionários alados” pelos jornalistas Antônio Praxedes e José Madeira.

1). Essa ideia de que a floresta amazônica pode despertar enfado está também na obra de Euclides da Cunha: “[...] em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inatural e sente que seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares” (CUNHA, 2003, p. 34).

A Amazônia, para os jornalistas, desperta reações desconcertadas, pois a quietude da selva gera desespero e todo o ambiente circundante “é grandioso, está muito além do homem”. O homem é na Amazônia um “intruso impertinente”, como coloca Euclides da Cunha (2003, p. 34). Pois, o sujeito que escolhe tentar domar a floresta, é vencido por ela.

Logo, a “selva imensa com rios indomáveis” é vista como algo que paira em outra dimensão, seja divina, seja diabólica. O fato, para Praxedes e Madeira, é que a Amazônia representa uma natureza feroz, que “faz do homem um arlequim”. Pois, o homem que se arrisca a viver na “floresta sombria”, “fica louco ou morre de fome”: o silêncio absoluto alucina; a ausência de frutos, mata de fome”.

Indo além, os jornalistas descrevem um cenário de verdadeiro terror causado pelos animais selvagens da região, especialmente as cobras. Falam também das piranhas, que infestariam os rios, e do peixe chamado piraíba, “animal muito feroz, chega a medir três metros de comprimento e ataca homens que utilizam canoas nos rios”. Para reforçar o medo trazido pelo piraíba, conta-se a história de um soldado que foi comido por inteiro pelo peixe. Esses relatos de moradores locais, alternando com casos contados pelos oficiais da FAB que vivem na região, aparecem ao longo de todo o texto, de modo a corroborar as impressões dos jornalistas.

O sujeito nativo é descrito como subdesenvolvido e incapaz de pensamento racional. Por isso, os “catalinas alados” e as missões religiosas seriam as únicas formas de levar a civilização para esses povos. Sendo a Amazônia um local com grande “potencial de riqueza”,

seus moradores não saberiam como aproveitá-la “corretamente”. Por isso, a urgência e preciosidade dos agentes da FAB e das missões religiosas, que poderiam “guiar e educar” esses nativos.

Por fim, os jornalistas afirmam que “para um homem do sul, [...] o mundo termina em Belém, e o resto que se segue pela Amazônia ainda espera nome, catalogação” (*O Globo*, 17/10/64, 2ª seção, p. 1). O fim do mundo seria em Belém, pois lá estaria o último refúgio na Amazônia das leis que “tem cheiro, tem marca, tem costumes impregnados do Sul”. E, apesar de chamar os brasileiros a respeitar a Amazônia, as percepções estereotipadas dos jornalistas não o fazem. As reportagens que se seguem a esta primeira reforçam os estereótipos citados e trazem continuamente uma percepção da Amazônia colada no fantástico, no assustador, nas noções de dependência e subdesenvolvimento.

Cruzeiro do Sul, município do interior do Acre, é chamada de “cidade maldita” (*O Globo*, 19/10/64, 2ª seção, p. 1). Os relatos têm foco nas várias doenças que se proliferavam no local, especialmente a lepra. Segundo o jornal, solucionar esses problemas de saúde pública seria praticamente impossível, pois o homem amazônida e os homens preparados do Sul, como os médicos, não se misturariam; os moradores locais amariam a Amazônia, e os de fora, não conseguiriam viver nela. A vida da população acreana é descrita como promíscua. Em contraposição a isso, “o catalina é uma verdadeira benção de Deus e da civilização” (*O Globo*, 19/10/64, 2ª seção, p. 1). Os soldados da FAB seriam o elo da Amazônia com o mundo civilizado.

Diante desse painel pintado de maneira obscura e mística ao longo das reportagens, os jornalistas concluem que apenas a fé pode “salvar” a Amazônia (*O Globo*, 20/10/64, 2ª seção, p. 1). Nesse contexto, as missões religiosas estariam fazendo um incrível trabalho ao civilizar

os indígenas e populações tradicionais, pois assim seriam formados *verdadeiros brasileiros*²⁵ e a integração do Brasil pregada pelos militares estaria garantida.

Essa “evolução” claramente percebida em relação ao processo civilizador dos nativos é considerada “uma conquista valiosíssima [...] a que os indígenas dificilmente chegariam sozinhos”. Mais uma vez, a ideia de que a Amazônia e seus moradores precisam ser tutelados, guiados, pois são vistos como incapazes. Em especial os indígenas, que na visão da própria ditadura, representariam um obstáculo ao desenvolvimento e, por isso, deveriam ser convertidos a um modelo civilizatório ideal, que configuraria o *verdadeiro brasileiro*.

Em discurso pronunciado em 1965 por Castello Branco (BRANCO, 13 de junho de 1965), essa concepção da região amazônica como um local que ainda não alcançou sua maturidade e, por isso, precisaria de um tutor, está muito evidente. Em sua fala, o marechal destaca que o governo precisa guiar a Amazônia e encaminhá-la para sua idade adulta. Pois, naquele momento, ela ainda não estaria pronta para tomar suas próprias decisões e “andar com as próprias pernas”. Ou seja, há aqui um exemplo do tratamento paternalista que Armando Mendes (2006) deseja evitar para a região amazônica, mas que o Estado insiste em impor.

Em outro momento, *O Globo* traz uma reportagem que discute alternativas para a definição de uma verdadeira vocação econômica para a Amazônia (*O Globo*, 17/07/72, p. 30). Nessa perspectiva, coloca que a região já recebeu muitos nomes, como “hileia” e “inferno verde”, e já inspirou muitos exploradores, artistas e cientistas. Porém, este lugar de “mistérios e encantos” e da “mais fascinante e talvez derradeira aventura humana de ocupação da terra” poderia se tornar o maior fornecedor de óleos vegetais do mundo. Para isso, o jornal sugere

25 Afinal, o que é um *verdadeiro brasileiro*? Durante a ditadura, a identidade brasileira considerada correta pelo governo foi imposta e grandemente divulgada. Esse modelo governamental de brasilidade suprimiu (ou, pelo menos, tentou) diversas manifestações culturais, dentre elas, a indígena.

que a região seja estudada e industrializada, como outros autores e mesmo o governo já vinham sugerindo.

Percebe-se n' *O Globo*, majoritariamente, duas tendências mais presentes no tratamento com a região Amazônica. De um lado, há reportagens como as do quadro “Catalina, o Missionário Alado” que reforçam os estereótipos sobre a Amazônia, pintando-a como um mundo à parte, com aventuras, bichos selvagens, condições de vida precárias e moradores totalmente distantes da realidade ocidental do Sul do país. Por outro lado, há também um desejo em disseminar informações “científicas” que incentivem investimentos de empresários do Sul na região Norte, mostrando a Amazônia como um local com grande potencial econômico, uma fronteira para o avanço capitalista. Esta última intenção tem relação direta com a proximidade de *O Globo* com a ditadura, visto que o periódico trabalhava como um semeador dos ideais governistas na imprensa e na sociedade, de maneira geral. Portanto, se era desejo do governo ocupar e desenvolver a Amazônia, *O Globo* propagava informações sobre a região que encorajassem seus leitores a abraçarem essa causa.

Assim como a imprensa e os intelectuais, as instâncias governamentais também têm papel extremamente importante na construção do que entendemos como Amazônia. Como já foi citado, o governo brasileiro tem preocupações com a região há tempos e muitas dessas apreensões foram externadas, principalmente após a Era Vargas. Nas diversas tentativas de elaborar planos para “ocupar, colonizar, desenvolver e integrar” a Amazônia, os presidentes buscaram construir uma imagem do território que legitimasse a execução dos projetos propostos.

Muitas das representações construídas pelo governo federal dialogam com as concepções de Amazônia difundidas pelo jornal *O Globo*. Possivelmente, isso possa ser explicado pelo fato de que esses dois olhares são exógenos à região. Mas, certamente isto não

é o único motivo para a semelhança entre os discursos. O olhar forasteiro usualmente se depara com a Amazônia de maneira pontual, recortada, e busca entendê-la com ferramentas que foram construídas fora de lá. Ademais, *O Globo*, sendo um periódico de tradição liberal-conservadora²⁶, tem entre seu público leitor empresários que se beneficiaram com os diversos modelos de incentivos fiscais propostos pelo governo para aqueles que investissem na Amazônia. Esses investimentos, em tese, acelerariam o tão desejado processo de civilização do Norte a partir dos costumes do Sul. E isso, interessava tanto a *O Globo*, quanto ao Estado.

Por mais que os olhares endógenos que foram analisados, de intelectuais e da imprensa amazônica, não sejam globais e não possam, de forma alguma, representar toda a Amazônia, eles ainda são, em comparação com os olhares exógenos analisados, mais críticos às simplificações. Isso não quer dizer que os olhares endógenos definem a Amazônia de forma mais correta. Mas, é perceptível o maior cuidado, via de regra, em ressaltar as especificidades da Amazônia, as alteridades, evitando encaixá-la em monumentos prontos; tentando com mais afincado trazer novos questionamentos.

Além disso, a preocupação com a população local e com a forma de povoamento da Amazônia são muitíssimo diversas entre os olhares endógenos e exógenos. Nos endógenos, há o desejo por uma melhora nas condições de vida que possibilitem o crescimento natural da população amazônica gradativamente²⁷. Nos exógenos, o plano é para curto prazo, com incentivo às migrações, especialmente dos nordestinos em direção ao Norte. Entretanto, esse estímulo às migrações não vem acompanhado da melhoria das condições de vida desses novos e dos antigos habitantes, sendo esta uma das críticas a este modelo de ocupação territorial.

26 Em minha monografia, “As representações do golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal *O Globo*” (UFMG, 2015), analisei com detalhes o caráter liberal-conservador do jornal *O Globo*. Em artigo que publiquei no Caderno de Pesquisa do CDHIS, “Perspectivas do golpe de 1964: abordagens da grande imprensa no Norte e Sudeste do Brasil” (2017), falo um pouco sobre essa temática entre as páginas 297-301. O artigo está disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/41689/22020>>. Acesso em 04 de jun. de 2018.

27 Isso é perceptível mais no livro de Armando Mendes (2006) e em algumas reportagens do *JC*, do que nas obras de Arthur Cêzar Ferreira Reis (2001) e Djalma Batista (2007).

Algumas tônicas sobre a Amazônia são bastante presentes nos discursos presidenciais analisados. Uma delas é a concepção, que também aparece nas representações que já foram discutidas, de que a Amazônia não se desenvolveu economicamente, não encontrou seu verdadeiro potencial econômico e, para encontrá-lo, seria imprescindível que toda a região passe por um processo de modernização e industrialização. Com Vargas e Juscelino Kubitschek, esse tema aparece assentado na proposta de “aproveitamento racional dos recursos naturais” e um “modelo certo de colonização” (VARGAS, 06 de outubro de 1940): “O Brasil não descobriu ainda o tesouro que representa o peixe da Amazônia, a castanha-do-pará e inúmeros outros produtos desta terra fértil e generosa” (KUBITSCHEK, 18 de abril de 1956).

JK tem grande interesse em desbravar esses recursos para melhor explorá-los. Em discurso de 1956 (KUBITSCHEK, 18 de abril de 1956), o ex-presidente cita o manganês, a castanha do Pará, o minério de ferro, a borracha e as madeiras como fontes de riqueza que precisam ser melhores aproveitadas para exportação. Nos discursos do período da ditadura, a exploração dos recursos naturais não aparece como o primeiro plano, mas como algo complementar ao desejo de instalar na Amazônia fábricas diversas, fazendo com que a região possa se tornar autônoma e deixe de ser um “peso” para o restante do país. Os recursos naturais serviriam de matéria-prima para essa industrialização.

Em 1970, Médici diz que, enquanto o Centro-Sul é responsável por quase toda a renda nacional, a Amazônia e o Centro-Oeste só contribuem com 5% da renda interna do país: “para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil (MÉDICI, 08 de outubro de 1970). Ainda acrescenta que o atraso e a pobreza no Norte e Nordeste são politicamente e socialmente inaceitáveis, pois prejudicam a economia do Centro-Sul. As duas regiões não constituiriam mercados consumidores efetivos, não

contribuiriam para o mercado produtor interno, não forneceriam matérias primas suficientes para o Centro-Sul e não teriam condições de comprar os produtos industrializados fabricados (MÉDICI, 08 de outubro de 1970). Tudo isso causaria prejuízos e malefícios para todo o país, e não só para o Norte. Por isso, o governo insistiu fortemente na nacionalização dos problemas da Amazônia, inserindo-a no seio da nação. Pois, dessa forma, forçava-se um engajamento de todas as outras regiões brasileiras em prol da melhoria amazônica. Isso, por sua vez, quando concretizado, traria grande legitimação para a ditadura.

Nos discursos presidenciais das décadas de 1940-1970 também foram muito comuns as representações da Amazônia como terra do futuro. A mesma ideia presente nos discursos da imprensa e dos intelectuais, se repete nos pronunciamentos dos presidentes. Vargas chega a dizer que a Amazônia estaria ligada ao coração da mocidade e ao espírito jovem, sendo a “terra do futuro e o vale da promessa do Brasil de amanhã” (VARGAS, 09 de outubro de 1940). Castello Branco define a Amazônia como lugar de perspectivas e possibilidades, com ricas potencialidades; o lugar do amanhã, pois o hoje, na perspectiva do marechal, ainda não atenderia aos anseios do desenvolvimento. É tido como um território voltado para o porvir, que tem horizonte desconhecido, mas com muitas possibilidades (BRANCO, 20 de setembro de 1966).

Algo que não poderia deixar de ser observado é um elemento que difere os discursos de João Goulart sobre a Amazônia de todos os outros examinados. Jango prioriza em seus pronunciamentos o povo amazônida (vezes tratado de forma englobante como “povo brasileiro”) em vez de concentrar-se no território: “A valorização da Amazônia há de ser, acima de tudo, a valorização do homem que nessa região exerce suas atividades. A obra de valorização terá de ligar-se primordialmente ao bem-estar do povo, à sua saúde, à sua educação, às suas condições de trabalho” (GOULART, 25 de outubro de 1961).

Boa parte das representações de Jango sobre a Amazônia passam pela caracterização da população local. A região, para o ex-presidente, é onde os habitantes têm coragem e se dedicam ao trabalho; é um mundo no qual a história é formada pelos homens que fundaram no “coração da selva centros de civilização e cultura” (GOULART, 25 de outubro de 1961). Para Goulart, a região amazônica é um palco majestoso, “terra brasileira, composta por brasileiros, povoada por brasileiros e cuja redenção social e econômica depende, antes de tudo, de nossa vontade e de nosso trabalho” (GOULART, 25 de outubro de 1961).

Nota-se o foco dado por Jango ao trabalho e ao sujeito nativo da Amazônia. Também, percebe-se a inserção desse homem amazônida no seio da nação. Ou seja, antes de tudo, eles são brasileiros. Mas, enquanto o teor nacionalista é comum entre os discursos presidenciais, a valorização do sujeito aparece muito mais nos discursos de Jango e de Armando Mendes do que em todas as outras representações analisadas. A valorização do trabalho e do trabalhador, por sua vez, é parte do trabalhismo janguista.

Apesar dessas características que distanciam os discursos de Jango aos dos demais presidentes pré e pós golpe de 1964, há características que os unem de forma praticamente unânime. Essas características também estão presentes n’*O Globo* e nas representações endógenas, em certa medida. São as caracterizações da Amazônia como subdesenvolvida, selvagem, primitiva, exótica e vazia²⁸. Parte dessas representações nos remetem diretamente às leituras dos viajantes sobre a Amazônia. Por mais que o rigor científico seja buscado em todos esses discursos do século XX, os olhares fantasmagóricos continuam presentes: “A rota do desconhecido, calcada em um sono amnésico, leva-nos a esse reino dos fantasmas, em que representações culturais do tempo e do espaço adversas entram em choque. Nessa perspectiva, o progresso aparece como magia” (HARDMAN, 2005, p. 207).

28 Certamente é preciso questionar essa visão do vazio amazônico, pois diversas populações indígenas e tradicionais, que já ocupavam a região, foram massacradas nesse processo civilizador e de busca incessante pelo desenvolvimento. O *vazio* é relativo, condicionado à concepção do governo de ocupação desejável.

Por isso, ao refletirmos sobre os olhares exógenos e endógenos sobre a região amazônica, é inevitável que retomemos os viajantes europeus, pois seus relatos sobre a Amazônia foram pioneiros na tentativa de ler a grande floresta. Os olhares desses estrangeiros sobre este território traziam um misto de êxtase e desânimo (GONDIN, 2007, p. 158), como já foi dito. Essas sensações ambíguas que a Amazônia desperta também aparecem nas representações do século XX analisadas.

Ao mesmo tempo em que a curiosidade e os imaginários habitavam as mentes desses primeiros exploradores, os desafios encontrados, inclusive as dificuldades em lidar com o novo, traziam inquietações. De acordo com Neide Gondim (2007, p. 50), o novo encontrado ali é filtrado pelo antigo, de modo que as assimilações entre o que se vê na região e aquilo que já é conhecido, formam analogias que pretendem familiarizar o exótico (GONDIM, 2007, p. 50).

Apesar deste caminho seguido pelos europeus em sua tentativa de decifrar a Amazônia seja parte do contexto das viagens ultramarinas e simbolizem reações do estranhamento e entrelaçamento desses estrangeiros com o novo das Américas, essa forma de ver a região também serve para pensarmos as representações mais atuais sobre a Amazônia. Em diversos momentos do período republicano brasileiro, inclusive na ditadura militar de 1964, há tentativas de engessar uma visão sobre o território amazônico, não admitindo o desconhecido, não admitindo a diversidade. Assim, o próprio governo federal conceitua aquilo que é amazônico a partir de noções preestabelecidas sobre desenvolvimento, crescimento, urbanização, ocupação, civilização e cultura. Nesse processo, as especificidades da região são abafadas por um discurso centralizador, controlador e civilizatório.

Com isso, testemunhamos justificativas sobre o que é feito na Amazônia pelas demandas e desejos de quem vive fora da região. Estes “estrangeiros” criam expectativas e

planos que, muitas vezes, ignoram os modos de vida internos. Há pouquíssimo ou quase nenhum diálogo com os interesses daqueles que estão dentro. Logo, em face da grande diversidade e multiplicidade, partir daquilo que já se conhece para ler e modificar a realidade encontrada, sem admitir o novo, é mais seguro para aqueles que pretendem controlar a região. Assumir a existência do novo, do desconhecido, poderia simbolizar uma ausência de domínio pleno, uma fraqueza. E, sabendo-se da intenção dos militares de exercer controle sobre a Amazônia, qualquer brecha deveria ser evitada.

Assim, se Gondim afirma que “Para subsistir, o mundo imaginado necessariamente tem que ser inacessível à força destruidora do homem branco” (2007, p. 331), o que as empreitadas sobre a região amazônica pretendem é justamente exercer domínio sobre a Amazônia, modificando-a, tornando-a mais urbana e menos próxima da natureza paradisíaca, desconhecida e misteriosa que forma boa parte dos imaginários que versam sobre a grande floresta.

Por fim, é imprescindível não perder de vista que na visão do Exército, “a Amazônia representa a última fronteira a ser conquistada e incorporada ao Estado brasileiro” (MARQUES, 2007, p. 46). Dessa forma, no imaginário das Forças Armadas sobre a região amazônica, é função militar garantir a proteção, ocupação, colonização e desenvolvimento desse território. Isso está diretamente ligado aos projetos da ditadura para a Amazônia.

Portanto, na batalha de representações que define e redefine constantemente a região amazônica, percebe-se uma monumentalização do território impulsionada pelo desejo de ler o que se vê a partir do que se espera transformar. Ou seja, a Amazônia, ora caracterizada por diversas estereotipizações, ora elevada às suas infinitas alteridades, é sempre objeto de determinadas ações modificadoras. Os discursos analisados, sejam os endógenos, sejam os

exógenos, visam transformar a região em algo, promover metamorfoses em direção a um plano que se considera ideal para aquela localidade.

Porém, as *Amazônias*, tão diversas e múltiplas, de vivências próprias, independentes, mas interdependentes, são tudo o que dizem e mais. Por outro lado, podem não ser nada do que foi dito e serem próprias em suas singularidades. Sendo assim, as compreensões da Amazônia serão sempre limitadoras, restritas ao olhar direcionado e turvo de seu interlocutor. Talvez, uma interpretação que busque combinar esse turbilhão de representações mostre, mais de perto, as infinitas possibilidades desse vasto território permeado de gentes de todos os tipos.

I.2 Imprensa, ditadura, capitalismo e Amazônia

Tendo em vista a importância da imprensa na constituição, (re)produção, disseminação e fortalecimento das representações sobre a Amazônia, considera-se relevante compreender seu funcionamento no meio social e suas relações com a ditadura. Nesse sentido, a partir de um breve relato sobre a trajetória dos jornais selecionados para essa pesquisa, buscarei esclarecer qual o papel da imprensa no engrandecimento do regime ditatorial e na legitimação de seus projetos para a Amazônia.

Será possível perceber que as empreitadas desenvolvimentistas implementadas nos anos 1960-70 na região amazônica, estão inseridas em um processo modernizador que permitiu o crescimento dos veículos de comunicação nesse período, mesmo em vista das restrições à liberdade de expressão impostas pela ditadura. Portanto, a imprensa, na esfera de uma indústria cultural, passou por um crescimento significativo que está diretamente relacionado ao avanço do capitalismo tutelado pelo Estado durante o regime ditatorial.

O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1904 e, em 1907, Vicente Torres da Silva Reis, pai de Arthur César Ferreira Reis, compra o jornal e moderniza todo seu parque gráfico,

substituindo as máquinas tipográficas pelas linotipos alemãs. O *JC* foi o primeiro no Brasil e o terceiro na América do Sul a ter este equipamento (DUARTE, 2015).

Em 1943, o periódico é vendido aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e permaneceu como parte do grande conglomerado de mídia até 1984. Assim, durante praticamente todo o período ditatorial, o *JC* pertenceu a um "império jornalístico sem paralelo no país e na América Latina" entre as décadas de 1930-70 (BAHIA, 1990, p. 259).

O grupo dos Diários Associados foi fundado por Assis Chateaubriand, em 1925, quando compra *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Os Diários Associados fazem de Chateaubriand uma espécie de "Barão da Imprensa", consolidando sua posição frente à sociedade política, e inaugura no Brasil o surgimento dos grandes grupos de mídia (BARBOSA, 2010, p. 76).

No auge, os Diários Associados compunham uma rede formada de 31 jornais diários, três revistas, 23 emissoras de rádio, treze estações de televisão e uma agência noticiosa (BAHIA, 1990, p. 259-260). Contudo, após a morte de Chateaubriand, em 1968, os Diários Associados perdem, pouco a pouco, seu prestígio. Isso talvez explique, em parte, o aumento significativo do número de leitores do *A Crítica*²⁹ nos anos 1970 e a perda gradativa de leitores pelo *JC* a partir do mesmo período.

Durante a ditadura militar, os diretores do *JC* foram Epaminondas Barahúna (1959-1984) e João Medeiros Calmon (1962-1966). Com Barahúna, o periódico passou a contar com a impressão *offset*, sistema que possui máquinas mais rápidas e impressões em série³⁰.

29 Atualmente o jornal *A Crítica* é um dos maiores de Manaus. O periódico é parte da Rede Calderaro de Comunicação, uma grande empresa de mídia do Amazonas com canais de televisão, jornais impressos e estações de rádio.

30 Segundo Duarte (2015), *O Jornal do Commercio* teria sido o primeiro no Brasil a contar com a impressão *offset*. Contudo, em matéria do site da revista Tecnologia Gráfica (<http://revistatecnologiagrafica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=152:a-impressao-offset-no-brasil&catid=68:materias-especiais&Itemid=188>. Acesso em 21 de abril de 2017), é apontado o trabalho "Gráfica, Arte e Indústria no Brasil, 180 anos de História", de Margarida Cintra Gordinho e Mário de Camargo, no qual os autores afirmam que a Folha de S. Paulo teria sido a pioneira na América do Sul a usar dispositivos *offset* de grande porte.

O jornal *O Globo*, por sua vez, foi lançado em julho de 1925 por Irineu Marinho, após a perda do controle das ações de seu jornal anterior, *A Noite*³¹, para um de seus sócios, Geraldo Rocha. Contudo, Irineu Marinho faleceu 21 dias após a fundação de seu novo periódico. Seu sucesso em *A Noite* e sua morte precipitada constituíram uma memória positiva sobre o jornalista, que será propagada na fundação e na consolidação d'*O Globo*.

Porém, apesar de todo simbolismo em torno do novo jornal e da imagem de sucesso já construída por Marinho na imprensa, *O Globo* não atinge um grande número de exemplares vendidos até os anos 1960. A virada se deu a partir de mudanças técnicas e administrativas empregadas nos anos 1950 que fizeram com que sua tiragem aumentasse em mais de 100%: de 100 mil exemplares em 1951, passa para 218 mil em 1960. Ademais, o periódico passa a publicar edições também aos domingos, ganhando a atenção do público leitor (BARBOSA, 2010).

Nos anos anteriores ao golpe de 1964, o jornal carioca ainda não era líder de público na mídia impressa do Rio de Janeiro. Mas, dois fatores podem ser considerados fundamentais para a mudança desse quadro: a manutenção d'*O Globo* e de sua tiragem durante uma crise que assolou a imprensa carioca nos anos 1960, num processo de concentração empresarial da mídia, e a inauguração da TV Globo, em 1965 (BARBOSA, 2010).

O sucesso do canal de televisão ligado ao jornal teria dado legitimidade e credibilidade ao impresso. Além disso, é fundamental entender que o apoio do periódico ao golpe e à ditadura militar deram a ele reconhecimento político.

Segundo Juarez Bahia (1990), a consolidação do poder das organizações Globo pode ser atribuída ao acordo de Roberto Marinho com a *Time-Life*, feito em 1961 (BAHIA, 1990,

31 Brevemente, cabe dizer que Irineu Marinho fez de *A Noite* um jornal vespertino de peso no Rio de Janeiro. As reportagens policiais do jornal e a forma como ele se aproximava do público são lembrados em depoimentos de jornalistas que podem ser encontrados no livro de Marialva Barbosa (2010).

p. 422). As negociações desse acordo foram tidas como inconstitucionais e lesivas ao Brasil, já em meados dos anos 1960, durante a ditadura militar. Foi dado a Roberto Marinho cerca de noventa dias para regularizar a situação. O dono da Rede Globo, então, recorreu a Castello Branco, que entrou com recurso de efeito suspensivo, assegurando a impunidade de Marinho. Endossando o acordo entre TV Globo e *Time-Life*³², o regime autoritário investiu politicamente na formação de um monopólio que lhe foi fiel até sua queda (BAHIA, 1990, p. 425).

Estes dois jornais foram selecionados para pesquisa por alguns motivos principais. Em primeiro lugar, pois exerceram papéis semelhantes dentro de sua área de atuação durante a ditadura. Tanto o *JC* quanto *O Globo* foram fundamentais para a legitimação da ditadura no Amazonas e no Rio de Janeiro, respectivamente. Sendo assim, eles funcionaram como ferramentas de disseminação dos ideais defendidos pelo governo autoritário.

Em segundo lugar, o *JC* e *O Globo*, por conta de sua tiragem durante os anos de ditadura, podem ser representantes de parte das sociedades do Norte e do Sudeste do país, pois compartilham valores, costumes e imaginários com os sujeitos que constituem seu público leitor. Por fim, os dois periódicos têm ligação com o processo de crescimento dos meios de comunicação que ocorreram no século XX. Um deles, como parte de um grande conglomerado de mídia que vê sua decadência durante a ditadura, após a perda de seu líder e necessidade de enfrentamento com a concorrência. O outro, como parte de um gigante das telecomunicações brasileiras que teve seu crescimento expressivo durante o período ditatorial.

Sendo uma difusora das representações que constituem o movimento constante de “invenção da Amazônia”, a imprensa também teve papel muito significativo na disseminação

32 O documentário “Além do Cidadão Kane” (1993), produzido no Reino Unido, traz alguns detalhes sobre a trajetória da Rede Globo. De forma crítica, o documentário tenta expor todas as tramas que envolveram a consolidação da emissora como a maior do Brasil. Os acordos com a *Time-Life* e a relação das empresas Globo com a ditadura são também abordados. Ainda sobre essa temática, há o livro “A história secreta da Rede Globo, de Daniel Herz.

e na construção de representações positivas sobre o golpe e a ditadura, como já foi dito. Não há dúvidas que o apoio dos meios de comunicação de massa influenciou na perpetuação do regime ditatorial por mais de vinte anos, da mesma forma que as críticas que partiram desses veículos também foram elementares para o crescimento do desejo da população por eleições diretas e pela redemocratização.

Sabe-se que a ditadura militar brasileira não sustentou seu poder apenas com o uso da coerção e da violência. Arrisco dizer que a busca constante pela fachada de legalidade foi, talvez, um dos principais motivos para a extensa duração do regime. Nesse aspecto, a imprensa foi fundamental.

Qualquer regime só pode durar ao longo do tempo se construir alguma base de legitimidade. [...] A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação [...]. Sem hesitar em usar a força, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade (RIDENTI, 2014, p. 30).

Após a tomada de poder, os militares tiveram grande preocupação em manter a fachada democrática na busca por essa legitimidade. Em seguida, o desenvolvimento se tornou um elemento chave no processo contínuo de legitimação junto à população civil (RIDENTI, 2014, p. 37). Além da imprensa, o empresariado nacional e multinacional, oligarquias rurais e setores da classe média também ofereceram suporte à ditadura (RIDENTI, 2014, p. 31). Todos esses setores sociais foram beneficiados, direta ou indiretamente, pelo processo modernizador levado a cabo pelas Forças Armadas de maneira autoritária.

Nesse sentido, torna-se interessante compreender algo aparentemente contraditório que ocorre na ditadura: normalmente lembrada como um período de intensa censura às produções culturais e meios de comunicação, o que não é um engano, o governo ditatorial também estruturou, pela primeira vez no país, um conjunto de diretrizes específicas para a cultura. É durante o autoritarismo que o Brasil está imerso entre 1964 e 1985 que se inicia a

chamada "indústria cultural"³³ brasileira (PAIVA, 2014, p. 2): "[...] a modernização conservadora promovida pelos militares acelerará a expansão da indústria cultural no país, em outros domínios além da televisão, consolidando um mercado cultural de bases industriais" (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 121).

Dessa forma, o investimento nas telecomunicações foi muito significativo, porém acompanhado de rígido controle do Estado: "Se por um lado o departamento de censura ditava o que deveria ou não ser publicado, de outro, o governo esforçava-se por ampliar a expressão cultural do país, ancorado em um ideal integrador e nacionalista" (PAIVA, 2014, p.5). O investimento maciço na cultura, assim como em outras áreas estratégicas³⁴, era uma forma de o governo consolidar seus instrumentos de poder.

Paralelamente à censura e à repressão política, a partir dos anos 1970, evidenciou-se um esforço modernizador que já se esboçava desde a década anterior, nas áreas de comunicação e cultura, com atuação do Estado ou o incentivo público ao desenvolvimento capitalista privado (RIDENTI, 2014, p. 243).

Juntamente à fundação e fomento de diversas instituições públicas voltadas para a cultura e comunicação, como a própria criação do Ministério das Comunicações, o governo almejava controle, segurança e integração de todo o território nacional (RIDENTI, 2014, p. 243). Os projetos desenvolvimentistas, que também estavam inseridos nesses ideais integradores e de segurança nacional, puderam ser divulgados pela imprensa com maior força.

Dessa forma, o próprio jornal *O Globo* foi instrumento para divulgação dos incentivos fiscais que o governo propôs para aplicação de recursos nos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, de forma a trazer para os investidores do Sudeste maiores informações sobre a região Norte. Em outro aspecto, o *JC* buscou legitimar essas empreitadas entre a sociedade amazônica, fazendo com que a população local não se tornasse um empecilho aos planos

33 "[...] termo criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, filósofos da escola de Frankfurt, presente até hoje, cuja produção se dá de forma 'padronizada', 'impessoal' e 'acrítica'" (PAIVA, 2014, p. 2).

34 Os investimentos na Amazônia são também formas de controle, domínio e exercício de poder sobre a região promovido pelos militares.

governamentais, mas sim, constituísse uma base sólida de apoio. O suporte dado pela grande imprensa amazonense aos projetos da ditadura na região amazônica podem explicar, em parte, uma memória positiva sobre o período ditatorial que pude verificar em Manaus por alguns grupos sociais.

Um exemplo que conjuga a preocupação do governo com a integração, o desenvolvimento e a segurança nos âmbitos da comunicação na Amazônia é o início da transmissão da Radiobrás (Rádio Nacional de Brasília) para toda a região amazônica, em setembro de 1977. Em discurso de inauguração da transmissão por ondas curtas, Geisel comemora este passo como um avanço em direção à integração nacional:

Esta realização do Ministério das Comunicações é mais um forte elo na união que tanto desejamos e, por isso, rejubilo-me por sua concretização. A partir de agora, os compatriotas que aí habitam terão condições de ouvir, pelo rádio, a nossa língua, a nossa música, de estar em dia com o que acontece no país e, assim, de se sentirem mais próximos de seus irmãos brasileiros e mais integrados com os altos interesses e anseios nacionais (GEISEL, 01 de setembro de 1977).

Em anúncio divulgado n’*O Globo* sobre a presença da Radiobrás na região amazônica, alguns meses após a inauguração da transmissão, as letras grandes, brancas em fundo preto, chamam a atenção ocupando quase um quarto da página do jornal: “O Brasil invade a Amazônia” (*O Globo*, caderno especial, 09/11/77, p. 5). O texto abaixo da chamada comemora a existência de uma rádio legitimamente brasileira na Amazônia, uma vez que até aquele momento os moradores da região praticamente só tinham acesso a rádios estrangeiras, especialmente dos países vizinhos de língua espanhola³⁵.

Todas as informações do anúncio convergem para a consolidação da representação da Amazônia como pertencente ao Brasil e aos brasileiros. Se, primeiro, o anúncio diz que o

³⁵ Nas reportagens dos “Catalinas, missionários alados” discutidas anteriormente, os jornalistas citam o fato de que as rádios escutadas nas regiões de fronteira onde eles ficaram eram todas em língua espanhola, provenientes de países vizinhos como Peru e Bolívia.

“Brasil invade a Amazônia”, ele passa a ideia de que a região é um lugar que precisa ser invadido e ocupado, um lugar que ainda está sem dono e precisa ser tomado. Em seguida, ele diz que a chegada da Radiobrás é uma “retomada do que é nosso”. O “nós” sugere que a Amazônia é algo pertencente a todos os brasileiros, e por isso, temos que reivindicá-la, reconquistá-la, com base em nossos “direitos históricos”. Por fim, o anúncio diz que a Amazônia é uma retomada do que é “seu”. A frase que finaliza a propaganda com essa afirmação fez surgir duas interpretações: a primeira, de que a Amazônia pertence àquele que lê o jornal, provavelmente do Sudeste do país, e que deve tomar medidas para agarrar a Amazônia, ocupá-la, desenvolvê-la e colonizá-la segundo os hábitos e costumes civilizatórios ocidentais. O segundo, de que o brasileiro legítimo é aquele que segue as concepções de patriotismo e pertencimento guiadas pelo Estado e, portanto, os habitantes da Amazônia que, em tese, não seguiriam esses princípios, não seriam brasileiros e não poderiam reivindicar sua própria terra ao seu modo, tendo que se sujeitar a uma “invasão do Brasil” (lê-se, do Estado ditatorial brasileiro). Logo, o que este anúncio traz é a busca da ditadura por integrar o Brasil em moldes autoritários, impondo à população formas rígidas de brasilidade que devem ser seguidas.

Ainda sobre o anúncio, é interessante ressaltar que ele foi publicado em caderno especial distribuído junto da edição matutina d’*O Globo*. O caderno de 22 páginas tem o título de “Novas Fronteiras” e traz diversas informações sobre o avanço modernizador promovido pela ditadura no Norte, Centro-Oeste e Nordeste do país, envolvendo agricultura, pecuária, industrialização, construção de rodovias, saneamento básico, incentivos fiscais, distribuição de energia e educação. As imagens predominantes nas reportagens são de grandes trechos de floresta sendo derrubados para construção de estradas ou de monoculturas e áreas de pastagem imensas, a perder de vista.

Este caderno é um exemplo do que foi dito anteriormente sobre as formas como o governo utilizou a imprensa para legitimar seus projetos e fazer com que a população civil constituísse uma sólida base de apoio. Ademais, percebe-se claramente o intento de chamar a atenção de investidores com as informações contidas no conteúdo das reportagens. Aliás, um grande anúncio do FINAM ocupa quase uma página inteira do caderno especial e convida às pessoas a aplicarem 50% de seu imposto de renda no Fundo, que tem como objetivo promover o desenvolvimento da Amazônia.

**O BRASIL
INVADE A
AMAZÔNIA.**

Em 1º de setembro, muita brasileira escuta pela primeira vez na vida uma rádio brasileira.

A Rádio Nacional de Brasília começou a transmitir para toda a região amazônica, em ondas curtas, faixa de 25 m, frequência de 11.750KHz.

Foi a retomada do que é nosso.

Um terço do Brasil, que só ouvia espanhol, inglês, francês etc., passou a ouvir o Brasil.

Ouvir, conhecer, ler, cantar, amar. Milhares de brasileiras se encontram com milhares de brasileiros, através do rádio.

Passaram a conversar, trocar ideias, contar suas histórias, seus problemas, suas esperanças.

Agora, todos os dias, das 16 às 21 horas, a região toda é invadida por uma

programação popular, comunicativa, inteligente e profundamente nacional.

Cada brasileiro da Amazônia pode participar dos programas, informando, dando o seu recado, fazendo amigos em todos os cantos da região.

Alguma coisa de novo

no ar da imensa região amazônica, além das avézes de carneiro e das emissões estrangeiras. É a reconquista de um fantástico espaço geográfico e cultural que pertence aos brasileiros por direito histórico. É a retomada do que é seu.



RADIOBRÁS

Anúncio Radiobrás - inauguração de transmissão na Amazônia; *O Globo*, 09/11/1977, caderno especial, p.5

**O Finam cresceu o dobro
com a metade do seu imposto.**



Este ano, o Finam registrou o maior índice de crescimento da sua história. E foi com a metade do seu imposto de renda que o Fundo de Investimentos da Amazônia pôde dar esse salto: sua arrecadação em 1977 foi praticamente o dobro da arrecadação de 76. Você já está

ganhando com isso. A Amazônia cresceu junto com o Finam. E o seu investimento crescerá ainda mais, a cada semente plantada na região, a cada grama de minério extraída, a cada bezerro nascido e a cada produto nela fabricado. Na sua próxima declaração de renda, aplique 50% do imposto

devido na maior reserva mundial de riquezas. Você estará na companhia dos mais bem sucedidos investidores brasileiros. E, como eles, ganhando certo. Você sabe: quanto maior o Fundo, quanto mais rico ele for, tanto maior o lucro de quem investiu nele. É a regra do jogo.

SUDAM/BASA

Anúncio FINAM; *O Globo*, 09/11/1977, caderno especial, p.15

Apesar de jornais como *O Globo* e o *JC* terem sido permeados por ideais governistas, mostrando-se grandes apoiadores do regime estabelecido no meio social, muitos órgãos da imprensa sofreram também com a censura. Outrossim, vários jornais simplesmente se acomodaram às regras impostas pelos militares, muitas vezes para garantir a continuidade de sua circulação.

Em certos momentos, houve contradição entre o desenvolvimento da indústria cultural, voltada para o mercado e motivado pelo modelo de modernização imposto pela ditadura, e o excesso de controle que os militares desejavam obter. Pois, “O domínio da cultura torna-se um espaço estratégico de disputas, daí a necessidade de discipliná-lo. O ato repressor tem essa intenção [...]” (ORTIZ, 2014, p. 117).

Porém, essa fiscalização constante gera problemas quando o próprio Estado opta por fomentar a indústria de bens culturais. Afinal, a busca sem escrúpulos pela conquista do mercado pode divergir abruptamente da moral e dos ideais militares. Segundo Renato Ortiz (2014, p. 121), a indústria cultural caminha na contramão da contenção, pois ela busca expansão de seu mercado. Havia, sem dúvida, uma distância entre a ideologia repressiva das Forças Armadas e a engrenagem empresarial (ORTIZ, 2014, p. 122).

A fim de reduzir essa discrepância em relação a censura, a ditadura tentou instaurar procedimentos como a autocensura:

Não se trata de defesa da liberdade de consciência; o ato repressivo é apreendido como entrave aos negócios. Durante o período militar há diversas tentativas de minimizar a tensão entre essas duas propostas distintas. Por exemplo, ao admitir o censor no interior da própria indústria cultural, estimulando a autocensura. No entanto, esse tipo de artimanha tinha apenas o intuito de contornar problemas cuja origem era de cunho estrutural (ORTIZ, 2014, p. 122).

Em relação aos jornais selecionados para pesquisa, não foram identificadas situações ligadas à censura por meio dos dispositivos de controle governamental. Caso tenha havido, elas partiram de dentro dos próprios jornais, configurando autocensura. Segundo Marialva Barbosa (2010), muitos jornalistas, editores e donos de jornais recorriam à autocensura, de forma a fazer um controle antecipado e voluntário das informações, se adequando às ideias do sistema. Esses veículos que declararam apoio, buscaram não apenas uma sobrevivência no mercado, mas uma oportunidade de ascensão com a aproximação ao poder instituído. O

exercício da autocensura, nesses casos, é uma forma de ganhar a confiança do regime e se colocar numa posição de poder como intermediário entre a população e governo.

Apesar de não ter sido identificado a existência da censura entre os jornais selecionados para a pesquisa, vários periódicos sofreram com esse aspecto do aparato repressivo. Sabe-se de vários jornais do Sudeste que passaram por problemas, mas ao verificarmos a memória dos amazônidas sobre o período ditatorial, muitos dirão que essa faceta da repressão não chegou à Amazônia. Isso é um erro por vários motivos. Dentre eles, a existência de jornais que tiveram problemas com a censura no Pará e Amazonas.

Paulo Roberto Ferreira (2015, p. 125-159) afirma que os maiores jornais de Belém (*O Liberal e Folha do Norte*) lidaram mais com a autocensura do que com a censura prévia. Porém, alguns jornalistas destes periódicos de maior circulação chegaram a ser presos ou chamados para depor. Jornais paraenses de menor circulação como *A província do Pará* e *Jornal do Dia*, foram diretamente atacados pela censura. Em relação a este último, os problemas com a ditadura foram tantos que ocasionaram em seu fechamento.

No Amazonas, semelhantemente ao Pará, a grande imprensa se mostrou conivente com os militares. Mas, *A Gazeta* e *O Trabalhista*, jornais que eram de propriedade de Plínio Ramos Coelho, governador amazonense cassado após o golpe de 1964, foram empastelados sob a acusação de terem ligação com o PTB, partido de Jango (FIGUEIREDO, 2014, p. 146).

Seja por meio da censura prévia, seja pela autocensura, fato é que a ditadura militar encontrou meios de coibir a imprensa a não delatar a violência e a repressão exercidas pelo Estado, além de garantir as propagandas em favor dos empreendimentos governamentais.

A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de milhares de pessoas nas dependências militares do regime. Construiu também em uníssono um discurso que destacava os 'milagres' econômicos do período e negava o empobrecimento da população.

Amplificou também as glórias esportivas nacionais como se fossem de toda a população (BARBOSA, 2010, p. 195-196).

O apoio da grande imprensa ao golpe militar se insere na discussão historiográfica defendida por Daniel Aarão Reis sobre a dimensão da participação civil na implantação e duração da ditadura. Para o autor (REIS, 2002), a ocorrência do golpe e a extensão do regime não seriam responsabilidades só dos militares, mas também da população civil, que não poderia ser vista apenas como vítima ou parte da resistência. Mas, acredito que a “parcela de culpa” da população civil na manutenção da ditadura não deve ser equiparada à culpabilidade dos militares, principalmente quando se trata da institucionalização da violência. Não podemos esquecer que as Forças Armadas mantiveram o protagonismo nas decisões autoritárias.

Sobre a dimensão da participação da população civil no golpe e no governo militar, é preciso destacar a presença d'*O Globo* e de seu diretor, Roberto Marinho, na lista de "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES" (DREIFUSS, 1981, p.504). O complexo político-militar IPES/IBAD tinha como objetivo agir contra o governo nacional-reformista de Jango e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração, representando principalmente a face política dos interesses empresariais. De acordo Renée Dreifuss (1981), a homogeneidade, a consciência e a organização desse grupo teria possibilitado a formação de uma elite orgânica "[...] capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado" (DREIFUSS, 1981, p. 161-162). Apesar das muitas críticas recentes ao trabalho de Dreifuss, acredito que o aspecto acima citado não deva ser ignorado, afinal isso é outra das conexões possíveis entre a ditadura, a imprensa e a economia capitalista.

O IPES foi fundado, oficialmente, em 29 de novembro de 1961. De acordo com Dreifuss, o jornal *O Globo* foi um dos que recebeu favoravelmente seu lançamento. Além disso, é possível perceber a atuação do jornal nos moldes do Grupo de Publicações/Editorial (GPE) do IPES. Esta unidade de trabalho tinha o objetivo de conduzir uma campanha, através de jornais, televisão, propagandas, panfletos, etc., que disseminasse a mensagem ideológica afinada aos interesses da elite orgânica (liberal e conservadora).

Visto isso, cada um dos periódicos selecionados desenvolveram artifícios que os aproximaram do público e do Estado, de forma que eles ganhassem mercado e, conseqüentemente, poder. Ademais, acredita-se que *O Globo* e *JC*, assim como boa parte da chamada grande imprensa brasileira, compartilham dos ideais de uma cultura política liberal-conservadora, que tem como características a tradição anticomunista, o apego à religião e à moral cristã, o nacionalismo e a defesa do desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas (MOTTA, 2000).

Por isso, esses jornais defendem o modelo desenvolvimentista que prega as associações público-privadas e assegura um modelo econômico voltado para o mercado de capitais, mesmo que sob a tutela do Estado. Ainda, defendem um modelo civilizatório para a Amazônia por acreditar que a religião e a moral cristã, aliada ao nacionalismo e ao desenvolvimento, assegurarão que a região amazônica não será tomada por ideologias estrangeiras, inclusive o próprio comunismo.

Por isso, cristianizar os índios e torná-los “realmente brasileiros”, como colocado nas reportagens dos “Catalinas, Missionários Alados”, discutidas anteriormente, era considerado uma forma de afastar o comunismo. O incentivo ao nacionalismo, ao sentimento patriótico, e o desejo de tornar a Amazônia “brasileira” estava ligado à missão de combater o avanço dos ideais de esquerda naquela região. Afinal, deixar a Amazônia à margem, era um risco para o

crescimento de uma onda comunizante ali. Assim, a ocupação da Amazônia pelo governo é considerada uma forma de exercício de poder, planejado dentro de um modelo autoritário e repressor.

Teoricamente, esses grupos midiáticos seriam adeptos de certo liberalismo político, uma vez que a liberdade de expressão é requisito para o bom funcionamento da imprensa. Contudo, durante a ditadura militar, especialmente nos anos anteriores ao AI-5, a maioria dos periódicos manifestou sua faceta liberal muito mais no âmbito econômico do que no âmbito político, até porque, como apontado por Rodrigo P. S. Motta (2000), os ideais de liberalismo e democracia não caminham, necessariamente, juntos.

O conceito de "democracia" foi amplamente utilizado durante a ditadura militar de 1964 como antônimo de comunismo (MOTTA, 2000). Isso se expressa pela própria denominação de "Revolução Democrática" aplicada ao regime no período de sua ocorrência e também pelo discurso proferido nos jornais analisados. Em praticamente todas as reportagens e editoriais que discorriam sobre o golpe e a tomada do poder pelos militares, as Forças Armadas eram saudadas pela preservação da democracia, pelo fim da "onda comunizante" no Brasil, por garantir as liberdades e sanear a corrupção.

Assim, as noções de liberdade e democracia compartilhadas pelos setores sociais que apoiaram o golpe, dentre eles os grupos empresariais ligados à comunicação, era o avesso ao que se entendia como comunismo. Da mesma forma, as concepções de ditadura e autoritarismo estavam vinculadas sempre à esquerda: os modelos cubano e soviético.

O liberalismo econômico era também parte da formação ideológica desses veículos de mídia, especialmente d'*O Globo*. A percepção de que o comunismo significava um risco à propriedade privada e à livre concorrência, amedrontava estes grupos. Por isso, tamanha resistência encontrada por Jango ao propor a reforma agrária.

Por mais que possa parecer contraditório nos moldes do pensamento liberal na atualidade, nos anos 1960, o liberalismo articulava-se muito bem com o nacionalismo³⁶. Havia, certamente, um zelo da classe empresarial pela manutenção das relações de mercado e pela garantia da propriedade privada. Entretanto, o capitalismo no Brasil nasceu sob tutela do Estado e era comum a defesa de um projeto de industrialização que favorecesse as empresas nacionais. Dessa forma, os investimentos e participação governamentais nas relações econômicas, normalmente, não eram vistos com maus olhos, pelo contrário.

Um governo como foi o dos militares, que intervinha na economia, mas garantia a conservação do capitalismo e ainda atuava junto dessas empresas em parceiras público-privadas, era desejável. O crescimento do modelo capitalista-industrial na Amazônia só foi possível a partir das iniciativas governamentais. E, a partir dessas iniciativas, muitas empresas privadas puderam usufruir de novos investimentos e significativos lucros. Portanto, o discurso de "integrar, ocupar e desenvolver", formando o "Brasil Grande", caminhou lado a lado com o avanço da fronteira capitalista no país.

Soma-se a isso, o conservadorismo das elites empresariais e das Forças Armadas, ligado aos ideais de manutenção da ordem, da tradição, da moral e da religião (cristã e católica). Visto isso, os jornais analisados utilizavam várias referências do cristianismo para defender seus conceitos de liberdade, progresso e democracia. Em edição de 2 de abril de 1964, o *JC* chama o golpe de "movimento em defesa das instituições democráticas cristãs" (*JC*, 02/04/1964, capa); a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" é também um ótimo exemplo da associação entre esses conceitos.

³⁶ *O Globo*, em algumas situações, criticava a excesso de interferência dos militares na economia. Contudo, isso não aparecia com muita frequência e foi, talvez, uma das poucas críticas do periódico à ditadura. Um de seus colunistas, Eugênio Gudín, foi um liberal mais acalorado, e utilizava seu espaço no jornal para defender com maior destaque a não intervenção à liberdade de negociação.

Outro ponto que merece atenção, é a maneira como se entendia a noção de "intervenção militar" pré-1964. Como colocado por Nilson Borges (2003), antes do golpe, as incursões das Forças Armadas na política se davam de forma temporária, pontual. A suposta crise era minimamente sanada e o poder retornava aos civis.

Portanto, ao refletirmos sobre os pedidos de intervenção militar em março de 1964, é fundamental que se compreenda que esse grupo liberal-conservador formado pela grande mídia e por membros da classe política e empresarial não defendiam, direta ou necessariamente, a implantação de um regime ditatorial que durasse mais de vinte anos³⁷. Por isso, aliás, muitos dos apoiadores do golpe, como Carlos Lacerda, sofreram as consequências do recrudescimento do governo instalado pós-1964 e tentaram formar uma resistência a ele³⁸.

Alguns veículos da grande imprensa também perceberam o agravamento dos métodos autoritários do regime militar e sofreram com a censura³⁹. Porém, há aqueles que reconhecem esse agravamento, mas, contraditoriamente, o consideram necessário para a manutenção da democracia. Neper Antony, por exemplo, colunista recorrente do *JC* nos anos iniciais da ditadura, diz que o AI-2 foi uma "resposta do governo ao clamor dos patriotas, destinado a revitalizar o processo democrático". Em seguida, o autor afirma que o "governo revolucionário se preocupou de forma inútil em conseguir a convivência harmônica com partidos e políticos", por isso o AI-2 seria o início de uma fase mais autêntica e legítima do pós-golpe. Indo mais longe, ele exprime que os militares pareciam ter medo de assumir a "revolução", pois ficavam preocupados em não ferir a Constituição, em não gerar

37 "O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 foi o primeiro sinal de alerta que aquele golpe não era igual aos outros" (NAPOLITANO, 2014, p. 82).

38 Em 1966, Lacerda se alia a Juscelino Kubitschek na formação de uma resistência democrática, a Frente Ampla. Importante ressaltar que Lacerda tinha JK como seu principal adversário nas eleições presidenciais que poderiam vir a ocorrer em 1965 (NAPOLITANO, 2014, p. 82).

39 Alguns jornais, como *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*, começam a tecer críticas ao governo e sofrer as consequências disto após o AI-5. Contudo, o *Correio da Manhã*, jornal liberal de forte oposição a Goulart, já em 1964 volta-se contra a ditadura.

descontentamentos e em deixar em liberdade "políticos saídos do iodo da corrupção e da subversão". Por fim, Antony conclui dizendo que

Não importa que [...] os falsos democratas, os aproveitadores de situações venham a campo berrar que há uma ditadura no país. [...] Essa questão de terminologias é secundária. Seja o que for o nome ou apelido que se venha a dar ao regime implantado no país pelo Ato Institucional nº2 o que é essencial é que ele se execute plenamente. O ideal democrático não pode levar-nos ao ponto de assistirmos impassíveis a derrocada da pátria. Se a democracia põe em perigo os destinos nacionais [...], então fiquemos mesmo com a Revolução apesar da cara feia que legalmente possui. (*JC*, 02/11/1965, p. 2)

Portanto, a maioria dos periódicos da grande mídia comemora o golpe de 1964 e legitima as ações dos militares, mesmo as mais autoritárias. Acreditava-se nas Forças Armadas como guardiãs da democracia e da legalidade contra o avanço da esquerda e os próprios militares apropriavam-se dessa "missão".

Mas, o que torna a imprensa uma instância de poder capaz de permear e ser permeada pela opinião pública, disseminar e compartilhar valores de determinadas culturas políticas e interferir nas relações sociais como membro ativo na sociedade? Como a imprensa adquiriu relevância no corpo social, sendo facilmente identificada como órgão responsável por informar? E mais, em que momento e de que forma o jornalista adquiriu autenticidade para noticiar, sendo aceito entre seus leitores como (re)produtor de conhecimentos fidedignos?

Espero responder essas e outras questões, para que seja possível compreender a importância da associação entre a imprensa e instituições de poder dentro do contexto social. Dessa forma, a influência da imprensa na construção do que entendemos como Amazônia, por exemplo, se torna palpável.

José Marques de Melo, em "A opinião no jornalismo brasileiro" (1985), lança uma questão intrigante: "até que ponto o jornalismo informativo efetivamente limita-se a informar

e até que ponto o jornalismo opinativo circunscreve-se ao âmbito da opinião?" (MELO, 1985, p. 15).

O autor coloca que a distinção entre categoria opinativa e informativa é um artifício profissional e político. Profissional porque significa o limite em que o jornalista se move, circulando entre o dever de informar e o poder de opinar; político no sentido histórico: um dia, o editor deve burlar a patrulha do Estado; no outro, deve desviar a vigilância do público leitor em relação às matérias tidas como informativas, mas que na prática, possuem vieses ou conotações.

Narrar os fatos (jornalismo informativo) e expressar ideias (jornalismo opinativo) não altera fundamentalmente o processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade (público leitor). Ou, como colocado por Juarez Bahia, "Mais noticioso e menos opinativo, ou mais opinativo e menos noticioso, o jornalismo não perde a condição de instrumento de ação política" (BAHIA, 1990, p. 236). Assim, não só os editoriais, mas todo o conteúdo do jornal expressa sua visão de mundo.

Essas representações da realidade disseminadas pelo jornalismo são reforçadas pelo "paradigma da isenção", muito presente na profissão especialmente a partir dos anos 1950. Esta década simboliza um período de mudanças significativas para a imprensa brasileira: desde o processo de produção técnica dos jornais até a forma como os jornalistas passam a encarar sua função profissional e social. Nesse contexto se dá o surgimento do que é chamado de nova imprensa brasileira (BARBOSA, 2010, p. 150).

O que se procura construir naquele momento é a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão. Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, de marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade - imposta pelos padrões redacionais e editoriais - é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo

o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor. (BARBOSA, 2010, p. 150)

Segundo Marialva Barbosa (2010), essas transformações vividas no fazer jornalístico são essenciais para compreender as relações que se estabelecem entre imprensa e poder. A narrativa jornalística cria, para o leitor, interpretações da realidade que se pretendem neutras, mas, como se sabe, não são. Isso qualifica a imprensa como legítima, objetiva, informativa. Esse lugar de autoridade do esclarecimento é crucial para o exercício do poder político, social, econômico e cultural. Ademais, não podemos perder de vista que assim como a família, a escola e a igreja, por exemplo, o jornalismo é um poderoso instrumento na formação dos sujeitos. A partir dos valores e tradições disseminados por estas instituições, culturas políticas são reafirmadas e práticas sociais são incitadas, constituindo modos de vida e leituras de mundo.

Neste processo de consolidação da neutralidade jornalística, o jornalista é idealizado como um intérprete imparcial dos eventos que constituem o corpo social, isento de opiniões, apenas um transmissor desligado de questões políticas e do Estado. Ele detém o poder da palavra e é protegido por um "escudo da neutralidade", mantendo a ordem simbólica de sua função social, que também é política, apesar do esforço em não permitir que isso transpareça. Assim, de acordo com Barbosa (2010), o jornalista torna-se também autor:

O autor, no verdadeiro sentido, é quem torna público aquilo que parece confuso. É alguém com a infinita capacidade de publicar o implícito e assim realizar o verdadeiro trabalho de criação. A publicação é um ato de oficialização, por excelência, que legaliza, pois implica divulgar e desvendar algo para o público [...]. A eles cabem não só divulgar, informar, mas sobretudo tornar público e revelado. (BARBOSA, 2010, p. 153)

Portanto, a busca de um periódico por maior alcance, tiragem e legitimidade na sociedade não se restringe à busca por maiores lucros, mas, também, por poder e por expandir suas formas de ler o mundo no meio social. Enquanto empresas privadas, é certo que o lucro é

desejável. Mas, ter papel decisivo nas decisões políticas e no meio social, como um todo, é primordial para que grupos como as Organizações Globo alcancem a posição que detém atualmente.

Visto isso, conclui-se que a ditadura soube manejar a imprensa, promovendo seu crescimento, ao mesmo tempo em que fez uso de seu poder no meio social para divulgar os ideais do regime. Não à toa, o modelo modernizador e autoritário ganhou legitimidade nas páginas de vários jornais e contribuiu para que a população civil sustentasse a execução de grandes projetos e a própria longevidade da ditadura.

CAPÍTULO II

AMAZÔNIA PARA QUEM?

Projetos nacionais, desenvolvimentismo e ditadura militar

Estudar a ditadura militar brasileira significa se abrir para batalhas de memória e um vasto debate historiográfico. E mais, faz com que seja necessário estabelecer uma posição nesse terreno movediço. Afinal, mesmo sendo parte do ofício do historiador a seriedade para com os métodos científicos e a busca por uma (re)construção verossímil do passado, é incoerente negar que todos nós estamos inseridos nas práticas sociais do presente. Além de historiadores, somos também sujeitos históricos. Por isso, espero contribuir para os debates sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar brasileira, auxiliando, de alguma forma, numa melhor compreensão desse passado que ainda se faz tão recente na conjuntura política brasileira.

O golpe de 1964 se desenrola num contexto de grande instabilidade. A Guerra Fria, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, divide o mundo no âmbito das ideias e das ações. Os efeitos da conjuntura bipolar no Brasil e em toda a América Latina são múltiplos, sendo o anticomunismo, talvez, um dos impactos de maior relevância.

É engano pensar que o anticomunismo pertença apenas à esfera da abstração. O imaginário e as representações anticomunistas, em dois de seus ápices, 1937 e 1964, foram justificativas para golpes de Estado, como pode ser visto no trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2000)⁴⁰, "Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-

40 Normalmente, a referência a este trabalho de Rodrigo P. Sá Motta é atribuída ao livro publicado em 2002. Contudo, por estar esgotado, houve dificuldade em conseguir um exemplar. Assim, as citações foram retiradas da tese do autor, de mesmo título, defendida na USP, em 2000. O conteúdo é muito semelhante, com a diferença de que o livro contém um capítulo a mais sobre iconografia anticomunista.

1964)". Há historiadores, inclusive Motta⁴¹, que acreditam que o anticomunismo também esteve presente no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

O anticomunismo tem como pilar a recusa ao marxismo-leninismo e ideais de esquerda. Não há entre os anticomunistas a defesa de um projeto político, mas sim a negação. Assim, no espectro anticomunista é possível encontrar católicos, liberais, fascistas e social-democratas⁴² (MOTTA, 2000, p. 4). Estes grupos, que em situações comuns não compartilham ideologias, ao se sentirem ameaçados pelo suposto "perigo vermelho", unem forças contra o avanço da esquerda. Esta questão é fundamental para pensar o golpe de 1964.

A tradição anticomunista é muito presente nos discursos propagados pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Commercio*, e também pela própria ditadura militar para legitimar a ocorrência do golpe e as atitudes repressivas que se seguiram. Respaldados num pressuposto de insegurança e exceção, representantes das Forças Armadas, vários veículos de comunicação e parcelas da sociedade civil que clamavam pela intervenção militar se uniram contra a "subversão".

As atitudes consideradas subversivas estavam sempre ligadas a preceitos de esquerda, como ações revolucionárias, avanço de reformas sociais e alargamento da participação popular na política. Jornais como *O Globo* relacionavam a "subversão" a noções de ameaça, irresponsabilidade, caos, anarquia, desordem, violência e criminalidade. No *JC*, por sua vez, a ideia de subversão, além da ligada ao anticomunismo, vem também frequentemente

41 Sobre isso, pude assistir duas palestras nas quais o historiador falou sobre a temática. Uma delas em Belém, durante o X Simpósio Regional de História da ANPUH-PA, e a outra em Manaus, na Semana de História da UFAM 2017. O artigo "O Brasil à beira do abismo de novo" (2016) também é de grande esclarecimento.

42 Importante frisar que é possível a existência do anticomunismo dentro da própria esquerda. Segundo Rodrigo P. Sá Motta (2000), anarquistas, trabalhistas socialistas e a esquerda católica já tiveram embates com grupos de ideologia comunista. "De maneira geral, contudo, [...] a esquerda no Brasil tendeu menos para o combate e mais para a cooperação com os comunistas" (MOTTA, 2000, p.34). Contudo, foi comum também que o Estado, especialmente os autoritários de 1937 e 1964, colocassem todas as propostas de esquerda com "ameaça comunista" de maneira generalizada. Isso pode ser exemplificado pelas acusações ao governo de João Goulart: o presidente foi acusado de comunista por propor reformas de cunho trabalhista ou, no máximo, populista. O contexto de Guerra Fria foi fundamental nesse aspecto para inflar o temor em relação a propostas de esquerda na política.

acompanhada do conceito de corrupção, como no seguinte trecho destacado: "Precisamos eliminar do país o vírus comunista, a corrupção peleguista" (*JC*, 09/04/64, p. 2). Aliás, é relevante ressaltar que o uso do argumento da corrupção para justificar a necessidade do golpe é muito mais comum nesse impresso do que pude verificar n'*O Globo*. Não só o governo de João Goulart é corriqueiramente acusado de corrupto, mas também os governos estaduais ligados ao PTB, como é o caso do Amazonas⁴³ à época do golpe.

Diante disso, o *JC*, da mesma forma que *O Globo*, coloca as Forças Armadas como as responsáveis por impedir o crescimento do "perigo vermelho" no Brasil. Outrossim, o papel do golpe, chamado de "revolução de 31 de março", seria "higienizar a vida pública brasileira", "destruir a máquina viciada" (*JC*, 03/04/1964, capa) e promover uma "administração capaz, justa e honesta" (*JC*, 09/04/1964, capa).

A associação entre corrupção e subversão também está presente no discurso oficial. Ao anunciar o Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, Castello Branco diz que "a revolução foi fruto da inspiração do povo brasileiro contra a corrupção e a subversão" (*JC*, 28/10/1965, capa). E, como seria de se esperar, os militares se autodeclaravam aqueles capazes de moralizar o Brasil politicamente, socialmente e financeiramente. Entendendo o conceito de moral como aquele vinculado à doutrina cristã e conservadora.

Ao pensar o anticomunismo e a forte presença militar na política nos anos 1960 e 1970, torna-se inevitável refletir sobre a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Se desde a proclamação da República, em 1889, é latente a intervenção das Forças Armadas na política, após 1964, ela se torna intromissão, invasão. Nilson Borges (2003), em artigo completo, direto e sucinto, traz contribuições muito significativas que auxiliam na compreensão das mudanças que a DSN traz à formação política e ideológica dos militares brasileiros.

43 Quando os militares depuseram João Goulart, o governador do Amazonas era Plínio Ramos Coelho, do PTB. Coelho foi eleito em 1963, pela segunda vez, e foi cassado em 1964 após Ato Institucional nº1, sob acusação de corrupção administrativa.

A DSN é originária dos Estados Unidos e surge no período de Guerra Fria. Logo, sua fundação está diretamente ligada ao combate ao comunismo e à "subversão", às noções de Estado forte, manutenção da ordem social, segurança coletiva estratégica (para o mundo ocidental capitalista), militarismo e controle de informações. Sendo que todos estes aspectos perpassam a política interna e externa.

Para compreender o golpe e a ditadura militar, em suas diversas facetas e momentos, é essencial apreender o significado da DSN no seio das Forças Armadas. E, para isso, é necessário conhecer a Escola Superior de Guerra e seu escopo de atuação. A ESG foi fundada em 1949 pelo Exército e se tornou "o bastião do anticomunismo" no Brasil (BORGES, 2003, p. 36). A Escola oferecia cursos principalmente a militares, mas, posteriormente, também a civis, em várias partes do território brasileiro. O binômio "desenvolvimento e segurança" eram os pilares da formação oferecida pela instituição, que tinha como propósito oferecer ferramentas para solucionar os problemas do país (BORGES, 2003, p. 36).

[...] os formuladores da Doutrina no Brasil criam no imaginário dos estagiários (é como são chamados, ainda hoje, os alunos da Escola) a concepção de que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para tomar o poder e, assim, transformar o Brasil numa República totalitária. O inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos ideais *revolucionários* [leia-se, da ditadura instalada], seduzido por *ideologias estranhas* e apoiado por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social. (BORGES, 2003, p. 36-37)

A DSN alimenta de forma intensa a compreensão presente nas Forças Armadas de que era seu papel zelar pela proteção da pátria. No contexto de Guerra Fria, ordem e segurança estavam diretamente ligados ao anticomunismo. Por isso, "ocupar, desenvolver e integrar" a Amazônia não é apenas um ato político-econômico, mas também ideológico, estratégico e de caráter repressor. Assim, estando presentes na Amazônia, os militares poderiam exercer controle ali, garantindo a "ordem e segurança", mas também coagindo um possível avanço da

esquerda. Ademais, a ESG já formulava, muito antes do golpe de 1964, um Projeto de Brasil que tinha como um de seus focos o domínio, a ocupação e o desenvolvimento da região amazônica, entendida como área estratégica para a segurança nacional e para o crescimento econômico do país.

Não à toa, a ocorrência da Guerrilha do Araguaia, em fins dos anos 1960 e primeira metade da década de 1970, coincide com o aumento da presença da ditadura na Amazônia, com mais projetos e maior busca por ocupação e desenvolvimento na região. Isso nos mostra a ligação que podemos fazer entre o combate ao comunismo e o desenvolvimentismo na Amazônia⁴⁴.

A compreensão, pelas Forças Armadas, de que o território amazônico ocupa posição estratégica e tem grande importância geopolítica, faz com que os militares considerem fundamental firmar presença na região. Isso se dá de variadas formas. Os projetos desenvolvimentistas, por exemplo, representam uma maneira de a ditadura se autolegitimar entre parte dos amazônidas, além de se fazer presente de maneira ativa na Amazônia, utilizando o território como “vitrine do desenvolvimento”⁴⁵ para o restante do país; a submissão e perseguição de grupos indígenas no Norte e em outras localidades são justificadas pelo entendimento de que o índio é fator de segurança nacional, por isso seria preciso vigiar para que não ocorresse “infiltrações comunistas” nas aldeias, além de garantir que os indígenas se tornassem “verdadeiros brasileiros” através da aculturação e até militarização desses sujeitos. Não é coincidência que um dos períodos de efervescência dos movimentos indigenistas organizados é a década de 1970. Estes movimentos têm como resposta a atuação ambígua e controladora da FUNAI e um “Estatuto do Índio” que preza

44 Importante salientar que a presença da ditadura na Amazônia não se deu apenas após a Guerrilha do Araguaia. A região amazônica já estava inserida no Projeto de Brasil das Forças Armadas muito antes do golpe de 1964, por ser considerada um local estratégico.

45 Janaína Martins Cordeiro aponta que as grandes obras como a Rio-Niterói e a Transamazônica foram apresentadas pelo governo como “vitrines de um Brasil moderno” (CORDEIRO, 2014, p. 187).

mais pela tutela e controle das comunidades indígenas do que pela sua liberdade e independência⁴⁶.

Os preceitos difundidos pela ESG, lega às Forças Armadas o dever de proteger a nação do "perigo vermelho" e "salvar a pátria". Porém, a DSN permitiu aos militares ir além do papel "arbitral-tutelar" de intervenção transitória antes verificada. A partir de 1964, a lógica castrense assume a figura de dirigente, tomando para si funções políticas e administrativas por tempo indeterminado. O objetivo dessa mudança era assegurar a ordem institucional e a segurança nacional (BORGES, 2003, p. 20).

Entre 1964 e 1985, ditadura militar vivenciou várias mudanças internas. Contudo, como apontado por Borges (2003), é justamente a mutabilidade que possibilita a manutenção do controle pelas Forças Armadas. Os Atos Institucionais, inclusive, foram a maneira encontrada para fortalecer o Executivo, reafirmando o caráter tutelar e autoritário do Estado, mas sem personalizar o exercício do poder, conservando seu caráter essencialmente militar (NAPOLITANO, 2014, p. 79-80). Além disso, tanto os Atos Institucionais, quanto o revezamento do poder presidencial, foram arcabouços legais utilizados pelos golpistas para manter sua fachada de legalidade (FICO, 1997, p. 95 *apud* BEAL, 210, p. 261).

Dessa forma, antes de prosseguir, acredito ser de suma importância esclarecer um elemento chave e muito presente atualmente nos debates historiográficos sobre a ditadura militar brasileira: a escolha em classificar a ditadura como "militar" e não como "civil-militar"⁴⁷. Isso não significa desconhecer o papel de parcelas da população civil como sujeitos

46 Essas problemáticas que envolvem as relações dos indígenas com a ditadura foram muito discutidas durante o minicurso "Violações de direitos indígenas durante a ditadura militar", ministrado por Pedro Berutti Marques e Marco Túlio Antunes Gomes, e durante a Mesa 1 do Simpósio Temático "Diálogos sobre a ditadura militar brasileira: ensino e pesquisa", coordenado por mim, Ana Carolina Monay e Jessica Machado Martins, durante o VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG (2018). As discussões ocorridas nestes dois momentos foram fundamentais para que a questão indígena aparecesse com maior relevância neste trabalho. Boa parte dos comentários sobre este assunto foram inspirados pelos debates dessas duas ocasiões.

47 A classificação da ditadura como "civil-militar" é defendida por Daniel Aarão Reis (2002) e alguns outros historiadores do período ditatorial, com o objetivo de demonstrar o papel da sociedade civil para a manutenção do regime, evitando que as memórias sobre essa parcela social tenham como foco apenas a resistência.

atuantes para a ocorrência do golpe e para a longa duração do regime. É reconhecido o auxílio de civis, inclusive, os veículos da grande imprensa e empresários.

Algumas linhas interpretativas justificam o golpe e a ditadura como frutos do desejo das classes dominantes de manter o sistema capitalista em ascensão no Brasil na década de 1960. Com esta motivação, frações da sociedade civil, em atuação conjunta com grupos das Forças Armadas, teriam promovido o golpe e sustentado a ditadura.

O historiador René Dreifuss (1981), expoente dessa análise, aponta para a ligação das Forças Armadas a uma elite orgânica nacional, organizada em grupos de doutrinação política, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), com auxílio de multinacionais norte-americanas. Esses grupos objetivavam, segundo o autor, assegurar a modernização capitalista no Brasil e, por isso, teriam sido contrários ao governo de João Goulart, que propunha mudanças estruturais que visavam à garantia de direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, a elite orgânica teria estimulado grupos militares contrários às políticas janguistas para a execução do golpe.

Porém, o reconhecimento de que ditadura militar brasileira e seus provedores civis tinham a forte intenção de preservar o capitalismo brasileiro de uma suposta ameaça comunista, não é suficiente para legitimar a afirmação de que as motivações da ditadura foram apenas econômicas. O anticomunismo que voltou-se para o governo trabalhista de João Goulart era de cunho político, autoritário, centralizador e dominador, além de ter o objetivo de controlar, inclusive, a economia capitalista, mantendo-a sob tutela do Estado.

Assim, denominar a ditadura como "civil-militar" pode implicar na equalização da culpa entre civis e militares na manutenção do regime autoritário como um todo, incluindo nisso, questões como a repressão, a tortura e a perseguição política. Ademais, tal nomenclatura pode gerar o entendimento de que toda a sociedade apoiou integralmente o

governo ditatorial, o que seria equivocado, uma vez que tivemos os resistentes e, também, os que simplesmente se acomodaram às circunstâncias⁴⁸. Dessa forma, optou-se aqui pela utilização do termo "ditadura militar", não por desconhecer ou ignorar a participação de parte da população civil como apoiadores e parte constitutiva do regime, mas por considerar o papel dos militares na manutenção do autoritarismo como elemento central. Portanto, assim como o historiador Marcos Napolitano (2014),

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista [...]. Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma 'ditadura civil-militar' ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder (NAPOLITANO, 2014, p. 9-11).

Isto posto, é reconhecida a importância do estudo sobre os diversos posicionamentos da sociedade civil ao longo da ditadura militar como elemento fundamental para a historiografia neste tempo atual em que vivemos. Afinal, muitos civis, seja por grandes empresas, seja de forma individual, consentiram com o golpe e com a ditadura, forneceram base de apoio e, hoje, optaram por legar isso ao esquecimento, formando memórias seletivas e distorcidas desse passado de contradições. Portanto, pesquisas sobre a ditadura, sejam aquelas dedicadas aos grupos civis, sejam as dedicadas às entidades militares, serão sempre louváveis na medida em que tragam o contraditório, fomentem debates e demonstrem, pouco a pouco, o universo múltiplo que constituiu o que denomino aqui de ditadura militar brasileira.

II.1 Desenvolvimentismo e Amazônia

Algumas concepções automáticas surgem à mente ao pensarmos em desenvolvimentismo. Pedro Cezar Dutra Fonseca (2012), estudioso do conceito, coloca que “desenvolvimentismo” normalmente remete às teorias cepalinas, formuladas pela Comissão

48 Sobre acomodação e resistência na ditadura militar, ver o capítulo "Adesão, resistência e acomodação: o influxo da cultura política", no livro de Rodrigo Patto Sá Motta, "As universidades e o regime militar" (2014).

Econômica Para América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em 1948. O CEPAL teria o objetivo de pensar empiricamente sobre as especificidades econômicas latino-americanas para sugerir ações concretas de reestruturação da economia, de modo a promover a superação do subdesenvolvimento.

Mas, quando digo que os projetos da ditadura para a Amazônia fazem parte de uma proposta econômica desenvolvimentista ou de uma modernização conservadora promovida pelos militares, há algo subentendido, a sensação de que essa explicação já está dada. E, sinceramente, as informações que vem à mente não estão ligadas ao CEPAL. Em que consiste, então, o desenvolvimentismo?

“Desenvolvimentismo” é um conceito extremamente fluido e ambíguo. Segundo Pedro Fonseca (2015), é um termo normalmente utilizado para designar um fenômeno delimitado no tempo, o século XX, mas que é espacialmente diversificado, visto que governos desenvolvimentistas apareceram em vários continentes. Contudo, assim como sua delimitação temporal pode ser questionada, visto que já podem ser encontrados artigos que defendem a existência de desenvolvimentismo no governo Lula⁴⁹, sua definição também pode ser. Afinal, “desenvolvimentismo”, além de ser um fenômeno e uma construção histórica, é igualmente utilizado para designar uma ideologia ou teorias (esfera do pensamento) e para nomear determinadas práticas históricas de política econômica, estas associadas a concepção de “Estado desenvolvimentista” (FONSECA, 2015, p. 14-15). Portanto, “desenvolvimentismo” e seus conceitos associados não tem definições óbvias e, por isso, torna-se mais que necessário expor e delimitar quais são seus usos neste trabalho e por quê.

49 Para citar apenas alguns artigos com os quais me deparei: “‘Era Lula’, ‘Desenvolvimentismo’ e as desigualdades estruturais”, de Alexandre de Freitas Barbosa (Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82412>>. Acesso em: 24 de abril de 2018); “O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?”, de Pedro Cezar Dutra Fonseca; André Moreira Cunha; Julimar da Silva Bichara (Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006>. Acesso em 24 de abril de 2018).

Não é a intenção explicar todo o processo de formação do conceito de desenvolvimentismo, nem pretendo mapear todos os autores que já fizeram a utilização do termo. Espera-se compreender de que forma as concepções de desenvolvimentismo, desenvolvimento, modernização conservadora, modernização autoritária e capitalismo de Estado se inter-relacionam e dialogam com o projeto político-econômico da ditadura, na Amazônia e no restante do território nacional. Ademais, almejo entender as influências de períodos anteriores ao golpe nos projetos ditatoriais. Pois, mesmo que a ditadura buscasse incansavelmente afastar-se do varguismo, por exemplo, são visíveis as heranças deste último no período pós 1964.

Ensejo, portanto, assimilar no que consistem os termos acima citados, para, a partir daí, esclarecer por que seus usos podem ser aplicados à política econômica dos militares. Buscarei relacionar as análises disponíveis na literatura com as propostas do governo militar e as visões da imprensa à época.

Uma questão pode ser lançada como motivador para pensar um modelo econômico desenvolvimentista: há relação de opostos entre o desenvolvimentismo intervencionista e o liberalismo econômico? Pois, se por um lado acredita-se que todas as grandes empresas privadas se beneficiariam do livre mercado, não podemos esquecer que o avanço do modelo capitalista no Brasil se deu a partir do Estado, como já foi dito .

Ao longo do século XX o que podemos verificar é uma relação simbiótica entre a iniciativa privada e o Estado. Portanto, apesar de o modelo desenvolvimentista inibir uma livre concorrência real, pois o Estado é agente determinante na economia, ele não inibe o avanço de *uma forma* de capitalismo. Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimentismo está associado ao capitalismo, mas não ao livre mercado em sua forma genuína.

Logo, o que decorre do modelo desenvolvimentista é o beneficiamento das empresas que se aliam aos objetivos propostos pelo Estado, pois elas utilizam de privilégios concedidos pelo governo, como os incentivos fiscais no caso da Amazônia, para crescer. Por outro lado, as empresas que não se encaixam às diretrizes prioritárias traçadas pelo Estado e não encaram a burocracia estatal, se veem limitadas. Ou seja, a crença de que todas as empresas privadas lutam por um autêntico livre mercado está equivocada, uma vez que em um modelo desenvolvimentista, as instituições privadas que se aliam ao Estado estão um passo à frente das demais que optam por não fazê-lo. Estando alinhadas a um Projeto Econômico imposto diretamente do centro de poder político, elas já se veem com certa vantagem.

Dessa forma, o que se percebe no desenvolvimentismo é a escolha autoritária, por parte do governo, das áreas que ele considera mais relevantes para a economia nacional. Nessas áreas, há incentivos e financiamentos governamentais, nas outras não há. Por isso, apesar de o desenvolvimentismo não inibir o capitalismo, ele certamente impede uma livre concorrência verdadeira em sua prática.

É identificado, então, o fortalecimento de um capitalismo de Estado, no qual boa parte das decisões econômicas estão centradas nas mãos do governo ou, no mínimo, são delimitadas prioridades de ação econômica, com a oferta de benefícios para incentivar as empresas a seguirem na direção desejada pelo poder público. Junto disso, o Estado investe diretamente em determinadas áreas, como energia, infraestrutura e indústrias de base, delimitando um Projeto Econômico Nacional único e sistemático. Isso pode ser feito em parceria com a iniciativa privada ou não, mas geralmente há a prevalência da gestão pública.

O conceito de capitalismo de Estado pode ter mais de um significado, por isso, é preciso esclarecer que aqui o termo é aplicado a “[...] países capitalistas com forte intervenção do Estado na economia onde ele se esforça para desenvolver as forças produtivas, [...] não

aguardando iniciativas particulares das livres forças de mercado” (COSTA, 2012, p. 2).

Ademais, o capitalismo de Estado

[...] tende fundir os poderes oficiais com os poderes do capitalismo. Ele depende do governo para escolher vencedores e promover o crescimento econômico, mas também usa instrumentos capitalistas como o lançamento de ações das companhias estatais nas bolsas e abraça a globalização (WOOLDRIDGE, A., 2012 – *The Economist* *apud* COSTA, 2012, p. 3).

Da mesma forma que o desenvolvimentismo, o capitalismo de Estado também tem apresentado no Brasil novas faces e interpretações, o que faz com que alguns autores questionem se este modelo pode ser aplicado aos projetos econômicos mais recentes do século XXI. Isso, de certa maneira, reforça o argumento de que o desenvolvimentismo caminha ao lado do capitalismo, mas sempre sob a tutela do Estado. Ao longo do tempo, ambos sofreram modificações de acordo com o contexto político brasileiro.

Antes de entender as metamorfoses da prática desenvolvimentista no Brasil, é preciso compreender em que consiste o desenvolvimentismo e como a noção de desenvolvimento é apreendida por esse modelo econômico. Ricardo Bielschowsky (1988 *apud* FONSECA, 2015), a quem se deve a formulação mais precisa do conceito de desenvolvimentismo como ideologia, caracteriza o termo da seguinte forma:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 7 *apud* FONSECA, 2015, p. 16).

De acordo com a caracterização de Bielschowsky, num modelo desenvolvimentista, o Estado tem grande preocupação em acelerar e concretizar a industrialização no país,

entendendo que este é o meio para vencer a pobreza e o subdesenvolvimento. Há, também, uma atuação do governo como guia transformador da economia segundo seus planejamentos, uma vez que as iniciativas privadas não seriam capazes de, espontaneamente, fundar e consolidar uma industrialização eficiente e racional, nos moldes e nas áreas que o setor público considera prioritárias.

Apesar de o autor considerar essas características como parte de um ciclo que teria durado apenas entre os anos 1930 e 1964, é inevitável não identifica-las em todos os projetos da ditadura militar. Pedro Fonseca (2012, p. 21), inclusive, diz que apesar de o desenvolvimentismo ser considerado um fenômeno histórico mais presente no Brasil na década de 1950, com Vargas e JK, ele continua sendo aplicado após o golpe civil-militar. Por exemplo, em documento publicado no ano de 1971, em complemento do Diário Oficial da União, no qual são elencados os objetivos, ações e características do I PND (1972-1974), o governo caracteriza o modelo econômico que se espera colocar em ação da seguinte forma:

I – Incorporação dos modernos instrumentos de evolução das economias desenvolvidas, entre os quais se destacam: 1) **influência crescente do Governo** na gestão do sistema econômico, com expansão de seus investimentos e de sua capacidade de regulamentar; 2) **incremento da prosperidade social**, pela elevação anual do nível de renda e do padrão de bem-estar; 3) **coerência e racionalidade das decisões, mediante planejamento** a longo prazo.

II – Criação de uma economia que capacite o Brasil a enfrentar a competição econômica e tecnológica moderna. [...]

III – Vitalidade do setor privado, originada de uma nova concepção de empresa [...].

IV – **Promoção, pelo Governo, das condições para a modernização**, dinamismo e competição, mediante incentivos ao setor privado, com políticas fiscal e monetária que preservem o crescimento rápido, [...] e ainda pela **concessão de prioridade aos investimentos diretos em setores** como Educação, Habitação, Energia, Transporte e Comunicações.

V – Equilíbrio entre União e Estados [...]. **Cabe à União definir a estratégia e as prioridades nacionais**, transferindo aos Estados a execução de obras de sentido local [...]. (I PND 1972/74, dezembro de 1971, p. 17-18, *grifos meus*)

Há notadamente a preocupação da ditadura em centralizar as decisões do planejamento econômico, deixando clara a sua intenção de fortalecer a modernizar as empresas privadas. Cabe ao Estado definir os setores prioritários de investimento, fiscalizar, regulamentar e promover as condições de modernização. Ou seja, busca-se o fortalecimento do capitalismo e de empresas privadas, a partir do desenvolvimento guiado e tutelado pelos militares.

Alguns intelectuais, como Bielschowsky, se dedicam ao estudo do desenvolvimentismo enquanto ideologia. Contudo, há estudiosos que partem da concepção prática de um “Estado desenvolvimentista”. Nessas definições, as características que aparecem são: intervencionismo, busca pela legitimação de um Projeto Nacional, promoção de um progresso científico e tecnológico controlado pelo governo e vinculado aos objetivos do Projeto Nacional, forte burocracia, relações público-privadas, incentivos fiscais às empresas que se alinham ao governo, criação de bancos de desenvolvimento e de órgãos públicos voltados especificamente para as grandes empreitadas, incentivo a formação de empresas nacionais, presença de certo sentimento nacionalista e industrialização orientada pelo Estado (FONSECA, 2015, p. 17-21).

Alguns dos teóricos que buscam definir o desenvolvimentismo ou o Estado Desenvolvimentista divergem em alguns pontos. Porém, Pedro Fonseca (2015) identificou variáveis comuns entre todos os trabalhos que sumarizam o que seria um “núcleo comum” do conceito. Acredito que este “núcleo comum” do desenvolvimentismo esteve presente no Brasil, ao menos, desde a década de 1930 até os anos finais da ditadura militar:

1. A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, ao projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto.
2. A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade.

3. A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário. (FONSECA, 2015, p. 20-21)

Ao discutirmos em detalhe os projetos da ditadura para a Amazônia, todas essas características do desenvolvimentismo serão retomadas e identificadas no modelo político-econômico seguido pelos militares. Entretanto, esses elementos não estão presentes apenas nos anos da ditadura após o golpe de 1964. Nos discursos presidenciais de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek percebemos com clareza os vieses do desenvolvimentismo nas preocupações com a industrialização, focado na região amazônica, mas não apenas nesta porção do território; a atenção dada a institutos de pesquisa, buscando o conhecimento científico do ambiente, de forma a elaborar técnicas de modernização que dialoguem com as condições desejadas para cada local; a nacionalização dos problemas da Amazônia elencados pelo governo, já citados anteriormente; o entendimento da busca pelo desenvolvimento como um ato patriótico, de amor a nação. Estas e outras características do que entendemos como desenvolvimentismo aparecem nos períodos pré e pós golpe civil-militar, fazendo com que seja possível a constatação de que, mesmo que a ditadura buscasse afastar de si as heranças dos governos anteriores, ela não consegue concretizar isso, mantendo muitas práticas, às vezes trocando apenas a roupagem.

Algo em comum identificado nos discursos desses períodos, tanto na imprensa quanto nos pronunciamentos presidenciais, é como o conceito de “desenvolvimento” é entendido. Nos discursos presidenciais, a noção de desenvolvimento é sempre acompanhada da busca pela industrialização nacional, investimento em infraestrutura e conhecimentos técnicos, crescimento econômico e modernização capitalista. Há, então, uma associação direta do desenvolvimento com a melhora de índices de produtividade e da economia, além da necessidade de investir em grandes obras. Isso seria sinônimo de progresso e engrandecimento do Brasil.

Os periódicos também compartilham dessa visão e trazem ainda a compreensão do desenvolvimento na Amazônia como uma “conquista econômica” (*O Globo*, 21/05/75, Panorama Econômico, p. 235). O *JC* tenta atrelar a esta concepção o desenvolvimento social, entendendo ser necessário uma conjugação do avanço econômico com a melhora nas condições de vida da população (*JC*, 01/01/70, p. 5).

De acordo com Pedro Fonseca (2012, p. 23-24) quatro correntes de ideias antecedem o desenvolvimentismo. Essas correntes ideológicas se associam no século XX e formam nossa compreensão do termo. São elas: nacionalismo, industrialismo, intervencionismo e positivismo. Esta última é fundamental para pensar a concepção de desenvolvimento dentro do desenvolvimentismo.

Nesse ideário, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele, a nação permanecerá no atraso [...] (FONSECA, 2012, p. 23).

É uma constante pensar o desenvolvimento a partir de um conjunto de concepções prévias, próprias do meio urbano e de vivências capitalistas ocidentais. Logo, desenvolver a Amazônia subentende-se como ocidentalizar os costumes e práticas das múltiplas realidades amazônicas, submetendo todas elas ao mantra de “ocupar, industrializar, colonizar, descobrir” e etc. Isso fortalece a busca pela soberania nacional, mas gera numerosas contradições, pois muitas vezes as demandas locais (raramente ouvidas) desejam para a região um modelo de desenvolvimento alicerçado nas tradições regionais, e não algo imposto de cima para baixo, ou do centro para as periferias.

O grande problema é que a tradição, no espectro da busca pelo desenvolvimento, é entendida como atrasada ou subdesenvolvida. Portanto, é frequente na corrida desenvolvimentista a superação do subdesenvolvimento através de técnicas modernizadoras implantadas de forma vertical.

Importante compreender que, apesar de o desenvolvimentismo estar presente na política econômica brasileira desde a Era Vargas, isso não significa que a economia ao longo de todo esse tempo foi linear e imutável. Pelo contrário, muitas mudanças ocorreram. Mas, da mesma forma, também são verificadas muitas continuidades. Por isso, a partir de agora, tentarei mapear essas permanências e rupturas, com foco especial na atenção dada por estes governos à Amazônia.

Pedro Fonseca (2012, p. 45) acredita que a gênese do desenvolvimentismo tenha sido antes de 1930. Segundo o autor, o desenvolvimentismo teria se expressado pela primeira vez de forma “mais acabada” em 1928, quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, haveria uma “[...] nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular o desenvolvimento” (FONSECA, 2012, p. 45). Ademais, a concepção de “desenvolvimento” pouco a pouco viria a substituir a ideia de “progresso”, de matriz positivista, sendo que “[...] desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história; o governo deveria estar à frente de uma construção” (FONSECA, 2012, p. 45).

Esse pensamento se estenderia durante toda a Era Vargas. Os empresários e industriais tiveram alguns conflitos com Getúlio no início de seu governo, uma vez que uma das premissas básicas do varguismo era a intervenção do Estado na economia. Porém, antes mesmo do início da ditadura do Estado Novo, esses homens de negócio “[...] acabaram se

convencendo de que o guarda-chuva do Estado [...] não era desconfortável e trazia benefícios mútuos” (FAUSTO, 2006, p. 54).

Uma das características do desenvolvimentismo já identificada tanto no governo de Vargas no Rio Grande do Sul quanto durante a Era Vargas, foi a concessão de benefícios fiscais e empréstimos através de bancos públicos, buscando fomentar a economia a partir dos pilares privilegiados pelo governo. Como governante gaúcho, Vargas fundou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e utilizou-o para este fim (FONSECA, 2012, p. 48). Como presidente, Vargas recorreu ao Banco do Brasil e criou linhas de crédito agrícola e industrial, além de vários outros instrumentos buscando “dinamizar a economia” a partir do controle estatal (FAUSTO, 2006, p. 55).

Criado em 1937, o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças), órgão do Ministério da Fazenda de Vargas, também exerceu importante papel na gestão dos investimentos estatais nas áreas consideradas estratégicas na economia. Sua função era “[...] estudar e formular pareceres sobre diversos aspectos da política econômico-financeira do país, como tributação, legislação bancária e monetária, incentivos fiscais, aproveitamento de combustíveis e política energética”⁵⁰. De acordo com Boris Fausto (2006, p. 108), o CTEF criou empresas e órgãos estatais visando incentivar os investimentos nos setores privilegiados pelo governo, dentre eles: Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939), Companhia Siderúrgica Nacional (1940), Companhia Vale do Rio Doce (1942), dentre outros. O surgimento em grande escala desses organismos públicos voltados para a organização, pelo governo, da economia é também uma característica marcante do desenvolvimentismo, como discutido anteriormente⁵¹.

50 Informação retirada do dossiê “Era Vargas” disponibilizado no site do CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoFinancas>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

51 Demais órgãos estatais voltados para organização e intervenção na economia foram: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), o Departamento Nacional do Trabalho e o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), o Conselho Federal do Comércio Exterior (1934). Vários outros organismos foram fundados nas

Após o golpe do Estado Novo, os projetos desenvolvimentistas ganharam ainda mais força. Vargas tomou para si a responsabilidade de construir o Brasil e formar uma identidade brasileira sólida. Parte desse projeto incluía o crescimento econômico do país e a ocupação de territórios considerados “vazios”, como a Amazônia. Além da busca pelo desenvolvimento, essa política de colonização era parte de uma estratégia para garantir a segurança nacional, com a ocupação das fronteiras. Dessa forma, percebe-se uma forte influência do ideário nacionalista no projeto desenvolvimentista de Vargas. Esse nacionalismo

[...] expressou-se na ocupação material e simbólica do território brasileiro, cujos grandes vazios, da sua ótica, poderiam despertar a cobiça de governos e grupos estrangeiros. Não se tratava de uma disputa de limites com países vizinhos, [...]. Tratava-se, sim, de uma expansão da fronteira, no sentido de área não ocupada, ou frouxamente ocupada, dentro do território nacional (FAUSTO, 2006, p. 128).

Nesse sentido, foi iniciada a Marcha para o Oeste⁵², em 1938. O objetivo principal da marcha era a ocupação da região Centro-Oeste do país, sendo uma etapa preliminar rumo integração da Amazônia. De acordo com Angela de Castro Gomes (2013, p. 62), a Marcha para o Oeste consistiu em uma política de nacionalização do Brasil, almejando tornar o país uma terra de brasileiros, efetivamente. O governo ditatorial de 1937 representava, nesse contexto, um Estado forte, capaz de representar a unidade nacional (GOMES, 2013, p. 62) e, por isso, seu alcance em todas as regiões não poderia ser contestado, mas demonstrado e fixado: “O Estado Novo, como outros regimes autoritários seus contemporâneos, estabelecia como meta estratégica para a segurança nacional um efetivo controle sobre povo e território, cuidando-se das fronteiras do país, ameaçadas, quer por inimigos externos, quer por inimigos internos” (GOMES, 2013, p. 46).

mais diferentes áreas, demonstrando a grande atenção dada pelo governo para a gestão econômica.

52 O principal ideólogo da Marcha para o Oeste, segundo Boris Fausto (2006, p. 129), foi Cassiano Ricardo. Ricardo nasceu em São Paulo, era poeta e ensaísta e lançou livro, em 1940, que teve como título a Marcha. Cassiano Ricardo relacionou o objetivo desbravador e colonizador da Marcha para o Oeste com as bandeiras do período colonial brasileiro. Assim, ele contribuiu para a solidificação do mito da expansão.

Pedro Fonseca (2012) faz algumas considerações bastante interessantes sobre a escolha da palavra “marcha” dentro do espectro desenvolvimentista e da busca pela integração nacional:

O emprego da palavra marcha não é fortuito: ajuda a revelar que o desenvolvimento não brotaria espontaneamente, deveria resultar de decisão organizada, aplicada com determinação e disciplina; requeria sacrifícios (‘desbravar’), legitimava-se por princípios iluministas (‘civilizadora’) e exigia a sua frente governos fortes [...] (FONSECA, 2012, p. 46).

A Marcha para o Oeste é o pontapé inicial para as políticas de integração e ocupação do território brasileiro que se estendem até o período da ditadura militar. Junto desses grandes projetos integradores, o Estado teve constante preocupação no aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comunicação, de forma a incentivar o povoamento. Logo, como bem aponta Fonseca, o Estado toma a liderança dessa marcha para o progresso, abrindo caminhos, domesticando os espaços e as pessoas e zelando por uma suposta eficácia racional instaurada pela burocracia da máquina pública. Este espírito realizador pode ser bem ilustrado pela fala de Vargas a seguir: “Nada nos deterá, nesta arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada” (VARGAS, 09 de outubro de 1940).

Boa parte dos esforços voltados para a Amazônia dentro da Marcha para o Oeste foram geridos pela Fundação Brasil Central (FBC). Criada em 1943, a FBC tinha como principal objetivo efetuar a integração da região amazônica ao território nacional a partir dos rios que cortavam o interior do país (GOMES, 2013, p. 73). A expedição Roncador-Xingu foi uma das mais relevantes iniciativas da FBC e possibilitou o surgimento de mais de quarenta e três cidades e vilas no Centro-Oeste e Norte do país (GALVÃO, 2011, p. 3).

O desenvolvimentismo varguista começa a ganhar expressão na região amazônica especialmente na década de 1940. Em discurso pronunciado em Belém (VARGAS, 06 de outubro de 1940), o presidente fala sobre possibilidades para sanar a “angústia econômica que vive o Pará”. Para isso, o governo deveria investir no aprimoramento técnico do extrativismo, especialmente da borracha, e na indústria. Vargas coloca que a reorganização da Amazônia não será obra de apenas um governo, sequer de uma única geração. Porém, cumpriria à sua gestão iniciar o processo de reordenamento econômico da região, “preparando-a para retomar o seu primado na produção de matérias primas vegetais e, mesmo, na sua industrialização, de forma a concorrer no consumo mundial”.

Em seu discurso, Getúlio afirma que a borracha está sendo cada vez mais utilizada pela indústria. Por isso, seria preciso aprimorar as técnicas de produção e baratear os custos, de modo que a borracha amazônica voltasse a ser atrativa nas exportações. Contudo, o quadro que estaria predominando na Amazônia demonstrava uma grande deficiência técnica no processo utilizado para a extração do látex, considerado por Vargas “desordenado e rudimentar”, uma “indústria extrativa primária”. Assim, a borracha que se tornava tão necessária e valiosa devido aos avanços modernizantes no resto do país e do mundo, tinha custos altíssimos na Amazônia, visto que o extrativismo primitivo não resultava em grandes quantidades de produto, encarecendo-o. Essa conjuntura precisaria ser urgentemente modificada, pois a goma é tida como o elo entre o passado glorioso e a possibilidade de um futuro promissor para a região Amazônica: “A borracha ainda é a principal riqueza de que se pode valer o Pará para elevar o seu comércio ao nível antigo” (VARGAS, 06 de outubro de 1940).

Dentre as medidas propostas para desenvolver a Amazônia, está a intenção de levar as fábricas para as proximidades dos centros das matérias primas, melhorar as condições do porto do Pará, facilitando o escoamento das mercadorias, e explorar novos recursos naturais,

“ainda em estado nativo”, a partir de “cultivo técnico e aproveitamento racional”. Produtos como cumarú, copaíba, andiroba, guaraná, fibras têxteis e madeiras representariam “todo o rol enorme dos vegetais econômicos que a Natureza faz germinar, em certos casos, com privilégio de exclusividade”, que demonstrariam como a floresta amazônica é generosa (VARGAS, 06 de outubro de 1940).

Há algumas características do desenvolvimentismo muito presentes nos discursos de Vargas. Dentre elas, a associação do crescimento econômico com um sentimento de patriotismo, considerando a busca pelo desenvolvimento da Amazônia como uma expressão de amor à pátria e de brasilidade. Em visita à Manaus, Getúlio afirma que “Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento” (VARGAS, 09 de outubro de 1940). Ademais, identifica-se a busca pela cientificidade nas propostas econômicas, traduzidas pelo anúncio da criação do Instituto Agrônomo do Norte. O Instituto teria como objetivo ser um centro de pesquisas da riqueza florestal da Amazônia, visando classificar, aperfeiçoar e desdobrar o bioma amazônico, facilitando a substituição do “velho processo extrativo” pela “indústria agrícola, metódica e científica”:

[O Instituto Agrônomo do Norte] deverá promover o plantio sistemático, não só da seringueira, pela forma como vem praticando, com pleno êxito, a Fundação Ford, como ainda o das variadas espécies nativas e aclimadas – castanha, timbó, fibras –, a fim de fornecer, gratuitamente, mudas [...] e desenvolver, ao mesmo tempo, os modernos processos de cultura e aclimação dos vegetais (VARGAS, 06 de outubro de 1940).

O trecho citado acima traz outra característica do desenvolvimentismo: as parcerias público-privadas que, mesmo menos frequentes na Era Vargas do que nos governos de JK e da ditadura militar, ainda assim estão presentes. Essa proposta reaparece em pronunciamento feito em Manaus, quando o presidente afirma que “não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua

experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias [na Amazônia]” (VARGAS, 09 de outubro de 1940).

Em entrevista concedida a *Associated Press*, em 1940, Getúlio pontua que o plano do governo para a região amazônica consiste em dois aspectos: saneamento e colonização. A política de saneamento tem como objetivo extinguir a malária e outras “moléstias” da região, enquanto os projetos para o povoamento consistem em estimular a fixação de “grupos nacionais” na Amazônia e dar condições para que ali eles possam prosperar. Vargas frisa a necessidade de uma orientação técnica na escolha das terras e na instalação dos colonos e, por isso, diz que serão fundados “núcleos agrícolas” que servirão como “escolas rurais e aprendizados, onde os filhos dos colonos recebam instrução e conhecimentos de lavoura” (VARGAS, 04 de outubro de 1940). Caberá ao Instituto Agrônômico do Norte dar assistência aos agricultores, intensificando o plantio das seringueiras.

Um dos grandes motivadores para o incentivo do Estado Novo às correntes migratórias para a Amazônia foi o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Os Acordos de Washington, assinados em 1942, definem que os norte-americanos iriam comprar toda a produção da borracha que excedesse as necessidades industriais do Brasil (FAUSTO, 2006, p. 112). Tendo em vista os lucros que essa aliança poderia trazer ao país, Vargas intensificou o trabalho em prol do desenvolvimento da Amazônia, dessa vez com foco na Batalha da Borracha.

O maior incentivo em relação à ocupação da Amazônia foi o fomento de migrações do Nordeste para o Norte. Entre 1941 e 1942, os nordestinos vivenciaram uma grave seca, principalmente no Ceará. Dessa forma, o governo visualizou, na transferência desse contingente populacional para a região amazônica, a resolução de três problemas: a seca, visto

que no Norte há grande quantidade de água doce disponível, o aumento da disponibilidade de mão de obra para trabalhar nos seringais e a ocupação do “vazio amazônico”.

Foi criado um órgão especificamente voltado para gerenciar as migrações, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). Uma grande campanha publicitária foi feita para estimular famílias inteiras a irem para o Norte. O artista plástico suíço Pierre Chabloz foi contratado para fazer os cartazes que circularam por todo o Brasil.



Cartazes concebidos por Chabloz para o SEMTA e capa do primeiro breviário que poderia ser distribuído para migrantes em potencial – 1943⁵³.

Os cartazes de Chabloz traziam temáticas variadas que tinham como objetivo persuadir os trabalhadores a migrarem com suas famílias para a Amazônia. A primeira imagem entre os cartazes acima, traz a associação entre o aumento da produção de borracha com a vitória na Guerra. Ou seja, ir para a mata trabalhar nos seringais era também um ato de patriotismo em favor do triunfo brasileiro no conflito internacional. Os cartazes tentaram transmitir também a promessa de uma vida melhor na Amazônia para os migrantes, um recomeço, amparados pelo SEMTA (imagens 2 e 3). A segunda imagem, além de trazer o resguardo oferecido pelo SEMTA, tem a ilustração de caminhões ao fundo, aparentemente

⁵³ A imagem foi retirada de *site* do Jornal da Unicamp: LAURETTI, Patrícia. Chabloz em cartaz. Campinas, Jornal da Unicamp, 5 de outubro de 2012 a 21 de outubro de 2012, ANO 2012, Nº 542. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/542/chabloz-emcartaz>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

carregados, mostrando o resultado do esforço do trabalhador, aliado a eficiência dos meios de transporte. A terceira imagem, por sua vez, ao mesmo tempo em que mostra uma boa casa em meio a floresta, com uma aparente tranquilidade, ilustra também, no canto direito, um trabalhador retirando a seiva da árvore, contribuindo para a produção da borracha. Por fim, o breviário da última imagem guia o olhar para representações positivas sobre a região amazônica, demonstrando que a grande floresta também pode ser “terra da fartura”, lugar para se estabelecer e plantar. Isso demonstra que os cartazes tentaram transmitir a concepção de que migrar para a Amazônia seria benéfico para o migrante, para a ocupação e crescimento econômico do território amazônico e para a vitória do Brasil na Guerra.

Apesar de ser objetivo do governo varguista promover as boas condições para o processo de ocupação efetiva da Amazônia, os seringueiros que buscaram melhores oportunidades foram esquecidos, pouco a pouco. Após a Guerra, os seringueiros migrantes foram largados ao acaso, e boa parte morreu vítima de doenças agravadas pelas condições de habitação e higiene (FAUSTO, 2006, p. 114). Boris Fausto (2006, p. 112) afirma que, no fim das contas, a Batalha da Borracha “[...] teve pouco resultado em termos econômicos e representou um desastre social”.

Ao fim do Estado Novo, alastraram-se as denúncias sobre as péssimas condições em que os migrantes estavam. Após a eleição da nova Assembleia Constituinte, foi instalada uma CPI para apurar os acontecimentos. “As conclusões que a CPI chegou foram claras, decidindo-se que cabia ao Estado dar assistência a essas famílias, cujos chefes haviam sido convocados para um esforço de guerra. Porém, [...] os descendentes desses ‘soldados da borracha’ nada receberam” (GOMES, 2013, p. 78). A retratação do Estado a esses sujeitos só veio na Constituição de 1988.

A Era Vargas pode ser considerada a porta de entrada do desenvolvimentismo na política brasileira em âmbito nacional. Essa prática se estende ao longo do período democrático e irrompe a cena também na ditadura militar. Eleito em 1950, Vargas dá continuidade aos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia com a fundação da SPVEA.

A Constituição de 1946 já previa o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que objetivava intensificar a política de desenvolvimento e integração da região. De acordo com a constituinte, o Estado deveria investir por, no mínimo, 23 anos, pelo menos 3% da renda tributária na Amazônia.

Entretanto, foi apenas em 1953, com Vargas, que foi criado o regimento para execução do Plano. As diretrizes previam a promoção do desenvolvimento da produção agrícola, extrativa e animal e a elevação do nível de vida da população da região amazônica; a recuperação e aproveitamento das áreas inundáveis; a exploração dos recursos minerais no território; o favorecimento da industrialização de matérias-primas nativas para o mercado interno e exportação dos produtos naturais; a elaboração e execução de um plano de transportes e comunicações para a Amazônia; o estabelecimento de uma política de energia, através de uma utilização racional dos recursos naturais, fortalecendo os centros de produção e indústria; incentivo ao capital privado para investimentos na exploração de riquezas regionais e em empreendimentos de capital misto; estabelecimento de uma política demográfica, a partir da resolução dos problemas ligados a alimentação, saneamento básico, assistência à saúde e educação, incentivando também as migrações e fixação de famílias em núcleos rurais permanentes; criação de um sistema de crédito bancário regional; promoção de pesquisas (geográficas, naturais, tecnológicas e sociais) para melhor conhecimento da Amazônia e maior eficiência do Plano; preparação de profissionais especializados para trabalhar na região, de acordo com as especificidades locais; investimento em um serviço de divulgação econômica e social sobre a Amazônia, mostrando todas as possibilidades que a

área oferece; orientação administrativa eficiente para controle e execução do Plano, nas esferas municipal, estadual e federal (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 110-111).

Através da análise das diretrizes do Plano, percebe-se que o governo almejava investir em várias áreas, tanto no aspecto econômico quanto social, de forma direta. Destacam-se as orientações sobre a atração do capital privado, para trabalhar junto ao Estado, e o interesse em criar linhas de crédito específicas para a região, buscando atrair empresários e homens de negócio.

Para executar o Plano, garantindo uma “orientação administrativa eficiente”, foi fundada a SPVEA. Este organismo tinha autonomia gerencial de suas atividades e subordinação direta à presidência.

A Superintendência tinha como funções básicas a elaboração quinquenal do Plano – que deveria ser apresentado ao Congresso Nacional para aprovação – e o controle de sua execução. Dispunha também de poderes suficientes para coordenar, a nível nacional, as atividades de todos os órgãos que atuassem na região amazônica, impondo diretrizes e modificando programas conforme as prioridades que estabelecesse, ficando a seu cargo, inclusive, a distribuição das verbas destinadas a muitos desses órgãos (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 111).

O primeiro plano quinquenal da SPVEA é do ano de 1954. Segundo texto preliminar do documento, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia visa estabelecer um equilíbrio político, social e cultural entre as regiões do Brasil, visto que elas teriam se desenvolvido de maneira “não harmoniosa”. Por isso, teria se tornado imprescindível que o governo atuasse com vias a diminuir essas “condições negativas” em que estavam várias localidades do país, especialmente a Amazônia (I Plano Quinquenal – SPVEA, 1954, p. 3).

Os objetivos do primeiro Plano da SPVEA elencados pelo governo são:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, promover a execução de suas tarefas sociais;

c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (I Plano Quinquenal – SPVEA, 1954, p. 4).

O primeiro e o último tópicos demonstram uma grande tendência do modelo desenvolvimentista que é a supremacia do nacional sobre o regional. Logo, a ocupação territorial da Amazônia e sua economia devem caminhar conjuntamente com o “sentido brasileiro”. Essa concepção de “Brasil” presente no desenvolvimentismo supõe que as noções de nação e Estado se confundem com “governo”, por isso, busca-se fazer parecer que a missão do governante e de dado planejamento político é o destino certo de todo o país e constituem determinada grandiosidade brasileira que se pretende alcançar.

O segundo tópico, por sua vez, dialoga com um dos objetivos do projeto de Djalma Batista para a Amazônia, que é seu desenvolvimento “autossustentado”, já citado anteriormente. A busca por fazer com que a produção amazônica seja capaz de suprir completamente todas as demandas da região continua recorrente ao longo de todos os anos em que os militares estiveram no poder.

Carlos Renha (2017, p. 88-90), aponta que a SPVEA enfrentou diversas dificuldades durante seu período de funcionamento. Dentre eles, os atrasos constantes no repasse de verbas pelo governo federal à Superintendência ou, até mesmo, a suspensão total de algumas quantias devido aos cortes sofridos no orçamento nacional. Renha ainda aponta as divergências entre a SPVEA e as administrações estaduais, fazendo com que a instituição não tivesse apoio suficiente nem na esfera federal, nem na regional.

Após o golpe, houve a tentativa de recuperar a SPVEA, de forma que ela pudesse transmitir uma nova mensagem de renovação e confiabilidade (RENHA, 2017, p. 91). Contudo, a SPVEA perdura apenas até 1966, quando é substituída pela SUDAM, nos primeiros anos da ditadura. Muitas críticas foram feitas aos programas da SPVEA durante seu

tempo de atuação. Dentre elas, a burocracia excessiva e a dificuldade em se concluir projetos, ou mesmo colocá-los em prática. Nas justificativas para implantação da SUDAM, levantou-se o fato de que os objetivos da SPVEA eram extremamente utópicos e de difícil concretização, enquanto as propostas da SUDAM seriam mais realistas e práticas em um sentido racional. Porém, não é possível afirmar que a SUDAM teve tanto êxito em solucionar este problema como os militares pregaram.

Juscelino Kubitschek, ao assumir a presidência em 1956, deu continuidade aos projetos desenvolvimentistas a seu próprio modo. Os “cinquenta anos em cinco” foram um símbolo da economia guiada pelo Estado. Contudo, este plano seria impossível sem o braço motor da iniciativa privada. Diferente de Vargas, que priorizou a busca por fundar grandes empresas estatais, JK focou os esforços de seu governo no desenvolvimento, principalmente industrial, a todo custo. Logo, apesar de o controle permanecer nas mãos do Estado, em relação à regulação e taxação, o mercado se abriu para multinacionais, maiores parcerias público-privadas e empréstimos vindos do exterior: “Enquanto Getúlio Vargas buscou uma industrialização nacional-autônoma, JK se propôs a um projeto de industrialização dependente” (RODRIGUES, 2013, p. 35).

Uma das formas de incentivar os investimentos privados que JK adotou, assim como nos governos desenvolvimentistas anteriores e posteriores a ele, foram as linhas de crédito. O ex-presidente citava com frequência em seus discursos a grande relevância de melhorar as condições de crédito para atrair cada vez mais os empresários. O papel do governo seria central nessa negociação, uma vez que seria função do Estado promover o estudo das melhores formas de incrementar os investimentos nas áreas priorizadas pelo plano estratégico federal. Na Amazônia, JK considerava ser imprescindível uma atuação conjunta entre empresariado e governo no sentido de “colaborar no esforço de aumentar a produção e elevar o padrão de vida da região” (KUBITSCHKEK, 18 de abril de 1956).

O investimento na indústria automobilística e na construção de rodovias por todo o país foi um traço marcante do governo de JK. As grandes “BRs”⁵⁴ ligando todo o país, convergindo na nova capital que foi colocada no meio do Centro-Oeste brasileiro, tem significados múltiplos que precedem o período do presidente “bossa nova” no poder. A construção de Brasília no grande cerrado, é um resultado palpável da Marcha para o Oeste iniciada com Vargas. Brasília, além de se tornar um símbolo da modernidade, do desenvolvimento e do planejamento, erguida no que antes era um nada, fez com que grandes contingentes populacionais migrassem para o centro do país. O litoral deixou de ser o foco político e econômico em unanimidade, forçando uma aproximação de todas as regiões com o centro decisório da república.

Se a Marcha para o Oeste foi associada às bandeiras do período colonial, JK, ao construir Brasília, foi tido como “O Bandeirante”. Em pequeno documentário de mesmo título, do ano de 1957, produzido pela Jean Manzon Films⁵⁵, são mostradas imagens de Juscelino com grandes botas andando pelo cerrado vazio, como um desbravador. Em seguida, aparecem as obras de Brasília, a construção de uma “cidade-monumento” (FERREIRA, 2012, p. 304). O documentário é iniciado com uma fala de JK que comemora a industrialização e a integração nacional pelas rodovias. A construção de Brasília, por sua vez, é tida como uma batalha patriótica que simboliza a inauguração de uma nova era, a da integração nacional.

A construção das BRs partindo de Brasília e levando automóveis aos variados territórios, simboliza essa tão desejada integração nacional. Antes de Vargas e JK, a visão predominante era de que o Brasil era formado por várias “ilhas” (GALVÃO, 1996 *apud* RODRIGES, 2013, p.36), grandes cidades isoladas entre si. Após a execução dos projetos

54 Sigla empregada para identificar as estradas federais.

55 Jean Manzon nasceu na França e veio para o Brasil em 1940. Foi fotógrafo de guerra, trabalhou no DIP de Vargas, tendo se tornado amigo do ex-presidente. Trabalhou em revistas como *O Cruzeiro* e abriu seu próprio negócio cinematográfico em 1952. Manzon se tornou o cinegrafista oficial da construção e inauguração de Brasília. Seus filmes caracterizam-se pelo ufanismo e aproximação com as ideias governistas. Suas ideologias agradaram a elite empresarial, por isso, Manzon fez vários filmes para o IPES (CARDENUTO, 2009, p. 66).

desenvolvimentistas, a construção de Brasília e das rodovias significaram o erguimento de pontes de comunicação e de trocas, uma caçada incansável pela interligação.

Mas, isso não quer dizer que esse vislumbre de concretização de uma nação sólida e integrada tenha tido o êxito esperado. Caso isso tivesse realmente ocorrido, não teríamos ainda hoje problemas de acesso e comunicação entre Norte e Sul do país. Ademais, o processo de construção dessas majestosas estradas não ocorreu de forma pacífica. Nesse sentido, uma das mais simbólicas foi a trajetória da obra da Belém-Brasília.

Desafiando a floresta amazônica, a abertura dessa estrada desencadeou graves conflitos, confrontando brancos e índios e, particularmente, fazendeiros e arrendatários. Isto é, a Belém-Brasília atualizou os choques que ocorriam com frequência entre os grandes proprietários e trabalhadores rurais, dessa feita, os que eram contratados temporariamente e depois dispensados e impedidos de ficar nas terras onde haviam se estabelecido, em função das obras da estrada (GOMES, 2013, p. 85).

Pela reflexão de Angela de Castro Gomes, percebemos que as “rodovias integradoras”, no fim das contas, não integravam as populações de trabalhadores migrantes que foram em busca de trabalho em direção à região Norte. Isso sem contar os conflitos com as populações indígenas, que também foram recorrentes no período da ditadura. Outrossim, a conclusão efetiva da Belém-Brasília só ocorreu durante o governo Médici e, atualmente, vários trechos da estrada enfrentam problemas de tráfego⁵⁶.

Outro projeto desenvolvimentista voltado para a Amazônia enquanto Kubitschek estava no poder, foi a criação da Zona Franca de Manaus. A lei nº 3.173, de 06 de junho de 1957, determina a criação de um porto livre e de local para armazenamento, depósito, guarda, conservação e retirada de mercadorias provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia. Os produtos estrangeiros, enquanto estivessem em Manaus, não seriam tributados. Caberia ao governo delimitar as terras utilizadas para a Zona Franca, assim como

56 Em reportagem de 2017, o *Estado de São Paulo* denuncia as péssimas condições da Belém-Brasília e afirma que a estrada é conhecida como a “rodovia do medo”: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,rodovia-do-medo-br-153-esta-abandonada,70002003327>>. Acesso em 01 de maio de 2018.

disponibilizar as instalações e serviços que seriam destinados para seu funcionamento. Os interessados na Zona Franca poderiam construir nas suas proximidades depósitos ou indústrias que fizessem uso de matérias primas da região.

A Zona Franca de Manaus tinha o objetivo de dinamizar o comércio e industrialização na Amazônia, tornando a presença das empresas no Amazonas mais atrativa para a iniciativa privada. Durante a ditadura, os militares ampliam a legislação e reformulam a ZFM, trazendo ainda mais investidores. Percebe-se que, por mais que a ZFM tenha interesse em atrair o capital privado, nacional e estrangeiro, ela é administrada pelo governo e tem como fim atingir os objetos do Estado para a Amazônia. Dessa forma, o ideal desenvolvimentista permanece latente.

O governo de JK foi marcante para a delimitação do que se compreende como desenvolvimentismo. O ex-presidente deu grande importância aos estudos desenvolvidos pelos membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Fundado em 1955 como órgão do Ministério da Educação e Cultura (ABREU, CPDOC FGV), o ISEB influenciou diretamente no pensamento político e econômico brasileiro das décadas seguintes.

De acordo com Alzira Abreu (CPDOC FGV), o que motivou a fundação do ISEB foi o estudo, ensino e divulgação das ciências sociais, voltadas para a busca da compreensão crítica da realidade brasileira. A partir das pesquisas desenvolvidas, o Instituto se propunha a incentivar e a promover o desenvolvimento nacional. Por isso, o ISEB é considerado um dos principais formadores teóricos do que chamamos de “nacional-desenvolvimentismo”: “Para esses intelectuais, o Brasil só poderia ultrapassar a sua fase de subdesenvolvimento pela intensificação da industrialização” (ABREU, CPDOC FGV). Esse crescimento industrial, para os “isebianos” só seria possível através de uma política econômica essencialmente nacionalista, que promovesse uma completa emancipação e soberania. Por esta razão, eles

consideravam que qualquer investimento de capital estrangeiro ou mesmo a importação de técnicas poderia ser um obstáculo à industrialização nacional. Acreditava-se que os interesses multinacionais seriam voltados para a extração de matérias-primas, visando a manutenção do Brasil como um país agrário-exportador.

Inicialmente, o ISEB apoia a política econômica de JK, por considera-la próxima do que seus intelectuais propunham. Contudo, Juscelino não busca entre os “isebianos”⁵⁷ os estudiosos para constituir seu projeto de desenvolvimento. Isso pode ser explicado a partir do momento que compreendemos que parte dos estudiosos do ISEB consideravam JK um “entreguista”. Pois, mesmo que ele tivesse mantido o Estado como motor do desenvolvimento, ele teria se associado demasiadamente ao modelo capitalista norte-americano.

Marcelo Silveira Rodrigues (2013, p. 35) afirma que, enquanto Vargas buscou uma “industrialização nacional-autônoma”, Kubitscheck optou por uma “industrialização dependente”, ou como colocado por Octavio Ianni (1991, p. 190 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 35), “um sistema capitalista de tipo associado”.

Ao invés de uma política nacional-desenvolvimentista, neste momento [com JK] as lideranças políticas no poder optaram pelo chamado desenvolvimentismo dependente, ou seja, desde então a associação com o capital privado internacional passou a ser vista com bons olhos pelo governo, mudando a forma como o desenvolvimentismo vinha sendo aplicado no Brasil até então [...] (RODRIGUES, 2013, p. 41).

Logo, enquanto parte dos “isebianos” consideravam JK um entreguista, devido a uma certa decadência do nacionalismo aos moldes getulistas e a maior abertura à iniciativa privada nacional e internacional, outro grupo dentro do ISEB concordava com as medidas tomadas pelo presidente. Isso provocou uma cisão dentro do Instituto em 1958, quando os intelectuais nacionalistas conseguiram ganhar força e direcionar as ações do ISEB a partir de então.

⁵⁷ Dentre os principais intelectuais membros do ISEB se destacam: Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré.

Assim, eles passaram a oferecer novos cursos de formação voltados para o fortalecimento de uma prática nacionalista na economia, assumiram uma postura mais agressiva em defesa do controle dos lucros de empresas estrangeiras pelo Estado, intensificaram o argumento pela distribuição de renda e reforma agrária e se aproximaram de vários sindicatos e do PCB (ABREU, CPDOC FGV).

O ISEB não conquistou boa parte dos grupos intelectuais da década de 1950. Eles consideravam os “isebianos” pouco aptos para analisar a sociedade e fornecer soluções sólidas e confiáveis, devido à carência de sua formação científica em sociologia, política, economia, história e antropologia. De fato, a maioria dos estudiosos do ISEB tinham um saber voltado para as práticas jurídicas e bacharelescas, eram advogados, com maior interesse na filosofia (ABREU, CPDOC FGV).

Ademais, alguns jornais da grande imprensa e grupos empresariais viam o ISEB com desconfiança, por considera-lo ligado aos interesses da esquerda e dos comunistas. Em pesquisa rápida pelos acervos *online* d’*O Globo* e do *JC*, são diversas as reportagens que expressam essa suspeita sobre o ISEB. Por exemplo, em edição do dia 25 de março de 1960, *O Globo* afirma que o Instituto é formado por “oportunistas científicos” que adotam “confusas teorias francamente esquerdistas (no sentido marxista) e doutrinas para o uso de agitadores”. Nessa mesma edição, o ISEB é caracterizado como subversivo, comuno-nacionalista e ameaçador às instituições democráticas no Brasil (*O Globo*, 25/03/60, *O País*, capa). O *JC*, por sua vez, aponta que o ISEB é “uma célula vermelha de pseudo-intelectualismo” (*JC*, 04/08/63, suplemento, capa).

Essas desconfianças em relação ao ISEB e sua possível aproximação com ideias de esquerda talvez explique as motivações que levaram os militares a extinguir o Instituto pouco depois do golpe, em treze de abril de 1964. *O Globo* comemora a extinção dizendo que o

ISEB tinha se transformado em um “centro de investigação marxista e laboratório manipulador de fórmulas para as camadas intelectuais desenvolverem e propagarem o comunismo, preparando a revolução bolchevista no país” (*O Globo*, 13/04/64, p. 2). A associação da ideologia isebiana, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo, com a esquerda pode ter relação com o fato de que as propostas do ISEB se aproximavam da política varguista/janguista tida como subversiva pelos apoiadores do golpe.

Certo é que a extinção do ISEB não promoveu o desaparecimento das ideias que ali eram desenvolvidas. Pelo contrário, os “isebianos” influenciaram toda uma geração de intelectuais, inclusive os amazônidas, como Arthur Cézár Ferreira Reis e Djalma Batista, que absorveram e interpretaram diversos pontos do “nacional-desenvolvimentismo”.

Mas, se o ISEB foi extinto pela ditadura e já afirmamos que a política econômica ditatorial tem caráter desenvolvimentista, qual é, então, a diferença entre o desenvolvimentismo e o nacional-desenvolvimentismo?

O modelo desenvolvimentista, como já explicado anteriormente, subentende uma participação ativa e controladora do Estado na economia. Isso é também uma característica do nacional-desenvolvimentismo. Porém, neste último, o nacionalismo é mais forte e reflete na menor aceitação da presença de capital privado no processo de industrialização, especialmente o capital privado estrangeiro, e uma maior fundação de empresas genuinamente estatais. Enquanto no desenvolvimentismo há a busca pelo desenvolvimento econômico nacional a partir de parcerias público-privadas voltadas para um projeto único de governo, no nacional-desenvolvimentismo é fundamental que a industrialização, principalmente a de infraestrutura, seja fundada e administrada pelo Estado.

JK é tido como o primeiro presidente a manter os ideais desenvolvimentistas sem abrir mão de associar o Brasil ao capitalismo mundial. “[...] as propostas de governo de JK visavam

à modernização/industrialização do país através de uma política de forte intervenção estatal assimilada com o capital externo e os próprios interesses dos EUA em manter o Brasil em sua órbita capitalista” (RODRIGUES, 2013, p. 49). Dessa forma, o desenvolvimentismo de Kubitscheck promove uma industrialização em moldes capitalistas no país, mas sem que o Estado perdesse o controle de todo o processo de modernização econômica.

Há, portanto, de se ter bastante cuidado no uso dos conceitos “desenvolvimentismo” e “nacional-desenvolvimentismo”, pois eles não são sinônimos. Os significados se aproximam, mas, por exemplo, não é possível dizer que a ditadura de 1964 tem caráter nacional-desenvolvimentista, uma vez que as associações público-privadas na economia são muito presentes e marcantes, tanto com o capital nacional como estrangeiro. Entretanto, dizer que a economia pós 1964 é desenvolvimentista, tem um outro significado, que é o reconhecimento de que o Estado tem papel central, controlador e planejador na formulação das políticas econômicas, focando em industrialização, modernização e busca por uma autonomia nacional, sem abrir mão de uma forma de capitalismo (tutelado).

Ademais, o nacional-desenvolvimentismo, também chamado de “nacionalismo econômico” (BASTOS, 2012, p. 255), aproxima-se do trabalhismo, uma vez que zela pela valorização e incorporação dos trabalhadores urbanos ao processo político (PEREIRA, 2012, p. 114). Isso não acontece necessariamente no desenvolvimentismo. Por isso que, mesmo os militares tendo feito um expurgo dos ideais trabalhistas, eles ainda assim resgataram muito do desenvolvimentismo varguista.

[...] o projeto getulista foi resgatado pelos militares. A ditadura militar repudiou a imagem de Vargas e desmereceu o trabalhismo – renomeado de “populismo”. Todavia, com o milagre econômico no período Médici e, sobretudo, com a industrialização patrocinada por Geisel, as políticas públicas de desenvolvimento industrial aplicadas por Vargas foram retomadas. [...] Com Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi um exemplo de planejamento e dirigismo centralizado. Muitas empresas estatais foram criadas [...]. Aos setores bancário e de crédito, de infraestrutura e de exportação, da cultura e dos esportes, o Estado se impôs

como planejador, indutor, fomentador e investidor (FERREIRA, 2012, p. 306-307).

Segundo Jorge Ferreira (2012, p. 307-308), em meados do século XX vários países da “periferia do capitalismo” buscaram formular projetos que pudessem resultar em certa autonomia política e econômica. Esses planos pretendiam alcançar um desenvolvimento nacional autônomo baseado em um Estado forte, centralizado, interventor e planejador. Para que isso fosse possível, seria necessário que o governo conseguisse o apoio tanto dos empresários quanto dos trabalhadores. Para Jorge Ferreira, esses planos, em nível mundial, podem ser chamados de “nacional-estatismo”.

Ainda de acordo com Ferreira (2012, p. 309-311), o nacional-estatismo brasileiro teria surgido com Vargas, assim como acreditamos, o desenvolvimentismo. Porém, o autor não equipara o nacional-estatismo ao desenvolvimentismo, mas sim ao trabalhismo. Dessa maneira tendo em vista o repúdio dos militares ao trabalhismo, optou-se neste trabalho o uso do termo “desenvolvimentismo” para designar o projeto político-econômico da ditadura. Pois, por mais que as características do nacional-estatismo se aproximem das do desenvolvimentismo, elas são ainda mais próximas do que entendemos como o nacional-desenvolvimentismo, que acredito ser incompatível com o contexto ditatorial pós-1964.

Retomando a discussão, iniciada na Introdução deste trabalho, sobre uma possível cultura política nacional-estatista no Brasil, é de suma importância frisar que o nacional-estatismo, da maneira como compreende Jorge Ferreira, não é o mesmo que a cultura política nacional-estatista proposta por Daniel Aarão Reis (2014). Em primeiro lugar, porque uma cultura política vai além de simples práticas políticas e/ou econômicas, sendo uma forma de ver o mundo, com suas representações, valores, referências, tradições, símbolos, etc. Em segundo lugar, pois a cultura política nacional-estatista de Reis, por ser permeada de

redefinições e metamorfoses, ultrapassa (e muito!) o trabalhismo e o getulismo, se estendendo pelo governo de JK, a ditadura e o governo Lula, já no século XXI.

Desse modo, tendo em vista as características da cultura política nacional-estatista proposta por Daniel Aarão Reis (2014)⁵⁸, acredita-se ser possível compreender o desenvolvimentismo da ditadura dentro desse espectro. Isso amplia e solidifica a visão de que o modelo político, econômico, cultural e social implantado pela ditadura tem raízes em períodos anteriores e geraram heranças que perduraram em momentos posteriores. Logo, por mais que os militares tenham buscado construir a imagem de “revolução” para o golpe, tentando impor a ideia de que o Brasil viveria a partir de 1964 uma nova era, isso não pode ser confirmado pelas práticas do governo ditatorial, que foram repletas de permanências de contextos prévios a ele.

Outro elemento que agrega a esta visão que almeja inserir a ditadura dentro do processo global de constituição do Estado brasileiro, é a proposta de Rodrigo Patto Sá Motta (2013; 2014) sobre a existência de uma cultura política brasileira⁵⁹. Dentre as várias características que constituiriam a cultura política brasileira sugerida por Motta, duas são mais relevantes para esta discussão. São elas: a modernização autoritário-conservadora e a tendência à conciliação e acomodação nos jogos de poder.

O conceito de modernização conservadora foi desenvolvido por Barrington Moore Jr. (1975 *apud* PIRES; RAMOS, 2009) “para analisar as revoluções burguesas que aconteceram

58 Retomando as características já citadas anteriormente: a cultura política nacional estatista teria surgido durante o Estado Novo, com Getúlio Vargas, e vigoraria no Brasil até os dias atuais — o que não significa que ela deixou de sofrer modificações ao longo do tempo. Ela, ainda, teria como elementos um Estado centralizador e integrador, um ideário nacionalista e unificador, o apoio das Forças Armadas, alianças sociais com a classe trabalhadora (sempre sob vigilância e tutela do Estado), concepções de modernização e industrialização e uma política externa de afirmação nacional.

59 Lembrando as características da cultura política brasileira proposta por Motta (2013; 2014): o patrimonialismo; o personalismo ou privatismo; o clientelismo; o elitismo; a frágil identificação dos cidadãos com os partidos; o pouco apreço e a escassa participação popular nos espaços públicos; a tendência à flexibilidade, à conciliação e à negociação de conflitos; o caráter modernizador e, ao mesmo tempo, conservador assumido pelo Estado.

na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais” (PIRES; RAMOS, 2009 p. 412). Moore se propõe a compreender de que forma o desenvolvimento capitalista aconteceu nos países citados, através de pactos entre a elite política que levaram ao surgimento de regimes políticos autocráticos e autoritários (PIRES; RAMOS, 2009 p. 412). O histórico do conceito não é relevante para nossa discussão, mas sim o entendimento de seu uso para o estudo da história brasileira, principalmente da ditadura militar.

No Brasil, o termo “modernização conservadora” é muito utilizado para designar o governo de Getúlio Vargas. Durante a Era Vargas o processo de industrialização, de avanço da modernidade capitalista, teria florescido no seio de um Estado controlador, tanto no aspecto sociopolítico como moral. Entretanto, este mesmo Estado trouxe novas propostas, industrializantes, para a economia. Isso, claro, sem significar uma mudança radical nas estruturas sociais, pois ainda que vivenciássemos ganhos na conquista de direitos⁶⁰, as elites se mantiveram no centro de controle.

De maneira resumida, a modernização conservadora simbolizaria um descompasso entre o avanço econômico capitalista e a estagnação do avanço político democrático. Ou seja, o capitalismo avança, tutelado pelo Estado, com tímidas intenções liberalizantes (pois certamente não corresponde a um liberalismo clássico de livre mercado), mas a prática política se mantém rígida, fechada e, quiçá, autoritária. Isso sem falar nos valores conservadores que permeiam a sociedade para além das práticas políticas, beirando a “família tradicional e os bons costumes”.

60 Lembrando que a concessão de direitos, especialmente os trabalhistas, durante a Era Vargas não tinha como objetivo a simples “melhora” nas condições de vida e trabalho da população. O cerne de toda essa questão era, sobretudo, uma política de trocas, para “amansar” os trabalhadores, manter as indústrias funcionando e fazer crescer a popularidade de Vargas.

Contudo, Rodrigo P. Sá Motta (2014) propõe que a ditadura militar não pode ser compreendida apenas como uma expressão do paradoxo modernizador e conservador, mas como uma modernização autoritário-conservadora. É conservadora na moral, nos costumes, nas tradições; é autoritária nas práticas repressivas. Logo, a modernização autoritário-conservadora proposta por Motta (2014) transcende as barreiras da prática econômica, atingindo a cultura, a política, a educação, a segurança, etc. O desenvolvimentismo pode ser, então, tido como uma de suas facetas.

Esse caráter modernizante autoritário e conservador da ditadura é um símbolo da tendência à conciliação e acomodação nos jogos de poder. Explico: o desenvolvimentismo possibilita o exercício de controle da economia por parte dos militares, mas, ao mesmo tempo, abre espaço para a iniciativa privada nacional e internacional. Essa abertura não é casual, mas totalmente intencional. Por vários motivos: primeiro, o golpe (a “revolução de 31 de março”) foi justificado como uma defesa das instituições democráticas que estariam sendo ameaçadas pela “onda comunizante” liderada por Jango (MOTTA, 2014, p. 52-53). Essa fachada democrática foi o que aproximou muitos setores sociais, inclusive vários empresários. Portanto, e isso nos leva ao segundo motivo, abrir a economia (de forma controlada), agrada à classe empresarial e ao mesmo tempo mostra uma suposta face liberal do regime. Isso aproxima e satisfaz a iniciativa privada nacional e internacional, pois a abertura para o mercado externo também facilita a formação de uma representação positiva sobre a ditadura no contexto mundial. Dessa forma, tanto a ditadura quanto aos empresários se acomodaram às circunstâncias estabelecidas: o governo abre mão de um controle unânime na economia, visto que a parceria com o capital privado é benéfica para a consolidação dos Projetos Nacionais e promove uma fachada de legalidade ao regime; a classe empresarial, por sua vez, se beneficia da participação do Estado na economia, tendo em vista os incentivos fiscais, e abre mão de um mercado totalmente livre.

Por outro lado, o desenvolvimentismo permite um controle que não é só econômico. A escolha de como investir, onde investir e por que investir determinando recurso é uma forma de modificar ou manter o *status quo* de uma localidade. Os investimentos econômicos (ou a ausência deles) têm a capacidade de alterar a realidade social, cultural e política. Um exemplo muito claro disso é a escolha dos militares e de governos desenvolvimentistas anteriores de se fazerem presentes na Amazônia.

Os investimentos na região amazônica durante a ditadura são uma expressão da importância que os militares veem no território. A Amazônia é considerada um local estratégico para as Forças Armadas (MARQUES, 2007). Por isso, as empreitadas desenvolvimentistas na região abrangem muitos outros fatores além do crescimento econômico e da modernização. É uma forma de o governo controlar o território, reprimir manifestações culturais que não agradam à ideologia militar, determinar quais e como funcionarão os centros urbanos e de que maneira será a circulação de bens e de informações.

A “ocupação, integração, desenvolvimento e colonização” da Amazônia é totalmente baseada no interesse da ditadura na região e nos lemas dos militares: “Desenvolvimento com segurança” e “Integrar para não entregar”. Quanto mais territórios ocupados por simpatizantes do regime, menores as chances para o surgimento de oposição; quanto menor o espaço destinado às tribos indígenas e populações tradicionais, maior o controle sobre a “cultura brasileira” e a definição do que é “ser brasileiro”; quanto maior o conhecimento sobre o território, mais facilidade no controle destes; quanto mais a Amazônia está próxima do centro de poder, pelas estradas, pelo rádio, pela imprensa e etc., mais fácil é para fiscalizar, tomar e subjugar.

A partir de agora, pretendo aprofundar as discussões sobre os paradoxos que envolvem as relações entre a ditadura e Amazônia. Pois, as intenções dos militares na região foram ambíguas tanto quanto os seus resultados.

II.2 “Ser brasileiro” na ditadura: Obras faraônicas, nacionalismo e estratégia geopolítica

A ditadura militar brasileira de 1964 promoveu grandes esforços voltados para o desenvolvimento do país. Estes empreendimentos tinham objetivos não só econômicos, no quesito do progresso capitalista, mas também, e talvez principalmente, objetivos políticos, como já foi mencionado. Obras públicas grandiosas como a Ponte Rio-Niterói, as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí e a Transamazônica, foram fundamentais para a construção de uma representação positiva do governo ditatorial, ligada a noções de modernidade e crescimento do Brasil, tanto nacional quanto internacionalmente. Entretanto, todas estas obras são permeadas por contradições que, muitas vezes, não foram divulgadas no período de sua construção e não são lembradas atualmente.

Os projetos desenvolvimentistas da ditadura para a região amazônica são aqui entendidos como uma forma de exercício autoritário de poder dos militares sobre a Amazônia. Um meio de exercer controle, determinar as funções do território para a nação, subjugar sua população e usar isso para legitimar o regime ditatorial como o grande modernizador do Brasil dentro de um Projeto de Nação que interliga definições rígidas de economia, sociedade, política e cultura ideais.

A ditadura reprimiu para além dos quartéis. E aqui, compreendo que o controle da economia e do pensamento, as restrições políticas e a imposição de uma cultura que as Forças Armadas entendiam como a “verdadeiramente brasileira” são formas de restrição à liberdade

que foram articuladas sob o postulado da defesa da segurança nacional, do combate ao comunismo e da promoção do desenvolvimento.

Visto isso, buscarei demonstrar que este Projeto de Brasil, planejado há tempos pela ESG e colocado em prática pela ditadura, teve impactos não só na Amazônia, mas em todo território nacional. Os grandes projetos desenvolvimentistas formaram um dos aparatos que construíram uma fachada de legitimidade do regime, fomentando sua popularidade e difundindo um suposto “milagre econômico” que fortalecia o ideal de um “Brasil Grande”, próspero, integrado e moderno. Nesse bojo, definições de brasilidade foram difundidas com ferocidade, na busca incessante para a determinação de uma identidade brasileira alinhada à doutrina militar.

Compreender como a ditadura concebe o que é “ser brasileiro” e como isso se relaciona com a estratégia geopolítica traçada pelos militares, esclarece quais foram as motivações e preocupações que levaram o regime ditatorial a investir e atentar-se à Amazônia. Dessa forma, destacarei brevemente dois projetos desenvolvimentistas da ditadura fora da região amazônica, objetivando demonstrar a tentativa de nacionalizar o desenvolvimento em todo o território brasileiro. Em seguida, trarei a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e, por fim, a Transamazônica, o grande expoente das “obras faraônicas” na Amazônia. Buscarei entender sua função dentro do projeto desenvolvimentista autoritário e relacionarei todos estes empreendimentos monumentais ao processo de legitimação da ditadura, sua estratégia geopolítica e a difusão de uma identidade brasileira pautada no idealismo militar.

Certamente, algumas das “grandes obras” sobre as quais serão faladas não estão reduzidas apenas a efeitos negativos ligados a um regime político autoritário. Parte dos resultados desses investimentos perduram hoje, ainda úteis, e significaram à época um

verdadeiro avanço ao crescimento nacional. Porém, isso não invalida as críticas que serão feitas à execução e utilização desses instrumentos de infraestrutura, além das intenções por trás destes.

A Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974, tem mais de treze quilômetros de extensão e pode ser considerada um dos projetos ligados à concepção integradora da ditadura por meio dos transportes. Na época de sua construção, era a ponte mais longa do mundo em vigas caixão⁶¹ (BEAL, 2010), sendo até hoje a maior ponte do Hemisfério Sul e um marco da engenharia nacional. Essa grandiosidade da ponte, visível aos olhos, é uma forma de propaganda para o regime, demonstrando o avanço da modernidade no Brasil promovida pelos militares. É também uma maneira da ditadura se perpetuar na memória e no cotidiano de milhares de brasileiros que utilizam a ponte cotidianamente e relacionam essa suntuosa e extravagante empreitada ao período ditatorial. Uma autêntica concretização dos anos de “milagre”.

Um ponto a ser problematizado sobre esta construção é a escolha e manutenção do nome oficial da edificação, "Ponte Presidente Costa e Silva". Decerto, a popularização da ponte pelo seu nome extraoficial, "Rio-Niterói", tem um significado muito relevante para a formação de memórias sobre o empreendimento. Contudo, a preservação do nome oficial, mesmo que não muito utilizado, deve ser discutido.

Por ser uma obra monumental, os esforços para sua conclusão são incontestáveis. Porém, enquanto o governo ditatorial utilizava a empreitada como o "símbolo de um país novo" (ANDREAZZA *apud* BEAL, 2010, p. 266-67), suspeita-se da morte de vários operários ao longo da construção, além de condições desumanas de trabalho: "Os militares

61 "A viga caixão, conceitualmente, nada mais é que uma viga W, porém, com duas abas. Mecanicamente, capaz de suportar cargas muito maiores, e pesando muito menos do que as vigas W dimensionadas para funções equivalentes". Informação retirada de: <<http://tudo-sobre-pontes-rolantes.com.br/perfil-i-s-w-caixao/>>. Acesso em 23 de abril de 2017.

nunca revelaram as estatísticas sob o pretexto de ser matéria de segurança nacional⁶²" (BEAL, 2010, p. 266). Segundo reportagem do Portal PUC-Rio Digital⁶³, o jornalista Romildo Guerrante, que teria acompanhado as obras, disse que, por conta da censura, muitas notícias sobre os acidentes ocorridos não puderam ser publicadas. Apesar disso, anúncio da Itaú Seguradora, publicado no jornal *O Globo*, do dia 4 de março de 1974, data da inauguração da ponte Rio-Niterói, coloca que:

A construção de uma obra exige muitos sacrifícios; às vezes, até de vidas humanas. Foi assim na construção da Golden Gate em São Francisco [...] Na construção do Canal do Panamá [...] Nas obras do Canal de Suez [...] E numa série enorme de obras que depois provocaram o orgulho e o espanto de toda população mundial. Com a Rio-Niterói aconteceu a mesma coisa. Antes de provocar orgulho e espanto, ela também provocou acidentes. Antes de entrar para a história, ela também deixou vidas pelo caminho. (*O Globo*, 04/03/1974, p. 12)

O texto prossegue dizendo que o anúncio não comemora a abertura da ponte Rio-Niterói, mas homenageia os "heróis desconhecidos que não vão participar da festa de inauguração". Segundo o anúncio, foram 33 mortos; segundo reportagem do *site d'O Globo*⁶⁴, 72 mortes foram calculadas pela imprensa. Mas, como dito anteriormente, as estatísticas nunca foram disponibilizadas pelos militares.

Ainda em relação ao texto do anúncio citado, percebe-se a intenção clara de fazer com que a Ponte seja um marco histórico. Se era objetivo dos militares “deixarem a sua marca” no Rio de Janeiro com a Rio-Niterói, eles certamente conseguiram. A Ponte é um monumento que perdura no cenário carioca. Além disso, é uma edificação que estará por um bom tempo no *hall* das grandes obras nacionais. A manutenção de seu nome original é um simbolismo das permanências da ditadura na frágil democracia brasileira atual.

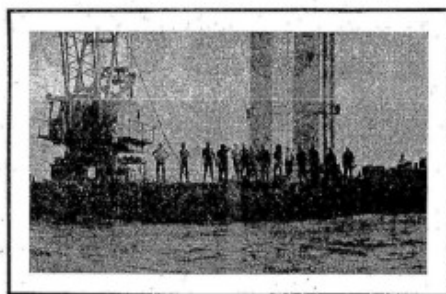
62 Percebe-se que a justificativa da “segurança nacional” foi pretexto para muitas das ações repressivas da ditadura, inclusive o encobrimento, até hoje, de documentações.

63 Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/Historias-concretadas%3A-os-40-anos-da-Ponte-Rio-Niteroi-24038.html#.WP0zOtLyvIU>>. Acesso em 23 de abril de 2017.

64 Sete curiosidades sobre a Ponte Rio-Niterói. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/sete-curiosidades-sobre-ponte-rio-niteroi-16497232>>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

**A ponte Rio-Niterói tem
13.900 metros de extensão,
26,40 de largura, 300 de vão livre
e 33 mortos durante as obras.**

**A Itaú Seguradora
presta sua homenagem a eles.**



A construção de uma grande obra exige muitos sacrifícios; às vezes, até de vidas humanas.

Foi assim na construção da Golden Gate em São Francisco, uma ponte com 1960 m. de comprimento, 24,40 m. de largura e 10 mortos durante as obras.

Na construção do Canal do Panamá, uma obra que teve tantos acidentes que provocou a retirada da França e do idealizador dos trabalhos, o engenheiro Ferdinand de Lesseps.

Nas obras do Canal de Suez, onde os acidentes de trabalho mataram centenas de trabalhadores.

E numa série enorme de obras que depois de prontas provocaram o orgulho e o espanto de toda população mundial.

Com a Rio-Niterói aconteceu a mesma coisa. Antes de provocar orgulho e espanto,

ela também provocou acidentes.

Antes de entrar para a história, ela também deixou vidas no meio do seu caminho.

A Itaú Seguradora sabe disso.

Como empresa que está há 52 anos nesse negócio de seguros, ela sempre se preocupou em acompanhar as grandes obras. Torcendo para que seja tudo um mar de rosas.

E fazendo o possível e o impossível para tornar menos dramáticas as conseqüências das fatalidades.

Por isso, hoje ela se sentiu na obrigação de fazer este anúncio.

Homenageando esses heróis desconhecidos que não vão participar da festa de inauguração.

Simplemente porque um dia saíram de casa para construir uma ponte e nunca mais voltaram.



Anúncio da Itaú Seguradora - Inauguração da Ponte Rio-Niterói; *O Globo*, 04/03/74, p. 12

No setor de infraestrutura energética, a Hidrelétrica de Itaipu, construída no rio Paraná entre os anos de 1974 e 1982, na fronteira entre Brasil e Paraguai, foi um empreendimento levado a cabo pelos dois países. Importante lembrar que o Paraguai vivia também uma ditadura durante o andamento das obras⁶⁵.

65 Alfredo Stroessner governou o Paraguai entre 1954 e 1989 sob um regime ditatorial fortemente influenciado pela DSN. O governo de Stroessner atuou cuidadosamente na repressão à sociedade civil. Assim como o caso brasileiro, a ditadura paraguaia também zelou pela manutenção de uma fachada democrática, com o diferencial de que no Paraguai não havia revezamento de poder entre sujeitos distintos. Stroessner zelou pela manutenção de um "teatro" da democracia: o ditador não se apresentava como tal, um golpista, mas como o candidato vitorioso de um partido tradicional do país, o Partido Colorado. Durante todo o período de duração do regime, foram feitas

De acordo com Maria de Fátima Bento Ribeiro (2002, p. 11), "A usina de Itaipu representou enorme impacto ambiental, acarretando imensos prejuízos, principalmente, humanos". A autora discute uma das problemáticas causadas pela construção da hidrelétrica: as desapropriações.

Sobre esta questão, o jornal *O Globo*, em edição publicada em 1979 (*O Globo*, 19/10/79, p. 22), diz que "Desapropriações na região já não causam mais problemas". A nota sobre a reação dos moradores desapropriados busca demonstrar que esses sujeitos já estavam tranquilos quanto às soluções que o governo propôs para sanar a perda de suas casas. Contudo, apesar desse intento do jornal, o texto traz as contradições que ainda permaneciam nas negociações entre agricultores e a ditadura. Duas falas destacam essas discordâncias. A primeira, de um representante dos desapropriados, diz que "A Itaipu aprendeu a dar um tratamento digno ao colono, embora ainda existam alguns pontos duvidosos". Ou seja, as reivindicações dos moradores não estavam totalmente resolvidas àquela altura. Do outro lado, o diretor jurídico da Itaipu diz que "o tratamento continua exatamente como antes [...]. A Itaipu não mudou sua política. Os colonos e a Igreja é que aprenderam a ver a situação com realismo". Isto é, percebe-se claramente que não havia intenção por parte do governo e de seus representantes em atender pedidos dos moradores desapropriados, mas sim, fazer com que eles aceitassem a situação autoritariamente imposta, pois não havia outra opção a ser discutida.

Além da questão das desapropriações, suspeitas de corrupção e das causas da morte do embaixador José Jobim circundam as obras da Usina de Itaipu. Em 2014,

O Instituto João Goulart encaminhou no final de novembro denúncia ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro sobre a suspeita de que o embaixador José Jobim foi assassinado por agentes da ditadura militar em

eleições, certamente forjadas, mas que não deixaram de ocorrer. O apoio do Partido Colorado e o culto à personalidade de Stroessner se mesclaram ao autoritarismo político (BOCCIA, A., GONZÁLEZ, M., Y PALAU, R., 2016; PADRÓS, 2008).

março de 1979. Poucos meses antes de sua morte, o embaixador declarou para políticos em Brasília que escrevia suas memórias em que denunciaria o esquema de corrupção na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu⁶⁶.

Reportagem d'*O Globo* de 1984, em ocasião do início do funcionamento da Usina de Itaipu, afirma que a obra orçada em 2,7 milhões, em 1973, saltou para o gasto de US\$15 bilhões (*O Globo*, 25/10/84, p. 29). Mas, apesar das suspeitas de superfaturamento e diversas denúncias sobre casos de corrupção, não encontrei trabalhos conclusivos sobre essa temática. Um dos motivos é certamente a dificuldade de acesso a todas as documentações que poderiam esclarecer esses fatos.

Sobre a apuração da morte do embaixador José Jobim, não foram localizadas maiores informações sobre um possível andamento de investigações do Ministério Público. O que permanecem são as conclusões da polícia de 1979, alegando que José Jobim teria cometido suicídio. *O Globo* trouxe, em mais de uma reportagem sobre o assunto, a informação de que a família não aceitou o laudo oficial da polícia sobre a morte de Jobim desde a sua divulgação, ainda em março de 1979 (*O Globo*, 27/03/79, p. 17; 29/03/79, p. 14).

Mesmo com essas evidentes problemáticas que circundam a Usina de Itaipu, ela continua sendo visitada diariamente, como símbolo de um orgulho nacional, descrita em seu próprio *site* institucional⁶⁷ como “A maior geradora de energia limpa e renovável do planeta”. Itaipu foi a maior usina hidrelétrica do mundo até o término da construção da represa de Três Gargantas, na China, em 2008 (BEAL, 2010)⁶⁸. O *site*, que conta com uma versão em português e outra em espanhol, não cita em lugar algum que o contexto de construção da Hidrelétrica se deu em meio a dois regimes ditatoriais. Também não são mencionadas as

66 Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/geral/corruptcao-na-construcao-da-usina-de-itaipu-pode-ter-motivado-a-morte-do-embaixador-jose-jobim/>>. Acesso em 23 de abril de 2017. O documentário "Itaipu, a quem interessa e escuridão?" (Disponível em: <<http://youtu.be/AcVhqqMXZI4>>. Acesso em 23 de abril de 2017) levanta algumas problemáticas sobre o assunto.

67 Itaipu Binacional. Site institucional brasileiro: <<https://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em 16 de maio de 2018.

68 De acordo com o site institucional, em 2014 a Hidrelétrica de Itaipu “recuperou o primeiro lugar mundial em produção anual de energia limpa e renovável” e superou a Usina de Três Gargantas. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>>. Acesso em 16 de maio de 2018.

desapropriações causadas pelas obras. Pelo contrário, o site conta que a cidade de Foz do Iguaçu cresceu devido à Usina, pois aqueles que trabalharam nas obras e os que, após sua conclusão, foram trabalhar nas instalações da Itaipu, precisaram fixar residência nas proximidades. Esse é o mesmo discurso feito, em 1984, pelo *O Globo*, que dedica uma página inteira descrevendo as melhorias que Itaipu teria trazido para o crescimento de Foz do Iguaçu, para o fomento ao turismo na região e para a melhoria da vida de brasileiros e paraguaios (*O Globo*, 25/10/84, p. 28).

Voltando nossos olhos novamente para a Amazônia, a Hidrelétrica de Tucuruí, construída no rio Tocantins, no Pará, foi erguida pela ditadura entre os anos 1970 e 1980. A Usina é a maior hidrelétrica totalmente brasileira em potência instalada. Em reportagem do dia 22 de novembro de 1984, o *Jornal do Commercio* considera a usina como "um marco decisivo para o desenvolvimento da região" (*JC*, 22/11/1984, p. 7). Apesar de o periódico frisar que os problemas relacionados às questões ecológicas teriam sido todos resolvidos, a barragem causou grande alteração no ecossistema local, prejudicando atividades como a pesca⁶⁹.

Ademais, da mesma forma como ocorreu com a construção de Itaipu, as obras da Tucuruí também levaram às desapropriações. De acordo com reportagem d'*O Globo* (*O Globo*, 22/11/84, p. 24), a formação do lago de Tucuruí destruiu doze vilas, atingindo quase dezenove mil pessoas que moravam em áreas rurais e urbanas. O gasto para mover essas famílias foi de 80 bilhões de cruzeiros e a reportagem garante que as desapropriações foram feitas de forma amigável.

69 Para saber mais, o artigo "Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam", cuja tradução está disponível online, traz informações interessantes. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/tuc-soc-por-inpa.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2017.

Porém, tendo em vista que a construção da Usina de Tucuruí é parte do Projeto de Brasil da ditadura e também constituiu passo fundamental no processo de concretização do “desenvolvimento, ocupação e domínio” da Amazônia, é quase certo que esses moradores desapropriados não tiveram muita escolha em relação ao deslocamento forçado que os colocou em uma cidade construída pela Eletronorte: Nova Jacundá. Apesar de a reportagem comemorar que o recém criado município contaria com luz elétrica, esgoto, água tratada, posto de saúde e comércio, fica evidente que os desapropriados não ficaram totalmente satisfeitos com sua realocação. Um dos principais motivos para isso é o tamanho das novas terras, com cerca de metade das dimensões de suas propriedades originais.

Portanto, *O Globo* e o *JC* comemoram a construção da Hidrelétrica de Tucuruí como um marco do desenvolvimento da Amazônia, uma grande atração da “urbanização da selva” (*O Globo*, 22/11/84, p. 24) e um símbolo do fim das lendas amazônicas, mostrando que os rios da região podem ser domados e bem aproveitados (*O Globo*, 22/11/84, p. 23); a ditadura, por sua vez, dava mais um passo rumo à industrialização da Amazônia, garantindo o fornecimento de energia elétrica, um ícone da concretização do “Brasil Grande” e moderno; e, enquanto isso, as populações locais permanecem pressionadas nesse limbo da execução a todo custo do desenvolvimentismo nacional.

A Transamazônica (BR-230) é, talvez, a maior alegoria dessa relação conflituosa entre a ditadura e a Amazônia no seio da busca irrefreável pelo desenvolvimento, integração e ocupação. É uma das maiores rodovias brasileiras, com mais de quatro mil quilômetros de extensão, que vão desde Cabedelo, na Paraíba, até Lábrea, no Amazonas. A estrada foi uma das grandes empreitadas da ditadura para a Amazônia e sua construção e funcionamento ainda são parte de um projeto controverso, uma vez que a rodovia enfrenta, até hoje, sérios problemas de manutenção, fazendo com que muitos de seus trechos sejam intrafegáveis em vários períodos do ano.

Falar da Transamazônica é falar dos vários conflitos com as populações indígenas; do autoritarismo e repressão travestidos de modernização; dos imaginários e representações da Amazônia e do Brasil; das relações de trabalho e mortes de trabalhadores; da devastação ecológica; é falar sobre uma integração não concretizada, um nacionalismo que suprime regionalismos, um caminho sem volta que pode não levar a lugar nenhum. E, por isso, uma atenção especial precisa ser dada a esta imensa rodovia.

Acredita-se que o grande motivador para a construção da Transamazônica foi a preocupação de Médici com as condições devastadoras da seca no Nordeste. Afinal, a rodovia não estava prevista no Plano Nacional de Viação, de 1967 (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 169) e dez dias após a visita do presidente à Recife, em 1970, foi assinado o Decreto-lei 1.106 que criou o Programa de Integração Nacional (PIN). O PIN previa o investimento de dois bilhões de cruzeiros em obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, buscando promover sua mais rápida integração à economia nacional (DECRETO-LEI 1.106, 16 de junho de 1970). O segundo artigo do decreto garante que “A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”.

Mais uma vez, este grande projeto que causou intensas modificações na Amazônia, teve como motor principal a resolução de um problema exógeno à região: a seca no Nordeste. O PIN, portanto, é parte de um objetivo maior de eliminação das regionalidades e fortalecimento de um ideal grandioso de nação, como pode ser percebido na fala de Médici: “ou crescemos juntos todos os brasileiros ou nos retardaremos indefinidamente para crescer. E, como a segunda alternativa não é admissível, o Programa de Integração Nacional terá de ser, como decidimos que será, um instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil” (MÉDICI, 08 de outubro de 1970).

Neste mesmo discurso, Médici ainda afirma que “para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil” (MÉDICI, 08 de outubro de 1970). Pois, enquanto entre os nordestinos haveria vários sujeitos sem terra para plantar e morar, no território amazônico, teriam milhares de hectares desaproveitados que precisavam ser urgentemente ocupados.

Ao idealizar a construção da Transamazônica, a ditadura objetivava, então, ocupar a Amazônia, através do incentivo à migração de nordestinos. Assim, seria possível aliviar o excedente demográfico no Nordeste, promovendo a colonização dos chamados “espaços vazios” na região amazônica. As possibilidades de transporte e comunicação seriam aprimoradas, complementando o sistema fluvial amazônico e facilitando a exploração das reservas minerais do território, como ferro, manganês, estanho, chumbo e ouro (MÉDICI, 08 de outubro de 1970; GOMES, 1972, p. 46-47).

Anúncio publicado n’*O Globo* em 1971 sintetiza as várias facetas dos objetivos do governo com a construção da Transamazônica, inserindo a rodovia em um “programa completo de desenvolvimento” (*O Globo*, 20/11/71, p. 17). O anúncio feito pela SUDAM, pelo BASA e pelo Ministério do Interior traz uma fotografia da estrada ao centro, com imagens nas laterais de antenas de rádio (simbolizando a comunicação), um bovino (mostrando as possibilidades de criação de gado), um homem trabalhando no campo (expressando as oportunidades na agricultura) e moradias (ilustrando a existência de melhores condições de vida para os migrantes).

O anúncio vende a ida para as regiões de colonização da Transamazônica como “O Caminho para a grande aventura deste século”. E, ainda, chama investidores para “o bom negócio” que se abre na Amazônia, local de “enormes jazidas de diamante, ferro, manganês,

alumínio, chumbo, ouro, cobre, cassiterita”. Por fim, no canto direito da propaganda, vê-se uma logomarca da SUDAM com os dizeres: “Metade do Brasil quer metade do seu imposto de renda”, fazendo referência aos incentivos fiscais para aqueles que investem na região amazônica.

Portanto, tendo em vista o público leitor d’*O Globo* – periódico carioca, de tradição liberal-conservadora, lido por empresários, membros das classes média e alta –, nota-se que este anúncio não tem como objetivo central chamar migrantes, mas sim, pessoas e grupos empresariais que tem o objetivo de investir capital na Amazônia. Isso traz o questionamento sobre os resultados desse “projeto de integração”.

Primeiro, o fato da “questão nordestina” ser apenas um argumento superficial em relação a todos os outros motivadores ligados a expansão da fronteira capitalista em direção ao Norte do país. Segundo, a interrogação sobre a concepção de “desenvolvimento da Amazônia”, pois até que ponto os investimentos de empresários do Sul retornam para a região amazônica? Será mesmo que toda essa “riqueza” da qual a “grande floresta” dispõe será destinada para melhorias na própria Amazônia? Muito provavelmente não, até porque, curiosamente, pouquíssimos anúncios do mesmo tipo foram encontrados durante as pesquisas no *JC* chamando empresários locais para estes investimentos.

Transamazônica. O caminho para a grande aventura dêste século.

E, para participar da conquista da Amazônia, você não precisa usar chapéu de explorador.

Basta saber reconhecer um bom negócio, quando você vê um.

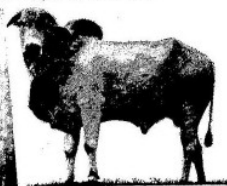
E a Transamazônica atravessa milhares dêles.

Enormes jazidas de diamante, ferro, manganês, alumínio, chumbo, ouro, cobre, cassiterita.

Pastos naturais, prontos para receber as melhores raças de gado.

E a maior reserva florestal do mundo.

Olhe bem o mapa da Transamazônica: ela não é só uma estrada, é um programa completo de desenvolvimento.



Logo atrás dos tratores e "scrapers", vão surgindo casas, fazendas, vilas, bancos, serrarias.

E depois virão as cidades, as lojas, as indústrias.

Procure os escritórios da Sudam, ou do Banco da Amazônia, e descubra como é fácil ir para a Amazônia. Por enquanto.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA-SUDAM

BANCO DA
AMAZÔNIA S.A.



Anúncio do Ministério do Interior, BASA e SUDAM - Transamazônica; *O Globo*, 20/11/71, p.17

Assim como as outras obras faraônicas da ditadura, a Transamazônica também foi repleta de contradições e problemáticas que precisam ser destacadas. Um ponto a ser levantado são as “intenções escusas” para a construção da rodovia. Dentre elas, o uso da Transamazônica como projeto de grande impacto para a legitimação do governo através da propaganda e o provável beneficiamento das grandes empreiteiras do Sul do país que participaram das obras. Já que, assim como nos outros grandes projetos de engenharia, nas obras da Transamazônica também houve denúncias de corrupção.

As relações da ditadura com empreiteiras foram muito bem exploradas na tese de Pedro Henrique Pedreira Campos, “A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985”⁷⁰. De

70 Esta tese defendida em 2012 na Universidade Federal Fluminense foi publicada pela editora da Universidade (Eduff) com o título “Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar,

acordo com o autor, a construção de estradas foi uma tendência durante a ditadura, sendo as construtoras e multinacionais do setor automobilístico duas grandes interessadas nestas obras que priorizavam o transporte rodoviário (CAMPOS, 2012, p. 468). Contudo, Pedro Campos afirma que as empreitadas de grandes rodovias na região Amazônica tiveram características específicas em comparação a investimentos no setor de transportes de outras regiões brasileiras:

Na Amazônia foi diferente. Ali, novos desenhos de estradas foram criados, expressando uma política de colonização e avanço de capitais. A região era dotada de recursos pouco explorados, que poderiam servir, segundo o discurso oficial, ao desenvolvimento do país. Houve no desenho dessas rodovias o encontro de interesses agregando: empresas minerais desejosas do acesso a regiões ricas em minérios, com vias para escoamento da produção; interesses fundiários e agrários que viam possibilidades de expansão agrícola e especulação com a terra; um elemento geopolítico e estratégico, com princípios de defesa e povoamento de regiões “desabitadas” e da região de fronteira; e, por fim, e não menos importante, as empreiteiras, aliadas às fabricantes de equipamentos e de automóveis, pressionando e influenciando na implementação desses projetos (CAMPOS, 2012, p. 468-469).

Apesar de todos os interesses contraditórios que circundavam a construção da Transamazônica e da propaganda do governo que insistia em divulgar apenas as possíveis benesses que a existência da rodovia poderia trazer para a formação do “Brasil Grande”, alguns problemas ficaram, inevitavelmente, à mostra. Exemplos desses questionamentos que não poderiam ser ignorados nem mesmo pelos entusiastas da grande estrada amazônica estão no livro do jornalista Flavio Alcaraz Gomes⁷¹, “Transamazônica: a redescoberta do Brasil”, publicado em 1972.

Gomes foi convidado pela própria ditadura para visitar a Transamazônica e documentar o que visse. De acordo com trecho do próprio livro, ele teria sido escolhido por ser um jornalista “sério e honesto” que registraria o que testemunhasse com “honestidade e

1964-1988”. A obra ganhou o prêmio Jabuti em 2015 na categoria “Economia, Administração, Negócios, Turismo, Hotelaria e Lazer”.

⁷¹ Não encontrei informações sobre alguma relação de Flavio A. Gomes com a ditadura. O jornalista foi um ícone do jornalismo no Sul do país, tendo feito várias coberturas internacionais.

espírito construtivo” (GOMES, 1972, p. 28). Apesar de Gomes dizer que buscaria a isenção a todo custo em seu relato, trazendo à tona os problemas identificados na Transamazônica, percebe-se um tom bastante ufanista e otimista em seu texto. Mesmo ao descrever os pontos negativos no projeto da rodovia, ele sempre dizia que o governo estava trabalhando arduamente para encontrar as soluções cabíveis.

É quase certo que a ditadura, ao convidar Gomes para essa “missão”, conhecia suficientemente seu trabalho para saber qual seria a linha de análise de seu relato. Não por acaso, os ministros Mário Andreazza e Luiz Fernando Cirne Lime são os responsáveis por prefaciar o livro, legitimando-o enquanto narrativa verossímil sobre a Transamazônica.

Sobre os problemas identificados por Gomes, destacam-se a assistência médica precária, a questão indígena, a falta de escolas para os moradores das localidades próximas a rodovia, o questionamento sobre a fertilidade das terras distribuídas e as chuvas intensas, que faziam ser necessário a reconstrução constante de vários trechos da Transamazônica.

Em relação às problemáticas ligadas à saúde, o jornalista dá destaque às verminoses, à malária, à leishmaniose e à lepra. Além de dizer que as condições de higiene são deficitárias e que a assistência médica disponível não é suficiente, Gomes diz ainda que os colonos que vão trabalhar e/ou morar nas terras distribuídas pelo INCRA não passam por exames médicos, fazendo com que novas enfermidades cheguem à região. Inclusive, uma das problemáticas em relação aos indígenas é que eles estariam sendo atingidos constantemente por essas “doenças estranhas” ao seu ambiente, levando à morte dezenas de comunidades.

Ademais, Gomes questiona a forma como a FUNAI está lidando com os índios e esclarece que a principal missão desse organismo é fazer trabalhos de “pacificação”, civilizando os nativos e garantindo que eles não “ataquem” os colonos recém chegados. Entretanto, o jornalista diz que vários indígenas que passam por esse processo de

“civilização”, ou seja, são aculturados de suas tradições, acabam vitimados pelo alcoolismo, prostituição doenças venéreas e uma vida miserável nas cidades (GOMES, 1972, p. 96).

A partir dessas constatações, Gomes chega a uma conclusão tão estranha quanto os métodos duvidosos da FUNAI. Ele afirma que, em sua opinião, o governo deve evitar ao máximo o contato entre os índios e os “homens civilizados”, pois eles jamais poderiam se igualar ao homem branco, uma vez que seriam “nada mais do que crianças que, dentro de nossos padrões, talvez não tenham ainda atingido a idade da razão” (GOMES, 1972, p. 97). Assim, seria preciso apenas “deixar os índios onde eles estão [...], longe da luz elétrica, da tevê em cores, da poluição, do congestionamento, da gripe, do imposto de renda [...]. Afinal de contas, eles são os donos da nossa terra” (GOMES, 1972, p. 98). Flavio Gomes, então, ao mesmo tempo em que questiona as estratégias utilizadas pela FUNAI e reconhece a posse dos indígenas sobre sua terra, continua perpetuando vários estereótipos pejorativos sobre esses povos.

Gomes também desnuda o fato de que estudos sobre a fertilidade do solo nas regiões da Transamazônica apenas foram feitos após a distribuição de terras aos colonos. Em tese, após as pesquisas, concluiu-se que 80% das terras distribuídas eram aptas para a agricultura. Sobre os 20% improdutivos, representantes do governo teriam dito que os moradores alocados nesses loteamentos seriam redirecionados para outras localidades. Porém, Gomes diz que no tempo em que esteve na região, ele não teria visto esta realocação ocorrer.

Por fim, as chuvas intensas que o jornalista relata serem um grande obstáculo para a concretização da rodovia, uma vez que elas muitas vezes destroem trechos que já estavam prontos, ainda são um grande problema na Transamazônica. Em edição de 1975, o *JC* diz que após o forte inverno amazônico⁷², a Transamazônica ficou praticamente intransitável, fazendo

72 Período de intensas chuvas.

com que fosse necessária uma ação urgente para conservação da rodovia (*JC*, 23/08/1975 p. 12).

Atualmente, além da estrada não ter sido concluída, os períodos de chuva tornam vários trechos totalmente intrafegáveis. Também não podemos esquecer que a pavimentação total da rodovia nunca foi concretizada, assim como a construção de pontes sobre os grandes rios, tornando necessária a travessia por balsas.

Portanto, as promessas da Transamazônica foram apenas parcialmente e precariamente cumpridas. A integração nacional, tão propagandeada, não se efetivou. Por outro lado, os custos foram altos, seja em valor monetário, seja em vidas humanas.

É certo que todas as obras citadas promovidas pela ditadura não tiveram apenas pontos negativos, como já foi dito. Mas, o que é mais que indispensável é não permitir que os pontos positivos abafem as inúmeras contradições, conflitos e apagamentos gerados por essas construções monumentais. É crucial dar voz aos atingidos, esmiuçar a forma como foram direcionados os gastos e colocar em evidência as intenções da ditadura com a promoção desses empreendimentos. Essas edificações faraônicas também constituem o projeto autoritário da ditadura. E assim como todas as demais facetas desse período de exceção, esta também precisa ser problematizada.

Como já mencionado, a ditadura se empenhou em manter sua fachada de legalidade e alcançar legitimação. Os periódicos, assim como as propagandas difundidas pelo governo alinhadas ao seu discurso, foram de fundamental importância para que o poder instaurado pelos militares fosse reconhecido como genuíno. "Assim, é preciso compreender os mecanismos através dos quais um regime ditatorial se instaurou no país e se manteve por 21 anos, sendo capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade e criar elementos de

identificação entre esta e o regime" para além da repressão, manipulação e coerção (CORDEIRO, 2009, p. 7).

Uma das formas encontradas pelos ditadores para engajar a população em seus empreendimentos e alcançar popularidade, foi o discurso nacionalista, ligado às noções de desenvolvimento e integração do país. Nesse sentido, as chamadas "obras faraônicas", anteriormente exemplificadas, assim como o tão difundido "milagre econômico" e a Copa do Mundo de 1970, foram cruciais para que os "anos de chumbo", entre o pós AI-5 e meados da década de setenta, fossem conhecidos por "anos de ouro"⁷³. Afinal, mesmo que todos estes eventos estivessem, de fato, permeados por inúmeras contradições e problemáticas, eles surtiram em boa parte da sociedade o efeito desejado: a criação de uma atmosfera de fé no progresso (CORDEIRO, 2009) e na nação. E mais, o governo ditatorial difundiu a ideia de que este avanço para o futuro próspero do Brasil só seria possível a partir de uma ação coletiva, na qual cada um "fizesse a sua parte", como é destacado em discurso proferido por Castello Branco, em 20 de setembro de 1966, em Rio Branco (antigo nome de Boa Vista), Território Federal de Roraima:

Medidas que reclamam esforços e recursos, que em vez de concentrados em regiões já desenvolvidas, voltam-se, agora, para novas áreas, na esperança de tornar menores alguns dos injustos e perigosos desníveis existentes. É o meio de ampliarmos cada vez mais uma política de governo que seja verdadeiramente nacional. E para ela devemos pedir o apoio e até o entusiasmo dos brasileiros, que precisam adquirir vigorosa consciência dos deveres para com todas as populações do País (BRANCO, 20 de setembro de 1966).

⁷³ Sobre a dicotomia "anos de chumbo" ou "anos de ouro" para definir o fim dos anos 1960 e primeira metade dos anos 1970, Janaína Martins Cordeiro (2009) diz que não foram anos de chumbo ou anos de ouro. Mas sim, foram ambos, para grupos diferentes, com uma grande diversidade de vivências e relações entre a ditadura e a sociedade (CORDEIRO, 2009, p. 10). Pois, da mesma forma que este período foi marcado pelo sucesso no esporte, com a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, pela expansão do sistema de telecomunicações, pela construção de estradas e pontes na busca pela integração do Brasil, dentre vários outros empreendimentos, foi também um período marcado pelo enrijecimento da ditadura, com o AI-5 e com a intensificação de torturas, mortes e "desaparecidos", pelo acirramento das guerrilhas urbanas e aumento no número de exilados.

O discurso do qual o trecho acima foi retirado tinha como tema central a "Integração da Amazônia". Como pode ser percebido, o general-presidente enfatiza a importância do nacional frente às regionalidades. Por isso, era preciso que os investimentos governamentais não ficassem restritos às regiões já desenvolvidas, de forma que o progresso alcançasse todo o território federal.

Ademais, as palavras de Castello Branco enfatizam também o papel do brasileiro para com todas as populações do país. Ou seja, ser brasileiro deve estar acima de ser amazonense, paulista, baiano ou roraimense. Os objetivos nacionais devem sobrepor os regionais⁷⁴. Dessa forma, o investimento do governo federal na Amazônia não é em prol da região em si, mas do projeto de nação promovido pela ditadura.

O ufanismo fomentado em relação aos grandes projetos da ditadura, girando em torno de um ideal de brasilidade uno, também foi expresso pelo jornalista Flavio Alcaraz Gomes (1972, p. 26-27) ao falar dos motivadores para a efetivação da BR-230:

[...] a construção da Transamazônica representaria [...] a *ocupação* de mais da metade da superfície do Brasil, *por brasileiros*. Por isso, depois de percorrer a gigantesca selva e a não menos fabulosa estrada, estou convencido de que o presidente Médici mandou construir a Transamazônica sob o pretexto de aliviar a fome do retirante da seca do Nordeste, mas com o real e patriótico objetivo de entregar a mãos brasileiras uma terra que, até aquele momento, pertencia muito mais aos estrangeiros do que aos seus legítimos donos.

Esse trecho escrito pelo jornalista conversa com o prefácio de seu livro feito por Mário Andreazza, no qual o ministro afirma que a “Amazônia é também Brasil”, e por isso, sua integração ao território nacional é fundamental para que sua “fabulosa potencialidade e inigualável pujança” possa contribuir para o “engrandecimento de nossa Pátria” (GOMES, 1972, p. 9-10). Logo, os projetos da ditadura para a Amazônia não têm como foco a região em

⁷⁴ A supressão das regionalidades em prol dos objetivos ditatoriais para o desenvolvimento brasileiro causará inúmeros problemas de execução das empreitadas propostas pelos militares, pois as demandas locais serão colocadas em segundo plano. Ademais, a população amazônica, em grande medida, ficará alheia aos processos modernizantes na região.

si, mas sua tomada pelo Estado, transformando suas bonanças em benefícios nacionais e seus problemas convertidos em uma preocupação de todos os brasileiros.

Essa visão dos militares sobre “ser brasileiro” e de pertencimento ao Brasil pode ser explicada a partir do entendimento de que, para a elite militar, “[...] a nação, unidade territorial e moral, coincide com o Estado, lugar de uma única vontade de poder. [...]” e “[...] a nação não difere do que se constitui formalmente como Estado, ou seja, toda contestação ao Estado é uma ameaça a seus fundamentos”. O Estado, “[...] atua como defensor do caráter nacional, conjunto de valores que constituíram a essência da ‘verdadeira’ identidade brasileira [...]” (ORTIZ, 2014, p. 120).

Nesta mesma lógica, propaganda do Ministério dos Transportes publicada no jornal *O Globo* enfatiza que a construção da Ponte Rio-Niterói não teve como objetivo apenas a ligação das duas cidades, mas sim, contribuir para a integração nacional. O projeto não seria em benefício do estado do Rio de Janeiro, mas do Brasil e de todos os brasileiros. Em destaque, com letras maiúsculas e em negrito, a frase "Estamos entregando a ponte que liga o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul" é a primeira informação visível no anúncio, seguida de uma grande imagem da ponte. Logo abaixo, em letras menores, está o seguinte texto:

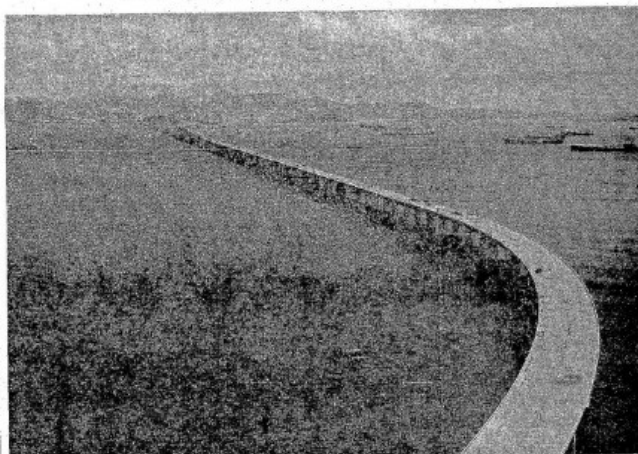
Que nos desculpem cariocas e fluminenses, mas a aproximação entre Rio e Niterói foi apenas uma feliz coincidência. Porque a inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva representa a realização de mais uma etapa do projeto para a completa integração rodoviária do País pelo litoral. É a BR 101 ficando pronta, ligando o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, em mais de quatro mil quilômetros de percurso, numa total interligação litorânea do País. [...] Sorte de vocês, cariocas e fluminenses por terem em seu território uma das maiores pontes rodoviárias do mundo em extensão, altura, vão livre. Mas a Ponte, essa não é só de vocês. Pertence a todo o povo brasileiro. (*O Globo*, 04/03/74, p. 13)

Ainda sobre a construção da Ponte Rio-Niterói e a mobilização da população como parte ativa no processo de desenvolvimento, o anúncio das construtoras Camargo Corrêa,

Mendes Júnior e Rabello, que formam juntas o Consórcio Construtor Guanabara Ltda., publicadas na mesma edição do jornal *O Globo* acima citada, diz que "Nós não construímos a ponte Rio-Niterói. Quem a construiu foi você" (*O Globo*, 04/03/74, p. 5).

Interessante perceber que, mesmo durante o período da ditadura, nas duas propagandas de empresas privadas analisadas, a da Itaú Seguradora e das construtoras, a ponte aparece pelo seu nome popular extraoficial, "Rio-Niterói", enquanto no anúncio do Ministério dos Transportes, ela aparece com seu nome oficial, "Presidente Costa e Silva". Essa diferença vai além de uma tentativa da ditadura em reafirmar a "obra faraônica" como fruto de um empreendimento promovido pelos militares e que deve ser lembrada pelo nome de um dos presidentes-generais, construindo assim uma homenagem e memória de grandiosidade ligada ao nome de Costa e Silva. A escolha do órgão governamental em não utilizar o nome extraoficial está também ligada a intenção de reafirmar que a ponte não é apenas uma ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, mas um passo a mais na integração nacional.

ESTAMOS ENTREGANDO A PONTE QUE LIGA O RIO GRANDE DO NORTE AO RIO GRANDE DO SUL



Que nos desculpem
curiosos e furtivos, mas a
aproximação entre Rio e Niterói
foi apenas uma feliz
coincidência.

Pouca a inauguração da
Ponte Presidente Costa e Silva
representa a realização
de mais uma etapa do projeto
para a completa integração
rodoviária do País pelo litoral.

É a BR 101 ficando
pronta, ligando o Rio Grande
do Norte ao Rio Grande do Sul
em mais de quatro mil quilômetros
de percurso, numa total
investigação litorânea do País.

É mais um trabalho do
Ministério dos Transportes,
por intermédio do Departamento
Nacional de Estradas de Rodagem,
que chega a bom término,

separando-se aos 30.100 quilômetros
de rodovias federais entregues
pela atual gestão do DNER.

Sure de voçô, casozas
e furtivos, por terem em
seu território uma das maiores
pontes rodoviárias do mundo
em extensão, altura, vão livre.

Mas a Ponte, esta não é só
de voçô. Pertence a todo
o povo brasileiro.

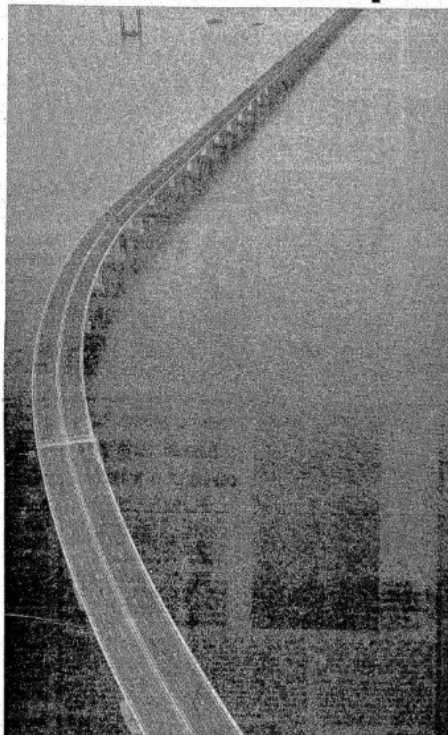
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Anúncio do Ministério dos Transportes - Inauguração Ponte Rio-Niterói; *O Globo*, 04/03/74, p.13

Nós não construímos a ponte Rio-Niterói.



Quem a construiu foi você.

Foi você quem criou
a necessidade.
Foi você quem fez levantar
esta obra.
Não fosse o trabalho de
peixes como você,
o Brasil não precisaria
desta ponte.
Nem da Transamazônica ou
de Belém-Brasília.
Nem de Ilha Solteira.
Nós, do Consórcio Guanabara,
fornos esboços para
dar corpo à ponte
Rio-Niterói.
Com nossos técnicos, nossa
experiência.
Mas a obra, mesmo, quem
fez foi você.

Camargo Corrêa Mendes Jr. Rabello

Consórcio Construtor
Guanabara Ltda.
Responsável por todas as obras de concreto.

Anúncio do Consórcio Construtor Guanabara Ltda. - Inauguração da Ponte Rio-Niterói; *O Globo*, 04/03/74, p.5

A concepção de compromisso para com os ideais "revolucionários" impostos pelos militares aparece ainda na imprensa amazonense. Editorial do *JC* coloca que "É dever, pois, de todo cidadão brasileiro, reacender no espírito de seu amor patriótico e, ajudando a revolução vitoriosa, construir um Brasil feliz e próspero [...] (*JC*, 12/04/64, capa). Em outro momento, Neper Antony, um dos colunistas do *JC*, diz ser necessário que todos renunciem a suas ambições individuais em prol do "bem da pátria" (*JC*, 28/10/65, p. 2).

Evidente que os jornais amazonenses também irão fazer reivindicações ao governo federal para benefício da região ou do Amazonas, especificamente. Por exemplo, em edição de 1969 do *JC*, é requerida a chegada do desenvolvimento ao interior e não apenas à capital:

A Zona Franca [...] é uma "área de demonstração": os planos desenvolvimentistas não deverão ficar adstritos à cidade, mas às demais áreas da Amazônia Ocidental. [...] Há incorporação a ansiedade na aplicação da lei, como dois anos de vigência nos limites da "área-demonstração". [...] O interior irá recebendo a estensibilidade da "área-demonstração", sem esquecer, entretanto, a defesa e o vitalismo dos produtos básicos que

alicerçam a economia de 600.000 criaturas, somente no Amazonas. Plano desenvolvimentista da Zona Franca, mas é borracha, sorva, [...] juta, cacau, madeiras e os demais produtos das outras zonas, que ainda formam, além de tudo, o cerne e o sangue da Amazônia Ocidental (*JC*, 23/02/69, capa).

Constata-se claramente neste apelo do jornal uma preocupação com o modelo de industrialização de desenvolvimento aplicado pelo governo federal em Manaus através da ZFM, sem que seja considerado o modo de vida e a economia praticada nos interiores. Contudo, o discurso nacionalista é tônica recorrente, mesmo quando se fala de valorização regional. Os periódicos inserem, em muitos momentos, assim como o governo ditatorial, o progresso da Amazônia a uma lógica de desenvolvimento nacional, como já mencionado anteriormente.

Os investimentos da ditadura na região amazônica compõem um projeto geopolítico muito bem articulado. Como já mencionado, compreender a ocorrência do golpe de 1964 e a ditadura militar, perpassa entender o papel da ESG e da disseminação da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como um de seus valores a promoção e garantia da unidade nacional. Para isso, a DSN fazia uso da geopolítica, que articula o contexto geográfico, econômico, histórico e político de dado território a partir de suas especificidades, tendo como finalidade a formulação de linhas de ação para o Estado (SILVEIRA, 2013, p. 158).

A geopolítica dos anos 1960-70 dá grande importância a formação de um Estado forte que garantisse a manutenção das fronteiras nacionais e utilizasse um serviço de inteligência que vigiasse não só os limites geográficos da nação, mas também o limiar ideológico (BORGES, 2003, p. 27). Neste sentido, os "subversivos" estariam rompendo as barreiras internas, agindo como "inimigos da pátria" e não cumprindo seu papel como brasileiros. Na concepção dos militares, o agente subversivo, alinhado às ideias de esquerda, colocava sua concepção ideológica acima dos interesses da pátria. Logicamente, estes interesses da pátria

eram aqueles estabelecidos pelas próprias Forças Armadas, a partir de uma cultura política autoritária e permeada pelo anticomunismo.

Dessa forma, era comum, tanto nos discursos oficiais como nos periódicos alinhados ao golpe, que a oposição aparecesse como "um câncer perigoso" (*JC*, 19/06/64, capa) ou como "um vírus letal que corrói as entranhas do país" (*JC*, 28/10/65, p. 2). A representação do comunismo ou dos ideais de esquerda como uma doença, traz o golpe como a cura.

Indo além, a atitude subversiva era vista como algo que poderia brotar do caos, ou melhor dizendo, da ausência de ordem e da presença forte do Estado. Por isso, tanto a Amazônia como o Nordeste eram considerados locais estratégicos para uma ação direta e efetiva do governo. A Amazônia, devido à preocupação com as fronteiras e com os espaços não ocupados, mas também com os indígenas e populações tradicionais, que eram vistos como sujeitos vulneráveis à penetração dos ideais de esquerda, uma vez que eles não estivessem alinhados a uma identidade e atitude "verdadeiramente brasileiras". Dessa forma, o "ideal civilizatório" e a ocupação, formam juntos essa vontade agressiva por colonizar, ou seja, transformar esses indígenas em "legítimos brasileiros" (de acordo com a brasilidade definida pelo Estado, claro): defensores de uma moral cristã e contra o imperialismo comunista de origem exótica, "não brasileira" (SILVA, 1967, p. 53 *apud* SILVEIRA, 2013, p. 168).

O próprio Estatuto do Índio, estabelecido em 1973, e a FUNAI veem o índio como algo à parte, desligado do "nacional". As definições sobre os indígenas estão sempre ligadas a uma transformação desse sujeito em um elemento estranho, o "outro", o estrangeiro, algo desligado do Brasil ou da "comunhão nacional" (IANNI, 1986, p. 201). "A sua língua, a sua cultura espiritual e material, os seus deuses, tudo acaba por servir de base para que a FUNAI e o Estatuto estabeleçam uma política indigenista que se funda, de modo explícito ou por

implicação, na ideia de que o ‘índio’ se distingue e se contrapõe ao ‘nacional’” (IANNI, 1986, p. 201).

O índio não é tido pelo Estado como “legitimamente brasileiro”. Para que ele seja “integrado” é preciso uma política de aculturação agressiva que submeta os indígenas aos ideais rígidos de nacionalidade determinados pela ditadura⁷⁵. Exemplos disso são a transformação dos índios em militares ou sua catequização, ambas práticas descritas e comemoradas nas reportagens dos “Catalinas Alados” do jornal *O Globo* citadas anteriormente.

O Nordeste, por sua vez, devido às precárias condições de vida dos “flagelados da seca”, era visto como um território propício para o levante de insurgentes contra o governo, configurando “subversão interna” (MOURA, 2016, p. 138-139). Este “perigo evidente” representado pelo Nordeste e pela Amazônia, fez com que o governo buscasse uma solução que resolvesse esses problemas: a “integração nacional”.

O general Golbery do Couto e Silva foi um dos principais articuladores das estratégias geopolíticas da ditadura militar. Além de ter ocupado cargos importantes como ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações e ministro-chefe da Casa Civil, Golbery esteve à frente do IPES no início da década de 1960, foi um dos principais teóricos da DSN e um dos criadores do SNI⁷⁶ (BORGES, 2003, p. 26). Segundo Bruno Costa Guimarães e Rafael Winter (2010), uma das obras publicadas por Golbery, "Geopolítica do Brasil", de 1967, teve influência direta nas diretrizes do Decreto-Lei nº1106, de 1970, que funda o Plano de Integração Nacional (PIN).

⁷⁵ “Essa política indigenista [colocada em prática na ditadura com a FUNAI e o Estatuto do Índio] distingue e opõe, de maneira clara, o índio ‘isolado’ do índio integrado”; um é o estranho, não-nacional; o outro é submetido, nacional. Ganhará o exercício dos direitos civis, desde que se incorpore econômica, política e culturalmente à ‘comunhão nacional’, à ‘sociedade nacional’ (IANNI, 1986, p. 214).

⁷⁶ SNI: serviço de inteligência brasileiro no período da ditadura militar que funcionava como patrulha ideológica do regime ditatorial.

[...] a geopolítica em Golbery é a matriz teórica básica a partir da qual se pensa e se projeta a Segurança Nacional, o que aparece no Planejamento Estratégico, construído e posto em prática em seus variados níveis – econômico, psicossocial, militar – pelo Estado, objetivando a realização do potencial da nação e o confronto permanente com seus inimigos e obstáculos (SILVEIRA, 2013, p. 160).

Várias das rodovias construídas pelos militares, como a Transamazônica (BR-230), a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Perimetral Norte (BR-210) e a Manaus-Porto Velho (BR-319), teriam sido idealizadas a partir do livro. Ademais, a importância estratégica da Amazônia, como local a ser integrado e ocupado com vias a promover o desenvolvimento, também está presente em "Geopolítica do Brasil", dentro de uma concepção sempre unificadora de nação e de interesse nacional (SILVEIRA, 2013, p. 160). Junto com a Transamazônica, essas outras estradas tinham como objetivo cortar a selva amazônica, favorecendo sua penetração, ocupação, domínio e atraindo capitais para os planos desenvolvimentistas da ditadura. Vale lembrar que a primeira tentativa de implantar o transporte rodoviário inter-regional ligando o Norte ao restante do país foi a Belém-Brasília de JK. Porém, os militares também agregaram essa rodovia ao seu “panteão de conquistas”, uma vez que foi durante a ditadura que a Belém-Brasília foi finalmente asfaltada.

Na linha da preocupação do regime ditatorial com a segurança interna de caráter ideológico, não podemos esquecer do Projeto Rondon, proposta de extensão universitária, cujo slogan era "Integrar para não entregar". Criado entre 1967 e 1968, o projeto funcionou até 1989 sob coordenação do Ministério do Interior e alcançou cerca de 130.000 estudantes-voluntários de diversas áreas do conhecimento e várias partes do país (AMATO, 2014). Um dos objetivos do programa era formar uma "consciência cívica" nos universitários, formando “verdadeiros brasileiros”, visto que as universidades eram consideradas local fértil para multiplicação das ideias comunistas. Outra finalidade do projeto compõe o ideal de integração tão difundido pelos militares, uma vez que os estudantes se deslocavam para regiões do

interior do país, especialmente no Norte, e vivenciavam uma "aula prática de Brasil" (AMATO, 2014, p. 237): "As operações em que se engajavam os estudantes universitários eram identificadas com ações de patriotismo e de integração entre as partes da nação brasileira, na perspectiva funcionalista da Doutrina de Segurança Nacional" (AMATO, 2014, p. 232).

Em matéria do jornal *O Globo*, de dezembro de 1967, o Projeto Rondon é tido como "um dos mais arrojados em integração nacional" que visa inteirar os estudantes acadêmicos, "mão-de-obra altamente especializada", dos problemas no interior do Brasil de forma que eles possam levar uma "mensagem de fé e esperança" a locais como a região amazônica, vítima de "condições de vida deploráveis" (*O Globo*, 11/12/1967, p. 12). Nesta reportagem, *O Globo* reproduz e reforça o discurso oficial que tem a Amazônia como local a ser colonizado, descoberto e desenvolvido.

Visto isso, em iniciativas como o Projeto Rondon que tinham impacto direto na região amazônica, o governo colocava em destaque seu papel como o "provedor do desenvolvimento", aquele capaz de integrar, ocupar e colonizar a Amazônia. Pensando nos esforços do regime militar para demonstrar seu alcance e reforçar seu poder, são criados dispositivos governamentais especialmente voltados para o território.

Esses organismos criados para fomentar o desenvolvimentismo na Amazônia e em todo o Brasil relacionam-se diretamente com uma forma de combate ao avanço das esquerdas. Pois, como colocado por Marcelo Rodrigues (2013, p. 45), a busca pelo desenvolvimento e modernização é também vista pelos militares como um caminho para o combate à miséria. Esta, por sua vez, é considerada um campo fértil para a proliferação de ideias consideradas "subversivas".

A promoção de grandes obras e de uma economia capitalista tutelada pelo Estado, alinhada aos ideais integradores que levam em conta as estratégias geopolíticas de ocupação e tomada da Amazônia, além da disseminação de um sentimento ufanista e da repressão às oposições sumarizam o lema “desenvolvimento com segurança” propagado pela ESG. Portanto, o desenvolvimentismo da ditadura militar é parte da execução da DSN no Brasil, uma vez que traz consigo a defesa do capitalismo, o controle autoritário do Estado e a disseminação de um sentimento nacionalista avesso ao comunismo. As majestosas obras faraônicas simbolizam o crescimento econômico, uma suposta vitória da ditadura e de seus ideais integradores e modernizadores. Por isso, elas são utilizadas constantemente para legitimar o governo ditatorial e estimular o patriotismo. “Ser brasileiro” na ditadura é defender o Estado, ter orgulho de suas obras e lutar contra toda a qualquer demonstração contrária a isso.

CAPÍTULO III

BATALHAS NA AMAZÔNIA

Contradições e conflitos da ditadura militar

Em edição do *JC* de 2017, temos estampado na capa a imagem de um soldado do exército acompanhada do título, em letras grandes: “Integrando a Amazônia”. Logo abaixo, são anunciadas as temáticas das reportagens: “Exército apoia preservação e desenvolvimento regional”; “Breve histórico da presença militar na Amazônia”; “Internet local com apoio do Exército”. No interior do jornal, chama a atenção o texto intitulado “Exército Constrói e preserva a Amazônia”⁷⁷, do jornalista Jefter Guerra.

Ao longo da reportagem, o esforço dos militares em edificar obras de engenharia e preservar o meio ambiente nos dias atuais é exaltado. Dentre as obras executadas pelos Batalhões de Engenharia do Exército, são destacadas estradas, pistas de pouso, quartéis, pontes e residências para militares. Novamente, como um *flashback*, o jornalista dedica parte do texto falando sobre a imensidão territorial da Amazônia e sobre a importância dos militares para a região. Em conclusão, são citadas algumas falas do entrevistado coronel Menezes:

[...] o Exército sempre pautou sua conduta, não só na execução de obras, mas também nas suas atividades militares, como exercícios nos terrenos, operações, adestramentos e etc. pela preservação do Meio Ambiente. [...] Não tem devastação. Não tem invasão de terra ilegal. Não tem queimadas e nem desmatamento. Só há uma estrutura essencial para a realização dos exercícios militares. Na verdade aquela área é santuário (*JC*, 14/04/2017).

Essa edição do *JC*, com este conteúdo, publicada em pleno século XXI, mais de cinquenta anos após o golpe de 1964 e mais de trinta anos após o fim da ditadura, trouxe

⁷⁷ Jornal do Commercio *Online*. Disponível em: <<http://www.jcam.com.br/noticia-detalle.asp?n=46229&IdSubCad=168&tit=Ex%E9rcito%20constr%F3i%20e%20preserva%20a%20Amaz%F4nia>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

tantas questões para discussão à mente que torna o exercício de coloca-las em palavras extremamente difícil.

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre as permanências: o Exército ainda é muito presente na Amazônia; os temas da integração e desenvolvimento ainda são discutidos pela imprensa local; os militares ainda promovem obras de edificação na região e são admirados por isso; a Amazônia ainda é vista como algo ligado ao divino, “um santuário”, mostrando a reinvenção das representações. Em segundo lugar, nota-se um esforço na construção da memória de um Exército que “sempre se preocupou com o meio ambiente”. E isso não é verdade, tanto que a imprensa internacional e nacional fez muito “barulho” quanto aos impactos dos grandes projetos da ditadura na Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980.

Qual o significado dessas permanências e da busca do exército por legitimação entre a população amazônida no presente? Arrisco dizer que as respostas a essa questão estão diretamente relacionadas aos legados da ditadura na Amazônia. As ações dos militares no período ditatorial tiveram impactos diversos para a população local – rural e urbana; para a infraestrutura, política e culturas regionais; para os modos de vida e a economia. Esses efeitos perduram no tempo, nas memórias. Por outro lado, o pouco êxito da ditadura em muitas das áreas que ela prometeu atuar na Amazônia mostra que quesitos como a integração ainda estão no futuro da região, algo que não foi concretizado.

O Estado e a Amazônia vivem em luta desde antes do Brasil ser independente. As imposições vindas do centro de poder, as demandas locais, as populações indígenas, o autoritarismo, a busca pelo desenvolvimento e industrialização e a necessidade de tomar posse da Amazônia, configuraram batalhas que envolveram sujeitos e ambientes diversos. Seus resultados não podem ser sintetizados em vitórias ou derrotas, mas no entendimento de que mudanças profundas foram provocadas.

O isolamento da Amazônia em relação ao restante do Brasil é, em muitos fatores, verdadeiro. O acesso ao território ainda não é ideal, a aceitação de suas alteridades é um contínuo processo e a reprodução de estereótipos, infelizmente, até agora é uma realidade. Porém, a Amazônia não esteve isolada da arbitrariedade da ditadura. A repressão, o controle e o domínio alcançaram a região amazônica, diferente do que alguns pensam. O “milagre econômico” também se fez presente, em todos os seus contrassensos.

Nós precisamos desmistificar a Amazônia. Precisamos desnudar seu papel central e estratégico para a ditadura. Precisamos de cautela ao ver que, ainda hoje, a região é controlada e manipulada por agentes externos, dentre eles o próprio Exército.

Deve-se libertar a Amazônia. E isso não quer dizer que ela tem que ser entregue a interesses estrangeiros, de grandes empresas, ou a um capitalismo selvagem. As “amazônias” precisam ser livres para encontrar suas orientações, sem imposições e arbítrios; as populações tradicionais e indígenas devem ter direito a sua terra, sem tutela, sem paternalismo. Os amazônidas são sujeitos históricos, capazes. O Estado precisa, portanto, agir *em função* deles, naquilo que é solicitado, e *não por eles*, tomando sua voz, suas escolhas e seu destino.

As heranças autoritárias da ditadura precisam ser deixadas para trás na Amazônia e em todo o Brasil. Por isso, é fundamental reconhecer onde estão essas heranças e as memórias forjadas sobre o período. Só a partir daí, é possível caminhar por uma trilha diferente, sem que esse passado, ainda tão presente, seja esquecido ou silenciado, mas problematizado, cada vez mais.

III.1 Modernização conflituosa na ditadura: investimento, ocupação e domínio na Amazônia

A preocupação com a Amazônia era tema central nos projetos desenvolvimentistas da ditadura e na busca pela garantia da segurança nacional. Os militares trataram de criar

diversos organismos governamentais para colocar em ação os planos para a região. O processo de criação e funcionamento desses órgãos foram permeados pela formação e reformulação de representações sobre a Amazônia, que foram utilizadas para dar às ações do governo uma fachada de legalidade em três diferentes níveis: o regional, o nacional e o internacional. Assim, a propaganda oficial, com a ajuda dos veículos de comunicação, contribuiu para concretização desses planos, legitimação do regime e constituição de uma memória positiva sobre o período ditatorial. Certamente, essa memória é múltipla. Mas, foi grande o esforço da ditadura e de seus admiradores em transformá-la em algo positivo, um legado.

Pouco mais de um ano após o golpe, Castello Branco foi até a Amazônia e discursou em Belém (BRANCO, 13 de junho de 1965) e em Manaus (BRANCO, 16 de julho de 1965). O tema central dos dois pronunciamentos foi a “valorização da Amazônia”. Neles, já é possível mapear as principais intenções do governo em relação à região amazônica.

Castello Branco aponta para a integração da Amazônia ao restante do Brasil, levando até lá as “conquistas da civilização”, pois a preservação da unidade territorial é patrimônio incalculável; já levanta também a possibilidade de aliar os problemas nordestinos (a seca e o excesso demográfico) aos amazônicos (o “vazio” que precisa ser ocupado), construindo uma solução comum para ambos; explicita o desejo de investir nas seguintes áreas na Amazônia: abastecimento de água, produção de energia elétrica, recursos naturais e agropecuária, finalização da Belém-Brasília e melhoria nos transportes.

O presidente também já anuncia uma reformulação do Banco de Crédito da Amazônia, a fim de melhorar as condições de investimento na região através de incentivos fiscais à iniciativa privada. Ademais, as condições de saúde e educação são tidas como prioritárias para melhoramento, especialmente no Amazonas.

Junto dessas propostas, Castello Branco retoma diversas representações estereotipadas sobre a Amazônia, mas sempre tentando mostrar que seria função da ditadura dar fim a esses imaginários através do trabalho, industrialização e desenvolvimento que seria promovido pelo governo. Logo, quando Castello Branco diz que a Amazônia é um “mundo desconhecido”, local de “riquezas, mistérios, perigos e maravilhas reunidos pela natureza” que ainda precisam ser descobertos, em seguida ele afirma que será papel da “revolução” estudar e conhecer a região, oferecendo soluções para os problemas identificados. Ou seja, o avanço da modernidade, com o trabalho do homem, desvendaria e domaria a floresta, utilizando-a em prol do desenvolvimento nacional.

Nota-se, portanto, que a atenção da ditadura à Amazônia perdura desde os primeiros anos após o golpe, até os anos finais. Além disso, a região amazônica era tópico recorrente não apenas entre a cúpula do regime, mas também entre os membros do senado. Em edição de 1980 da *Revista de Informação Legislativa*, editada e publicada pelo Senado Federal trimestralmente, há um texto com o título de “Condições para um desenvolvimento brasileiro independente” (FIGUEIREDO, 1980, p. 257-304). A contribuição de Paulo de Figueiredo, Consultor-Geral do Senado Federal, traz oito tópicos que o autor considera fundamentais para que o Brasil alcance este “desenvolvimento independente”. Dentre eles, o segundo é “O problema da Amazônia”.

Neste tópico, o autor retoma várias das preocupações já presentes no discurso de Castello Branco de 1965. Lembrando que boa parte dessas inquietações já constavam nos discursos de Getúlio Vargas e JK. São questões ligadas a ocupação da Amazônia, o risco de perdê-la para estrangeiros, a necessidade de melhor explorar os minérios ali disponíveis e as formas de integrá-la efetivamente ao restante do país. Todas as soluções propostas pelo autor passam pelo aumento do controle estatal sobre a região, visto que “a conquista da Amazônia é condição de sobrevivência nacional” (FIGUEIREDO, 1980, p. 274). Assim, é aconselhado

por Figueiredo chamar os capitais privados a investir na região sob a tutela do Estado, diminuir a autonomia dos governos estaduais e aprimorar os programas federais para o desenvolvimento da região.

Mais importante do que entender os problemas e soluções enxergados pelo autor sobre a Amazônia, é a compreensão de que as repetições dessas preocupações pelo governo perduram por anos no Brasil. Ou seja, os programas implantados para solucioná-los não foram vitoriosos.

Dessa maneira, pretendo mapear quais os projetos encabeçados pela ditadura para tentar “ocupar, colonizar e desenvolver” a Amazônia, analisando os motivos possíveis para seu fracasso. Melhor dizendo, será que eles foram um total fracasso? Ou será que podemos perceber na aplicação desses projetos desenvolvimentistas do governo para a Amazônia uma espécie de modernização conflituosa, permeada por avanços, retrocessos, apagamentos e contradições? Afinal, a ditadura vendeu-se como o governo que solucionaria os problemas amazônicos, algo que as administrações anteriores teriam tentando e frustrado. O que, então, há de diferente nas propostas da ditadura para a região amazônica? Isso é o que buscarei responder nas páginas seguintes.

Como já foi discutido, os olhos do Estado brasileiro voltam-se para a Amazônia desde a Era Vargas. A SPVEA, lançada na década de 1950, foi substituída pela SUDAM em 1966, com a promessa de colocar em prática o Plano de Valorização Econômica da Amazônia de maneira efetiva, algo que a SPVEA não teria conseguido, segundo os militares.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi reelaborado em 1966. Em síntese, alguns de seus objetivos eram: promoção de pesquisas e levantamentos que servissem de base para as atividades econômicas praticadas na região, buscando definir o verdadeiro potencial econômico da Amazônia; incentivo ao desenvolvimento, alcançando áreas cada vez

maiores; formação de grupos populacionais estáveis, especialmente nas fronteiras; adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste; "maior organização no aproveitamento dos recursos naturais da região, mas somente incentivando a economia extrativista quando esta não pudesse ser substituída por atividade mais rentável" (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 112-113); incentivo à expansão da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes para o sustento das populações locais; qualificação da mão de obra da região; uso de recursos federais e privados para promover o desenvolvimento: "[...] dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis (industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos), ficando a parte de infraestrutura, planejamento e pesquisa com o governo [...]" (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 113); investimento nas áreas de comunicação e transporte.

A ditadura, após traçar os novos objetivos em relação à Amazônia (muitos deles semelhantes às propostas anteriores), criou e reformulou diversos órgãos e programas dedicados a colocar os planos em ação. A primeira reformulação feita pela ditadura, antes mesmo de lançar as diretrizes do novo Plano de Valorização da Amazônia, foi a transformação do Banco de Crédito da Amazônia no Banco da Amazônia, o BASA, em setembro de 1966.

Djalma Batista (2007) coloca o BASA como um alargamento da primeira tentativa de implantar um instrumento do processo desenvolvimentista voltado para a região amazônica: O Banco de Crédito da Borracha, fundado em 1947, durante o Estado Novo⁷⁸.

O Decreto nº 60.079, de 19 de janeiro de 1967 estabelece como atribuições do BASA:

78 O Banco de Crédito da Borracha transformou-se em Banco de Crédito da Amazônia, buscando agregar incentivos a outros produtos da região amazônica como guaraná, madeiras, juta, malva, castanha-do-pará, sorva, balata e pimenta do reino. Mas, segundo Djalma Batista, o Banco de Crédito da Amazônia viveu sempre um equilíbrio instável (BATISTA, 2007, p. 267).

- I - Executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativamente ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;
- II - Exercer as funções de agente financeiro da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia;
- III - Atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor;
- IV - Executar, com exclusividade, os serviços bancários da SUDAM e dos demais órgãos federais com sede na Região, inclusive autarquias, e, em especial, a movimentação dos recursos destinados à Amazônia por força do dispositivo constitucional [...] (DECRETO nº 60.079, 19/01/67, Título III).

O BASA é, portanto, o principal dispositivo bancário da ditadura na administração de recursos, incentivos fiscais e financiamentos para a região amazônica. Sua relevância tem caráter estratégico, uma vez que ele é um banco público, voltado para executar as diretrizes do governo e, além disso, é um instrumento financeiro próprio da Amazônia, que chegou aos interiores que demais agências bancárias não chegavam.

Em 1973, o BASA contava com 49 agências espalhadas na Amazônia Legal. Segundo Batista (2007), a implantação dessa rede bancária possibilitou transações monetárias até então desconhecidas no interior da região⁷⁹. Assim, o alcance do BASA favorece o controle financeiro do território, ao mesmo tempo em que legitima o governo ditatorial junto à população local, visto que boa parte dos moradores do interior não contavam com nenhum banco até a criação do BASA.

Porém, mesmo que a ditadura tenha proposto maior dinamicidade em relação a execução dos projetos para a Amazônia, o BASA, como instituição pública, ainda estava permeado pela burocracia estatal. Além disso, o banco sofreu críticas como as de Djalma Batista (2007, p. 271), sobre o destino dos incentivos e investimentos:

Creio que tudo isso tem sido decorrência de um erro estrutural na economia da Amazônia. A produção extrativa é a base de todo erro, pela sua condição arcaica. Por isso considero sempre temeroso estimular a atividade nessa área, porque seus resultados quando não são negativos podem aparecer como

⁷⁹ O relatório de 2015, disponível no site da instituição, diz que o Banco da Amazônia conta com 124 agências atualmente.

ilusórios. [...] Não é portanto o BASA que não presta: é o sistema em que está engajado e que não tem condições de sobrevivência. A solução terá de ser, então, drástica: uma reforma geral da economia regional (BATISTA, 2007, p. 271).

A crítica à economia tradicional e busca por uma industrialização completa da Amazônia, como deseja Djalma Batista e o próprio governo da ditadura, pode gerar na região vários impasses. Dentre eles, a questão ecológica, a mudança drástica no modo de vida de várias famílias que trabalham de forma autônoma com o extrativismo e terão que se adaptar a prestação de serviço para grandes empresas, um abalo na tradição de coleta e venda desses recursos naturais, etc. Visto isso, a “reforma geral da economia regional” que o autor almeja não é simples, talvez por isso sua execução até os dias atuais enfrente vários percalços.

A relação histórica da Amazônia com o extrativismo, especialmente com a borracha, é forte e se expressa em várias reportagens do *JC*. Mesmo que o BASA seja uma proposta do governo de modernização bancária na região, tendo como objetivo a administração de recursos relativos aos projetos desenvolvimentistas na Amazônia, percebe-se que, para os amazônidas, a extração do látex e os financiamentos para essa atividade ainda deveriam ser priorizados.

Em nota de fevereiro de 1966, quando o BASA ainda era Banco de Crédito da Amazônia, o *JC* diz que o primeiro passo para que o organismo se torne, de fato, um banco de desenvolvimento para região é a criação de um estoque de reserva de borracha (*JC*, 27/02/66, p. 8). Ainda sobre essa mesma temática, artigo publicado no jornal, em março do mesmo ano (*JC*, 02/03/1966, p. 2), tenta esclarecer quais serão os papéis desempenhados pelo BASA, uma vez que o Banco de Crédito da Amazônia tinha como prioridade a “política nacional da borracha” e que funcionaria como um órgão de desenvolvimento da região, operando de acordo com as diretrizes traçadas pelo governo federal. O artigo demonstra, com clareza, que a borracha perderá o protagonismo nas políticas econômicas voltadas para a Amazônia, mas,

ao mesmo tempo, a comunicação dessa notícia é feita tentando acalmar o leitor, trazendo as possíveis vantagens que poderão vir com o novo banco.

Em abril de 1966, o *JC* divulga a frustração de seringalistas quanto ao baixo preço da borracha no mercado, que teria tido seu último reajuste em novembro de 1964:

[...] o Deputado Nabor Júnior [diz que] o último reajustamento no preço da borracha vem de novembro de 1964. Desta data até os dias atuais, já o salário mínimo foi aumentado duas vezes, o combustível teve igual número de aumentos e o custo de vida de acordo com estatísticas de órgãos oficiais aumentou numa base nunca inferior a 70 por cento. Ressaltou que o combustível influi enormemente no transporte de mercadorias para o abastecimento dos seringueiros os maiores sacrificados. [...] Está havendo nos seringais verdadeiro êxodo, pois com todos esses aumentos o poder aquisitivo dos extratores diminuiu consideravelmente e ninguém mais quer extrair borracha, passa a morrer à míngua.

O texto ainda traz a reclamação de que o aumento do êxodo dos seringueiros constituiria “séria ameaça para a economia da região”, além de comprometer a segurança das fronteiras devido ao despovoamento dos seringais e prejudicar a venda do produto para a indústria nacional. Por fim, o periódico diz que o deputado Nabor Júnior chama todos os representantes das bancadas federais do Acre, Pará, Amazonas e Território de Rondônia para a luta em favor dos seringalistas e seringueiros, alertando que “O Acre sobrevive pela borracha. [...] 2 terços da população vive em função da goma elástica [...]. A nossa situação é de aflição. [...] Estamos lutando e continuaremos a lutar em prol desse reajustamento que é humano e essencial” (*JC*, 28/04/66, p. 2).

A fala do deputado traz à tona as problemáticas envolvidas na “total reformulação econômica” desejada por Djalma Batista e, como se vê, colocada em prática pela ditadura. A industrialização da Amazônia resulta em mudanças profundas nos modos de vida de diversas populações locais, sejam os indígenas, sejam os seringueiros. Isso traz uma grande contradição que é colocada em evidência na reclamação do deputado: que vazio amazônico é

esse que a ditadura deseja ocupar, mas que já está em parte ocupado por populações amazônicas tradicionais que sobrevivem do extrativismo?

Percebe-se, portanto, a imposição do desenvolvimentismo na Amazônia, com o estabelecimento autoritário de atividades que devem ser exercidas, locais que devem ser ocupados e sujeitos que ocuparão essas regiões. O contexto em voga na Amazônia é praticamente ignorado pela ditadura, sendo considerado apenas quando ele conversa com os interesses previamente estabelecidos, de forma majoritariamente exógena, e aplicados de maneira hierárquica no território. Ou seja, a pouca importância dada ao extrativismo da borracha pelo governo demonstra que esta atividade não é prioridade do Estado, mesmo que ela seja de extrema relevância para a economia acreana.

É claro que não podemos ignorar o fato de que os seringueiros, base do trabalho nos seringais, não são os únicos prejudicados com a pouca atenção dada à borracha. Os seringalistas, proprietários e patrões, são diretamente afetados. Pois, enquanto os seringueiros migram e buscam novas atividades (que podem melhorar ou piorar as condições de vida desses sujeitos e que certamente exigem muita resiliência e esforço deles), os seringalistas perdem, pelo menos temporariamente, a fonte de seus lucros, até que consigam readaptar as terras a novas formas produtivas (de preferência alguma que seja beneficiada pelas políticas governamentais). Portanto, a reivindicação dos seringalistas provavelmente pouco tem a ver com uma preocupação com “as terras despovoadas” e as difíceis condições de vida dos seringueiros migrantes. A preocupação é com a situação de seu próprio negócio, que vivencia declínio e descaso por parte do poder político central.

Praticamente junto ao BASA, foi inaugurada a SUDAM, subordinada ao Ministério do Interior. As duas instituições teriam que trabalhar lado a lado garantindo a execução do Plano de Valorização da Amazônia. Dentre as atribuições da SUDAM, destacam-se: coordenação e

supervisão dos programas e planos de outros órgãos federais que estejam atuando na Amazônia; revisão periódica do Plano, de acordo com as necessidades regionais e avanço das pesquisas de reconhecimento do território; fiscalização e distribuição de verbas na Amazônia (oriundos de incentivos fiscais, por exemplo); incentivar, promover e divulgar pesquisas sobre a região amazônica (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 115). Desta forma, a SUDAM operava como um guarda-chuvas de planos e projetos na Amazônia, sendo seu papel coordenar todos eles e adequá-los às premissas do Plano de Valorização.

Já foi questionado anteriormente até que ponto esses planejamentos do governo federal para a Amazônia teriam ou não beneficiado, de fato, a população local, seja a elite, sejam as camadas menos abastadas, que arcaram de formas diferentes com a imposição dos grandes projetos na região. É evidente que não pretendo igualar as situações pelas quais a elite passou durante a ditadura com os lamentáveis acontecimentos que ocorreram com os indígenas, por exemplo, que foram expulsos de suas terras, aculturados, chegando alguns a serem torturados e mortos. Boa parte da elite financeira da Amazônia abraçou os projetos governamentais e tiraram proveito deles. Outra parte, viu seus negócios decaírem por não se alinharem aos planos do poder central. O importante é frisar que, de um lado ou de outro, os amazônidas foram poucos ouvidos no processo de desenvolvimento imposto na região amazônica.

Afinal, a SUDAM era um organismo estranho dentro da Amazônia, que tinha como propósito garantir que os projetos da ditadura fossem ali aplicados. Ademais, muitos dos investimentos no território amazônico partiram de fora dela e boa parte dos retornos financeiros desses investimentos retornaram para seu lugar, de origem exógena. Segundo Pere Petit (2003, p. 256), em 1968, 60% do total de projetos apresentados à SUDAM eram de empresários que tinham depositado 50% do valor total de seus impostos na agência do BASA de São Paulo. Sobre esse mesmo assunto, o autor também cita uma fala do jornalista Lúcio

Flávio Pinto, na qual ele teria dito que “as críticas mais constantes à SUDAM passariam a ser feitas por empresários e governantes da própria região e os elogios, pelos investidores de fora” (PETIT, 2003, p. 256).

O uso pelo governo de capital externo à Amazônia não quer dizer que a população regional não apoiava as investidas da ditadura. Pelo contrário, percebe-se no *JC*, por exemplo, evidente apoio às empreitadas governamentais. Mas, é preciso questionar se essa ausência de protagonismo dos sujeitos locais não é um fato determinante para que boa parte dos projetos iniciados não fossem finalizados ou executados com sucesso. A integração nacional que o governo pregou, se deu mais com a submissão do Norte aos interesses do Sul do que com o alcance da soberania e desenvolvimento da Amazônia a partir de suas próprias demandas, vivências e necessidades.

Anúncio do *JC* de 1970 mostra claramente que o Sul investiu mais nos projetos do governo para a Amazônia do que os próprios amazônidas. Por isso, a propaganda do BASA com o Ministério do Interior chama os investidores locais a fazerem uso do incentivo fiscal que possibilita a conversão de 50% do imposto de renda em financiamento dos projetos na Amazônia.

Foram encontrados muitos menos anúncios do gênero no *JC* do que no *O Globo*. Além disso, as diferenças entre as técnicas de *marketing* nas divulgações dos investimentos para a Amazônia nos dois periódicos são gritantes. Os anúncios no *JC* contam apenas com fotos de paisagens ou nenhuma imagem; os textos têm perfil mais ameno, convidando os empresários locais a destinarem recursos para “empreendimentos industriais e agropecuários” ou trazendo a ideia de que os melhores conhecedores da região são seus próprios moradores.

Uma das propagandas, divulgada pela SUDAM e pelo BASA, traz no canto esquerdo uma frase que chama bastante a atenção: “A Amazônia tem dono. Você é um deles”. Aqui há

novamente a ideia de domar a Amazônia. Há, também, a concepção de que o investidor é o dono desse imenso território, junto do Estado, podendo determinar o que será feito ali. Por fim, a frase carrega em si a ideia de que o investidor amazônida é apenas um dos proprietários da Amazônia, juntos com vários outros que podem ser de outras regiões do país. Ou seja, os donos da região são os detentores do capital ali investido, e não seus moradores.

Já o outro anúncio traz o BASA (o anunciante) como parte dessa população local que precisa envolver-se com o processo de desenvolvimento amazônico. Isso é também uma forma do BASA autolegitimar-se como um banco autenticamente amazônida.

**O SUL JÁ ADERTIU.
AGORA PRECISAMOS
AFIRMAR NOSSA
PARTICIPAÇÃO.**

As maiores empresas nacionais estão aplicando 50% do seu imposto de renda nos empreendimentos da SUDAM.

Você também, que mora aqui, que trabalha e tem nesta região o seu negócio, deve fazer o mesmo. Desconte 50% do seu imposto de renda e aplique na Amazônia, escolhendo o negócio que melhor lhe agrade.

Crie, desenvolva ou participe dos empreendimentos industriais e agropecuários.

O Banco da Amazônia S.A. convida você a fazer isso agora mesmo.

Ministério do Interior
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Banco Especializado em Desenvolvimento da Região Amazônica
Sua sede: Rua do Comércio, 100 - Manaus, Amazonas - Brasil
Filial: Belém, Rua do Comércio, 100 - Belém, Pará - Brasil
Filial: Boa Vista, Rua do Comércio, 100 - Boa Vista, Roraima - Brasil
Filial: Macapá, Rua do Comércio, 100 - Macapá, Amapá - Brasil

Anúncio BASA; Ministério do Interior - JC, 05/04/70, p. 4



Anúncio SUDAM e BASA - *JC*, 07/03/72, p. 3

A publicidade veiculada n’*O Globo*, por sua vez, tem figuras, manchetes sensacionalistas, retomada de imaginários sobre a região e textos que apelam para o enriquecimento do investidor mais do que para o desenvolvimento da Amazônia. Isto é, mesmo que os produtores dos anúncios sejam os mesmos (BASA, SUDAM, Ministério do Interior), a publicidade veiculada no Sudeste dialoga com a visão dos empresários sulistas sobre a Amazônia: local de lendas, oportunidades, descobertas e lucros em potencial. Além disso, várias campanhas publicitárias diferentes foram identificadas no jornal carioca, publicadas em quase todas as edições, enquanto no periódico amazonense elas são bem mais raras.

Três anúncios publicados n’*O Globo* incentivando investimentos de recursos na Amazônia se destacaram e por isso serão analisados com maior cuidado. Os dois primeiros, publicados em 1970, além de (re)produzirem estereótipos sobre a Amazônia, apelam diretamente para o enriquecimento do empresário investidor. Eles dialogam diretamente com a construção da Transamazônica.

Um dos anúncios conta com a chamada “Chega de lendas, vamos faturar!” (*O Globo*, 10/12/70, p. 17). Há uma grande imagem do contorno do mapa do Brasil, com a região Norte

em destaque, na qual podemos ver um bovino (simbolizando a pecuária) que parece passar por um processo industrial para ser abatido (fazendo referência à indústria da carne). A frase de efeito desse anúncio relaciona-se diretamente com o discurso dos militares sobre a região amazônica: a ideia de que a Amazônia era local de mistérios, de estórias, de espécies e lugares desconhecidos, mas que se torna, a partir dos projetos governamentais, local de prosperidade, industrialização e de um futuro de riquezas e oportunidades. Em prefácio do livro do jornalista Flávio A. Gomes (1972, p. 9), o ministro Mário Andreazza reproduz exatamente essa concepção ao dizer que a Amazônia deixa “[...] para trás o estéril lirismo de fantasias férteis [...], quebrando todos os tabus que a imaginação [...] logrou transformar em assustadores e intocáveis dogmas”. É esse o desejo da ditadura: vender-se como a entidade capaz de domar a grande selva, fazê-la prosperar e torná-la um berço de civilidade e modernização econômica.

O texto deste anúncio diz que “muitas pessoas estão sendo capazes de tirar proveito das riquezas da Amazônia”, pois lá há um tesouro à espera (as terras, os minérios, os incentivos para industrialização, etc.). A Transamazônica é o caminho para “a mina de ouro”.

É sobre esse último tópico a segunda propaganda de 1970 selecionada, na qual temos a chamada: “Pista para você encontrar a mina de ouro” (*O Globo*, 22/12/70, p. 15), seguida de uma foto da rodovia cortando a floresta. Um trecho diz: “Siga a Transamazônica. Essa estrada abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo”. Depois, repete a representação da Amazônia como uma mina de ouro e completa: “Transfira boa parte desse ouro para o seu bolso”.

Anúncios como estes, publicados pelo BASA, SUDAM e Ministério do Interior objetivam cativar os empresários e solidificar as parcerias público-privadas, garantindo sempre o controle do governo na escolha dos projetos executados, priorizando as áreas

consideradas estratégicas para o Projeto de Brasil elaborados pelos militares. Para atrair o capital privado, os organismos estatais apelam para a exaltação do lucro que os investidores podem alcançar e deixam um pouco de lado os idealismos que movem as propagandas sobre as grandes obras, como foi visto ao analisarmos o uso da Transamazônica para publicidade e legitimação da ditadura.

Essas propagandas não falam sobre a melhoria das condições de vida na Amazônia, não citam projetos nas áreas de saúde ou educação. Elas visam atrair os investidores do Sul pelo lucro que eles podem conseguir a partir das riquezas oferecidas pela região amazônica. Isso faz com que retomemos os questionamentos já feitos sobre o retorno desses investimentos para a Amazônia e faz com que seja possível apontar que, aparentemente, esses lucros voltam-se mais para o Sul do que para o Norte.

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Anúncio BASA, SUDAM e Ministério do Interior. Publicado n'O Globo em 10/12/70, p. 17⁸⁰

80 Essa imagem reproduzida no trabalho não foi retirada d'O Globo. Na edição citada do jornal há a mesma propaganda, porém as condições da digitalização da página estavam muito ruins, tornando a leitura do texto e visualização das figuras extremamente custosas. Por isso, optei por buscar uma versão mais legível para incorporar à dissertação, permitindo que o leitor possa analisar a anúncio na íntegra e sem prejuízos. Esta imagem está disponível em: <<http://cesppmgeografia.blogspot.com.br/2013/05/chega-de-lenda-vamos-faturar.html>>. Acesso em 24 de maio de 2018.



Pista para você encontrar a mina de ouro

Siga a Transamazônica. Essa estrada abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente à SUDAM seu próprio projeto. Seja industrial. Ou agropecuário. Ou de serviços. Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia.

A Amazônia é uma mina de ouro.

Transfira boa parte desse ouro para o seu bolso.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA SUDAM



B BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

mapa propaganda

Anúncio BASA; SUDAM; Ministério do Interior - *O Globo*, 22/10/70, p. 15

O terceiro anúncio que será analisado é de 1967, pouco depois da fundação do BASA e da SUDAM e da criação da “Operação Amazônia”. Mesmo que esta campanha publicitária seja anterior às outras que foram destacadas, ela foi deixada por último pois traz mais detalhes sobre os projetos da ditadura para a região amazônica. Alguns estereótipos sobre o território se repetem, assim como os textos e manchetes sensacionalistas que tentam seduzir o investidor através da demonstração das promessas de grandes lucros. Este anúncio de 1967 tem caráter mais didático. Ele começa a introduzir para seu público alvo as diretrizes e atrativos para se investir na Amazônia. Com base na análise desta propaganda, demonstrarei o leque de projetos e organismos criados pela ditadura a partir da SUDAM e do BASA.

Com letras em negrito, logo no topo do anúncio, é lançada uma pergunta seguida de resposta: “Quanto valem 50% do imposto de renda de sua empresa? Na AMAZÔNIA valem um negócio novo e muitos \$\$\$\$\$\$!” (*O Globo*, 27/03/67, p. 7). O uso da palavra

“Amazônia” em letras maiúsculas e a grande quantidade de cifrões (em referência a um montante volumoso de dinheiro) chamam a atenção, trazendo logo de início o estabelecimento da relação entre a região amazônica e a possibilidade de lucros exorbitantes.

Abaixo da chamada da propaganda, há um texto mais extenso, incomum para publicidades, mas com um fim muito claro: explicar detalhadamente ao público alvo do anúncio as vantagens e motivos de utilizar o imposto de renda como investimento na Amazônia. De forma sumária, as razões apontadas para o investidor aplicar seu capital são: é uma oportunidade única para realizar bons negócios, com o apoio do Estado e possibilidades de grandes lucros; é “de graça”, pois o imposto que será convertido para os projetos no território amazônico já teria que ser pago ao governo de todo jeito; ao optar pela aplicação do capital nos projetos da SUDAM, o investidor contribuiria para atividades industriais e agropecuárias na Amazônia; há várias áreas para as quais os investimentos podem ser destinados: energia, transporte, comunicação, turismo e colonização; o governo criou vários incentivos fiscais e creditícios, ampliando as facilidades para o investidor; diversos órgãos criados para gerir os planos na Amazônia servirão de apoio aos empresários na região; é um investimento seguro, pois está amparado pelo governo; a parte do imposto destinado ao território amazônico poderá ser paga parceladamente; o investidor pode escolher aplicar em um dos projetos já aprovados pela SUDAM ou pode propor seu próprio negócio.

O anúncio explica detalhadamente as vantagens dos investimentos na Amazônia e de que forma essa designação dos 50% do imposto de renda deve ser feita pelo empresário. Além disso, o texto traz a justificativa do governo pela escolha da região amazônica como foco de aplicação de capitais:

Esse interesse pela Amazônia é facilmente explicável: ela representa 60% do território nacional, tendo mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Abrange os estados do Acre, Pará, Amazonas, parte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, mais os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

Você já pensou nas fabulosas oportunidades de negócios dessa imensa área, hoje tão próxima de São Paulo, do Rio e de outros grandes centros, graças a Belém-Brasília? (*O Globo*, 27/03/67, p. 7)

Nota-se que é preciso deixar claro para o investidor em potencial duas coisas: primeiro, o desenvolvimento da Amazônia é necessário ao desenvolvimento do Brasil como um todo, pois ela ocupa mais da metade do território nacional; segundo, essa vasta região não está tão distante como se imagina, pois a Belém-Brasília, já construída, proporcionaria a integração da floresta aos grandes centros urbanos do restante do país.

Por fim, o anúncio traz a descrição de vários dos incentivos proporcionados pelo governo para os investimentos na Amazônia (diversos tipos de isenção fiscal) e descreve os “poderosos instrumentos de progresso” implantados na região com a Operação Amazônia: a SUDAM, O BASA e o FIDAM. Visto isso, é coerente concluir que a divulgação deste anúncio em um jornal como *O Globo* tinha como objetivo chamar a atenção do empresariado carioca e aproximá-lo do governo, visto que as parcerias público-privadas foram fundamentais para colocar em práticas os grandes projetos da ditadura para a Amazônia. Por outro lado, essa gama de organismos federais mantinha sob o controle estatal o avanço capitalista na região, dando aos homens de negócio a sensação de que tudo seria um investimento benéfico para eles (o que poderia ser, de fato). Isso, sem deixar claro que esse compromisso do capital privado com a gestão pública era imprescindível para concretizar os planos do governo (que, por sinal, viriam a legitimá-lo como o grande promovedor da modernização capitalista na Amazônia). Era preciso transparecer que os empresários precisavam do governo e não o contrário, pois assim o Estado se mantinha no centro decisório de poder.

O foco absoluto do governo, portanto, é a sua legitimação em várias frentes: com os empresários (oferecendo a possibilidade de novos e lucrativos negócios); com parte da

população amazônica (que se entusiasma com a esperança de crescimento econômico da região); com o meio internacional capitalista (que passa a ver o Brasil como lugar propício para investimentos, na perspectiva de um capitalismo em ascensão, distante do “perigo vermelho”); com grupos nacionalistas e entidades militares (visto que a ocupação e desenvolvimento da Amazônia são tidos como estratégicos para a manutenção da unidade nacional) e, por fim, esse conjunto de projetos solidifica os lemas de “integrar para não entregar”, “desenvolver com segurança”, “Brasil, país do futuro”, “terra sem homens para homens sem-terra”, dentre outros, criando um sentimento ufanista entre a população geral e beneficiando a popularidade do regime.

A “Operação Amazônia”, citada no anúncio em análise, foi lançada oficialmente no final de 1966 e tinha como objetivo “mudar profundamente a face da região”, vencendo “a chaga terrível da miséria e do subdesenvolvimento” (BRANCO, 01 de setembro de 1966). A Operação Amazônia foi pensada a partir de relatório apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR)⁸¹ a Castello Branco.

De acordo com o relatório, uma ação específica do governo federal para a Amazônia deveria “ser atendida com prioridade, inclusive por motivos de segurança nacional” (Relatório MECOR, 1966, p. 5). Assim, o MECOR sugere que não é pretendido criar uma solução definitiva, mas que a Operação Amazônica “seria uma das respostas a ser dada à motivação de reformular a política de desenvolvimento”, visto que uma “mobilização de esforços nacionais liderados pela administração federal” era indispensável diante do quadro enfrentado

81 O cargo de Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais foi criado pela Lei nº 4344, de 21 de junho de 1964. De acordo com esta lei, o Ministro Extraordinário teria como atribuição coordenar as Superintendências regionais (dentre elas a SPVEA – ainda não transformada em SUDAM) e algumas comissões, além dos Territórios Federais. O Ministério do Interior, criado pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, absorveu as funções do Ministério Extraordinário. Mais informações disponíveis em: <<http://www.integracao.gov.br/historico>>. Acesso em 25 de maio de 2018. Detalhes da Lei nº 4344, de 21 de junho de 1964 disponíveis em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4344-21-junho-1964-353371-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

pelo país de necessidade de integração e diminuição das disparidades regionais (Relatório MECOR, 1966, p. 5-6).

➔ Detalhe:

Quanto valem 50% do imposto de renda de sua empresa? Na AMAZÔNIA valem um negócio novo e muitos \$\$\$\$\$\$!

Existe agora uma oportunidade única para bons negócios — a Amazônia, onde Você participa, absolutamente de graça, de grandes empreendimentos! Isto porque o governo federal, decidido a carrear maiores recursos privados para o desenvolvimento dessa região, permite que empresários de todo o País transformem até 50% do imposto de renda de suas organizações em capital de investimento, para aplicação na área amazônica. É "dinheiro vivo" que vai gerar novos lucros, novos negócios!

Esses interesses pela Amazônia — na Região Amazônica — são totalmente exclusivos. Ela representa 60% do território nacional, tendo mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Abrange os Estados do Acre, Pará, Amazonas, parte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, mais os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Você já pensou nas fabulosas oportunidades de negócios dessa imensa área, hoje tão próxima de São Paulo, do Rio e de outros grandes centros, graças à Belém-Brasília?

Assim, Você pode hoje, com metade do imposto de renda de sua empresa, associar-se a homens de negócios da Amazônia na criação ou ampliação de indústrias e atividades agropecuárias. São também muitas as oportunidades para investir em serviços básicos — energia elétrica, transportes, comunicações, turismo, colonização etc. Querendo, Você pode inclusive montar um negócio somente seu...

Mas as vantagens não terminam aí. Objetivando tornar excepcionalmente atrativos esses investimentos, o governo federal criou toda uma série de estímulos fiscais e creditícios, num programa de ação a longo prazo — a "Operação Amazônia" — que instituiu novos órgãos públicos voltados para o progresso regional... e que portanto vão auxiliar o seu empreendimento a crescer com segurança!

Depois, Você pagará parceladamente o imposto. E escolherá para investir um projeto de ampliação ou criação de atividade econômica — projeto aprovado e fiscalizado pelo governo.

Quem sabe, Você desejará apresentar seu próprio projeto, para criar um negócio exclusivamente seu? Você não pode perder esta oportunidade!

Quantos negócios novos e lucrativos Você pode criar em 50% do imposto de renda de sua empresa? Na Amazônia, a resposta é: muitos! Você pode transformar até 50% do imposto de renda de sua empresa em capital de investimento para aplicação na área amazônica. É "dinheiro vivo" que vai gerar novos lucros, novos negócios!

Esses interesses pela Amazônia — na Região Amazônica — são totalmente exclusivos. Ela representa 60% do território nacional, tendo mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Abrange os Estados do Acre, Pará, Amazonas, parte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, mais os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Você já pensou nas fabulosas oportunidades de negócios dessa imensa área, hoje tão próxima de São Paulo, do Rio e de outros grandes centros, graças à Belém-Brasília?

Assim, Você pode hoje, com metade do imposto de renda de sua empresa, associar-se a homens de negócios da Amazônia na criação ou ampliação de indústrias e atividades agropecuárias. São também muitas as oportunidades para investir em serviços básicos — energia elétrica, transportes, comunicações, turismo, colonização etc. Querendo, Você pode inclusive montar um negócio somente seu...

Mas as vantagens não terminam aí. Objetivando tornar excepcionalmente atrativos esses investimentos, o governo federal criou toda uma série de estímulos fiscais e creditícios, num programa de ação a longo prazo — a "Operação Amazônia" — que instituiu novos órgãos públicos voltados para o progresso regional... e que portanto vão auxiliar o seu empreendimento a crescer com segurança!

Depois, Você pagará parceladamente o imposto. E escolherá para investir um projeto de ampliação ou criação de atividade econômica — projeto aprovado e fiscalizado pelo governo.

Quem sabe, Você desejará apresentar seu próprio projeto, para criar um negócio exclusivamente seu? Você não pode perder esta oportunidade!

A REGIÃO TEM AGORA PODEROSOS INSTRUMENTOS DE PROGRESSO!

A "Operação Amazônia" criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com 2% da renda tributária da União para aplicar em infraestrutura regional; o Banco da Amazônia (BASA), como entidade bancária de desenvolvimento e investimentos; o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), com 1% da renda tributária da União, além de outras fontes de recursos, para financiar empreendimentos privados; e o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia (CODAM), que traça as linhas mestras da política de desenvolvimento da região. Já está também vigorando a Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, que trata dos incentivos fiscais aplicados na área amazônica. O BASA e a SUDAM são encarregados, entre suas várias atribuições, de examinar e aprovar os projetos privados de ampliação ou criação de novas atividades econômicas na Amazônia, a fim de que estes possam receber os diversos estímulos e capitais existentes.

Solicite pelo Correio, ou pessoalmente, em uma de nossas agências, um exemplar da brochura "Investimentos Privilegiados na Amazônia" — e escolha a atividade econômica que mais lhe interessar!

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Matriz: Travessa Frutuoso Guimarães, 90 - Belém - Agências: Rua da Assembleia, 82 - Rio de Janeiro - Rua José Bonifácio, 192 - São Paulo - Avenida Borges de Medeiros, 646 - Porto Alegre.

Existe agora uma oportunidade única para bons negócios — a Amazônia, onde Você participa, absolutamente de graça, de grandes empreendimentos! Isto porque o governo federal, decidido a carrear maiores recursos privados para o desenvolvimento dessa região, permite que empresários de todo o País transformem até 50% do imposto de renda de suas organizações em capital de investimento, para aplicação na área amazônica. É "dinheiro vivo" que vai gerar novos lucros, novos negócios!

Esses interesses pela Amazônia — na Região Amazônica — são totalmente exclusivos. Ela representa 60% do território nacional, tendo mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Abrange os Estados do Acre, Pará, Amazonas, parte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, mais os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Você já pensou nas fabulosas oportunidades de negócios dessa imensa área, hoje tão próxima de São Paulo, do Rio e de outros grandes centros, graças à Belém-Brasília?

Assim, Você pode hoje, com metade do imposto de renda de sua empresa, associar-se a homens de negócios da Amazônia na criação ou ampliação de indústrias e atividades agropecuárias. São também muitas as oportunidades para investir em serviços básicos — energia elétrica, transportes, comunicações, turismo, colonização etc. Querendo, Você pode inclusive montar um negócio somente seu...

Mas as vantagens não terminam aí. Objetivando tornar excepcionalmente atrativos esses investimentos, o governo federal criou toda uma série de estímulos fiscais e creditícios, num programa de ação a longo prazo — a "Operação Amazônia" — que instituiu novos órgãos públicos voltados para o progresso regional... e que portanto vão auxiliar o seu empreendimento a crescer com segurança!

Depois, Você pagará parceladamente o imposto. E escolherá para investir um projeto de ampliação ou criação de atividade econômica — projeto aprovado e fiscalizado pelo governo.

Quem sabe, Você desejará apresentar seu próprio projeto, para criar um negócio exclusivamente seu? Você não pode perder esta oportunidade!

Existe agora uma oportunidade única para bons negócios — a Amazônia, onde Você participa, absolutamente de graça, de grandes empreendimentos! Isto porque o governo federal, decidido a carrear maiores recursos privados para o desenvolvimento dessa região, permite que empresários de todo o País transformem até 50% do imposto de renda de suas organizações em capital de investimento, para aplicação na área amazônica. É "dinheiro vivo" que vai gerar novos lucros, novos negócios!

Esses interesses pela Amazônia — na Região Amazônica — são totalmente exclusivos. Ela representa 60% do território nacional, tendo mais de 5 milhões de quilômetros quadrados. Abrange os Estados do Acre, Pará, Amazonas, parte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, mais os Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Você já pensou nas fabulosas oportunidades de negócios dessa imensa área, hoje tão próxima de São Paulo, do Rio e de outros grandes centros, graças à Belém-Brasília?

Assim, Você pode hoje, com metade do imposto de renda de sua empresa, associar-se a homens de negócios da Amazônia na criação ou ampliação de indústrias e atividades agropecuárias. São também muitas as oportunidades para investir em serviços básicos — energia elétrica, transportes, comunicações, turismo, colonização etc. Querendo, Você pode inclusive montar um negócio somente seu...

Mas as vantagens não terminam aí. Objetivando tornar excepcionalmente atrativos esses investimentos, o governo federal criou toda uma série de estímulos fiscais e creditícios, num programa de ação a longo prazo — a "Operação Amazônia" — que instituiu novos órgãos públicos voltados para o progresso regional... e que portanto vão auxiliar o seu empreendimento a crescer com segurança!

Depois, Você pagará parceladamente o imposto. E escolherá para investir um projeto de ampliação ou criação de atividade econômica — projeto aprovado e fiscalizado pelo governo.

Quem sabe, Você desejará apresentar seu próprio projeto, para criar um negócio exclusivamente seu? Você não pode perder esta oportunidade!

EIS AS PRINCIPAIS VANTAGENS DE SEU NOVO NEGÓCIO NA AMAZÔNIA!

ISENÇÃO TOTAL DO IMPÓSTO DE RENDA até 1982 (inclusive) para os empreendimentos que se instalarem até 1971.

ISENÇÃO TOTAL DE IMPOSTOS E TAXAS FEDERAIS com relação à criação do registro contábil do valor dos bens de seu ativo imobilizado e ao correspondente aumento de capital com recursos provenientes de reservas ou lucros suspensos.

ISENÇÃO DO IMPÓSTO DE EXPORTAÇÃO, com a possível inclusão de seu produto na lista de mercadorias do Conselho Monetário Nacional, por sugestão da Sudam.

ISENÇÃO DE QUAISQUER IMPOSTOS OU TAXAS DE IMPORTAÇÃO de máquinas e equipamentos, mesmo os cobrados por órgãos de administração indireta.

DISPENSA do recolhimento ou depósito de qualquer natureza na compra de câmbio para a importação de máquinas ou equipamentos considerados prioritários pela Sudam.

DISPENSA do depósito de 10% do capital, previsto pela Lei das Sociedades Anônimas, para as pessoas jurídicas em formação.

Solicite pelo Correio, ou pessoalmente, em uma de nossas agências, um exemplar da brochura "Investimentos Privilegiados na Amazônia" — e escolha a atividade econômica que mais lhe interessar!

A proposta da Operação Amazônia era, literalmente, oficializar a intenção da ditadura de investir e controlar o território amazônico, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista e civilizatória, prezando pelos princípios da DSN e de avanço capitalista tutelado pelo Estado. Pelo relatório do MECOR, percebe-se a grande preocupação com a segurança da Amazônia, sendo a modernização econômica e a colonização partes de uma estratégia de controle da região: “Os problemas de segurança na Amazônia confundem-se, sobretudo, com o desenvolvimento e povoamento orientado. Não é possível por conseguinte, tratar e planejar a segurança da área, sem atentar para as alternativas de progresso material e social” (Relatório MECOR, 1966, p. 138). Dessa forma, retoma-se a ideia de que a miséria e o subdesenvolvimento encontrados no Norte eram considerados um risco à segurança, um terreno fértil para a “subversão”.

A grande quantidade de anúncios encontrados n’*O Globo* buscando atrair empresários para injetar capital na região amazônica podem ser melhor explicados quando visualizamos o projeto em sua gênese: “Não seria apenas um Decreto. A Operação Amazônia pretende conscientizar a comunidade nacional e os investidores privados para a grande tarefa de ocupar e desenvolver o espaço amazônico” (Relatório MECOR, 1966, p. 138-139).

Isto posto, a Operação Amazônia coroa o pontapé inicial da ditadura no processo de sujeição da região amazônica aos interesses governamentais, mesmo que à época o *JC* comemorasse a iniciativa como um verdadeiro ato patriótico da “Revolução”:

Soou, não há dúvida, no carrilhão da história, a hora da Amazônia. Soou, porém, não como um milagre ou uma promoção do céu, mas como uma conclamação aos empresários nacionais, uma convocação aos brasileiros de todos os quadrantes, para que venham engajar com alma e confiança à Operação Amazônia, esforço patriótico com o que governo da Revolução almeja dar ao Brasil de amanhã a Amazônia que não tivemos até hoje (*JC*, 16/09/66, p. 2).

Desenvolver a Amazônia era como um esforço de guerra. E isso não é de se impressionar, visto que a ditadura constituiu um Estado de exceção que se alimentava de uma batalha “sem fim” contra a subversão, uma ameaça muitas vezes invisível, mas construída pelo medo e que fomentava uma busca infindável pela segurança nacional.

Nessa guerra pelo desenvolvimento civilizatório, capitalista e opressor, os mais variados organismos foram criados e as vítimas foram muitas. Mas, como em toda guerra, nesta modernização conflituosa também há quem diga que “os fins justificaram os meios”.

Para que seja possível mensurar o tamanho desse impulso modernizador indomável da ditadura na Amazônia, será discutido de forma sucinta algumas das características e impactos de outros organismos e projetos criados para a região. Pois, como colocado por Octavio Ianni, “Todos esses órgãos federais, somados aos estaduais, territoriais e, às vezes, municipais, acabaram por exercer uma notável influência na vida econômica, política, social e cultural das populações que viviam ou passaram a viver na Amazônia” (IANNI, 1986, p. 62).

A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia), o FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia), o RADAM (Radar da Amazônia), o POLAMAZÔNIA (Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e o Projeto Grande Carajás são apenas algumas das “criações” da ditadura para a região amazônica. Além desses, cabe citar o INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária), o PIN (Programa de Integração Nacional), o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que atuaram diretamente no território.

O surgimento da SUFRAMA consiste em uma reformulação da ZFM, criada no governo de JK. Segundo José Seráfico e Marcelo Seráfico (2005, p. 104), a reestruturação da ZFM estava inserida em um amplo processo de implantação de zonas francas no mundo como

uma forma de estímulo ao desenvolvimento industrial. A SUFRAMA estabelece condições fiscais especiais para a região produtora de Manaus, como a isenção de imposto sobre produtos industrializados, sobre circulação de mercadorias e sobre importação e exportação. Isso facilitaria o comércio com o exterior e também com o restante do Brasil. Além disso, a SUFRAMA previa a criação de um distrito agropecuário que iria abastecer Manaus e serviria como uma área de estudos sobre a viabilidade econômica da Amazônia (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 125).

Da mesma forma como fez com a Belém-Brasília, ao concluir sua pavimentação, a ditadura tomou posse da ZFM com a criação da SUFRAMA. A herança do governo “populista” de JK era renegada, colocando essas “conquistas do desenvolvimento” amazônico como projetos essencialmente elaborados e bem executados (em tese e em propaganda) pelas Forças Armadas.

O FINAM e o FIDAM foram fundos de investimentos criados para fomentar o desenvolvimento da região amazônica, formalizando as parcerias público-privadas de acordo com o modelo desenvolvimentista da ditadura. O FINAM, com algumas modificações, ainda consta como alternativa de investimento no site do Banco da Amazônia⁸².

O RADAM foi criado em junho de 1970 e tinha como principal objetivo fazer o levantamento dos recursos naturais da Amazônia (BATISTA, 2007, p. 374). Com o uso de imagens de radar e outros sensores remotos, o RADAM desenvolvia cartas temáticas da cobertura florestal, geologia, geomorfologia, solos e indicação para uso potencial da terra na região amazônica. O RADAM, então, era parte da “desmistificação” da Amazônia e da busca pelo seu conhecimento com bases científicas. Afinal, a ditadura considerava fundamental que a região fosse conhecida para que, a partir das pesquisas realizadas, pudessem ser

82 Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/finam-menu>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

selecionados e executados os melhores projetos para usufruir das “benesses” oferecidas pela floresta, gerando lucros.

A finalidade do Projeto Radam era promover inicialmente o levantamento de 1,5 milhão de quilômetros quadrados da margem direita do Amazonas, desde o Maranhão até Rondônia e o norte do Mato Grosso [...]. Em 1971 o Projeto foi ampliado, com a adição de áreas do Nordeste brasileiro e mais o Estado do Acre, que voltara a despertar interesse da Petrobras [...]. Houve ainda uma 3.^a e 4.^a ampliações do Projeto, que se estendeu a 4,6 milhões de km², correspondendo a 54% do território nacional (BATISTA, 2007, p. 375).

O POLAMAZÔNIA, lançado em 1974, tinha como objetivo “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia” (Decreto 74.607, 25/09/74). Entretanto, os resultados práticos da implantação dos polos de crescimento não foram vantajosos para pequenos produtores e as populações locais. Os incentivos do governo para o setor agropecuário estimularam o desmatamento de grandes áreas para plantações e criação de gado:

Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos. [...] A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encrostamento da superfície e distúrbios no balanço de águas. Além disso, a especulação de terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas e posseiros (KOHLEPP, 2002, p. 39-40).

Fica evidente que, mais uma vez, a ditadura colocou seus interesses na frente das comunidades locais, priorizando a construção de um modelo econômico centralizado, elitizado e controlado pelo Estado, dando maiores vantagens aos empresários (maior parte deles exógenos à região). Isso sem falar das perdas ecológicas, também aparentemente ignoradas ou consideradas um preço a pagar pelo avanço da modernidade na região.

O desejo de aprimorar a extração de minérios na Amazônia já aparece nos discursos presidenciais desde o início da ditadura. O Projeto Grande Carajás é uma representação da importância dada ao setor mineral e é também mais um símbolo da negligência dos militares quanto às alteridades e vivências das populações da região amazônica. O Projeto abarcava uma área de aproximadamente 900 mil km² nos estados do Pará e Maranhão. A partir de 1980, o governo estabelece uma série de incentivos tributários e financeiros para investimentos na região do Carajás⁸³.

Enquanto a extração de minério de ferro, no coração do PGC, ocupava somente área limitada, totalmente cercada e bem organizada pela, na época ainda estatal, Companhia Vale do Rio Doce, os projetos associados e a migração espontânea e descontrolada para a região de planejamento levaram a uma situação um tanto caótica (KOHLHEPP, 2002, p. 41).

O governo investiu em construção de estradas, ferrovia, melhoria nos portos e edificação da Usina de Tucuruí, mas esse crescimento acelerado da economia da área gerou um grande surto de devastação florestal, aumento da poluição, desrespeito às reservas indígenas, especulação e aumento das disparidades socioeconômicas intra-regionais (KOHLHEPP, 2002, p. 42).

Todos esses mecanismos governamentais citados e muitos outros que optei por não detalhar neste trabalho, foram entremeados aos planos político-econômicos lançados pelo governo e orientados pela atuação da SUDAM junto com o INCRA, a FUNAI e outros órgãos estatais. O PIN e os PNDs tinham diretrizes específicas para a Amazônia. O PIN, como já foi explicado, objetivava garantir o investimento em infraestrutura no Norte e Nordeste do Brasil, visando a garantia da “integração nacional” principalmente com a construção de rodovias.

O I PND vigorou como o eixo central da política econômica da ditadura entre 1972 e 1974. Dentre suas medidas, destacam-se o aprimoramento do mercado brasileiro através de

83 DECRETO-LEI Nº 1.813, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11813.htm>. Acesso em 25 de maio de 2018.

uma estratégia industrial e agrícola, a integração nacional (a partir das diretrizes do PIN), o aumento das exportações, a criação de programas de investimentos, o fomento de atividades científicas e tecnológicas nas áreas de energia nuclear e pesquisa espacial, o alargamento das oportunidades de emprego e combate à inflação (I PND 1972/74, dezembro de 1971). O I PND simboliza a institucionalização de um “modelo brasileiro de desenvolvimento” pautado nos interesses da ditadura. Seus principais objetivos eram: Colocar o Brasil, “no espaço de uma geração”, entre as nações mais desenvolvidas do mundo, duplicar até 1980 a renda *per capita* do país e aumentar os índices do PIB (I PND 1972/74, dezembro de 1971, p. 14-15). A integração, ocupação e desenvolvimento agrícola e industrial da Amazônia são citados diversas vezes no plano, dentro de um ideal de “cooperação” entre o governo e o capital privado de todas as regiões.

O período de vigência do I PND coincide com o auge do “milagre econômico” brasileiro. Em 1973, o PIB atinge quase 14%, o mais alto desde 1968, e a inflação caiu para 14,66%, menor índice também desde 1968 (SINGER, 2014, p. 196).

O “milagre econômico” ocorreu na fase mais reacionária do regime militar. Não se admitiam críticas, nem as imparciais, que apontassem erros na política econômica. O autoritarismo permeava todos os níveis do governo, num momento em que ele promovia ampla gama de investimentos no setor produtivo (com incentivos e subsídios para o setor privado), manipulava as principais fontes de crédito de curto e longo prazo, controlava preços e salários e administrava a taxa de câmbio. Aumentavam as distorções na economia, e a sociedade ficava mais injusta, em virtude de uma política econômica que fazia aumentar a concentração de riqueza (LUNA; KLEIN, 2014, p. 99).

Com o primeiro choque do petróleo, ainda em 1973, o “milagre” vai perdendo força progressivamente. Nessa situação, a ditadura lança o II PND, em setembro de 1974, com previsão para nortear a política econômica do regime entre 1975 e 1979.

Em maio de 1975, *O Globo* lançou um caderno especial de quase trezentas páginas sobre o II PND e o “sentido da tarefa nacional” (*O Globo*, 21/05/75, Panorama Econômico).

O complemento do jornal é dividido em várias temáticas, dentre elas o contexto econômico internacional e sua relação com o Brasil; prioridades para a política econômica brasileira; a importância do comércio exterior e do desenvolvimento social, regional e urbano.

A partir da análise dos artigos, percebe-se a grande importância dada à industrialização e à agropecuária como fontes de riqueza para a economia nacional, às telecomunicações, à superação da inflação e ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia (tendo em vista a crise do petróleo). A Amazônia foi atingida diretamente por projetos em todas essas áreas, exceto em relação à inflação, pois os planos para seu combate normalmente eram lançados em âmbito nacional e não regional. Com isso, percebe-se a importância da região dentro dos planejamentos estratégicos da ditadura.

O II PND pretendia manter o Brasil em ritmo de “milagre” (SINGER, 2014, p. 203-204). Porém, seus resultados foram contraditórios. Ao mesmo tempo em que o Brasil vivenciou um rápido avanço em sua base produtiva, “com a implantação de um complexo setor de bens de capital e de insumos básicos” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 100), esse crescimento teve um alto custo para os cofres públicos. Foram necessários altíssimos investimentos para que a indústria pesada crescesse tanto em tão pouco tempo, causando um aumento significativo da dívida externa (SINGER, 2014, p. 205-27) e também da dívida interna⁸⁴. Além disso, a modernização da agricultura em moldes autoritário-conservadores favoreceu a concentração fundiária e as más condições de trabalho no campo (LUNA; KLEIN, 2014, p. 101). O POLAMAZÔNIA e o Projeto Carajás tiveram resultados alinhados a essas problemáticas.

84 “Por paradoxal que isso possa parecer, o processo de endividamento externo ampliava também o endividamento interno. O governo detinha o monopólio cambial e ampliava as reservas com os dólares recebidos nessas transações. Por outro lado, colocava a dívida pública interna para esterilizar a ampliação monetária provocada pela compra dos dólares gerados pelo setor privado ou pelas empresas estatais. Como a dívida pública interna custava mais que o rendimento das reservas, seu acúmulo representava um ônus para o Banco Central ou para o Tesouro” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 106).

A execução dos projetos desenvolvimentistas da ditadura na Amazônia teve consequências contraditórias, como pode ser percebido. Os planos político-econômicos do governo tinham como meta fixar um modelo capitalista tutelado e guiado pelos interesses do Estado, ainda que para isso, o social tivesse que ser sacrificado⁸⁵.

Todas as iniciativas governamentais adotadas [...] provocaram mudanças, mais ou menos notáveis, em praticamente todos os níveis da sociedade amazonense [ou amazônica]. Em primeiro lugar, dinamizaram-se e diversificaram-se as atividades produtivas. Em segundo lugar, desenvolveu-se bastante o sistema creditício, público e privado. Em terceiro, dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região. Em quarto, desenvolveu-se e agravou-se a luta pela terra, luta essa que envolve, entre outros elementos: o poder público (federal, estadual, territorial e municipal); grandes e médias empresas agropecuárias e de mineração; posseiros, ou antigos sitiantes e grupos indígenas. Em quinto, recolocou-se a secular problemática indígena, seja quanto à defesa de sua cultura e terra, seja no que se refere à proletarização de sua mão-de-obra. Em sexto, criaram-se núcleos coloniais, com a finalidade de construir reservas de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados. Em sétimo lugar, reformulou-se amplamente a significação geopolítica da região amazônica, tanto no que diz respeito aos problemas da “defesa nacional”, como no que se refere aos problemas da “segurança interna” (IANNI, 1986, p. 61-62).

Mas, mesmo que as desigualdades sociais e regionais talvez se aprofundassem e o povo continuasse fora do poder, em alguma medida os frutos do progresso estavam sendo recebidos (REIS, 2014, p. 97-98). Seja através do aumento do consumo dos bens duráveis, ou dos benefícios trazidos pelas “obras faraônicas”, ou da crença (e talvez fato) que as novas rodovias melhoraram o transporte e a comunicação... o que se destaca é que parcelas da sociedade sentiram-se contempladas pelos projetos governamentais e a propaganda oficial, junto com parte da grande imprensa, contribuíram para que a população sentisse “as benesses

85 Octavio Ianni (1986) parte da premissa que os interesses do capital monopolista é que guiaram as iniciativas modernizantes do Estado na Amazônia, colocando a ditadura como um mero fantoche das intenções empresariais nacionais e imperialistas. Penso que esta visão é um pouco maniqueísta, uma vez que as próprias Forças Armadas tinham total interesse no domínio da Amazônia. Desta forma, entendo o protagonismo dos militares no controle político, social, econômico e cultural durante a ditadura. Compreendo, então, que o modelo de capitalismo alimentado pelo desenvolvimentismo ditatorial é também uma forma de exercício do autoritarismo das Forças Armadas, que utilizaram das parcerias público-privadas para manter o controle sobre os empresários, ao mesmo tempo em que alimentava o capitalismo, entendido nacionalmente e internacionalmente como uma oposição ao socialismo e aliado ao ideal democrático. O capitalismo da ditadura, portanto, foi permeado pela ação (às vezes até autoritária) do governo, mas serviu como uma ferramenta de legitimação por estar associado a uma forma de combate às esquerdas e de associação à democracia.

do progresso”. Isso foi essencial para a legitimação da ditadura e manutenção do controle pelos militares até o fim da abertura.

Os dispositivos governamentais criados também tinham essa dupla faceta. A FUNAI e o INCRA são excelentes exemplos. A FUNAI, com a fachada de ser um ganho para os direitos indígenas, uma instituição que parecia zelar pelo bem-estar das comunidades, na verdade era mais um instrumento do governo para o controle dessas populações tida como “selvagens”. De acordo com Octavio Ianni (1986, p. 181), as ações da FUNAI são sempre atrasadas, paliativas. Ou seja, apenas depois que o Estado ou as empresas privadas já expropriaram as comunidades nativas em prol de dado empreendimento, é que a FUNAI busca uma solução, que normalmente vem com o deslocamento dos indígenas restantes do confronto para outras localidades. “Em poucos anos, os indígenas viram suas terras invadidas e o seu modo de vida prejudicado, revolucionado ou definitivamente alterado. Frequentemente se viram pressionados, submetidos, expulsos ou assassinados” (IANNI, 1986, p. 78).

A FUNAI não tem como objetivo dar representatividade aos índios. Pelo contrário, suas ações são em prol do manejo dos indígenas de acordo com as diretrizes traçadas pelo Estado. A FUNAI foi criada

[...] como um órgão da política econômica da ditadura. Ao lado da SUDAM, BASA e Estatuto da Terra, tornava-se necessário adotar novas medidas para “reduzir” e “descer” índios, para que eles não se tornassem nem obstáculo ao “progresso”, nem campo de atuação política adversa aos interesses econômicos e políticos representados pela ditadura. [...] a FUNAI transformou-se em um instrumento de aculturação agressiva [...]. Tudo deveria subordinar-se ao “progresso” que o governo estava impondo à sociedade, em associação com o capital monopolista (IANNI, 1986, p. 182-183).

Logo, se o indígena vivia em uma terra que era dele, mas o governo desejou implantar ali uma rodovia, por exemplo, o trabalho exercido pela FUNAI não seria de luta pela terra que

já era do índio. O que ela faz, é transferir os grupos indígenas para outra área de reserva. O indígena, por sua vez, sendo considerado um obstáculo às empreitadas governamentais, precisaria apagar o sentimento de pertencimento à sua terra de origem e adaptar-se forçosamente ao local para o qual foi designado. Em reportagem d’*O Globo* de 1977, sobre os direitos dos índios, são colocadas algumas falas de representantes indígenas. Uma delas ilustra exatamente o que vem sendo discutido:

Vou falar um pouco. Vim para falar mesmo. Todos os índios têm acontecido coisas com a terra. Nós estamos preocupados em demarcar a terra. Sempre nós estamos falando com a FUNAI para resolver o problema da terra. [...] FUNAI quer pegar reserva onde ela quer, mas não pode. FUNAI tem que pegar reserva onde o índio está querendo (Txwaery, Tapirapé – *O Globo*, 04/03/77, p. 33).

A fala do indígena é extremamente representativa pois expressa a preocupação das comunidades com suas terras e o desencontro entre o que os índios esperam da FUNAI e o que ela faz. Fundamental reforçar que a expropriação do índio de sua terra, é também uma expropriação cultural (IANNI, 1986, p. 215). Isso transparece na fala de um outro representante, o Capitão João, chefe de uma das comunidades entrevistadas, na qual ele relata que

Depois que passou a estrada rodoviária, veio a amolação das terras. Nós reunimos para fazer uma instrução para os brancos: mostrar o que é índio. Nós somos gente. [...] Não podemos acabar com a nossa língua, nosso sistema. [...] Nós temos que ser assim. Mas o branco não pensa isso, quer acabar com nós. [...] Os padres e os americanos fizeram erro, acabaram com as festas nossas. [...] Tem gente que proibiu nossa língua, nosso jogo. Para que que nós vamos deixar isso, para pegar o do civilizado? O nosso é mais bonito que existe (Capitão João – *O Globo*, 04/03/77, p. 33).

Só no trecho da Transamazônica foram levantadas 29 tribos diferentes que tiveram que ser “realocadas” (SHELTON, 1977, p. 74 *apud* IANNI, 1986, p. 181). Essa imposição aos índios é uma forma de proteção destrutiva, uma vez que eles ficam sujeitos a uma espécie controladora e limitadora de custódia que os torna um pouco prisioneiros e um pouco

“integrados” aos ideais governamentais (IANNI, 1986, p. 210). As reservas e parques para os quais os indígenas são designados os mantém presos ali, sendo mais fácil para FUNAI controlá-los. Além disso, é preciso lembrar que as terras delimitadas já não são mais dos índios, mas do Estado. Eles vivem ali e precisam seguir as diretrizes traçadas pela FUNAI dentro daquele território. No modelo desenvolvimentista da ditadura, os indígenas praticamente não existem enquanto sujeitos, ou “brasileiros”. Eles não têm interesses próprios ou direitos e são vistos apenas como um obstáculo que precisa ser transposto, um “fato da natureza” a ser domado (IANNI, 1986, p. 200).

O INCRA, apesar de trazer no nome o ideal de “reforma agrária”, distribui terras em locais determinados pelo governo aos moldes estabelecidos pelas diretivas governamentais. O colono pouco tem escolha nesse processo. No transcurso da “ocupação e colonização” da Amazônia, o camponês que tentou ali se estabelecer, muitas vezes não teve apoio do INCRA em direitos básicos como o estabelecimento de boas condições de educação e saúde, como já foi dito (GOMES, 1972, p. 35; 65-67). Outrossim, o modelo de desenvolvimento imposto pela ditadura na Amazônia provocou diversos problemas ligados à terra (IANNI, 1986, p. 78).

Ao ser transformada em uma fronteira capitalista, a região amazônica passa a ser alvo de latifundiários, grandes fazendeiros e empresários. Esses sujeitos abrem uma “corrida pela terra”, seja para estabelecer novos negócios, seja para especulação (IANNI, 1986, p. 83). Se por um lado a ditadura depende das parcerias público-privadas para a execução de seus grandes projetos e, por isso, precisa garantir aos sujeitos detentores de capital o acesso à terra, por outro lado, ela precisa cumprir as promessas de “ocupação” e distribuição de terra aos “refugiados da seca” vindos do Nordeste. Nesse contexto, a colonização dirigida impede a ocorrência de uma real reforma agrária, mas dá aos militares uma fachada positiva quanto às possibilidades de melhoria de vida para os sujeitos que migram para a Amazônia. Segundo Octavio Ianni, apenas 10% das terras demarcadas em 1977 foram designadas à colonização

dirigida. “Isto é, em um total de 627.038 hectares de terras, 65.600 destinaram-se à colonização e 561.438 aos projetos fundiários” (IANNI, 1986, p. 86).

Assim, a “ocupação” tem como foco a maior atração de investimentos para a Amazônia, utilizando a colonização dirigida como uma forma de alimentar a propaganda estatal e também fornecer mão de obra às novas empresas que estão se alocando. Ademais, é preciso retomar que a maioria desses investimentos privados são provenientes da região Sudeste, não à toa a Associação dos Empresários da Amazônia é sediada na cidade de São Paulo (IANNI, 1986, p. 180).

Portando, ao analisar a presença da ditadura na Amazônia é preciso ter em mente que a modernização implantada na região é fundamentalmente autoritária. Ela pode ter trazido alguns benefícios para parcelas da população local e pode ter melhorado razoavelmente certas condições nas áreas de energia e transporte, por exemplo. Porém, os conflitos existiram, vidas foram sacrificadas, culturas foram subjugadas e dizimadas. O homem da região, nas várias camadas sociais, foi pouco ouvido e teve pequena participação nessa corrida para o desenvolvimento em comparação com o próprio Estado e grupos particulares das outras localidades do país. Assim, mesmo que a propaganda tenha sido efetiva, gerando memórias positivas da ditadura na região amazônica nos dias atuais, muitas das consequências negativas dessa modernização conflituosa também perduram no presente.

III.2 Legados contraditórios da ditadura na Amazônia

Segundo Octavio Ianni (1979 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 74), a Amazônia teria sido colocada a serviço dos militares econômica e politicamente. Porém, tendo a acreditar que a região também esteve relegada aos desejos da ditadura de forma mais profunda, tanto culturalmente quanto socialmente. Não podemos esquecer, inclusive, os vários problemas

ambientais ocasionados no território devido às grandes obras, uma subjugação da natureza em prol da comprovação do poder domador do homem – personalizado no Estado ditatorial.

Como já foi discutido, a presença e os impactos da ditadura na Amazônia têm facetas diversas, sendo extremamente complicado classificá-los apenas como “positivos” ou “negativos”. Até porque, determinada medida que pode ter sido benéfica para certos grupos sociais, pode ter sido muitíssimo agressiva e prejudicial a outros.

Visto isso, espero poder trazer à luz esses legados contraditórios da ditadura na Amazônia, tentando destacar aspectos pouco trabalhados da conflituosa relação entre a floresta e as Forças Armadas. Pois, por mais que o desenvolvimentismo seja uma das formas encontradas pela ditadura para exercer controle na região, ela não foi a única. Ademais, pretendo discutir a situação dos empreendimentos ditatoriais na Amazônia hoje, como meio para tentar entender a formação das memórias e as influências que isso exerce na área e nas políticas públicas brasileiras.

Ao longo dos capítulos anteriores, algumas questões relativas aos indígenas durante a ditadura já foram discutidas. Contudo, esses conflitos ainda podem e devem ser mais estudados. E, para isso, não podemos perder de vista que as divergências entre o Estado e/ou figuras de poder e as comunidades indígenas não são exclusividades do período ditatorial. As violações de direitos humanos com os índios ocorreram antes de 1964 e continuam ocorrendo após a Constituição de 1988.

Dentro dessa temática, é quase impossível ignorar as denúncias contidas no Relatório Figueiredo. O Relatório, que tem mais de sete mil páginas e ficou desaparecido por cerca de quarenta e cinco anos, atualmente está disponível integralmente no acervo *online* do Museu do Índio⁸⁶. Muitos trabalhos ainda estão sendo desenvolvidos a partir da análise desse vasto

86 Para encontrar o Relatório Figueiredo na íntegra: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pesq=relat%C3%B3rio%20figueiredo>. Acesso em 29 de maio de 2018.

material e não é intenção aqui investigar com detalhes o conteúdo do documento. Entretanto, algumas considerações serão feitas para que, a partir do Relatório Figueiredo, possamos discutir as relações entre os indígenas e o Estado ao longo dos últimos anos.

Em 1967 o Ministro do Interior, Afonso Augusto de Albuquerque Lima, designou o procurador federal Jáder de Figueiredo Correia para instaurar uma Comissão de Inquérito com o objetivo de “apurar as irregularidades que teriam ocorrido no Serviço de Proteção aos Índios (SPI)” (Relatório Figueiredo, 1967, vol. 01, p. 2). As investigações apuraram o massacre de várias comunidades indígenas, além do uso de torturas contra os nativos, objetificação e venda de índios, tomada de terras indígenas, dentre outros crimes.

O SPI foi criado pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Em teoria, sua tarefa consistia na pacificação e proteção dos grupos indígenas e o estabelecimento de núcleos de colonização. Em 1918 as atribuições do SPI foram separadas das funções da LTN (ABREU, CPDOC FGV). Cândido Rondon, famoso por sua relação com os indígenas e atividades “desbravadoras” na Amazônia, foi convidado a assumir a direção do SPI.

Ele imprimiu ideias positivistas à orientação e às atividades da instituição. Estabeleceu a chamada política de integração, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na “civilização”. Tal política indicava o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia, essa diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade brasileira (ABREU, CPDOC FGV).

Percebe-se, assim, que a devastação da cultura e do modo de vida dos indígenas já vinha ocorrendo desde o início das políticas indigenistas no Brasil. O SPI, assim como a FUNAI, trazia a concepção de que o índio deveria ser protegido, tutelado e guiado pelo Estado. Sua extinção condiz com o período das denúncias do Relatório Figueiredo e com a

criação da FUNAI pela ditadura. O novo órgão indigenista prometia dar fim às deficiências e crimes cometidos pelo SPI, mas as coisas não mudaram tanto assim.

De acordo com Alzira Alves de Abreu (CPDOC FGV), o “SPI enfrentou durante toda a sua existência problemas de carência de recursos e dificuldades de qualificação de seu pessoal. A atuação do órgão acabou por gerar resultados opostos a sua proposta. Eram frequentes as denúncias de casos de fome, doenças, assassinatos e escravização”. Dessa forma, todas as delações em torno do SPI serviram de base para que a ditadura lançasse a FUNAI apoiada em um discurso moralizador, de fim da corrupção e proteção “efetiva” aos indígenas.

No entanto, a FUNAI também não garantiu os direitos dos índios da forma como as comunidades queriam e, muito menos, deu voz a esses sujeitos: “É isso mesmo que o índio quer: que o padre nem a FUNAI não pode mandar em nós como naquele tempo. Civilizado levou os índios para outro lugar, sem ter nada, eles passando fome e brigando com outros índios que moravam perto” (Lourenço, Nhambikuara – *O Globo*, 06/02/77, p. 3). A fala de Lourenço expressa a indignação de muitos outros indígenas que, além de terem que se sujeitar a um processo de aculturação institucionalizada, ainda precisaram deixar as suas terras e dividirem as áreas de reserva demarcadas com outros grupos, que certamente possuíam outras práticas culturais, gerando conflitos.

Essa agressão civilizatória, que impõe ao índio uma domesticação que limita seu espaço de vivência e obriga-o a novos hábitos sociais, já é uma violência praticada pela FUNAI. Mas ela não é a única. Além desta, há a questão da terra, já explicitada, e também denúncias de massacres, assassinatos e venda de índios mesmo após a extinção do SPI. Ou seja, o problema não estava no organismo em si, mas no trato com os indígenas. Em edições d’*O Globo* e do *JC* temos denúncias sobre essas questões. São delatadas vendas de índios no

Acre, em 1968 (*O Globo*, 22/10/68, p. 17) e um massacre de indígenas, em 1970 (*JC*, 08/01/70, p. 3). As acusações são negadas pela FUNAI de acordo com os periódicos.

As agressões a comunidades indígenas, além de continuarem acontecendo, ainda estão também sendo descobertas, pouco a pouco. Reportagem d'*O Globo* de 2000 traz depoimentos de indígenas sobre um massacre que teria ocorrido em 1975. Valmir de Barros Torres, administrador da FUNAI em Tabatinga, no Amazonas, é acusado de comandar o massacre de 30 índios korubos durante a ditadura (*O Globo*, 16/04/2000, p. 10). Segundo testemunhos, os assassinatos teriam ocorrido durante uma expedição realizada por dezoito sertanistas e comandada por Torres.

A reportagem ainda traz outra forma de agressão aos indígenas, seu recrutamento: “Índios canamaris, ticunas, marubos e mayrunas, a serviço da FUNAI, compunham a maioria da expedição. Eles eram úteis por conhecer a região e por falar a língua dos korubos, conhecidos também como caceteiros” (*O Globo*, 16/04/2000, p. 10). Estes “índios intérpretes” receberam a mesma ordem que o restante dos membros da expedição: matar os korubos, pois estes teriam matado um dos membros da equipe da FUNAI.

O recrutamento de indígenas como militares ou funcionários do governo é uma forma de aculturação agressiva, pois além deles serem levados a, muitas vezes, ferir outros índios, eles também passam por um processo civilizador, de amor à pátria e ao Estado. Muitos deixam de responder a hierarquia de suas comunidades, desmantelando toda uma estrutura social⁸⁷. Nesse sentido, podemos citar a Guarda Rural Indígena,

[...]que recruta índios ao longo, sobretudo, do Araguaia e do Tocantins, além de Minas Gerais, para atuarem como força de polícia nas áreas indígenas. A princípio festejada, a GRIN foi acusada em um inquérito proveniente da

87 Durante o minicurso “Violações de direitos indígenas durante a ditadura militar”, ministrado por Pedro Berutti Marques e Marco Túlio Antunes Gomes, no VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG (2018), foram apresentadas diversas situações em que a ditadura fez uso dessa estratégia de recrutamento dos indígenas como parte do processo civilizatório e também de repressão. Esses indígenas treinados eram alocados para tarefas militares, inclusive a execução de torturas e guarda das fronteiras.

Chefia da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior de arbitrariedades, espancamentos, e abusos de toda a sorte (Relatório CNV, vol. 2, p. 212).

A busca pelo reconhecimento do índio como sujeito histórico e parte do que entendemos como Brasil, passa pela investigação das inúmeras e graves violações dos direitos humanos pelas quais várias comunidades passaram e ainda passam. Não por acaso, a CNV produziu um relatório exclusivamente voltado para essa temática⁸⁸. A partir das conclusões alcançadas pela Comissão, percebe-se que o Estado, nas várias tentativas de subjugar o índio a seus interesses, foi um dos principais responsáveis por essa violação de direitos. Junto do governo, membros de uma elite fundiária ou de empresários, em situações de exploração de terras ou mesmo de trabalhos forçados, são também protagonistas de atentados contra os indígenas. No jornal *O Globo*, inclusive, há várias notas e artigos publicados entre 1960-1980 relatando conflitos entre índios e fazendeiros pela posse de terras. Em alguns casos, há interferência da FUNAI, em outros, há interferência policial, e nos demais, os fazendeiros tomam as rédeas da “negociação” e utilizam de força contra as comunidades, que na maioria das vezes respondem também com o uso da força, mas acabam sendo os mais prejudicados.

O segundo volume do relatório da CNV conta com um texto dedicado exclusivamente às violações de direitos humanos dos povos indígenas. Como se sabe, o recorte temporal da CNV é o período compreendido entre 1946 e 1988. Logo, foram investigadas situações ocorridas antes, durante e depois do fim da ditadura militar. De acordo com os resultados das investigações, as violações de direitos humanos aos povos indígenas “Não são esporádicas nem acidentais [...]: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais do Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões” (Relatório CNV, vol. 2, p. 204). Ainda segundo a CNV, estima-se que ao menos

88 O relatório está disponível no *site* oficial da CNV: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

8.350 indígenas foram mortos entre 1946-1988 por ações diretas do Estado ou de sua omissão (Relatório CNV, vol. 2, p. 205).

O mais impressionante e assustador é ter notícias do ano de 2010 relatando tortura de índios nas mãos de membros do Exército dentro da Amazônia brasileira. De acordo com reportagem da revista *ISTOÉ*, doze indígenas foram presos por militares durante uma investigação sobre tráfico de drogas. Os depoimentos descrevem os castigos sofridos: “Nos colocaram numa gaiola de ferro e lá ficamos como animais. [...] A gaiola era uma jaula de ferro para onças. Um de meus colegas apanhou como se fosse um cachorro [...]. [Outro] foi obrigado a permanecer por quase duas horas deitado com o rosto no chão, sob a mira de um fuzil” (*ISTOÉ online*, 03/09/2010).

O ex-presidente da FUNAI, Mércio Gomes, comenta o episódio dizendo que o caso se trata de uma excepcionalidade. Contudo, representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁸⁹ sustenta que “excessos militares contra os índios são comuns” (*ISTOÉ online*, 03/09/2010). Ele vai além e afirma que

[...] existe um ‘ranço autoritário’ na forma como as Forças Armadas atuam na região. Todos os militares que servem na fronteira amazônica precisam passar pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), que nos tempos da ditadura militar servia de base de ensino de técnicas de combate à guerrilha (*ISTOÉ online*, 03/09/2010).

Os legados da ditadura permanecem não apenas na existência, ainda hoje, das instituições públicas criadas no período, mas também nas práticas autoritárias do Exército, sejam elas eventos periódicos ou não. Interessante que o representante do CIMI tenha citado o CIGS, pois o local é tido como um dos grandes mistérios da ditadura (QUADRAT, 2012, p. 37).

89 Reportagem d’*O Globo* de 1977 já traz relatos de desavenças entre a FUNAI e o CIMI, pois a FUNAI estaria incomodada porque o Conselho não estava limitando sua atuação nas comunidades indígenas apenas a catequização, interferindo também na luta dos índios pela sua terra (*O Globo*, 06/02/77, p. 3).

O CIGS é bastante popular em Manaus por abrigar o principal zoológico da cidade, fundado em 1967. Contudo, além do zoológico, o CIGS abrigou durante a ditadura cursos de formação de militares⁹⁰. Vários dos alunos que passaram pelo CIGS foram denunciados por crimes de violação aos direitos humanos (QUADRAT, 2012, p. 37). “Em entrevista à *Folha de São Paulo*⁹¹, o tenente-coronel Antonio Manoel Barros reconheceu que foram ensinadas técnicas de torturas no CIGS [...]” (QUADRAT, 2012, p. 37-38). Barros afirmou que atualmente tais cursos não ocorrem mais no Centro.

No entanto, livro do tenente da reserva José Vargas Jimenez, “Bacaba, Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia”, no qual o autor descreve, dentre outras coisas, como utilizou técnicas de tortura aprendidas no CIGS, foi muito bem recebido no meio militar. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*⁹², Jimenez diz que os colegas do CIGS gostaram muito do livro e que, inclusive, ele iria “servir para a aula dos alunos”. Jimenez ainda afirmou que o próprio coronel Antonio Barros teria lhe convidado para “ir lá dar uma palestra e ser homenageado com o facão do guerreiro de selva”. Nessa mesma entrevista, Jimenez descreve que os treinamentos no CIGS eram duros e bem próximos da realidade. Ainda afirma que “Muito das técnicas lá [no CIGS] eram em relação aos índios que a gente prendia. Era bem brabo, mas o interrogatório psicológico é pior”.

90 Passaram pelos treinamentos do CIGS não apenas militares brasileiros, mas também latino-americanos, estadunidenses e europeus (QUADRAT, 2012, p. 38). Entre os professores dos “cursos de treinamento” também tinham estrangeiros. Dentre eles se destacam o general chileno Manuel Conteras, atuante na repressão da ditadura de Pinochet (QUADRAT, 2012, p. 38), e o general francês Paul Aussaresses, ex-agente do serviço secreto da França, veterano das guerras do Vietnã e da Argélia. O *site Documentos Revelados* tem disponível em seu acervo várias correspondências trocadas entre a embaixada francesa e o Itamaraty que revelam os motivos da presença de Aussaresses no Brasil. Para visualizar dos documentos, basta acessar: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/troca-de-correspondencia-entre-embaixada-da-franca-e-o-itamarati-revelam-atividades-de-professor-de-tortura-no-brasil/>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

91 *Folha de São Paulo* – Brasil, 15 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200814.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

92 *Folha de São Paulo* – Brasil, 15 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200813.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

A entrevista de José Vargas Jimenez e o possível uso de seu livro nos cursos ministrados recentemente no CIGS, tornam difícil acreditar que as técnicas de tortura⁹³ não são mais ensinadas. A denúncia relatada na revista *ISTOÉ* também contribuiu para que a declaração de Barros seja desacreditada.

Os legados da repressão na Amazônia não param nos treinamentos do CIGS. Nas investigações da CNV, foi descoberto um centro de execuções e torturas clandestino⁹⁴ utilizado principalmente durante a Guerrilha do Araguaia (Relatório CNV, vol. 1, p. 793-796). A “Casa Azul”, localizada em Marabá, no Pará, no km 1 da Transamazônica, foi utilizada pelo Centro de Informações do Exército. Segundo a CNV, “estima-se que morreram, em decorrência de tortura ou por execução, mais de 30 guerrilheiros que faziam oposição ao regime militar e que atuavam na Guerrilha do Araguaia”. Atualmente a “Casa Azul” abriga uma sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A Comissão da Verdade entrevistou diversas pessoas que passaram pela Casa Azul durante a ditadura. Elas relataram terem passado por torturas e também reconheceram dentro da Casa os quartos utilizados para execuções e “interrogatórios”. O uso desse local por uma autarquia federal, ignorando seu uso no passado, representa um apagamento e um silenciamento de memórias sobre Guerrilha do Araguaia, sobre os moradores locais que

93 Na entrevista, Jimenez descreve técnicas de tortura brutais: “Pegamos ele e botamos no pau-de-arara, só que o pau-de-arara era um viveiro de formiga. Nós besuntamos ele de açúcar, colocamos sal na boca dele e deixamos ali. Em dez minutos ele falou tudo”.

94 “Os centros clandestinos, montados para a prática de tortura e homicídios de presos políticos fora de instalações oficiais, operaram por aproximadamente uma década, dos primeiros anos após o golpe de 1964 [...]até os anos de 1975, 1976. [...] as ações que tiveram como palco os centros clandestinos foram frutos de uma política de repressão das Forças Armadas, e do conhecimento e da aprovação das instâncias de comando [...]. Tiveram, dessa forma, funcionamento regular e controle de prisões e deslocamentos de presos, com o consequente fluxo de informações entre os órgãos de segurança do regime. Outra característica dos centros clandestinos foi a colaboração de civis nas atividades ilegais e nas práticas de graves violações de direitos humanos que ocorriam nesses locais. [...] Estruturaram-se em imóveis disponibilizados por particulares, que funcionavam como órgãos de tortura e execução, para que seus comandantes não fossem identificados, como ocorreria se tais práticas fossem perpetradas em quartéis e delegacias. De uma maneira geral, a escolha desses locais tornava a posição do preso político mais frágil – e com sensação ainda maior de impotência, contribuindo para a ocultação dos torturadores e, principalmente, da cadeia de comando, assim como para a eliminação de pistas que levassem à identificação dos militantes presos e às circunstâncias em torno das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados” (Relatório CNV, vol. 1, p. 792).

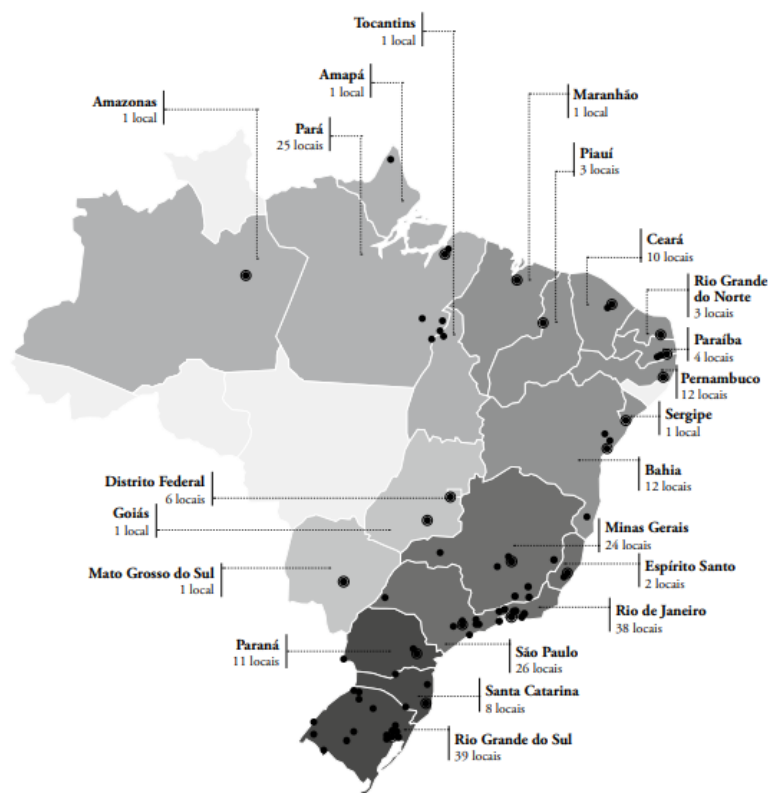
tiveram ali a perda de entes queridos, sobre a tortura e sobre a luta pela garantia dos direitos humanos.

Tendo em vista a importância de reconhecer a Casa Azul como um espaço de memória, a Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (Unifesspa) solicitou o tombamento do local em 2017, com o objetivo de transformá-lo em um centro de pesquisa e preservação das memórias e da história da ditadura, da Guerrilha, dos desaparecidos e presos políticos⁹⁵. Contudo, até o momento o local continua sendo usado como sede do DNIT.

A preservação do CIGS e da Casa Azul, em dois dos principais estados da região amazônica, desconectados de sua utilização durante a ditadura explica, em parte, a existência de uma memória de que a repressão do período ditatorial não chegou à Amazônia. Para que seja desconstruída essa visão de que a ditadura só chegou à região amazônica através das grandes obras desenvolvimentistas, é mais que necessário desvelar esses locais onde ocorreram violações aos direitos humanos, incluindo também a divulgação das agressões sofridas pelos indígenas que continuam ocorrendo até os dias atuais. O CIGS e a Casa Azul não são os únicos lugares que precisam sair do esquecimento.

Mapa divulgado pela CNV mostra quase trinta locais nos quais foram identificados ocorrência de graves violações aos direitos humanos, apenas nos estados que compõem a Amazônia Legal. Isso porque a CNV não conseguiu encontrar espaços específicos nos quais podem ter ocorrido torturas e execuções no Acre, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Mas, essas violações certamente ocorreram nesses estados não mapeados, uma vez que denúncias de maus tratos a indígenas e camponeses que foram divulgadas pela imprensa teriam acontecido nesses territórios.

95 Ver notícia completa em: <<https://www.unifesspa.edu.br/index.php/noticias/1530-unifesspa-apresenta-estudo-sobre-casa-azul-e-defende-tombamento-para-preservar-memoria-da-guerrilha-do-araguaia>>. Acesso em 31 de maio de 2018.

LOCAIS DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (1964-1985)
QUANTIDADE POR ESTADO

LEGENDA

LOCAIS INDETERMINADOS	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
[Lightest Gray]	[Light Gray]	[Medium-Light Gray]	[Medium Gray]	[Dark Gray]	[Darkest Gray]

AMAPÁ

1	Colônia Militar de Clevelândia do Norte	Oiapoque
---	---	----------

AMAZONAS

1	Centro de Instrução de Guerra na Selva	Manaus
---	--	--------

PARÁ

1	Base de Araguaína	Araguaína	
2	2º Batalhão de Infantaria na Selva	Belém	
3	4º Distrito Naval		
4	5ª Companhia de Guardas		
5	Aeroporto de Belém		
6	Batalhão de Infantaria da PM		
7	Círculo Militar (Forte do Presépio)	Belém	
8	DOPS		
9	Hospital da Aeronáutica		
10	Hospital Geral de Belém		
11	Presídio São José		
12	Quartel da 8ª Região Militar		
13	Quartel do 2º Batalhão da PM		
14	Tiro-de-Guerra General Dutra		
15	Tiro de Guerra		Castanhal
16	52º Batalhão de Infantaria de Selva		Marabá
17	Antiga Central de Polícia (Velha Marabá)		
18	Casa Azul		
19	Casa do Tuma - DOPS (Cidade Nova)		
20	Prisão de Itacaiúnas		
21	Inera		
22	Base da Marcellinense	Piçarra	
23	Base da Bacaba	São Domingos do Araguaia	
24	Base Militar de Oito Barracas	São Geraldo do Araguaia	
25	Base Militar de São Raimundo		

MARANHÃO

1	DOPS	São Luis
---	------	----------

TOCANTINS

1	Base Militar de Xambioá	Xambioá
---	-------------------------	---------

Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II - Capítulo 15: Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos, p. 830-832

Além das violações a direitos humanos, dos conflitos de terra e da questão indígena, a ditadura ainda deixou outros legados na Amazônia. Dentre eles, podemos destacar a conservação das obras faraônicas voltadas para a região, entre seus usos atuais e seus efeitos, um lembrete do contraditório “milagre”.

Os ideais de “integrar, ocupar, desenvolver e colonizar” a Amazônia serviram de mote para a construção de várias rodovias no Norte do país durante a ditadura. Essas construções, especialmente a Transamazônica, serviram como propaganda para a legitimação dos militares, como já foi visto. Entretanto, atualmente, várias dessas estradas estão largadas ao descaso e muitas delas não foram sequer totalmente concluídas antes do fim da ditadura. A própria Transamazônica, por não ter todos os seus trechos pavimentados e pela falta de manutenção, acaba se tornando intrafegável durante vários meses do ano. Dessa forma, a “integração” ainda continua muito dependente do transporte aéreo e fluvial, seja com a utilização de barcos para transporte de pessoas e mercadorias, seja pelo uso das balsas para travessia de veículos.

Pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT) de 2017 mostra que a maioria das rodovias da região Norte encontram-se em condições consideradas regular, ruim ou péssimo⁹⁶. Isso sem falar dos vários trechos sem pavimentação. Outro estudo da CNT, sobre as “Rodovias esquecidas do Brasil”⁹⁷, de 2018, traz seis estradas amazônicas dentre as quinze listadas.

Isso demonstra que, mesmo com todos os esforços de governos anteriores, no presente, a Amazônia continua sofrendo com os problemas relacionados ao transporte e a comunicação. Esse ponto levanta outro questionamento sobre o intuito das gestões políticas em relação à região amazônica. Pois, se a integração, o desenvolvimento e a ocupação ainda são pautas de discussão, provavelmente são problemas não resolvidos. Com isso, tendo a argumentar que a promoção dessas grandes obras de desenvolvimento para Amazônia, em diversos contextos da história brasileira, teve maior relação com estratégias políticas de popularidade e controle geopolítico de governantes, dentro de um ideal nacionalista e

96 CNT. Pesquisa de rodovias 2017. Região Norte. Disponível em: <<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Downloads/Galeria%20de%20Fotos/2017/Mapas//Regi%C3%A3o//Norte.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2018.

97 CNT. Rodovias esquecidas do Brasil, 2018. Disponível em: <http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Estudo%20Rodovias%20Esquecidas/rodovias_esquecidas-brasil.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2018.

ufanista, do que uma real tentativa de beneficiar a região e sua população. Isso sem falar nos interesses do capital privado, sempre alinhados com a governabilidade daqueles que estão no poder, em uma relação simbiótica de benefícios mútuos.

As dificuldades enfrentadas pela ditadura na construção das estradas na região amazônica têm relação direta com a falta de estudos aprofundados sobre as condições ambientais do território. O conhecimento superficial sobre os períodos de chuva e sobre o solo fez com que vários trechos fossem praticamente destruídos ainda durante a construção das rodovias. Como posto pelo *JC* em coluna publicada no ano 2000,

A Amazônia desde há muito sofre agressões que vêm desde o colonizador estrangeiro e passam pelos planos criados à época do “milagre brasileiro”, quando projetos como a Transamazônica rasgaram a selva sem que se conseguisse resultados favoráveis para o amazônida. O registro histórico nos mostra outros empreendimentos cujas consequências deixaram o caboclo cada vez mais carente [...], implantados sem que se considerasse o potencial ou mesmo os pontos fracos do ambiente amazônico (*JC*, 03/10/2000, p. 2).

Há um contínuo descaso por parte do Estado em aproximar-se das demandas dos amazônidas e conhecer de fato as realidades da região. Não há integração com o sujeito local; ao contrário, as empreiteiras⁹⁸ que atuaram na Amazônia durante a ditadura tem sede no Sul do país, tendo pouco contato com a natureza amazônica.

Atualmente, a manutenção precária das rodovias e permanência do desconhecimento sobre as especificidades da região (ou do desprezo e ignorância pelo conhecimento existente) favorece a perpetuação dos problemas de transporte na Amazônia. Reportagem d’*O Globo* de 2013 questiona justamente a falta de preparo do Estado no trato com a implantação de obras de infraestrutura na Amazônia até os dias atuais, mesmo após todos os problemas causados pelo desenvolvimentismo da ditadura.

98 O trabalho de Pedro Henrique Pedreira Campos (2012) faz um excelente estudo sobre a relação dos empreiteiros com a ditadura.

O fato é que o planejamento socioambiental das grandes obras não avançou em nada. Ao contrário, parece que ainda vivemos nos tempos da ditadura. Os impactos são subavaliados, as medidas compensatórias são insatisfatórias e não são implementadas conforme planejadas. [...] E há quem chame esse processo de desenvolvimento sustentável. Nem as lições deixadas por desastrosas experiências do passado são levadas em conta pelos planejadores do futuro. [...] Até os engenheiros deveriam saber que, se terras indígenas e unidades de conservação constituem 40% da Amazônia, qualquer grande obra deverá impactá-las de várias formas” (*O Globo*, caderno especial, 05/03/2013, p. 28).

O trecho acima demonstra que a busca pelo desenvolvimento na Amazônia continua, assim como as problemáticas causadas por essa corrida da modernização na região. Importante lembrar que não foram apenas as rodovias que trouxeram severos impactos socioambientais para a Amazônia. A implantação de hidrelétricas, a exploração de minérios e madeiras, as derrubadas de matas para fundação de latifúndios, dentre outros, provocaram intensas mudanças nos modos de vida e no meio ambiente.

A hidrelétrica de Tucuruí, outra das obras monumentais da ditadura já citada neste trabalho, ocupa atualmente papel central na distribuição de energia para no Norte do país. Mas, seus custos socioambientais foram imensos. Desse modo, o que espero problematizar aqui é justamente o caráter multifacetado dessas empreitadas na região amazônica. Pois, ao mesmo tempo em que elas geraram impactos extremamente prejudiciais à floresta e aos grupos sociais, tendo sido explorada publicitariamente sem que esses prejuízos fossem citados, elas também passaram a ocupar papel de relevância em seu uso prático. É por isso que elencar pontos positivos e negativos sobre os projetos da ditadura para a Amazônia é algo restritivo. Afinal, as barreiras entre o “bom” e o “ruim” são fluídas e dificilmente quantificáveis. Há, portanto, mais um motivo para que esses impactos sejam cada vez mais problematizados, questionados e discutidos em seus variados aspectos, para que seja possível se aproximar de uma mensuração do significado dessas obras para a região.

Ainda durante a ditadura, começam a surgir indagações sobre a situação ambiental da Amazônia, tendo em vista a quantidade de edificações que foram feitas sem planejamento e as ocupações muitas vezes desordenadas. Reportagem d'*O Globo* de 1975 (*O Globo*, 28/01/75, p. 10) fala sobre o questionamento de alguns botânicos em relação ao risco da região amazônica se tornar um grande deserto dentro de vinte anos. Os especialistas entrevistados para a reportagem argumentam que sem planejamento e sem a participação de ecólogos, zoólogos e botânicos no processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, a floresta sofreria uma drástica redução tanto na fauna quanto na flora.

O incômodo de cientistas e da imprensa, nacional e internacionalmente, com relação a preservação ecológica da Amazônia, causou tamanha mobilização que fez com que fosse instaurada pelo Senado, em 1979, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para “apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações”. A CPI buscou mapear a situação ecológica da Amazônia devido aos avanços modernizadores, trazendo dados sobre a economia, o meio ambiente e a demografia regional, e, ao fim, propôs soluções que tinham como intenção melhorar o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Entretanto, como se sabe, a região amazônica continua lidando com problemas de devastação em seu bioma, um processo perene de alargamento da fronteira capitalista no Norte do país. Essa complicação não foi solucionada, como também não foram as problemáticas envolvendo os indígenas, o Exército e as disputas de terras.

O Estado, por sua vez, continua buscando soluções e aplicando planos voltados para a Amazônia. Alguns projetos foram retomados, outros nunca deixaram de existir e foram apenas reformulados. Podemos, por exemplo, citar a SUDAM, “recriada” em 2007 por Lula como uma autarquia federal do Ministério da Integração Nacional. A “nova” SUDAM tem como “missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da

Amazônia assegurando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais”⁹⁹. Mas, qual o significado da recriação da SUDAM durante o governo Lula? E mais, qual o significado, dentro do contexto brasileiro atual, da existência de um “Ministério da Integração Nacional”?

Em primeiro lugar é preciso compreender o que levou ao fim da SUDAM. Desde a redemocratização, a SUDAM vinha sendo alvo de denúncias e investigações devido a possíveis irregularidades que ocorreriam na instituição. Em 1988 a Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar “as suspeitas de concessão ilegal de incentivos fiscais da União através de corretores e escritórios de intermediação que cobravam um determinado percentual sobre o financiamento requerido por empresas que possuíam projetos no norte do país” (ABREU; NETO, CPDOC FGV). No mesmo ano, o Ministério do Interior, ao qual a SUDAM estava subordinada, criou uma sindicância para averiguar uma denúncia feita contra um superintendente que foi acusado de utilizar o FINAM para captação de recursos de forma ilegal. “A comissão de sindicância [...] terminou sua investigação em agosto de 1988 concluindo haver ‘indícios de corrupção’ na autarquia e pedindo o afastamento do superintendente [...] e a investigação de uma série de projetos mantidos com o dinheiro público na Amazônia” (ABREU; NETO, CPDOC FGV).

Durante o governo de Itamar Franco, o Ministério do Interior foi extinto e a SUDAM passou a responder ao Ministério da Integração Regional. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve uma reorganização dos ministérios e a SUDAM passou a ser responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas Regionais, órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento. Instaurou-se uma tendência que previa a elaboração do desenvolvimento a partir de um espectro global e não mais regional. Apesar disso, a SUDAM continuou a ser utilizada para beneficiar grupos e políticos locais e, entre 1998 e 2001, a

⁹⁹ Site institucional da SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

instituição esteve novamente envolvida em denúncias de corrupção. Investigações confirmaram desvios de dinheiro e irregularidades (ABREU; NETO, CPDOC FGV).

Todos esses problemas envolvendo a SUDAM fez com que FHC extinguisse a Superintendência em 2001, criando a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Ainda durante os mandatos de FHC, foram implantadas outras iniciativas voltadas para a Amazônia, dentre elas o “Brasil em Ação” e o “Avança Brasil”, que tinham como objetivos recuperar e asfaltar rodovias da região, implantar hidrovias e gasodutos (RODRIGUES, 2013, p. 96). Ou seja, os projetos para a Amazônia continuaram.

Mesmo com todos esses questionamentos em torno da SUDAM, Lula a recuperou. Qual o significado dessa “recriação”? Acredito que podemos relacioná-la com o próprio modelo desenvolvimentista, que aparece reinventado durante o lulismo, e também com uma herança varguista ligada ao trabalhismo e ao nacional-desenvolvimentismo. No próprio site institucional da “nova” SUDAM, o histórico da instituição é retomado a partir da SPVEA (criada no segundo governo Vargas) e da “velha” SUDAM dos militares, ambas ligado ao desenvolvimentismo.

A reinvenção do desenvolvimentismo e da busca por retomar a “integração nacional” no governo Lula perpassa uma reinvenção da SUDAM, que incorpora em sua missão a sustentabilidade, pauta marcante do século XXI, e a erradicação da miséria. Por outro lado, algumas permanências podem ser identificadas, como as parcerias público-privadas no financiamento de obras de infraestrutura para a Amazônia. Nesse sentido, temos hoje o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), que “tem como objetivo principal destinar recursos aos projetos de implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos produtivos”¹⁰⁰ na Amazônia Legal. A SUDAM também ainda administra a concessão de incentivos fiscais para investimentos no território amazônico.

¹⁰⁰ Site institucional da SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

O governo Lula não recuperou apenas a SUDAM dentre os projetos da ditadura para a Amazônia. O Projeto Rondon, criado em 1968 e extinto em 1989, foi “relançado” em 2005. Atualmente, ele é desenvolvido pelo Ministério da Defesa em parceria com as Forças Armadas, governos estaduais e municipais e Instituições de Ensino Superior. Dessa forma, o Projeto Rondon ainda é uma ferramenta de formação dos universitários em prol da defesa dos interesses nacionais¹⁰¹. Reinventado de acordo com o contexto atual, ele traz também em seus novos objetivos a busca por contribuir para a sustentabilidade, além de “consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social, coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento [nacional], contribuindo na sua formação acadêmica e proporcionando-lhe o conhecimento da realidade brasileira”¹⁰².

O Ministério da Integração Nacional é um dos parceiros do Projeto Rondon. Portanto, percebe-se no presente uma retomada da preocupação em fazer do Estado o promotor do desenvolvimento e da integração de todas as regiões, pensando nisso como algo estratégico e importante para a segurança nacional. Não à toa a presença das Forças Armadas e do Ministério da Defesa na articulação de projetos. Isso é herança da ditadura. Herança repensada e reelaborada, mas, ainda assim, herança.

Alguns resquícios da ditadura *na e para* a Amazônia não precisaram ser relançados. Eles perduram, sendo reinventados. É o caso do BASA, que inclusive não atende mais pela sigla, uma tentativa de afastar-se do legado autoritário, legitimando-se como um banco da região apenas. De acordo com o próprio site institucional do Banco da Amazônia, ele “deixou de usar a antiga sigla BASA para reforçar seu importante papel para o crescimento econômico da região baseado na sustentabilidade”¹⁰³. Foi feita uma mudança total da imagem visual do

101 Site institucional do Ministério da Defesa – Projeto Rondon. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-sociais/projeto-rondon>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

102 Site institucional do Projeto Rondon. Disponível em: <<https://projektorondon.defesa.gov.br/>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

103 Site institucional Banco da Amazônia. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

Banco. Como BASA, a logomarca era um cadeado, significando “segurança e tradição”.

Atualmente, o símbolo do Banco é um “A” verde, maiúsculo, como uma onda amarela:

O objetivo é enfatizar nos mercados nacional e internacional o nome “Amazônia” e o papel do Banco da Amazônia como principal agente financeiro do desenvolvimento sustentável da região. [...] O “A” maiúsculo simboliza solidez e dinamismo. O traço em forma de onda representa integração, crescimento e desenvolvimento. O verde simboliza a mata. O amarelo a riqueza da Amazônia.¹⁰⁴



Logomarcas BASA (1966) e Banco da Amazônia (2002)

O posicionamento do próprio Banco quanto a sua marca, seu lugar no mercado e sua função, mostram que há um objetivo claro de desvincular a instituição da ditadura. Nem mesmo o uso das cores verde e amarelo é associado à bandeira nacional, mas apenas à mata e às riquezas da região amazônica. Essa reinvenção pela qual o Banco tem tentado passar é uma forma também de desassociar-se da antiga SUDAM e dos escândalos de corrupção nos quais ela esteve envolvida, tanto que a reformulação da imagem visual do BASA se deu em 2002, logo após a extinção da SUDAM. Por fim, percebe-se no Banco a tendência de valorização da sustentabilidade, algo muito marcante nos novos discursos sobre a Amazônia.

Por fim, após muitas considerações feitas sobre as relações da ditadura militar com a região amazônica, acredito ser inegável reconhecer que esse período da nossa história se fez muito presente no território e na trajetória de seu povo. Diferente de várias memórias que relatam um certo isolamento da Amazônia quanto às atitudes repressivas dos militares, pretendi trazer com esse trabalho o oposto disso, mostrando inclusive o desenvolvimentismo como uma forma de controle autoritário. Ademais, é imprescindível constatar que os

¹⁰⁴ Site institucional Banco da Amazônia.

problemas na Amazônia não começaram nem terminaram com ditadura. O Projeto Calha Norte, criado em 1985 após a redemocratização, é um dos vários exemplos disso, pois mostra a forte presença militar e autoritária do Estado na questão indígena, nos conflitos de terra e na ocupação de fronteiras¹⁰⁵.

Portanto, é fundamental que o olhar crítico, histórico e problematizador perdure. Mesmo em tempos de democracia, é preciso questionar. Inclusive, porque a democracia pode ser “capenga”, as liberdades ainda não são plenas. É preciso inquietar-se.

105 Mais informações sobre o Projeto Calha Norte e sua relação com o autoritarismo militar podem ser encontradas no excelente texto de Carlos Benítez Trindad para o site “História da ditadura”, publicado em maio de 2018: <<https://www.historiadaditadura.com.br/destaque/calha-norte/>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

CONCLUSÃO

O que é, então, a Amazônia dentro do que entendemos como Brasil hoje? Quais as marcas deixadas pela ditadura na região? Como essas marcas definem a relação do amazônida com sua terra, da terra com o Estado e do Estado com o povo local?

A Amazônia ainda é, para o Brasil, um símbolo. Uma representação de grandiosidade, de exuberância ecológica, de fartura de águas. O Estado ainda se posiciona como volante da vida amazônica. Quer determinar os investimentos que ali serão feitos, de que forma os indígenas serão tratados; quer promover assiduamente uma integração desintegrada que nunca se concretiza, com o sujeito amazônida sendo apartado do processo modernizador. A terra ainda é fruto de discórdia, na Amazônia e em todo o país. A Amazônia é parte do mundo, parte da nação, ao mesmo tempo em que é colocada como uma realidade exótica à parte. A ditadura ainda está ali, nas práticas das Forças Armadas, na repressão aos indígenas, no silenciamento de memórias, na determinação exógena dos destinos a serem traçados no território e na exaltação das grandes obras que nem sempre cumprem seu papel integrador ou modernizador.

Mas, a Amazônia não é apenas um símbolo. A região, em suas vivências múltiplas, tem sido cada vez mais estudada e observada em suas alteridades. Os amazônidas, entre a sociedade em geral e na academia, têm buscado entender a história regional, suas relações políticas e econômicas, sua cultura. E, a partir desse entendimento endógeno, a Amazônia posiciona-se diante do Brasil e do mundo com as demandas de seu povo, com propostas de ação.

A Amazônia, como qualquer outra parte do território brasileiro, não deve ser vista apenas a partir de estereótipos, como “Inferno Verde”, “Pulmão do mundo”, “grande vazio”,

“terra sem história”. Contudo, as representações que circundam essa rica região perduram no tempo e ainda são propagadas nos mais variados discursos que tentam manipular a Amazônia em prol de determinado projeto político-econômico.

Em vista disso, retomo a discussão inicial sobre a existência de uma cultura política brasileira, como propõe o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2013; 2014). Entre todas as características apontadas pelo autor, acrescentaria as permanências verificadas no trato que o Estado lega à Amazônia, ao menos desde a década de 1930, como foi demonstrado ao longo deste trabalho. Incluiria, ainda, a importância da região amazônica dentro de um imaginário nacional que vem sendo solidificado, no qual a Amazônia, assim como o carnaval, a cidade do Rio de Janeiro e as praias, por exemplo, constituem grandes símbolos que definem o Brasil enquanto nação.

As representações sobre a Amazônia fazem parte de uma “cultura brasileira” inventada, um imaginário social no qual a exuberância e grandiosidade da floresta estariam representados no verde-forte da bandeira nacional. Ao mesmo tempo, propaga-se no senso comum a associação da região apenas com a cultura indígena, as matas e os rios. Resiste, ainda, certo desconhecimento sobre a Amazônia, o que favorece a difusão da estratégia de estereotipização sobre a qual fala Durval Muniz de Albuquerque (2011) ao pensar o Nordeste.

Por isso, a importância em desnudar as diversas faces da região, de seu povo, de sua cultura, de suas cidades. Assim, os olhares superficiais podem ser, pouco a pouco, desconstruídos. E, isso não precisa significar que a Amazônia deixará de ser parte do que entendemos como Brasil. Ela pode ocupar esse lugar simbólico de uma maneira diferente, que traga sua imensidão de características fora das caixas “problema a ser solucionado” ou “vazio a ser ocupado”.

Afinal, como foi discutido, os governos utilizam dessas representações para justificar formas de ação autoritárias, que impõe sobre a Amazônia e suas populações modelos de desenvolvimento e colonização que, muitas vezes, não dialogam com as vivências internas. Isso ocorreu não só durante a ditadura, mas antes e depois dela. O tratamento paternalista e desenvolvimentista na Amazônia é parte de uma cultura política brasileira. Dessa forma, é preciso refletir até que ponto a região amazônica esteve afastada do autoritarismo dos militares e dos desmandos do governo federal.

A ditadura torturou, desmatou, perseguiu, controlou, cassou mandatos e matou indígenas e camponeses na Amazônia, como foi visto. Portanto, a região está integrada ao Brasil e aos eventos nacionais, uma vez que sofreu (e sofre) as medidas implantadas pelo governo federal assim como outras localidades do país. É evidente que os impactos são diversos, por isso, *as Amazonas* viveram a ditadura de maneiras diferentes em si e em relação ao restante das localidades nacionais. Contudo, o desenvolvimentismo e a repressão estiveram presentes na Amazônia, mostrando que a região não esteve desligada do autoritarismo militar.

Se ainda é preciso consolidar a integração física da Amazônia às demais localidades do país, com o aprimoramento nas áreas de transportes e comunicação, também é fundamental integrar a partir do reconhecimento do outro, das alteridades, das regionalidades, das especificidades. Necessita-se romper o isolamento e o paternalismo em relação à população amazônica. Conhecer a Amazônia em sua diversidade, afastando os estereótipos, é um caminho a ser pensado para impedir ações autoritárias, colonizadoras e desenvolvimentistas que não dialogam com demandas internas da região. A ausência de uma mudança de postura em relação a Amazônia contribui para a continuidade de projetos inconclusivos e tratamentos inadequados às populações indígenas e camponesas, aos problemas ligados à terra e ao crescimento efetivo da economia local de uma maneira sustentável. O propagandismo e o ufanismo exagerado que deseja domar, controlar e invadir impede a busca por um

desenvolvimento harmônico, que não enxergue atrasos ou evoluções. Mas sim, particularidades, demandas locais, sujeitos plenos em suas individualidades.

A Amazônia é formação histórica, é história em movimento. É múltipla e deve ser vista como tal. Os projetos da ditadura para a região formaram cicatrizes, marcas que prevalecem e se reinventam. Os impactos desses planos desenvolvimentistas, encrustados em uma prática essencialmente autoritária, são tão múltiplos quanto a Amazônia em si. Por isso, os estudos sobre essas relações conflituosas não podem parar. Como colocado sabiamente por Durval Muniz de Albuquerque (2011, p. 347):

A história deve deixar de ser apenas um discurso sobre o passado ou sobre o futuro, para se debruçar sobre o presente descobrindo este presente como multiplicidade espaço-temporal, pensando os vários passados que se encontram em nós, e nos vários futuros que se pode construir. Devemos debruçar, criticamente, sobre as formas como foram narrados os eventos históricos, não como uma representação verdadeira ou falsa do passado, mas como partícipe da invenção deste para nós. Narrativas que construíram um dado universo e uma memória, que continuam funcionando em nós e dirigindo nossos passos.

Este trabalho buscou retomar as leituras do passado sobre as relações entre a ditadura e a Amazônia, entender as representações que circundam a região e problematizar o papel da imprensa e do Estado na sociedade. Como procurei demonstrar ao longo de cada capítulo, a historicidade se mescla ao presente, num processo de construção e reconstrução. Portanto, o esforço em problematizar a presença da ditadura militar na Amazônia teve como fim alargar os olhares sobre a região e sobre o período ditatorial, ambos tão múltiplos em sua essência e tão pertinentes para o entendimento do Brasil atual – em suas identidades, sociedades, relações políticas e econômicas, culturas e confrontos. Por fim, como já dito, os problemas nacionais e regionais não começaram ou terminaram na ditadura. A democracia também precisa ser confrontada. Não podemos abrir mão disso.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:**Discursos lidos e citados:**

VARGAS, Getúlio. **Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará**, 06 de outubro de 1940. Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do estado. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/28.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

VARGAS, Getúlio. **O destino brasileiro do Amazonas**, 09 de outubro de 1940. Discurso pronunciado no Ideal Club, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do estado. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

VARGAS, Getúlio. **Conferência das Nações Amazônicas**, 14 de outubro de 1940. Entrevista concedida à *Associated Press*, em Porto Velho. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/32.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **[Sem título]**, 18 de abril de 1956. Discurso pronunciado no Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1956/13.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **[Sem título]**, 26 de setembro de 1957. Discurso pronunciado no Rio de Janeiro, na solenidade de instalação do Etebanorte - Escritório Técnico das Bancadas

do Norte e do Nordeste. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957/50.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **[Sem título]**, 08 de outubro de 1958. Discurso pronunciado na visita a escola de agronomia do Pará, em Belém. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1958/65.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

GOULART, João. **[Sem título]**, 25 de outubro de 1961. Discurso inaugurando mais uma unidade termoeétrica da usina de Belém. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/10.pdf/view>>. Acesso em 08 de Dezembro de 2016.

GOULART, João. **[Sem título]**, 25 de outubro de 1961. Discurso saudando o Governador do Pará. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/12.pdf/view>>. Acesso em 08 de Dezembro de 2016.

BRANCO, Humberto de A. Castello. *Valorização da Amazônia*, 13 de junho de 1965, discurso proferido no “Palácio Lauro Sodré”, em resposta à saudação do Governador do Pará.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/26.pdf/view>>. Acesso em 08 de Dezembro de 2016.

BRANCO, Humberto de A. Castello. **Valorização da Amazônia**, 16 de julho de 1965. Discurso proferido no Palácio Rio Negro, durante o banquete que lhe foi oferecido pelo Governador do Estado do Amazonas. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/27.pdf/view>>. Acesso em 08 de Dezembro de 2016.

BRANCO, Humberto de A. Castello. **Integração da Amazônia**, 01 de setembro de 1966. Discurso pronunciado em Macapá, como resposta à saudação do governador do Território do Amapá. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/34.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

BRANCO, Humberto de A. Castello. **Integração da Amazônia**, 20 de setembro de 1966. Discurso pronunciado em Rio Branco [antigo nome de Boa Vista], como resposta à saudação do governador de Roraima, Dilermando Cunha Rocha. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/35.pdf/view>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2016.

BRANCO, Humberto de A. **Política brasileira de minérios**, 02 de dezembro de 1966. Discurso pronunciado no palácio do governo do Território de Rondônia, em Porto Velho. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/61.pdf/view>> Acesso em: 17 de Dezembro de 1966.

BRANCO, Humberto de A. Castello. **Integração da Amazônia**, 03 de dezembro de 1966. Discurso pronunciado em Rio Branco, Acre. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/36.pdf/view>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2016.

BRANCO, Humberto de A. Castello. **Integração da Amazônia**, 03 de dezembro de 1966. Discurso pronunciado em Manaus, na instalação da 1ª Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/37.pdf/view>>. Acesso em 23 de Novembro de 2016.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Integração da Amazônia**, 28 de novembro de 1969. Mensagem presidencial pronunciada pelo Ministro do Interior José Costa Cavalcanti. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/06.pdf/view>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2016.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Sob o signo da fé**, 08 de outubro de 1970. Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/view>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 10 de setembro de 1974. Reunião ministerial de encaminhamento ao Congresso Nacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/18.pdf/view>>. Acesso em 17 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 27 de setembro de 1974. Discurso proferido na SUDAM, durante visita ao Pará. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/20.pdf/view>>. Acesso em 17 de dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 26 de março de 1976. Improvise em Manaus, por ocasião da inauguração do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1976/09.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 10 de fevereiro de 1977. Improvise em Porto Velho, Rondônia. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/03.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 10 de fevereiro de 1977. Improviso em Vila Rondônia, Rondônia. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/04.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 15 de julho de 1977. Improviso em Rio Branco, Acre. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/40.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 19 de agosto de 1977. Improviso em Santarém-PA, por ocasião da inauguração da Usina Hidrelétrica Curuá-Una. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/53.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 01 de setembro de 1977. Mensagem dirigida aos brasileiros da Amazônia, por ocasião do lançamento do programa de ondas curtas da Rádio Nacional de Brasília. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/58.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 05 de setembro de 1977. Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Amazonas, Acre e Pará (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/59.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 03 de julho de 1978. Discurso proferido por ocasião da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/58.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 07 de julho de 1978. Improviso no Palácio Lauro Sodré, em Belém-PA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/60.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 12 de outubro de 1978. Improviso em Marabá-PA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/88.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 12 de outubro de 1978. Improviso em Santarém-PA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/89.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 13 de outubro de 1978. Improviso em Santarém-PA, às lideranças políticas. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/90.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 13 de outubro de 1978. Improviso em Manaus-AM, às lideranças políticas. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/107.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

GEISEL, Ernesto. **[Sem título]**, 04 de novembro de 1978. Improviso em Itacoatiara-AM. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/110.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. **[Sem título]**, 26 de julho de 1979. Discurso proferido ao visitar a sede da SUDAM, em Belém-PA. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/21.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. **[Sem título]**, 24 de outubro de 1980. Discurso por ocasião da I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, em Belém-PA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1980/86.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. **[Sem título]**, 28 de julho de 1982. Discurso dirigido ao povo acreano através de rede estadual de rádio e televisão. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/63.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. **[Sem título]**, 29 de julho de 1982. Discurso dirigido ao povo rondoniano através de rede estadual de rádio e televisão. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/64.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. **[Sem título]**, 11 de agosto de 1982. Discurso dirigido ao povo amazonense através de rede estadual de rádio e televisão. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/75.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. **[Sem título]**, 12 de agosto de 1982. Discurso dirigido ao povo roraimense através de rede estadual de rádio e televisão. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/78.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. [Sem título], 26 de outubro de 1982. Discurso proferido por ocasião da visita ao garimpo de Serra Pelada. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/139.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. [Sem título], 13 de setembro de 1984. Discurso por ocasião da inauguração da abertura ao tráfego da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/37.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. [Sem título], 13 de setembro de 1984. Discurso por ocasião da inauguração da Rodovia Cuiabá-Porto Velho. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/38.pdf/view>>. Acesso em 18 de Dezembro de 2016.

Periódicos citados:

- *O Globo* - disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>

PREJUDICIAL às instituições a ação subversiva do ISEB. [Nota]. *O Globo*, 25 de março de 1960, O País, p. 1

DUALIDADE conspirativa. [Editorial]. *O Globo*, 25 de março de 1960, O País, p. 1

DECRETO põe fim ao ISEB. [Nota]. *O Globo*, 13 de abril de 1964, p. 2

PRAXEDES, Antônio; MADEIRA, José. Catalina, o Missionário Alado. I – Deus e o Diabo moram na Amazônia. [Reportagem]. *O Globo*, 17 de outubro de 1964, segunda seção, p. 1

_____. Catalina, o Missionário Alado. II – Cruzeiro do Sul, a cidade maldita. [Reportagem]. *O Globo*, 19 de outubro de 1964, segunda seção, p. 1

_____. Catalina, o Missionário Alado. III – Fé, o Gigante da Amazônia. [Reportagem]. *O Globo*, 20 de outubro de 1964, segunda seção, p. 1

_____. Catalina, o Missionário Alado. IV – O Contrabando da Sobrevivência. [Reportagem]. *O Globo*, 21 de outubro de 1964, segunda seção, p. 1

_____. Catalina, o Missionário Alado. V – O Brasil escondido. [Reportagem]. *O Globo*, 22 de outubro de 1964, segunda seção, p. 1

_____. Catalina, o Missionário Alado. VI – O voo do Arco e Flecha. [Reportagem]. *O Globo*, 23 de outubro de 1964, segunda seção, p. 1

BASA. Quanto valem 50% do imposto de renda de sua empresa? Na AMAZÔNIA valem um negócio novo e muitos \$\$\$\$\$\$!. [Anúncio]. *O Globo*, 27 de março de 1967, p.7

PROJETO Rondon: mensagem de fé que os universitários levarão à Amazônia. [Reportagem]. *O Globo*, 11 de dezembro de 1967, p.12

FUNDAÇÃO diz à CPI que se vendem índios no Acre. [Reportagem]. *O Globo*, 22 de outubro de 1968, p.17

MINISTÉRIO do interior; SUDAM; BASA. Chega de lendas, vamos faturar! [Anúncio]. *O Globo*, 10 de dezembro de 1970, p.17

MINISTÉRIO do interior; SUDAM; BASA. Pista para você encontrar a mina de ouro. [Anúncio]. *O Globo*, 22 de dezembro de 1970, p.15

MINISTÉRIO do interior; SUDAM; BASA. Transamazônica. O caminho para a grande aventura deste século. [Anúncio]. *O Globo*, 20 de novembro de 1971, p.17

ÓLEO vegetal em escala industrial. Amazônia poderá abastecer o mundo de óleos vegetais. [Reportagem]. *O Globo*, 17 de julho de 1972, p.30

CONSÓRCIO Construtor Guanabara Ltda. Nós não construímos a ponte Rio-Niterói. [Anúncio]. *O Globo*, 04 de março de 1974, p.5

ITAÚ Seguradora. A Ponte Rio-Niterói. [Anúncio]. *O Globo*, 04 de março de 1974, p.12

MINISTÉRIO dos transportes. Estamos entregando a ponte que liga o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. [Anúncio]. *O Globo*, 04 de março de 1974, p. 13

BOTÂNICOS divergem sobre ocupação da Amazônia. [Reportagem]. *O Globo*, 28 de janeiro de 1975, p. 10.

Panorama Econômico. II PND, sentido da tarefa nacional. [Caderno especial]. *O Globo*, 21 de maio de 1975.

A SUDAM e a Amazônia. [Artigo]. *O Globo*, 21 de maio de 1975, Panorama econômico, p. 235

PRESIDENTE Geisel: Acordo nuclear é vital para desenvolvimento do Brasil. [Nota]. *O Globo*, 28 de junho de 1975, p. 1

ÍNDIOS, missionários e civilizados: um sofrido triângulo (I). [Artigo]. *O Globo*, 06 de fevereiro de 1977, p. 3

BERABA, Marcelo. Em Discussão: os direitos dos índios. [Reportagem]. *O Globo*, 04 de março de 1977, Cultura, p. 33

RADIOBRÁS. O Brasil invade a Amazônia. [Anúncio]. *O Globo*, 09 de novembro de 1977, caderno especial, p. 5

SUDAM/BASA. Aplique Finam. [Anúncio]. *O Globo*, 09 de novembro de 1977, caderno especial, p. 15

POLÍCIA conclui que embaixador Jobim se matou. [Reportagem]. *O Globo*, 27 de março de 1979, p. 17

FAMÍLIA contesta versão do suicídio de Jobim. [Reportagem]. *O Globo*, 29 de março de 1979, p. 14

DESAPROPRIAÇÕES já não causam mais problemas. [Nota]. *O Globo*, 19 de outubro de 1979, p. 22

EM dez anos, mudam vida e história de duas cidades. [Reportagem]. *O Globo*, 25 de outubro de 1984, p. 28

GRANDE nas dimensões, nos custos e no retorno. [Reportagem]. *O Globo*, 25 de outubro de 1984, p. 29

DEPOIS de Tucuruí, o Norte não vai ser mais o mesmo. [Reportagem]. *O Globo*, 22 de novembro de 1984, p. 23

SURGE o lago. 12 vilas e uma cidade mudam de lugar. [Reportagem]. *O Globo*, 22 de novembro de 1984, p. 24

CONCEIÇÃO, José Luiz da. Administrador da Funai teria chefiado massacre. [Reportagem]. *O Globo*, 16 de abril de 2000, O País, p. 10

SANTILI, Márcio. Razão Social. Impactos subavaliados em grandes obras. [Coluna de opinião]. *O Globo*, 05 de março de 2013, O Globo de Amanhã – caderno especial, p. 28

- *Jornal do Commercio* - disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

RIZZINI, Carlos. Enfermidades do Espírito. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 04 de agosto de 1963, suplemento, p.1

APERTA-SE o cerco contra o governo. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 02 de abril de 1964, p.1

MOREIRA, Nelson. Amazônia abandonada. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 02 de abril de 1964, p.2

OPERAÇÃO Limpêsa. [Nota]. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1964, p.1-2

MOREIRA, Nelson. Quem ousar descrer do Amazonas ao contemplar o espetáculo extraordinário de suas imensas reservas. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 04 de abril de 1964, p.8

REVOLUÇÃO e Nossas conquistas Sociais. [Editorial]. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1964, p.1

ANTONY, Neper. Segunda Etapa. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1964, p.2

ORDEM e Trabalho para a Nação. [Editorial]. *Jornal do Commercio*, 12 de abril de 1964, p.1

MOVIMENTO Revolucionário Brasileiro Foi um Golpe de morte contra Fidel. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 19 de junho de 1964, p.1

VENCENDO o inferno verde. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 23 de junho de 1965, p.1

CONTRA o Revanchismo e o Reacionismo Institucionalizada a Revolução. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 28 de outubro de 1965, p.1

ANTONY, Neper. Fim do mundo. [Coluna de Opinião]. *Jornal do Commercio*, 28 de outubro de 1965, p. 2

ANTONY, Neper. Começo da picada. [Coluna de Opinião]. *Jornal do Commercio*, 02 de novembro de 1965, p. 2

PRIMEIRO passo. [Nota]. *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1966, p. 8

ESTOQUES de borracha do Govêrno vão ser vendidos a empresas particulares. [Artigo]. *Jornal do Commercio*, 02 de março de 1966, p. 2

SERINGALISTAS proclamam: Prêço vil da borracha despova os seringais. [Artigo]. *Jornal do Commercio*, 28 de abril de 1966, p. 2

ANTONY, Neper. Operação Amazônia. *Jornal do Commercio*, 16 de setembro de 1966, p. 2

GONÇALVES, Síval. O despertar de uma nova era: Esperanças e Ilusões de uma região sofrida. [Reportagem]. *Jornal do Commercio*, 04 de dezembro de 1966, p. 20

SOARES, Luiz. Amazônia: ficção ou realidade? [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 04 de dezembro de 1966, p. 9

PINHEIRO, Idelfonso. Que se concretizem os investimentos. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1967, p. 9

MAIA, Álvaro. Zona Franca e outras Zonas. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 23 de fevereiro de 1969, p. 1

DESENVOLVIMENTO em 10 anos é meta municipal. [Artigo]. *Jornal do Commercio*, 01 de janeiro de 1970, p. 5

FM desmente massacre de índios. [Artigo]. *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1970, p. 3

BASA; Ministério do Interior. O Sul já aderiu. Agora precisamos afirmar nossa participação. [Anúncio]. *Jornal do Commercio*, 01 de maio de 1970, p. 13

EMPRESARIADO responde ao desafio da Amazônia. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 05 de abril de 1970, p. 4

SUDAM; BASA. Você conhece esta região melhor do que ninguém. [Anúncio]. *Jornal do Commercio*, 07 de março de 1972, p. 3

TRANSAMAZÔNICA depois do inverno. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 23 de agosto de 1975, p. 12

PRESIDENTE JF inaugura hoje a maior hidrelétrica brasileira. [Reportagem]. *Jornal do Commercio*, 22 de novembro de 1984, p.7

ZONEAMENTO ecológico da Amazônia. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 03 de outubro de 2000, p. 2

Outras fontes citadas:

Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção preliminar da Valorização Econômica da Amazônia – Superintendência do Planos de Valorização Econômica da Amazônia. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/biblioteca/arquivos/PlanoQuinquenal-doc-02928320140903115431.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2018.

LEI Nº 3.173. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 12/06.1957, seção I, nº 133. Rio de Janeiro, 06 de junho de 1957, 136º da Independência e 69º da República. Presidente Juscelino Kubitschek. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/download/legislacao/federal/legi_1_3173.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

O Bandeirante. Jean Mazon Filmes. Documentário, 4'48", 1957. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=13we20Ahn98>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

Operação Amazônia. Relatório Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais. Gabinete do Ministro, 1966. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/index.php/servidores/75-biblioteca/221-extinta-sudam-1966>>.

Acesso em 25 de maio de 2018.

Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967. Aprova o “Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60079.htm>. Acesso em 23 de maio de 2018.

Relatório Figueiredo. Museu do Índio, 1967. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pesq=relat%C3%B3rio%20figueiredo>. Acesso em 29 de maio de 2018.

Decreto-Lei 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74. Texto publicado como complemento do Diário Oficial da União, 17 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações. Resolução nº 3 de 1979, Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194599/CPIdevasta%C3%A7%C3%A3odamazonia.pdf?sequence=7>>. Acesso em 31 de maio de 2018.

Militar reconhece aulas, mas diz que contexto era outro. *Folha de São Paulo* – Brasil, 15 de junho de 2008. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200814.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

“A gente usava socos, choques, tapa no ouvido”. Entrevista. *Folha de São Paulo* – Brasil, 15 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1506200813.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. **Tortura na Selva**. In: *IstoÉ online* – Brasil, 03 de setembro de 2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/99595_TORTURA+NA+SELVA/>. Acesso em 29 de maio de 2018.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Volume II. Textos temáticos. Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas, p. 203-262. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2018.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Volume I. Capítulo 15: Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos, p. 727-839. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Capitulo%2015.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2018.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. O ISEB e o desenvolvimentismo. In: **O Brasil de JK**. Dossiê online CPDOC FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>. Acesso em 01 de março de 2017.

_____. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI). In: **Verbetes CPDOC FGV – Primeira República**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SERVI%3%87O%20DE%20PROTE%3%87%3%83O%20AOS%20%3%8DNDIOS.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

ABREU, Alzira Alves de; NETO, Sydenham Lourenço. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). In: **Verbetes CPDOC FGV – Temático**. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>>. Acesso em 01 de jun. de 2018.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste** e outras artes. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Rubem. A complicada arte de ver. In: **Folha de São Paulo**, 26 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em 03 de abril de 2018.

AMATO Bruno de Lima, Gabriel. Integrar o Brasil, combater a “subversão”: universitários e militares na criação do Projeto Rondon (1967-1969). Anais eletrônicos do **Seminário 1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer**, UFMG, Belo Horizonte, 18 a 20 de março de 2014, p.231-238.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A construção do Nacionalismo Econômico de Vargas. In: BASTOS, Paulo Z.; FONSECA, Pedro C. D. (orgs.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 253-294.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Análise do processo de desenvolvimento. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BEAL, Sophia. Obras públicas monumentais, ficção e o regime militar no Brasil (1964-1985). In: **Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, ano 4, nº4, 2010, p. 259-280. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero04/artigo10.php>>. Acesso em: 22 de abril de 2017.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BOCCIA, A., GONZÁLEZ, M., Y PALAU, R. **Es mi informe: los archivos secretos de la policia de Stroessner**. Assunção: Servilibro, 2006.

BORGES, Nilson. a Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/pt-br.php>>. Acesso em: 04 de nov. 2015.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 1990.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>>. Acesso em: 21 de maio 2018.

CARDENUTO, Reinaldo. O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipês. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v.11, n.18, jan.-jun. 2009, p. 59-77.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1978.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>>. Acesso em 09 de nov. de 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **O mundo como representação**. In: Revista Estudos avançados, São Paulo, nº 11(5), p.173-191, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

_____. **À Beira da Falésia: A história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Defesa e ilustração da noção de representação.** In: Fronteiras, Dourados, v.13, nº23, p. 15-29, jan./jun. 2011. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2016.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro?* A memória social sobre o governo Médici. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, 2009, p.85-104. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Anos_de_chumbo_ou_anos_de_ouro_0.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2017.

CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 186-202.

COSTA, Fernand Nogueira da. Capitalismo de Estado Neocorporativista. In: **Texto para discussão.** Instituto de Economia UNICAMP, Campinas, n. 207, julho 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3197&tp=a>>. Acesso em 25 de abril de 2018.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915.** São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/memoria_ebook>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** In: Revista Projeto História, São Paulo, nº35, p.253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 04 de agosto de 2016.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia: um paraíso perdido.** Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Editora UFAM, 2003. Disponível em: <<http://bv.cultura.am.gov.br/?m=arquivo-livros-ebooks&id=1245>>. Acesso em 17 de abril de 2018.

DANTAS, Hélio da Costa. **Colonização e Civilização na Amazônia**. Escrita da história e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931-1966). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAM para a obtenção do título de Mestre em História. Manaus, 2011. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3953>>. Acesso em 04 de jul. de 2018.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de Classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUARTE, Durango. **A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama**. Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015.

DUTRA, Eliane R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. In: **Varia Historia**, n. 28, dez. 2002, p.13-28.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de Imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. In: **Revista Textura**, nº 9, nov. 2003 a jun. 2004, p. 49-56.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. Perfis Brasileiros. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Paulo Z.; FONSECA, Pedro C. D. (orgs.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 295-322.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará**. A mordaza a partir de 1964 (registros e depoimentos). Belém: Editora Paka-Tatu, 2015.

FIGUEIREDO, Paulo de. Condiçõais para um desenvolvimento brasileiro independente. In: **Revista de Informação Legislativa**, v. 17, n. 65, jan./mar. 1980 p. 257-304.

FIGUEIREDO, Paulo. O golpe militar no Amazonas. Crônicas e relatos. 2ª edição revista e ampliada. Manaus, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: **IPEA**. 2103, Texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2018.

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Paulo Z.; FONSECA, Pedro C. D. (orgs.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 21-49.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú. Anais do **XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2018.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro. 1930-1964**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 4, SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013, p. 41-89.

GOMES, Flavio Alcaraz. **Transamazônica: a redescoberta do Brasil**. São Paulo: Livraria Cultura Editora; Springer Admiral, 1972.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

GUIMARÃES, Bruno Costa; WINTER, Rafael. Geopolítica da ditadura militar: como a geografia e o território brasileiro serviram aos objetivos do governo. Anais do **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010, p.1-10.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma**. A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1986.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, nº 45, maio/agosto de 2002, p. 37-61.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 92-111.

MALHEIRO, Ângela. **O Poder, a Palavra e a Ação: os discursos políticos como fonte histórica. Proposta metodológica de análise.** Doutorado em História, Seminário de Metodologia em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 18 de janeiro de 2015. Disponível em <https://www.academia.edu/11856646/O_PODER_A_PALAVRA_E_A_A_%C3%87%C3%83O_os_discursos_pol%C3%ADticos_como_fonte_hist%C3%B3rica>. Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.. **Historiadores pela democracia. O golpe de 2016: a força do passado.** São Paulo: Alameda, 2016.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/pt-br.php>>. Acesso em 17 de abril de 2018.

MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/attachments/article/214/Elisangela%20Martins%20Dissert%202010.pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia.** Alinhavos para uma história de futuro. 3ª edição revista e aumentada. Belém: Banco da Amazônia; Universidade Federal do Pará (coedição), 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917-1964>. Acesso em: 06 de abril de 2016.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). **Culturas Políticas na História. Novos Estudos**. Coleção História. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009, p. 13-37.

_____. Ruptura e continuidade na Ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Arone de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Editora FGV, Edipucrs, 2013, p. 9-32.

_____. **As universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 48-65.

_____. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.. **Historiadores pela democracia. O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016, p.89-100.

MOURA, José Elierson de Sousa. “Transamazônica, a estrada-desafio” das páginas do Jornal do Brasil: uma experiência que gerou um horizonte de expectativa nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, na década de 1970. In: SILVA FILHO, Eduardo Gomes da.; MENDONÇA, Reginaldo Simões (orgs.). **Diálogos com historiadores da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2016, p. 129-145.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: A história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 112-127.

PAIVA, Livia de Meira Lima. Cultura e ditadura: permanências autoritárias nas políticas culturais. **XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI)**, 05 a 08 de novembro de 2014, UFPB, João Pessoa. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>>. Acesso em: 21 de abril de 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Paulo Z.; FONSECA, Pedro C. D. (orgs.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 93-120.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, nº 29, 1995.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas**. Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. In: **REN – Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, nº 03, julho-setembro, 2009, p. 411-424.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 26, nº 47, jan./jun. 2012, p. 19-41. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/02.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

REIS, Arthur César Ferreira. **Amazônia e a integridade do Brasil**. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2001.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 11-29.

_____. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia**. 1964-2010. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 5, SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 75-125.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENHA, Carlos Eugênio A. P. de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-**

1966). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAM para a obtenção do título de Mestre em História. Manaus, 2017. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6135>>. Acesso em 04 de jul. de 2018.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2016/07/maria_ribeiro_itaipu_thesis.pdf>. Acesso em 23/04/2017.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 30-47.

_____. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia**. 1964-2010. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 5, SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 232-283.

RODRIGUES, Marcelo da Silveira. **Civilização do automóvel – a BR-319 e a opção rodoviária brasileira**. Manaus: Edua, 2013.

RODRIGUES, Henrique Estrada. "Escola sem Partido": a escola do nosso tempo?. In: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.. **Historiadores pela democracia. O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016, p.235-243.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político (Nota de estudo)**. In: Revista de História UESP, v.15, 1996, p. 27-39.

SCHWARTZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. **Pensamento Social Brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. In: Revista Lua Nova, São Paulo, nº 82, 2011, p. 11-16.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, nº 54, v. 19, p. 99-113

SILVEIRA, Helder Gordim da. Segurança Nacional, cooperação e conflito: o Brasil e as várias faces da América na geopolítica de Golbery do Couto e Silva. In: ABREU, Luciano

Arone de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: Editora FGV, Edipucrs, 2013, p. 153-177.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia**. 1964-2010. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010, vol. 5, SCHWARCZ, Lilia Moritz (dir.). Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014, p. 183-231.

SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a *História do Amazonas*: um início em grande estilo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFAM para a obtenção do título de Mestre em História. Manaus, 2009. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3739>>. Acesso em 04 de jul. de 2018.

APÊNDICES

Apêndice 1: Roteiro final elaborado para coleta de jornais por amostragem

1940

- Discursos de Vargas:

Palácio do comércio, em Belém (06/10/1940)

Ideal Club, em Manaus (09/10/1940)

Conferências das Nações Amazônicas – Entrevista a Associated Press, Porto Velho (14/10/1940)

1956

- Discurso de Kubitschek:

Clube Ideal, em Manaus (18/04/1956)

1957

- Discurso de Kubitschek:

Solenidade de Instalação do Etabanorte – Escritório Técnico das Bancadas do norte e do Nordeste, no Rio de Janeiro (26/07/1957)

1958

- Discurso de Kubitschek:

Escola de Agronomia do Pará, em Belém (08/10/1958)

1961

- Discursos Jango:

Discursos em vista ao Pará (25/10/1961)

1965

Junho de 1965:

Castello Branco em visita ao Pará (13/06/1965)

Castello Branco em visita ao Amazonas (16/07/1965)

1966

Setembro de 1966:

Castello Branco em visita ao Amapá (01/09/1966)

Castello Branco em visita a Roraima (20/09/1966)

Criação do BASA (Banco da Amazônia S.A)
(28/09/1966)

Outubro de 1966:

Criação da SUDAM: Sede em Belém; Lei 5.174
(27/10/1966)

Dezembro de 1966:

Castello Branco em visita a Rondônia (02/12/1966)

Castello Branco em visita ao Acre e Amazonas
(03/12/1966)

Lançamento da "Operação Amazônia" (11/12/1966)

1967

Fevereiro de 1967:

Criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) - ZFM é totalmente reformulada e passa a ser gerida por um órgão com força de superintendência (28/02/1967)

1969

Janeiro de 1969:

Expectativas para o ano novo

Março de 1969:

Aniversário do Golpe (31/03 - 01/04)

Julho de 1969:

Criação da Operação bandeirantes (Oban), embrião da polícia política conhecida como “sistema Codi-Doi” que seria implantada em todo o país (02/07/1969)

Agosto de 1969:

Costa e Silva deixa a presidência (31/08/1969)

Setembro de 1969:

O Ato Institucional N. 14 estabelece a pena de morte (05/09/1969)

Outubro de 1969:

Criação do FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia – Lei Nº 5.173, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966)

Novembro de 1969:

Mensagem presidencial “Integração da Amazônia” pronunciada pelo Ministro do Interior José Costa Cavalcanti (28/11/1969)

1970

Junho de 1970:

Criação do PIN - Plano de Integração Nacional - Decreto lei 1106 (16/06/1970)

Seleção Brasileira de futebol conquista o campeonato mundial de futebol - euforia nacionalista (26/07/1970)

Julho de 1970:

Fundação do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (09/07/1970)

Outubro de 1970:

Discurso proferido por Médici em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM (08/10/1970)

Derrubada da castanheira por Médici em Altamira, no Pará - símbolo do início da construção da Transamazônica (10/08/1970)

1971

1971: Início da construção da rodovia Cuiabá-Santarém

1972: Auge da popularidade do terceiro general-presidente Médici

1972-1974: Várias ofensivas militares destroem o foco guerrilheiro do Araguaia organizado pelo PCdoB

1972-1974: I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)

Abril a Setembro de 1972:

Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil - Exaltação Nacionalista

Agosto de 1972:

Inauguração da Transamazônica - BR-230 (27/08/1972)

1974

Fevereiro de 1974:

Conclusão da pavimentação da rodovia Belém-Brasília
(trecho BR-153 - Transbrasiliana)

Setembro de 1974:

Discurso de Geisel sobre o II PND (10/09/1974)

Criação da Polamazônia (Pólos Agropecuários e
Agrominerais) da Amazônia - Decreto nº 74.607
(25/09/1974)

Discurso de Geisel em visita ao Pará (27/09/1974)

Novembro de 1974:

Início das construções da Hidrelétrica de Tucuruí - Pará
(24/11/1974)

Dezembro de 1974:

Expectativas para o ano novo

1975

1975-1979: II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)

1976

1976: Inauguração da rodovia Cuiabá-Santarém

Março de 1976:

Inauguração do Aeroporto de Manaus (26/03/1976)

1977

Fevereiro de 1977:

Geisel em visita a Rondônia (10/02/1977)

Julho de 1977:

Geisel em visita ao Acre (15/07/1977)

Agosto de 1977:

Geisel em visita ao Pará para inauguração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Uma (19/08/1977)

Setembro de 1977:

“Mensagem dirigida aos brasileiros da Amazônia” pelo rádio (01/09/1977)

Geisel recebe no Palácio do Planalto líderes sindicais do Amazonas, Pará e Acre (05/09/1977)

1978

Julho de 1978:

Assinatura do tratado de Cooperação Amazônica (03/07/1978)

Geisel em visita a Belém, no Pará (07/07/1978)

Outubro de 1978:

Geisel em visita a Marabá e Santarém, no Pará (12 e 13/10/1978)

Novembro de 1978:

Geisel em visita a Manaus e Itacoatiara, no Amazonas (04/11/2017)

1979

Julho de 1979:

Figueiredo visita a sede da SUDAM, em Belém, Pará (26/07/1979)

1980

Outubro de 1980:

Primeira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Signatários do Tratado de Cooperação Amazônica em Belém, no Pará (26/10/1980)

Novembro de 1980:

Projeto Grande Carajás - Decretos-lei nº 1.813, de e Decreto do Poder Executivo nº 85.387 (24/11/1980)

1982

Julho de 1982:

Discurso de Figueiredo ao povo acreano pelo rádio e televisão estaduais (28/07/1982)

Discurso de Figueiredo ao povo rondoniano pelo rádio e televisão estaduais (29/07/1982)

Agosto de 1982:

Discurso de Figueiredo ao povo amazonense pelo rádio e televisão estaduais (11/08/1982)

Discurso de Figueiredo ao povo roraimense pelo rádio e televisão estaduais (12/08/1982)

Outubro de 1982:

Figueiredo visita o garimpo de Serra Pelada (26/10/1982)

1984

Setembro de 1984:

Figueiredo visita Rondônia para inauguração da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho)

Novembro de 1984:

Inauguração da Usina de Tucuruí - Pará (22/11/1984)

Apêndice 2: Ficha de observação e análise – Periódicos (conteúdo e propagandas)

Período de Análise/observação:			
Enquadramento Histórico			
	Contexto regional	Contexto nacional	Contexto Internacional
Político			
Econômico			
Social			
Cultural			
Outros			

Periódicos - Informações Gerais		
Identificação do periódico	Título/Subtítulo: Local de publicação: Local de circulação: Periodicidade: Proprietários: Diretores: Datas limites de publicação: Edições analisadas: Tiragem estimada: Disponibilidade do acervo:	
Projeto Gráfico	Cadernos	
	Seções	
	Colunas recorrentes	
	Edições especiais	
	Condições e técnicas de produção	
Projeto editorial	Posicionamento Político	
	Publicidade	
	Formas "de ler o mundo"	
Informações sobre a capa	Assuntos priorizados	
	Imagens	
	Editorial	
Marcas ideológicas	Ideologias implícitas	
	Ideologias explícitas	
	Identities nacionais, étnicas, coletivas, etc.	

Análise de conteúdo	
Jornal: Data/nº edição: Página: Gênero: Título: Autor: Caderno:	
Palavras-chave	
Articulações entre presente, passado e futuro	
Críticas lançadas	
Propostas lançadas	
Elogios lançados	
Memórias/ imaginários mobilizados	
Representações sobre o governo	
Representações sobre a Amazônia	
Relações com outras publicações, discursos políticos e/ou científicos, literatura, legislação, etc.	
Imagens	
Outros	

Propagandas	
Veículo: Local (dentro do veículo): Instituição/empresa:	
Tema	
Imagem	
Memórias/ Imaginários mobilizados	
Representações sobre a Amazônia	
Representações sobre o governo	
Outros	

Apêndice 3: Ficha de observação e análise - Discursos políticos

Período de Análise/observação:			
Enquadramento Histórico			
	Contexto regional	Contexto nacional	Contexto Internacional
Político			
Económico			
Social			
Cultural			
Outros			

Discurso Político - Análise de conteúdo	
Data: Título: Sujeito Político: A quem se dirige: Suporte: Escrito (acesso pela biblioteca da presidência online); Falado (à época) Local: Disponibilidade do acervo:	
Tema	
Palavras-chave	
Objetivo	
Argumentação/ persuasão/ manipulação	
Uso de figuras de linguagem	
Mobilização de imaginários/memórias	
Ideologias implícitas	
Ideologias explícitas	
Identidades mobilizadas: nacionais, étnicas, coletivas, etc.	
Articulações entre presente, passado e futuro	
Representações sobre o governo (sobre si)	
Representações sobre a Amazônia	
Relações com outras publicações, discursos políticos e/ou científicos, literatura, legislação, etc.	
Outros	

Impacto do Discurso político		
Evidências	Dados/fatores	Fonte
<p>Medidas Políticas:</p> <p>Resultados "práticos" oriundos do discurso</p>		
<p>Reações:</p> <p>Políticas (da oposição, por ex.); Sociais; Midiáticas</p>		
<p>Estatísticas:</p> <p>Aceitação do discurso</p>		